



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Gilson Leonel dos Santos

A pesca no litoral de Santa Catarina: origem e evolução das indústrias pesqueiras

Florianópolis

2025

Gilson Leonel dos Santos

**A PESCA NO LITORAL DE SANTA CATARINA: ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS
INDÚSTRIAS PESQUEIRAS**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. José Messias Bastos, Dr.

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Leonel dos Santos, Gilson
A PESCA NO LITORAL DE SANTA CATARINA: ORIGEM E EVOLUÇÃO
DAS INDÚSTRIAS PESQUEIRAS / Gilson Leonel dos Santos ;
orientador, José Messias Bastos, 2025.
206 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. atividade pesqueira, geografia
econômica. I. Bastos, José Messias. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

Gilson Leonel dos Santos

A pesca no litoral de Santa Catarina: origem e evolução das indústrias pesqueiras

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado, em 04 de julho de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. (a) . Isa de Oliveira Rocha, Dr. (a)

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. André Souza Martinello, Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Edson de Moraes Machado, Dr.

Colégio de Aplicação/UFSC

Prof. João Victor Moré Ramos, Dr.

Universidade do Estado de Santa Catarina

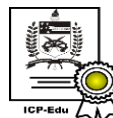
Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Geografia



Documento assinado digitalmente
Marcos Aurelio da Silva
Data: 01/09/2025 16:17:48-0300
CPF: ***.180.509-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Marcos Aurélio da Silva, Dr.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente
Jose Messias Bastos
Data: 29/08/2025 14:42:04-0300
CPF: ***.445.859-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. José Messias Bastos, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2025.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, pela compreensão aos pedidos de prorrogação de prazo de defesa, afinal, foi um desafio realizar a primeira parte do doutorado ao mesmo tempo em que ministrava aulas no ensino médio na rede estadual e a segunda parte atuando como gestor escolar.

Agradeço ao professor orientador Dr. José Messias Bastos pela parceria e as inúmeras contribuições e reflexões para o avanço da pesquisa.

À banca examinadora do presente trabalho constituída pelos professores Isa de Oliveira Rocha, Edson de Moraes Machado, João Victor Moré Ramos, André Souza Martinello por aceitarem o convite e por todas as contribuições.

Ao amigo Felipe Armani, colega da graduação, pela elaboração dos mapas.

Ao Senhor José Francisco Kowlasky pela recepção e entrevista concedida.

Ao Senhor Luiz Carlos Matsuda, oceanógrafo do SINDIPI pela atenção e pelas informações prestadas nas inúmeras conversas.

Aos meus pais e aos meus avós por me incentivarem a estudar e a respeitar o mar.

Ao meu irmão pelo exemplo de como amar a pesca.

E, principalmente, agradeço à minha companheira Tatiane e ao meu filho Vicente pelo apoio incondicional e paciência na realização deste trabalho.

RESUMO

O Estado de Santa Catarina é considerado o maior polo de pesca extrativa de origem marinha do Brasil. Somente o município de Itajaí é responsável por mais de 55% do mercado nacional da pesca. Itajaí e Navegantes, municípios vizinhos, sediam o maior parque industrial de processamento de pescados da América Latina. Desde a virada do século XVIII para o século XIX, a pesca assumiu papel relevante na economia do litoral, quando a Ilha de Santa Catarina passa a exportar gêneros alimentícios, como farinha de mandioca e peixe salgado, para outras partes do Brasil, como o Rio de Janeiro e o litoral do Nordeste e, inclusive, para Montevideu, no Uruguai. Já no início do século XX, com o aumento da população litorânea, a pesca continuou exercendo papel relevante ao fornecer alimento para suprir o consumo crescente, assim como matéria-prima para as inúmeras fábricas de pescados implantadas ao longo do litoral brasileiro. Até a Segunda Guerra, o Brasil era um grande importador de pescados, principalmente da Europa. Com a guerra, alguns países europeus pararam de exportar pescados, como o bacalhau e a sardinha. Isso obrigou o Brasil a substituir essas importações. As fábricas de conserva e beneficiamento instaladas ao longo do litoral passaram a produzir para atender o mercado interno. Tal fator desempenhou um papel relevante no surgimento de novas fábricas. Em Santa Catarina, por exemplo, embora não existissem grandes unidades de produção, havia inúmeras salgas que forneciam produtos semi preparados, com óleo e salmoura, para as fábricas situadas ao longo do litoral. Mas, foi a partir da década de 1960, com a implantação da SUDEPE, em 1962, e a aprovação do Código de Pesca, em 1967 por meio da concessão de incentivos fiscais que ocorreu a expansão da indústria pesqueira nacional. No final da década de 1980, com a extinção da SUDEPE e a implantação do IBAMA, inicia-se um processo de instabilidade institucional, culminando em conflitos de gestão do setor. Somente em 2003, no primeiro governo Lula, com a criação da Secretaria de Pesca e Aquicultura-SEAP e, em 2009, com a transformação da SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA é que o setor pesqueiro volta às pautas do Governo federal. Em 2015, o ministério é extinto. Por fim, em 2023, o ministério é reimplantado com a tarefa de resolver vários desafios para o setor pesqueiro. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o processo de industrialização do setor pesqueiro no litoral catarinense. Para isso a pesquisa desenvolve-se através da análise de dados quantitativos, como estatísticas da produção pesqueira, números de empregos no setor, frota pesqueira, principais espécies capturadas e consumo per capita de pescados. A pesquisa também apresenta mapeamentos destacando os principais países

produtores, a distribuição das indústrias pesqueiras no Brasil e em Santa Catarina e inúmeras figuras que ilustram as espécies de pescados, tipos de embarcações e aparelhos de pesca.

Palavras-chave: Pesca; Indústria; Economia; SUDEPE; Legislação.

ABSTRACT

The state of Santa Catarina is considered the largest marine extractive fishing hub in Brazil. The municipality of Itajaí alone accounts for over 55% of the national fishing market. Itajaí and Navegantes, neighboring municipalities, are home to the largest fish processing industrial park in Latin America. From the turn of the 18th to the 19th century, fishing assumed a significant role in the coastal economy, with Santa Catarina Island exporting foodstuffs, such as cassava flour and salted fish, to other parts of Brazil, such as Rio de Janeiro and the Northeast coast, and even to Montevideo, Uruguay. In the early 20th century, with the increase in the coastal population, fishing continued to play an important role, providing food to meet growing consumption, as well as raw materials for the numerous fish factories established along the Brazilian coast. Until World War II, Brazil was a major importer of fish, primarily from Europe. With the war, some European countries stopped exporting fish, such as cod and sardines. This forced Brazil to replace these imports. Canning and processing plants along the coast began producing to meet the domestic market. This factor played a significant role in the emergence of new factories. In Santa Catarina, for example, although there were no large production units, there were numerous salting plants that supplied semi-prepared products, with oil and brine, to factories located along the coast. However, it was from the 1960s onward, with the establishment of SUDEPE in 1962 and the approval of the Fisheries Code in 1967 through tax incentives, that the national fishing industry expanded. In the late 1980s, with the dissolution of SUDEPE and the establishment of IBAMA, a process of institutional instability began, culminating in management conflicts within the sector. Only in 2003, during the first Lula administration, with the creation of the Secretariat of Fisheries and Aquaculture (SEAP), and in 2009, with the transformation of SEAP into the Ministry of Fisheries and Aquaculture (MPA), did the fishing sector return to the federal government's agenda. In 2015, the ministry was dissolved. Finally, in 2023, the ministry was reinstated with the task of resolving several challenges for the fishing sector. Thus, this research's main objective is to analyze the industrialization process of the fishing sector on the Santa Catarina coast. To this end, the research is developed through the analysis of quantitative data, such as fishing production statistics, employment numbers in the sector, the fishing fleet, the main species caught, and per capita fish consumption. The research also presents maps highlighting the main producing countries, the distribution of fishing industries in Brazil and Santa Catarina, and numerous figures illustrating fish species, types of vessels, and fishing gear.

Keywords: Fishing; Industry; Economy; SUDEPE; Legislation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- peixe tambaqui.....	32
Figura 2- peixe matrinxã.....	33
Figura 3- peixe jaraqui.....	33
Figura 4- polaca do Alasca.....	46
Figura 5- cavala	47
Figura 6- atum.....	47
Figura 7- salmão do atlântico.....	47
Figura 8- bacalhau.....	48
Figura 9- arenque.....	48
Figura 10- panga.....	48
Figura 11- salmão prateado.....	49
Figura 12- truta arco-iris.....	49
Figura 13- caranguejo do Alasca.....	50
Figura 14-enguia.....	53
Figura 15- lula.....	53
Figura 16-carapau.....	54
Figura 17- saury-do-pacífico.....	55
Figura 18-pargo.....	55
Figura 19- mercado Toyosu.....	56
Figura 20- embarcação frota artesanal com até 12 metros com convés.....	64
Figura 21- embarcação frota artesanal com até 12 metros sem convés.....	64
Figura 22- embarcações da frota industrial (19 a 32 metros)	65
Figura 23- barco-fábrica Cordeiro de Deus.....	66
Figura 24- camarão-carabineiro.....	67
Figura 25- tilápia.....	69
Figura 26-tambaqui.....	69
Figura 27-camarão.....	70
Figura 28- cultivo de camarão (carcinicultura)	70
Figura 29- Principais destinos das exportações brasileiras da piscicultura em 2023 (em US\$ e % da participação total)	73
Figura 30- Indústria e o cais de desembarque pesqueiro- Foz do Rio Itajaí-Açú.....	75
Figura 31- esteira para desembarque de pescados.....	76
Figura 32- Estado de Santa Catarina (Municípios Litorâneos)	77
Figura 33- Fábrica da Krause, década de 1960.....	100
Figura 34- rótulo de camarão enlatado da Indústria Wildner.....	100
Figura 35- Fábrica da Pedone & Irmão.....	102
Figura 36- anúncio dos produtos da Pedone & Irmão.....	103
Figura 37- <i>Power block</i> para barcos de pesca.....	107
Figura 38- Guincho <i>Power block</i> instalado em barco da frota artesanal.....	108
Figura 39- truta.....	115
Figura 40-ostra.....	116
Figura 41- mexilhões.....	116
Figura 42-vieiras.....	116
Figura 43 A- fazendas de criação de moluscos (boias)	117
Figura 43 B- fazendas de criação de moluscos (lanternas)	117
Figura 44- Corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>)	121

Figura 45- Tainha (<i>Mugil liza</i>)	121
Figura 46- Camarão 7 Barbas (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>)	121
Figura 47- Sardinha-verdadeira (<i>Sardinella brasiliensis</i>)	128
Figura 48- bonito-listrado (<i>Katsuwonus pelamis</i>)	130
Figura 49- Pesca de bonito-listrado.....	131
Figura 50- Canoa bordada ou de voga.....	135
Figura 51- canoa borda-lisa.....	136
Figura 52-baleeira.....	136
Figura 53-bateira.....	137
Figura 54- canoas utilizadas para arrasto de praia na captura de tainhas.....	137
Figura 55- casaria de barco: frota artesanal.....	140
Figura 56- cabine do mestre: frota artesanal.....	140
Figura 57- cozinha compacta: frota artesanal.....	141
Figura 58- beliches de barco da frota artesanal.....	141
Figura 59- barco com casaria- frota artesanal.....	141
Figura 60- barco sem casaria- frota artesanal.....	142
Figura 61- pesca de cerco (traineira)	144
Figura 62- vara e isca-viva.....	144
Figura 63- arrasto de parelha.....	145
Figura 64- panga ou caíco.....	146
Figura 65- cerco de traineira.....	147
Figura 66- traineira fechando o cerco.....	147
Figura 67- emalhe (fundo e superfície)	148
Figura 68- arrasto duplo, de portas ou de tangones.....	149
Figura 69- arrasto simples.....	149
Figura 70- espinhel de superfície (A) e espinhel de fundo (B)	150
Figura 71 A- pesca de potes.....	151
Figura 71 B- potes para captura de polvo.....	151
Figura 71 C- potes com polvo.....	151
Figura 72- barco de arrasto duplo ou arrasto de portas.....	152
Figura 73-barco de emalhe.....	152
Figura 74-barco traineira.....	153
Figura 75- artigo de Jornal que relata a presença da expedição do Cruzador José Bonifácio em Santa Catarina no ano de 1922.....	155
Figura 76- Colônias de pescadores fundadas em Santa Catarina em 1922.....	156
Figura 77- embarcação da frota artesanal da Colônia Z-11.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- As dez maiores companhias de pescados do mundo -2022.....	44
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Desembarque controlado de pescado em Santa Catarina 1962/1978.....	25
Tabela 2- Produção de sardinha em quilos 1962/1970.....	26
Tabela 03- Produção mundial de pesca e aquicultura entre a década de 1990 e o ano de 2022 (em milhões de toneladas).....	31
Tabela 04-Produção de pesca de captura marinha (em milhões de toneladas)- os dez maiores produtores.....	35
Tabela 05- Os 20 maiores produtores de pesca de captura marinha- ano de 2022.....	36
Tabela 06- Os países com maior consumo per capita de pescados em 2022.....	37
Tabela 07- total de empregos no setor primário na pesca e aquicultura por continentes/regiões entre 1995 e 2022 (milhões de pessoas).....	43
Tabela 08 - Consumo per capita de pescados por unidades da federação.....	57
Tabela 09- Número de pescadores registrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira no Brasil em 2023.....	59
Tabela 10- Número de empregos no setor pesqueiro (setor secundário) no Brasil, por estados- ano 2023.....	60
Tabela 11- Produção de peixes de cultivo por unidade da federação- ano de 2024.....	72
Tabela 12- Principais áreas de pesca de captura marinha do mundo 2024 (em milhões de toneladas).....	82
.....	87
Tabela 13- Gêneros exportados na Ilha de Santa Catarina séculos XVIII e XIX.....	91
Tabela 14- Exportação de farinha de mandioca em 1875-1876.....	94
Tabela 15- Exportação geral de camarões secos- de 1901 a 1905.....	95
Tabela 16- Indústria de conservas de carne e peixe – 1909.....	100
Tabela 17- Indústrias de pescados e derivados em Santa Catarina, 1959.....	
Tabela 18- Desembarques por frota da produção controlada em Santa Catarina, no período de 1990 a 2012 (em kg)	110
Tabela 19- Colônias de Pescadores do litoral catarinense.....	124
Tabela 20- unidades de transformação de pescados em Santa Catarina registradas no serviço de inspeção federal- 2024.....	126
Tabela 21- Número de embarcações por município- Ano de 1956 tipos de embarcações.....	135
Tabela 22- Composição da frota segundo as empresas e tipo dos barcos- setembro de 1972.....	139
.....	171
Tabela 23- Resultados alcançados pelas ações da ACARPESC entre 1975 e 1979 - Equipamentos de pesca.....	172
Tabela 24- Resultados alcançados pelas ações da ACARPESC entre 1975 e 1979- Instalações infraestruturais.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Os dez maiores produtores de pesca de captura marinha em 2022.....	34
Gráfico 02- Quantidade de embarcações por regiões/continentes em 2022 (em porcentagem)	39
Gráfico 03- Quantidade de embarcações sem motor por regiões/continentes em 2022.....	40
Gráfico 04- empregados no setor primário da pesca e aquicultura em 2022, por continentes/regiões (em porcentagem)	41
Gráfico 05- empregados no setor primário da aquicultura em 2022, por continentes/regiões (em porcentagem)	42
Gráfico 06- empregados no setor primário da pesca em 2022, por continentes/regiões (em porcentagem)	42
Gráfico 07- Os dez maiores exportadores de pescados em 2022.....	46
Gráfico 08- Os dez maiores importadores de pescados em 2022.....	52
Gráfico 09- Produção nacional da pesca extrativa marinha de alguns estados do litoral brasileiro.....	63
Gráfico 10- Produção anual das principais espécies em Santa Catarina entre 1962-1966 (em toneladas)	104
Gráfico 11- Desembarque controlado de pescado em Santa Catarina no período de 1962 a 1980 (em toneladas)	109
Gráfico 12- Captura de sardinha no Brasil 1970-2011.....	112
Gráfico 13- Os dez maiores produtores de tilápia de Santa Catarina em valor de produção - 2023 (em milhões de reais)	114
Gráfico 14- Os sete municípios com maior valor de produção de truta em Santa Catarina-2023 (em milhões de reais)	115
Gráfico 15- Os sete municípios com maior valor de produção de truta em Santa Catarina-2023 (em milhões de reais)	118
Gráfico 16- Pesca artesanal: captura por municípios 2023 (em toneladas)	120
Gráfico 17- Principais espécies capturadas pela pesca artesanal no ano de 2023 (em toneladas)	120
Gráfico 18- Pesca industrial: captura por município 2023 (em toneladas)	127
Gráfico 19- Principais espécies capturadas pela pesca industrial no primeiro semestre de 2023 (em de toneladas)	130
Gráfico 20- Principais espécies capturadas pela pesca industrial no segundo semestre de 2023 (em de toneladas)	131
Gráfico 21- Principais categorias de pescados e derivados exportados por Santa Catarina em 2022 (em porcentagem)	132
Gráfico 22- Principais categorias de pescados e derivados importados por Santa Catarina em 2022 (em porcentagem)	134
Gráfico 23- Pesca artesanal: captura por aparelhos de pesca 2023.....	142
Gráfico 24- Captura descarregada por aparelho de pesca do setor industrial (2023)	145
Gráfico 25- Produção de pescados no Brasil (captura e cultivo) 1962-2020.....	176

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Produção de Pesca de Captura Marinha: Principais Países Produtores....	34
Mapa 2- Número de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) no setor de pescados no Brasil.....	62
Mapa 3- Litoral catarinense.....	77
Mapa 4- Colônias de pescadores de Santa Catarina.....	125
Mapa 5- Empresas de pescados de Santa Catarina, registradas no Serviço de Inspeção Federal, por categoria-2024.....	128
Mapa 6- Portos de desembarque da pesca industrial.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados

ACARPESC- Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina,

CEPSUL- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul

CODESUL- Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

DPA- Departamento de Pesca e Aquicultura

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FACISC- Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina

FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FEPESC- Federação dos pescadores do Estado de Santa Catarina

FIESC- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IUCN- União Internacional para Conservação da Natureza

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura

ONU- Organização das Nações Unidas

PEID- Pequenos Estados insulares em desenvolvimento

PMAP/SC- Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina

RGP- Registro Geral da Pesca

SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia

SEAP- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEPAQ- Secretaria De Estado da Pesca e Aquicultura do Amapá

SINDIPI- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região

SIP- Serviço de Inspeção Federal

STF- Supremo Tribunal Federal

SUDEPE- Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

UDESC- Universidade do Estado de Santa Catarina

UNIVALI- Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	19
2. PANORAMA DA PESCA: MUNDO.....	30
2.1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE PESCADOS.....	32
2.2 FROTA PESQUEIRA.....	39
2.3 EMPREGOS E EMPRESAS NO SETOR PESQUEIRO.....	41
2.4 COMÉRCIO MUNDIAL DE PESCADOS.....	45
2.4.5 O milionário comércio de pescados japônês.....	54
3. PANORAMA DA PESCA: BRASIL.....	57
3.1 TRABALHADORES DA PESCA BRASILEIRA.....	58
3.2 FROTA PESQUEIRA BRASILEIRA	63
3.3 AQUICULTURA BRASILEIRA.....	69
4.ATIVIDADE PESQUEIRA EM SANTA CATARINA: UM ESFORÇO DE SÍNTESE.....	75
4.1 FUNDAMENTOS FÍSICO-NATURAIS DA PESCA.....	76
4.2 GÊNESE E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA E DA INDÚSTRIA DE PESCA NO LITORAL CATARINENSE A PARTIR DO SÉCULO XVII.....	84
4.3 AQUICULTURA CATARINENSE.....	114
5. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONAMENTO DA PESCA NO LITORAL CATARINENSE.....	119
5.1 PESCA ARTESANAL: NÚMERO DE PESCADORES, MUNICÍPIOS PRODUTORES E PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS, RELAÇÕES DE TRABALHO.....	119
5.1.2 Pesca artesanal: as colônias de pescadores.....	123
5.2 PESCA INDUSTRIAL: UNIDADES INDUSTRIAIS, PRODUÇÃO POR MUNICÍPIOS E PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS.....	126
5.2.1 Pesca industrial: exportações e importações.....	132
5.3 FROTAS E APARELHOS: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	134
5.3.1 Pesca artesanal: frota e aparelhos.....	140
5.3.2 Pesca industrial: frota e aparelhos.....	143

6. MEDIDAS INSTITUCIONAIS PARA REGULAMENTAR A PESCA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS.....	186
APÊNDICE A- ENTREVISTA.....	203
APÊNDICE B- ENTREVISTA.....	205

1. INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A pesca é uma atividade essencialmente extrativa e tem pressupostos que a diferenciam de outras atividades, como a “extensibilidade, a sazonalidade, complexidade dos fatores naturais e incerteza das capturas” (Martins, 2011, p. 36).

Sendo assim, para analisar esta atividade é necessário considerar a influência de vários fatores, como os físicos (correntes marítimas, ventos, etc), biológicos (reprodução dos cardumes, etc.) e humanos (equipamentos de captura, etc.). Logo, faz-necessário a adoção de conceitos capazes de interpretar tal complexidade como é o caso das combinações geográficas do geógrafo francês André Cholley (1964). Para Cholley, “as combinações de caráter geográfico respondem, assim, a medidas bem determinadas, com relação ao espaço e ao tempo: e este duplo caráter que garante sua originalidade” (Cholley, 1964, p. 140).

Para ele, as combinações podem ser divididas em três categorias:

as que resultam, unicamente, da convergência de fatores físicos; aquelas, já mais complexas, que são, a um tempo de ordem física e de ordem biológica; as mais complicadas e por isso mesmo, mais interessantes, que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, dos elementos biológicos e dos elementos humanos. (Cholley, 1964, p. 140-141).

Segundo Cholley (1964), esse último tipo de combinações se realiza sempre em que ocorrem atividades necessárias à vida dos grupos humanos, como agricultura, indústria e, também, a atividade pesqueira. Inclusive, aqui, pode-se mobilizar o conceito de “múltiplas determinações” de Marx, segundo o qual, para analisar a realidade concreta é necessário considerar os múltiplos aspectos que, combinados, resultam em uma especificidade dentro da diversidade.

Assim, para Marx (1983, p. 218), “parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto”, considerando que “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese” (Marx, 1983, p. 218-219). Para Marx (1983), para apreender a realidade é preciso se apropriar do concreto e o reproduzir mentalmente, das categorias mais simples às mais complexas. Disso resulta que o pensamento “não é pois de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas o produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação” (Marx, 1983, p. 218-219).

Dessa forma, para analisar a realidade pesqueira, considerando sua evolução ao longo do tempo, suas contradições (pesca artesanal x pesca industrial, etc.), adota-se como perspectiva teórica o materialismo histórico-dialético, ou a dialética marxista. Aliás, as contradições entre pesca artesanal e pesca industrial não são absolutas. Há momentos em que a pesca artesanal fornece matéria-prima e força de trabalho à pesca industrial; em outros casos, relações de produção são reproduzidas, com alguns ajustes, da pesca artesanal para a pesca industrial, evidenciando assim, um movimento dialético.

Com efeito a análise da especificidade da pesca catarinense deve levar em conta a inserção da atividade no quadro da formação litorânea catarinense que tem sua origem durante o século XVIII, como projeto político da Coroa Portuguesa de ocupação da área. Para tanto, se “estabeleceu um conjunto de medidas, entre as quais, implementação, na referida área, de fortificações, de grandes manufaturas e ainda, estabelecimento de casais açorianos e madeirenses” (Silva, 1999, p. 61).

De acordo com Pereira (2003), para estudar a formação sócio-espacial catarinense e suas particularidades deve-se adotar como suporte teórico o paradigma de formação sócio-espacial, proposto por Santos (1977). Portanto,

qualquer estudo fundamentado na categoria de formação sócio-espacial, segundo Santos (1982), deve iniciar tratando a gênese desta formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, ou seja, a materialidade concreta expressa no espaço (Pereira, 2003, p. 101).

Para Santos (1977) o conceito de formação sócio-espacial é utilizado para analisar uma realidade específica, isto é, “não é a sociedade em geral que o conceito de F.E.S se refere, mas a uma sociedade dada” (Santos, 1977, p. 84). Além dos aspectos relacionados à origem e à evolução da atividade pesqueira, essa categoria permite analisar a totalidade, considerando os seus múltiplos aspectos.

A adoção do paradigma de formação sócio-espacial como referencial teórico manifesta uma preocupação com análises globalizantes que levam ao reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades, sendo o primeiro nível - os alicerces - dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana. (Pereira, 2003, p. 101).

Dessa forma, a pesca é, particularmente, uma atividade que sofre influência direta das condições naturais (correntes marítimas, ventos, etc).

Todavia, a pesca é uma realidade ainda pouco estudada. Segundo Martins (2011, p. 27), “existe um pequeno número de geógrafos que realizam estudos sobre temáticas relacionadas aos múltiplos processos da atividade pesqueira”.

Ao se consultar o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2025) com o termo “pesca”, encontram-se 9.445 pesquisas. Em comparação, a palavra “cidade” retorna 99.180 resultados e “turismo”, 49.800. Entre os trabalhos sobre pesca, a maioria concentra-se na grande área das Ciências Agrárias (2.318 pesquisas), enquanto nas Ciências Humanas aparecem apenas 479 teses e dissertações. Quanto às áreas do conhecimento, destacam-se a Engenharia de Pesca (1.720), a Ecologia (559) e as Ciências Ambientais (421). Já na Geografia são registradas 102 pesquisas e, na Geografia Regional, apenas 15.

A falta de trabalhos geográficos sobre a temática da pesca foi destacada pelo geógrafo francês Besançon (1965, p. 9), o qual afirmou que “a pesca era uma das raras atividades humanas que o prodigioso crescimento das ciências geográficas parece ter mantido nas sombras”. Todavia, ele ressalta que nos últimos anos houve avanço na publicação de estudos sobre o tema e que “alguns geógrafos parecem ter finalmente este campo relativamente pouco desenvolvido para aplicar o espírito de síntese que sustenta a originalidade da sua ciência” (Besançon, 1965, p. 9).

De acordo com Diegues (2004), a maior parte das pesquisas sobre a pesca são caracterizadas “por uma visão folclórica e idílica” dos pescadores artesanais. Isso pode ser explicado devido ao fato de que mesmo após as mudanças ocorridas no setor pesqueiro a partir da década de 1960, “as agências governamentais persistiram numa visão distorcida dos pescadores artesanais, considerando-os trabalhadores indolentes” (Diegues, 2004, p. 127). Para ele, “trata-se de uma justificativa ideológica para explicar a falta de apoio à pesca artesanal e os volumosos subsídios concedidos à pesca empresarial-capitalista pelo Decreto-Lei 221, de 1967” (Diegues, 2004, p. 127-128). E acrescenta que poucos autores “se empenharam em mostrar a necessidade de se integrar a produção pesqueira ao quadro da acumulação de capital e da divisão social do trabalho no Brasil” (Diegues, 2004, p. 128), como é o caso da pesquisa de Célia Maria e Silva, de 1992, intitulada “Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira”, e a tese de César Augusto Avila Martins sobre as indústrias de enlatamento.

Diante disso, justifica-se a necessidade da realização de pesquisas geográficas sobre a questão pesqueira. Além disso, há uma escassez de dados estatísticos sobre a produção da pesca no Brasil. O último boletim estatístico sobre a pesca nacional foi publicado em 2011, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). De acordo com Alves (2023), para Andrew Sharpless, diretor executivo da Oceana, maior organização internacional dedicada exclusivamente a proteger os oceanos, a escassez de dados sobre a pesca no Brasil é “algo que nenhuma nação responsável do mundo faria”. Um cenário incompatível “com o

tamanho e a sensatez” da maior nação latino-americana. Sendo assim, a produção de conhecimento sobre o tema é essencial, inclusive, para subsidiar a elaboração de políticas públicas setoriais.

Desse modo, busca-se, por meio desta pesquisa, realizar uma análise geográfica da pesca catarinense e do processo de industrialização do setor, partindo de sua gênese, considerando sua evolução e buscando compreender como a pesca se insere no quadro de acumulação de capital brasileiro, bem como na divisão social do trabalho no Brasil e no mundo.

Para alcançar tal objetivo, pode-se apoiar-se no pensamento de Ignácio Rangel, que estudou a especificidade do desenvolvimento econômico brasileiro a partir de duas questões centrais: os ciclos longos e as dualidades. Ao analisar as reações da economia brasileira frente aos impulsos emanados dos países do centro do sistema capitalista, por meio dos Ciclos longos ou de Kondratiev, Rangel nos fornece subsídios para interpretar a atividade pesqueira no litoral catarinense diante dos movimentos da economia brasileira e até mundial. Em outras palavras, trata-se de compreender como a pesca se inseriu na divisão nacional e internacional do trabalho e no processo de acumulação de capital.

A teoria dos ciclos longos caracteriza-se pelo estudo dos movimentos cíclicos da economia mundial, em lapsos de aproximadamente meio século — cerca de vinte e cinco anos de crescimento (fase a) e vinte e cinco anos de recessão (fase b) —, “estudados pelo economista russo Nikolai D. Kondratiev, que escreveu seus trabalhos fundamentais na década de 1920, mas que foi repudiado por seus compatriotas e, também, por muitos dos seus colegas do Ocidente” (Rangel, 2005, p. 261).

A dualidade brasileira é a combinação de modos de produção expressos na formação social do Brasil. De acordo com Rangel (1985, p. 10), a dualidade nada mais é do que “os modos fundamentais de produção de que cogita o materialismo histórico marxista (...)”, agrupados dois a dois, na formação social brasileira.

Em relação aos ciclos longos, na fase depressiva do primeiro ciclo (1815-1848), ao nível da formação brasileira, ocorreu a independência política do país e, com ela, segundo Rangel, registrou-se a primeira dualidade, “isto é, um pacto de poder coroado pela aliança entre as classes dos senhores de escravos, que passara do regime colonial, com a classe dos comerciantes, dissidência do capitalismo comercial português” (Rangel, 1985, p. 26).

Neste período, nota-se, ao nível da formação litorânea catarinense, um “redirecionamento das classes dominantes no sentido de um melhor aproveitamento do quadro natural, bem como, o aparecimento de unidades fazendeiras nas regiões de São Miguel, Desterro, Garopaba, Laguna e São Francisco” (Silva, 1999, p. 64). As produções eram

diversificadas, como café, arroz, milho, farinha de mandioca. A mão-de-obra era escrava, em parte, como os “ociosos nas armações” (Silva, 1999). Afinal, era um período recessivo e as manufaturas baleeiras estavam em ociosidade.

Os pequenos produtores, incluindo os pescadores, “após a partilha do quinhão entre os seus pares no espaço da praia, subordinam-se aos atravessadores, que se apropriam do excedente da mercadoria de cada componente do grupo” (Silva, 1999, p. 64). Uma pequena parte do excedente era retida pelos pequenos produtores para subsistência e até para um pequeno comércio.

No entanto, alguns pescadores, mesmo subordinados ao capital comercial português, conseguiam produzir óleo de baleia, “neste momento beneficiado pelos pescadores autônomos, entre rocha no espaço da praia” (Silva, 1999, p. 65), para abastecer os navios estrangeiros, que saíam em direção a Buenos Aires e Montevideu.

Aliás, esse período é caracterizado, segundo Bastos (2000), pela primeira fase da urbanização da Ilha de Santa Catarina e adjacências. Neste período, de ascensão da pequena produção mercantil açoriana (fins do século XVIII e início do XIX), a ilha “tornara-se exportadora de gêneros alimentícios, como farinha de mandioca, óleo de peixe e peixe salgado” (Bastos, 2000, p. 127).

Já na fase expansiva do segundo Kondratieff (1848-1873) há um aprofundamento da divisão internacional do trabalho, reincorporando países periféricos ao sistema mundial para o fornecimento de matérias-primas e busca de novos mercados consumidores. Nesse momento, segundo Rangel (1985), há a conversão do escravismo em feudalismo. Fica evidente uma “dissidência no interior da classe senhorial, dissidência esta que, via fundos de emancipação, tentava conscientizar a classe para a necessidade de libertação de seus escravos (...)” (Silva, 1999, p. 66).

Por conseguinte, diante da expansão da economia mundial (1848-1873), ao nível da formação litorânea catarinense, houve, por um lado, a participação dos latifundiários, através da exportação de produtos especializados (lenha, madeira, milho, farinha de mandioca) para os mercados brasileiros e de países sul americanos. Do outro, “os pequenos produtores tinham a incumbência, via produção diversificada, de alimentar o espaço urbano desterrense, cuja burguesia comercial ali estabelecida abastecia com excedente, não só a nação brasileira, como também os países latinos (Uruguai e Argentina)” (Silva, 1999, p. 68).

Já na fase recessiva (1873-1896) do segundo ciclo, ocorre, em termos institucionais, a Abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Segundo Rangel (1985),

estabelece-se as bases da segunda dualidade, com um pacto de poder entre a classe dos comerciantes e a nova classe dos senhores feudais.

Este período é caracterizado pela segunda fase de urbanização da Ilha de Santa Catarina e adjacências. “Florianópolis é promovida à condição de praça comercial importadora que vai abastecer as emergentes colônias de alemães e italianos recém instaladas nos vales atlânticos” (Bastos, 2000, p. 128).

Em relação à pesca, há, segundo Silva (1999), o surgimento de fábricas de conservas em Cabo Frio (RJ) e Rio Grande (RS). Estas fábricas se articulam com o litoral catarinense, “que se destaca pelo fornecimento de peixe seco e em salmoura, e em troca comercializavam, principalmente o sal” (Silva, 1999, p. 69). Essa articulação permitiu, inclusive, um processo de obtenção de poupanças por parte de alguns pequenos produtores e permitiu a “emersão de capitais semimanufatureiros, sob a forma de pequenas salgas” (Silva, 1999, p. 69).

Com o advento do terceiro ciclo de Kondratieff (1921-1948), segue-se um longo período recessivo da economia mundial com um novo pacto de poder na formação social brasileira. Dessa vez, “a classe dos capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, negociou com a classe dos latifundiários, surgida da 2ª dualidade, novo pacto de poder, sob a hegemonia desta” (Rangel, 1981, p. 26). Nasce assim a 3ª Dualidade.

Em relação à formação social e econômica do litoral catarinense, a partir desse período, os produtores de pescados catarinenses passam a fornecer insumos (peixe em salmoura) para que as unidades industriais, localizadas “nos grandes centros (Rio Grande, Rio de Janeiro, Santos, etc.)”, pudessem enlatar os pescados (Silva, 1999, p. 70). Afinal, o litoral catarinense contava com “a presença de grandes cardumes e, sobretudo, disponibilidade de pescadores” (Diegues, 1984, p. 123).

Aliás, em relação à disponibilidade de mão de obra para o exercício da pesca, Doumenge (1967), destaca que tal atividade não é simples questão de técnica, já que

podemos dispor do material mais aperfeiçoado e saber servir-nos dele perfeitamente sem que, por isso, estejamos em condições de obter pescados. A exploração do mar constitui uma arte que exige longa educação e uma prática que só se adquire num quadro social e psicológico apropriado (Doumenge, 1967, p. 64).

Sendo assim, nas comunidades pesqueiras, o ofício da pesca é passado de geração em geração. Em algumas áreas litorâneas, onde ocorre a pesca da tainha, através do cerco de praia, os jovens pescadores aprendem, desde cedo, a enxergar e identificar os cardumes que se aproximam das praias.

Continuando a análise dos ciclos, na fase expansiva, fase “a” do quarto ciclo de Kondratieff (1948-1973), o Estado brasileiro adotou uma série de medidas para consolidar o

padrão industrial do Brasil, iniciado a partir de 1930. Foi nesse período o auge do setor pesqueiro.

Nesse contexto é implantada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962, com objetivo de expandir a produção pesqueira, através da concessão de incentivos fiscais aos empreendimentos de pesca além de suporte técnico para ampliar as capturas. Houve, também, a promulgação do Decreto nº 58.696, em 1966, que incluiu a pesca como indústria de base e, portanto, financiável pelo BNDE.

De acordo com Lago e Gouveia (1968), algumas unidades localizadas no litoral catarinense, como a Inpesca (Imaruí), a Pepe Pesca (Itajaí) e a Krause (Penha) investem grandes quantias de recursos em instalações e equipamentos.

A Cia Krause que atuava no setor de captura, beneficiamento e comercialização de pescados foi a que mais recebeu incentivos, até 1974, concedidos pela SUDEPE (Borges, 2008). A Krauser comprava camarão do pequeno pescador e, para garantir o fornecimento de matéria-prima, financiava a aquisição de redes e equipamentos de pesca aos pescadores (Borges, 2008). Além da Krause, outras empresas de pesca catarinenses acessaram os recursos oriundos da SUDEPE, como a Sopesca, José Vasques Martinez, David Gregório, Sul Atlântico, Mipesca, todas sediadas em Itajaí. Atualmente, destas empresas, apenas a David Gregório Neto Ltda e a Sul Atlântico de Pesca S.A continuam em atividade.

Todas as medidas provocaram um aumento significativo da produção pesqueira, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1- Desembarque controlado de pescado em Santa Catarina no período de 1962/1978

Anos	Produção total de quilos (continua)
1962	9.498.370
1963	11.906.942
1964	17.883.009
1965	21.025.324
1966	21.124.946
1967	26.172.404
1968	29.893.154
1969	33.781.590
1970	46.786.309
1971	58.150.697

1972	64.697.662
1973	118.213.182
1974	126.817.859
Anos	Produção total de quilos (conclusão)
1975	86.053.198
1976	57.905.938
1977	84.490.072
1978	97.204.402
1979.	91.505.368

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do ICMBio (1979)

Entre o ano de 1962 e 1979, a produção pesqueira catarinense aumentou mais de dez vezes, conforme a Tabela 1, sendo a principal espécie capturada a sardinha, conforme a Tabela 2, que é a matéria-prima básica das indústrias de enlatamento.

Tabela 2- Produção de sardinha em quilos 1962/1970

Anos	Produção em quilos
1962	2.400
1963	3.550
1964	9.375
1965	14.124
1966	12.246
1967	13.805
1968	12.245
1969	14.716
1970	22.542.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do CODESUL (1968); ACARPESC (1971)

No entanto, a conjuntura favorável da economia mundial começa a declinar e emerge uma nova fase recessiva. “A fase ‘b’ no 4º Kondratiev abriu-se (1973) com a chamada crise do petróleo” (Rangel, 1985, p. 61), uma fonte de energia fundamental naquele período, inclusive para o setor pesqueiro, que também a enfrentar um novo problema, ou seja, a diminuição dos cardumes.

Afinal, a distribuição desequilibrada dos recursos, via incentivos fiscais, já que a maior parte foi empregada na indústria e na captura, acabou provocando um esforço de pesca acima da capacidade de reprodução dos cardumes e, conseqüentemente, a diminuição dos estoques pesqueiros. Entre 1967-1972, “cerca de 51% foram investidos na indústria, 20% na captura, 13% na administração, apenas 7% na comercialização, e na pesquisa e levantamento dos recursos naturais (estoques pesqueiros) nada foi investido” (Giulietti; Assumpção, 1995, p. 98). Com isso, ocorreu uma drástica diminuição dos cardumes. Segundo Abdallah e Bacha (1999), em 1985, a produção brasileira alcançou um pico de 971.537 toneladas, no ano de 1992, caindo drasticamente para 463.314 toneladas.

De acordo com Abdallah e Bacha (1999), a implementação da política de incentivos fiscais acabou superdimensionando a frota e a infraestrutura industrial, esta última, com capacidade muito superior ao abastecimento de matérias-primas.

Além disso, somada à falta de investimento em estudos sobre a dinâmica dos recursos vivos da costa brasileira, havia a questão de que as “águas tropicais e subtropicais apresentam limitada produtividade natural” (Giulietti; Assumpção, 1995, p. 98).

Aliás, a relação entre a temperatura da água e a ocorrência de cardumes é, dessa forma, destacada por Darkenwald e Jones (1959, p. 54): “em nenhum lugar de baixa latitude houve um desenvolvimento da pesca comercial em escala comparável ao alcançado nas águas mais frias das latitudes médias”.

Com isso, dos 137 empreendimentos/projetos de pesca aprovados pelos órgãos competentes, como a SUDEPE, “a maioria das indústrias fechou suas portas logo depois de entrar em funcionamento, ou muitas delas nem chegaram a funcionar por escassez de matérias-primas e outras nem saíram do papel” (Giulietti; Assumpção, 1995, p. 98).

Além disso, segundo Silva (1992), durante esse período, quando o Brasil estava comandado por governos militares, com intuito de expandir o parque industrial pesqueiro, montou-se um esquema rigoroso de fiscalização sanitária, de modo que as pequenas unidades de beneficiamento de pescados que não se ajustassem às novas regras sanitárias eram fechadas. De acordo com Silva (1992, p. 164), “o SIPAMA — Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas do Ministério da Agricultura — passou a fechar, direta e ou indiretamente, as pequenas empresas que não se enquadrassem nos padrões estabelecidos”.

Com isso, evidencia-se um processo de favorecimento aos novos capitais industriais. Segundo Silva (1992), as conseqüências desse processo era “expropriar pequenos capitais manufatureiros, eliminando-se a concorrência na etapa de beneficiamento, já que a indústria

estava em condições de assumir essa fase do processo produtivo pesqueiro” (Silva, 1992, p. 164).

Diante do processo de industrialização do setor pesqueiro, a pesca, desenvolvida em sua forma artesanal, acabou marginalizada, seja pela falta de recursos, através do órgão oficiais, como a SUDEPE, seja pela urbanização crescente das áreas litorâneas, onde houve “a multiplicação dos loteamentos e empreendimentos imobiliários e fez com que muitas comunidades ficassem praticamente impossibilitadas de chegar até a praia” (Bastos, 2000, p. 138).

Para Bastos (2000), é neste contexto que se estrutura a terceira fase da urbanização da Ilha de Santa Catarina e adjacências. É um período caracterizado pela decadência das áreas de povoamento açoriano, pela expansão urbana das áreas litorâneas, com a “chegada da cidade até a praia (processo de balnearização)” (Bastos, 2000, p. 135).

Além da diminuição dos cardumes, pelo aumento, desproporcional das capturas, através de instrumentos cada vez mais avançados, houve ainda o aumento da poluição dos ecossistemas costeiros, devido à expansão urbana acelerada nas áreas litorâneas.

Outro aspecto a ser destacado foi o desmonte institucional do setor pesqueiro, com a incorporação da SUDEPE, pelo novo Ibama.

Este processo de industrialização do setor pesqueiro, inserido no quadro de modernização industrial brasileiro, evidenciou graves contradições, principalmente na formação litorânea catarinense, em áreas de colonização açoriana. Há “o empobrecimento social, para não falar do estado de miséria e de penúria a que estão submetidos, atingidos, igualmente, no presente momento, pela degradação ambiental” (Silva, 1999, p. 76).

Por fim, para interpretar a pesca no litoral catarinense, adotou-se a classificação proposta por Diegues (1983), que a divide em três categorias: pesca de subsistência; pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil — subdividida em produção mercantil simples, praticada pelos pequenos produtores litorâneos (os pescadores-lavradores), e em pequena produção mercantil pesqueira ampliada (o pescador artesanal); e, por fim, a pesca empresarial capitalista. Segundo Diegues (2004, p. 132), essas formas “não são estanques, mas se interpenetram de forma bastante complexa”.

Embora tal classificação refira-se às diferentes formas de organização da atividade pesqueira no litoral brasileiro — em particular no litoral sudeste, onde o autor realizou seus estudos, no caso da pesca praticada no litoral catarinense —, pode-se adotar as seguintes classificações: pequena produção mercantil pesqueira (ampliada); a pesca artesanal e a pesca empresarial capitalista.

Assim, visto os referenciais conceituais e teóricos, que nortearam a realização desta pesquisa, destaca-se também os métodos utilizados para a sua realização: vasta revisão bibliográfica, através de consulta a livros e trabalhos acadêmicos; levantamento de dados estatísticos (ICMBio, IBGE); análise dos principais dispositivos legais (leis, decretos), relacionados com a pesca; consulta a relatórios sobre a pesca (FAO/ONU); visitas técnicas a diversas instituições (Colônias de Pescadores, Sindicatos, Epagri, Indústria Pescados Kowalsky, Fiesc), participação em exposições (Expomar). Além disso, para ilustrar as informações apresentadas foram elaborados gráficos, mapas, tabelas e imagens (embarcações, equipamentos de pesca, etc).

A presente tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro apresenta e analisa um panorama da pesca mundial, destacando países com maior volume de produção de pescados, frota pesqueira, empregos no setor e comércio internacional. O segundo capítulo traz um panorama da pesca no Brasil, abordando os empregos no setor pesqueiro nacional, a frota brasileira e as principais características da aquicultura no país. O terceiro e o quarto capítulos concentram-se na pesca catarinense. O terceiro inicia com os fundamentos físico-naturais da pesca no litoral de Santa Catarina, aborda a gênese e evolução da atividade e da indústria pesqueira no estado, e conclui com uma breve análise da aquicultura catarinense. Já o quarto capítulo trata da organização espacial e do funcionamento da pesca no litoral catarinense, com análise separada da pesca artesanal e da industrial, considerando aspectos como os principais municípios produtores, número de pescadores envolvidos, relações de trabalho, comércio, localização das indústrias, embarcações e aparelhos utilizados.

Por fim, no último capítulo foi analisado o papel desempenhado pelo Estado no desenvolvimento da pesca, no Brasil e em Santa Catarina. Para isso, foi traçado um panorama dos principais instrumentos legais aprovados para desenvolver o setor pesqueiro no país, desde a criação da SUDEPE, em 1962, e do Decreto Lei 221 de 1967, os quais se constituíram em medidas fundamentais para a industrialização da pesca no Brasil, passando pelo desmonte dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da atividade no país, principalmente entre o final da década de 1980 e década de 1990, como consequência das políticas econômicas neoliberais, no setor pesqueiro. É analisada a retomada da organização institucional da pesca após a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), em 2003, durante o governo de Lula, a criação do primeiro Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009, sob o comando do ex-deputado catarinense José Fritsch (PT), demonstrando a relevância do setor pesqueiro em Santa Catarina. O MPA foi extinto em 2015 e recriado em 2023.

2. PANORAMA DA PESCA: MUNDO

De acordo com dados do relatório 2024 da FAO “Estado Mundial da Pesca e a Aquicultura” (SOFIA, sigla em inglês), em 2022 os organismos aquáticos (peixes, crustáceos, moluscos) são cada vez mais reconhecidos por suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional das populações dos países em desenvolvimento, afinal, os animais aquáticos possuem nutrientes essenciais que permitem dietas saudáveis e representam uma solução eficaz para melhorar a segurança alimentar e nutricional da população global. Dessa forma, segundo a FAO (2024),

Os alimentos aquáticos de origem animal fornecem proteínas de alta qualidade, 15% das proteínas de origem animal e 6% das proteínas totais em todo o mundo, bem como nutrientes essenciais, como ácidos graxos ômega-3, minerais e vitaminas (FAO/ONU, 2024, p. 17)

A produção mundial de pesca e aquicultura atingiu um novo máximo em 2022. De acordo com a FAO (2024), a produção global da pesca e da aquicultura alcançou um total de 223,2 milhões de toneladas, incluída a produção de algas de 37,8 milhões de toneladas. Desse total, a produção de pescados (animais aquáticos) atingiu 185,4 milhões de toneladas. A pesca de captura alcançou o total de 91 milhões de toneladas, enquanto a aquicultura, 94,4 milhões. Sendo assim, a aquicultura com 94,4 milhões respondeu por 50,91% da produção de pescados. É a primeira vez que a produção a partir do cultivo de pescados supera a produção pela captura, conforme a Tabela 03.

No início da década de 1990, a aquicultura era responsável pela produção de cerca de 21 milhões de toneladas em todo o mundo. Isto equivalia a cerca de 19,69% da produção total de pescados. Atualmente, ela responde por 94,4 milhões de toneladas, o que corresponde a 42,15% da produção mundial de pescados.

Ainda segundo dados da FAO (2024), estima-se que 61,8 milhões de pessoas trabalham no setor de produção captura, especialmente na pesca de pequena escala. Além disso, 24% dos pescadores e aquicultores são mulheres, mas, nas atividades de beneficiamento, pós-captura, as mulheres representam 62% da mão de obra.

Tabela 03- Produção mundial de pesca e aquicultura entre a década de 1990 e o ano de 2022 (em milhões de toneladas)

Produção	Decênio 1990	Decênio de 2000	Decênio de 2010	2020	2021	2022
Pesca de captura						
Continental	7,1	9,3	11,3	11,5	11,4	11,3
Marinha	81,9	81,6	79,8	78,3	80,3	79,7
Total pesca de captura	88,9	90,9	91,1	89,8	91,6	91,0
Aquicultura						
Continental	12,6	25,6	44,8	54,5	56,4	59,1
Marinha	9,2	17,9	26,8	33,2	33,2	35,3
Total da aquicultura	21,8	43,4	71,5	87,7	91,1	94,4
Total mundial da pesca e aquicultura	110,7	134,3	162,6	177,5	182,8	223,2*

*dentro desse total está a produção de algas: 37,8

Fonte: Estatísticas da pesca e aquicultura FAO/ONU, 2024. In: <https://www.fao.org/3/cc0461es/cc0461es.pdf>
Elaborado pelo autor.

A partir dos dados apresentados constata-se que a pesca de captura marinha se manteve com seus valores totais, praticamente, constantes, na faixa de 80 milhões de toneladas ao longo das últimas três décadas. No entanto, apesar de se manter estável nas últimas décadas, a sustentabilidade dos recursos pesqueiros é motivo de preocupação. De acordo com os dados do Relatório Estado Mundial da Pesca e Aquicultura FAO/ONU 2024 (SOFIA), a proporção de populações de peixes marinhos explorados em nível biologicamente sustentável diminuiu para 62,3% em 2021, esse valor é 2,3% menor do que em 2019.

Dessa forma, a pesca de captura demanda a criação de medidas de ordenamento para garantir a reprodução dos estoques de algumas espécies. Além disso, há outras questões que interferem, diretamente, na pesca de captura marinha, como é o caso das questões climáticas. Segundo o Relatório SOFIA/FAO 2024, os episódios do fenômeno El Niño provocam alterações das condições do oceano devido às mudanças na temperatura da superfície do mar que afeta a disponibilidade de alimentos e provocam alterações dos habitats para os peixes e outras espécies marinhas.

Os eventos do El Niño foram relacionados com declínio nas capturas de peixes de diversas pescarias, como as do Pacífico Norte e o Mar da China Oriental, bem como

os de espécies altamente migratórias e anchova no Pacífico oriental. (SOFIA, 2024, p. 24)

Devido às oscilações na disponibilidade de recursos pesqueiros, a pesca de captura apresenta bastante instabilidade. Isso faz com que o cultivo de pescados se constitua em importante alternativa ao setor pesqueiro, não só para suprir a demanda alimentar primária da população de áreas de pesca, como para o fornecimento de insumos para as indústrias de pescados.

A expansão da aquicultura ocorre principalmente nos países asiáticos. De acordo com dados da FAO (2022), eles responderam por 77.377,0 milhões de toneladas (88,43%) da produção mundial de pescados cultivados, em 2020. Desse total, somente a China produziu 49.620,1 milhões de toneladas (64,13%).

Segundo Biernath (2023), a China já superou o Brasil e virou a grande produtora de peixes amazônicos, como é o caso do "*red pacu*", que é conhecido como a pirapitinga, um peixe típico da região amazônica e da bacia dos rios Araguaia-Tocantins. Em 2020, foram produzidas 59,4 mil toneladas de pirapitinga no país asiático.

Biernath (2023) ainda destaca que, além da China, outros países também produzem a pirapitinga, como a Colômbia (33 mil toneladas), Vietnã (23 mil), Peru (2,1 mil) e o Brasil (1,8 mil). Biernath afirma que esse peixe não é muito apreciado entre os habitantes da região amazônica brasileira, que preferem outras opções locais, como o tambaqui (Figura 1), o matrinxã (Figura 2) e o jaraqui (Figura 3)

Figura 1- tambaqui



Fonte: Panorama da aquicultura, 2024. Disponível em: <https://panoramadaaquicultura.com.br/coletanea-informacoes-aplicadas-cultivo-tambaqui-pacu-outros-peixes-redondos/> Acesso em: 11 maio 2025

Figura 2- matrinxã



Fonte: Guia do peixe, 2023. Disponível em:
<https://www.guia-de-peixes-comercializados-monte-alegre.com/en/matrinxã> Acesso em: 11 maio 2025.

Figura 3- jaraqui



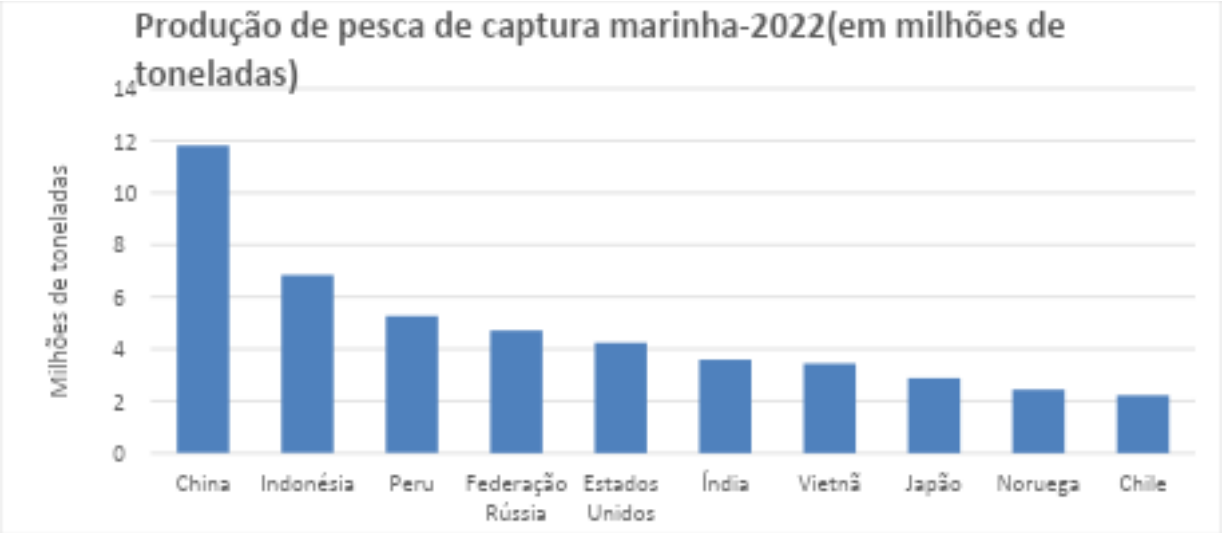
Fonte: Maxcampo, 2024. Disponível em:
<https://maxcampo.wordpress.com/2014/02/18/jaraqui/> Acesso em: 11 mai 2025.

2.1 PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE PESCADOS

A China é o maior produtor mundial de pescados, tanto em cultivo, quanto em captura. Segundo o Relatório da FAO/2022, na pesca de captura marinha, o país produziu 11,81 milhões de toneladas em 2022, representando 14,81% das capturas mundiais de animais aquáticos. Aliás, nenhum continente hoje chega perto. Produz mais do que o resto do continente asiático e, se comparada ao resto do mundo, excluindo-se a Ásia, a China alcança números maiores que todos os demais continentes juntos. Logo depois, na pesca, estão Indonésia, Peru, Rússia, Estados Unidos, Índia, Vietnã, Japão, Noruega e Chile. Na aquicultura, seguindo o gigante asiático estão Índia, Indonésia, Vietnã, Bangladesh, Egito, Noruega e Chile. O Gráfico 1 e o

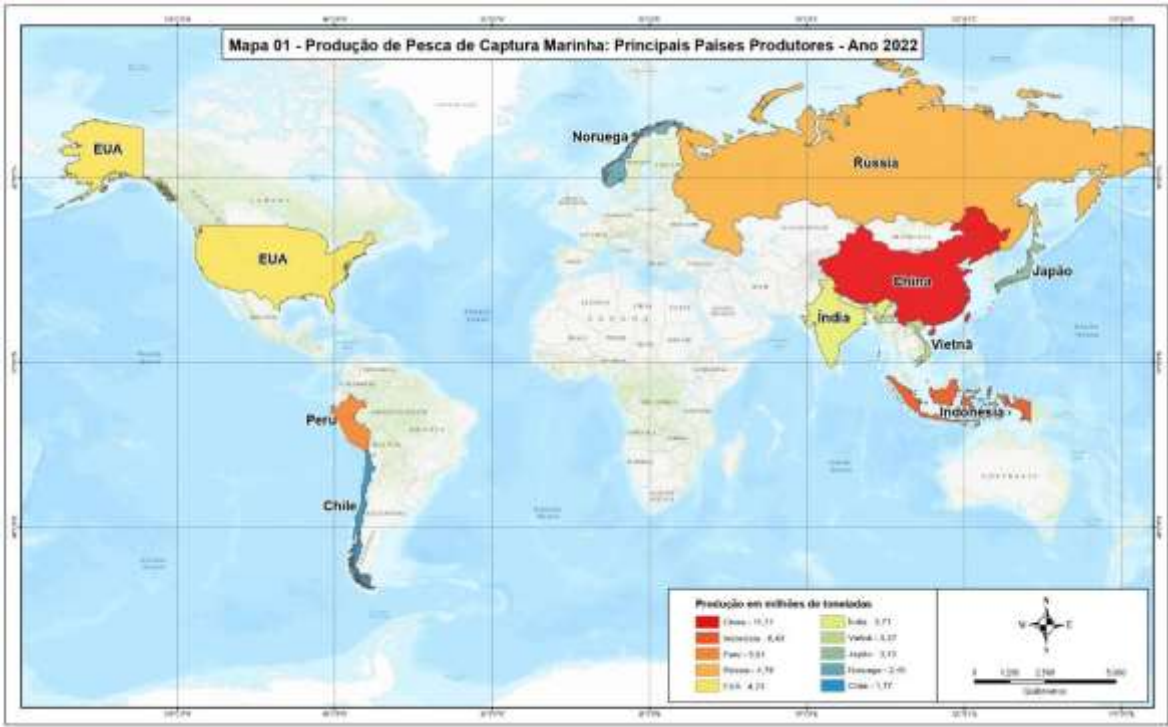
Mapa 1 apresentam os dez maiores produtores de pescados de captura marinha do mundo em 2022.

Gráfico 1-Os dez maiores produtores de pesca de captura marinha em 2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Relatório FAO/ONU 2024

Mapa 1- Produção de pesca de captura marinha: principais países produtores - ano 2022



Fonte: elaborado por Armani (2025), com base em dados do relatório FAO/ONU 2024

Dessa forma, segundo os dados da FAO (2024), a pesca de captura marinha continua concentrada em um pequeno número de países, desde a década de 1980, conforme a série histórica apresentada na Tabela 4.

Aliás, em 2022, os sete principais produtores de pesca de captura marinha representaram mais de 50% da captura mundial de pescados. Somente a China representou 15% do total, seguida por Indonésia (8,2%), Peru (7,1%), Federação Russa (6,1%) Estados Unidos (5,4%), Índia (4,7%) e Vietnã (4,2%).

Tabela 04- Produção de pesca de captura marinha: os dez maiores produtores 1980-2022
(em milhões de toneladas)

Países	Década 1980	Década 1990	Década 2000	Década 2010	2017	2018	2019	2020	2021	2022
China	3,82	9,96	12,43	13,24	13,1	12,6	12,1	11,76	11,74	11,81
Indonésia	1,74	3,03	4,37	5,98	6,56	6,71	6,51	6,38	6,67	6,84
Peru	4,14	8,10	8,07	5,13	4,13	7,15	4,79	5,61	6,5	5,28
Federação Rússia	1,51	4,72	3,20	4,28	4,59	4,84	4,72	4,79	4,88	4,71
Estados Unidos	4,53	5,15	4,75	4,89	5,01	4,77	4,81	4,24	4,28	4,24
Índia	1,69	2,60	2,95	3,55	3,94	3,62	3,67	2,83	3,14	3,59
Vietnã	0,53	0,94	1,72	2,70	3,15	3,19	3,29	3,35	3,39	3,44
Japão	10,59	6,72	4,41	3,48	3,19	3,26	3,17	3,18	3,17	2,88
Noruega	2,21	2,43	2,52	2,30	2,39	2,49	2,31	2,47	2,41	2,44
Chile	4,52	5,95	5,95	2,16	1,92	2,12	1,97	1,77	1,99	2,22

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados da FAO/ONU 2024

Diante desses dados constata-se que a maior parte dos maiores produtores de pescado são países periféricos. De acordo com a Tabela 5, entre os 20 maiores produtores de pescados apenas seis são países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Japão, a Noruega, a Islândia, a Coreia do Sul e a Espanha, os demais são países subdesenvolvidos.

Nos países subdesenvolvidos, geralmente, o que se pesca, ali se consome. Já as nações mais ricas, grandes consumidoras de pescado, importam uma parcela cada vez maior desse alimento.

Segundo o Relatório FAO/ONU 2024, da produção total de pescados, 89% destinou-se ao consumo humano, o que equivale a cerca de 20,7 kg per capita em 2022. A Tabela 6 apresenta os países com maior consumo per capita de pescados no ano de 2019. Os 11% restantes destinaram-se a usos não alimentares, principalmente à produção de farinha de peixe e óleo. O consumo per capita anual representa 15% da proteína animal necessária à dieta do ser humano. Em vários países da Ásia e África, os pescados representam mais de 50% da proteína animal consumida, evidenciando sua importância na segurança alimentar, principalmente dos países periféricos.

Tabela 05 - Os 20 maiores produtores de pesca de captura marinha- ano de 2022 (em milhões de toneladas)

Países	2022
China	11,81
Indonésia	6,84
Peru	5,28
Federação Rússia	4,71
Estados Unidos	4,24
Índia	3,59
Vietnã	3,44
Japão	2,88
Noruega	2,44
Chile	2,22
México	1,65
Filipinas	1,59
Marrocos	1,56
Islândia	1,41
Malásia	1,31
Tailândia	1,28
Coreia do Sul	1,24
Myanmar	1,01
Argentina	0,835
Espanha	0,805

Fonte: FAO/ONU 2024

Assim, para os países de baixa renda, localizados em zonas costeiras, os pescados constituem-se na principal fonte de proteína. Conforme os dados da FAO (2024, p. 93), “no Camboja, Serra Leoa, Bangladesh, Indonésia, Gana, Moçambique e alguns PEID, alimentos aquáticos contribuíram com 50% ou mais da ingestão total de proteínas de origem animal”.

Dessa forma, ainda segundo os dados da FAO (2024, p. 10),

Nas últimas décadas, a produção total de pesca e aquicultura dos países de baixa e média renda tem aumentando (de 33% aproximadamente na década de 1950 para 87% em 2020). Em 2020, os países de renda média alta, particularmente na China, cresceram como principais produtores com 49% da produção total de animais aquáticos, seguido por países de renda média-baixa (32%), países de alta renda (17%) e, finalmente, países de baixa renda (2%).

Tabela 06 — Os países com maior consumo per capita anual de pescados em 2022.

Países	Consumo anual per capita (kg)
Islândia	91
Maldivas	85
Coreia do Sul	57
Portugal	57
Japão	46
Espanha	42

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024

Dessa forma, a pesca exerce um papel relevante na segurança alimentar da população. Segundo o relatório da ONU/FAO O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFIA), de 2024, a pandemia de COVID-19 contribuiu para o aumento da fome no mundo. De acordo com o documento, cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome em 2023 — o equivalente a uma em cada 11 pessoas no planeta e a uma em cada cinco no continente africano.

A fome ainda assola uma grande parcela da população mundial. Segundo Castro (1968, p. 15), “em meados do século XX, pelo menos dois terços da humanidade vivem em regime alimentar deficiente, ou seja, em estado de fome crônica”. Para ele, a característica mais marcante das regiões subdesenvolvidas do mundo “é a fome crônica e generalizada em que vegetam suas massas de população” (Castro, 1968, p. 15).

Ainda, conforme Castro (1968),

o mais grave são as deficiências qualitativas, as carências ou fomes específicas, a começar pela fome de proteína, que de acordo com as recentes investigações levadas a efeito por abalizados técnicos, em diferentes áreas subdesenvolvidas do mundo, se revelou, como sendo a mais generalizada de todas as carências alimentares e uma das doenças mais comuns nos nossos dias. (Castro, 1968, p. 16).

Assim, a carência de proteínas foi considerada por Castro (1968) a forma mais grave de fome específica que assola principalmente as classes menos favorecidas dos países subdesenvolvidos, “que não costumam ingerir a quantidade de proteínas considerada racional para uma alimentação sadia e, por isso, as deficiências proteicas são das mais generalizadas nos nossos dias, sendo funestas as suas consequências” (Castro, 1968, p. 87).

Portanto, os pescados podem suprir a carência de proteínas de baixo custo na alimentação das populações em situação de extrema pobreza, nas áreas de pesca dos países subdesenvolvidos. Segundo Castro (1968),

na Amazônia, o peixe constitui componente da dieta regional, graças à extraordinária riqueza piscosa de grandes rios, e que, em certas regiões costeiras e nos deltas de outros rios sul-americanos, vivem populações semi-anfíbias, morando quase dentro d'água, entregues a pesca de animais marinhos. Nestes casos, atenua-se um pouco a carência proteica — que se traduz pela melhor constituição física e pela estatura mais elevada dos componentes desses grupos humanos —, mas não chega a desaparecer por completo. (CASTRO, 1968, p. 142).

Diante disso, QU Dongyu, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), destaca que “a pesca e a aquicultura têm uma importância crítica para a segurança alimentar global, bem como para a recuperação da crise da COVID-19” (FAO, 2021). Ele também destaca “que a pandemia de COVID-19 afetou o setor de pesca e aquicultura por meio de mudanças nas demandas dos consumidores, acesso ao mercado e problemas logísticos relacionados ao transporte e restrições de fronteira”. Dessa forma, QU afirma que “a pesca e a aquicultura são essenciais para que a economia mundial se recupere melhor da crise de COVID-19”.

Nessa via, verifica-se que a pesca assume um papel fundamental não apenas na recuperação econômica e social do mundo pós-pandemia, mas também desempenha uma posição relevante na economia de vários países.

De acordo com dados do relatório 2024 da FAO “Estado Mundial da Pesca e a Aquicultura” (SOFIA), em 2022, a produção global de pesca de captura atingiu 92,3 milhões de toneladas, sendo 91,0 milhões de toneladas de animais aquáticos e 1,3 milhão de toneladas de algas, além de cerca de 7.700 toneladas de outros produtos aquáticos, como corais, pérolas, conchas e esponjas. Já nas áreas marinhas a produção, em 2022, foi de 79,7 milhões de toneladas, uma queda de 5,5% em relação à produção de 2018, que alcançou 84,4 milhões de toneladas, quando o Peru e o Chile relataram capturas de anchova relativamente altas. Dessa forma, a pesca de captura marinha responde pela maior parte da produção pesqueira de captura, alcançando 86,34%.

Em relação à produção da China, deve-se destacar que parte das capturas do país ocorreu, na verdade, em águas distantes. Conforme os dados da FAO (2024), dos 11,8 milhões de toneladas notificados em 2022, 2,3 milhões de toneladas correspondiam às capturas em águas distantes.

A pesca de captura Chinesa em águas distantes tem ocasionado graves conflitos. De acordo com Garattoni e Lima (2021), “hoje, a China é responsável por 38% da chamada ‘pesca em águas distantes’, segundo estimativa da ONG Global Fishing Watch. É seguida por Taiwan (21,5%), pelo Japão (10%), Espanha e EUA (9,9% cada). Eles destacam que os conflitos entre pescadores brasileiros e chineses são muito comuns.

Garattoni e Lima (2021) destacam que

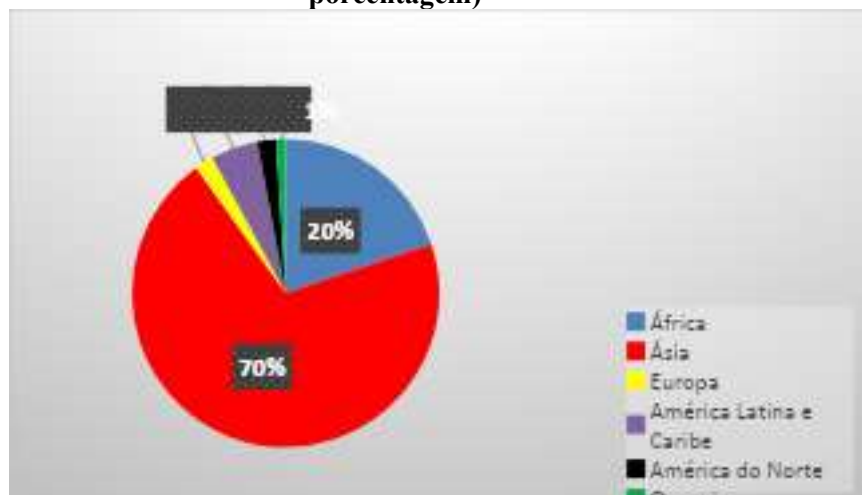
Conflitos como esse (que foi causado, aparentemente, porque as redes de pesca dos chineses e dos brasileiros se engancharam) são cada vez mais comuns na América do Sul: onde uma frota de 400 barcos chineses passa o ano todo pescando atum, polvo, lula, tubarão, arraia, merluza, moluscos e outras espécies, muitas vezes de forma predatória e ilegal.

2.2 FROTA PESQUEIRA MUNDIAL

Conforme o relatório FAO (2024), a China tem a maior frota pesqueira do mundo, com uma estimativa de 564 000 embarcações. Segundo o Relatório FAO/ONU de 2024, estima-se que a frota pesqueira mundial era de 4,9 milhões de embarcações, em 2022.

A maior parte das embarcações está localizada nos países asiáticos, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2- Quantidade de embarcações por regiões/continentes em 2022 (em porcentagem)

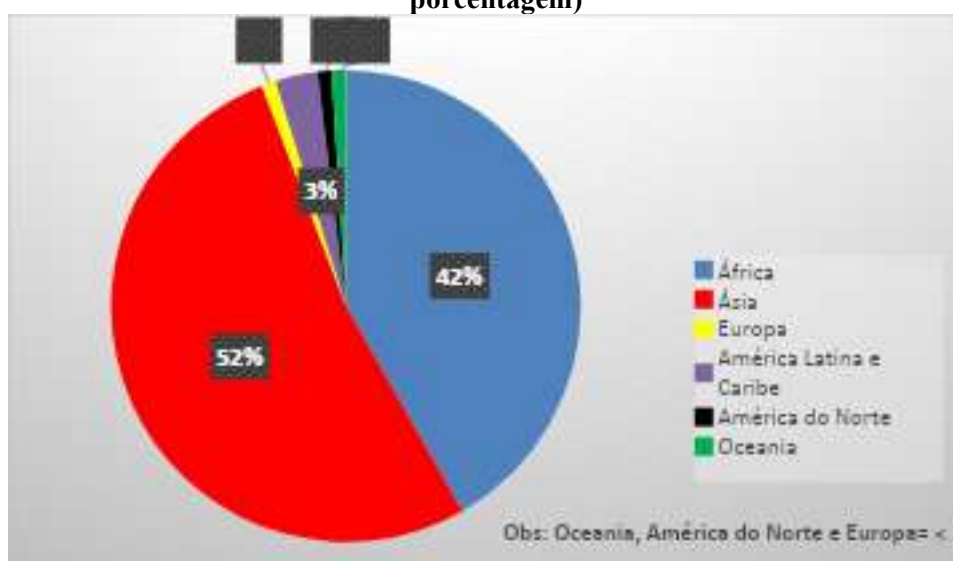


Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024.

De acordo com os gráficos 1 e 2, verifica-se que tanto a produção pesqueira quanto o número de embarcações estão concentrados na Ásia, demonstrando a importância da atividade pesqueira para esse continente.

Outro aspecto que se pode destacar em relação à frota pesqueira mundial refere-se ao grau de motorização das embarcações. Isso significa que em muitas regiões do mundo, ainda predominam as embarcações simples, não motorizadas, principalmente no continente asiático e africano, conforme o Gráfico 3:

Gráfico 3- Quantidade de embarcações sem motor por regiões/continentes em 2022 (em porcentagem)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024.

Em relação ao tamanho das embarcações, segundo o Relatório FAO/ONU 2024, das embarcações motorizadas, existem dados disponíveis apenas para 30% dessas embarcações. Desse total, 80% das embarcações possuem tamanho inferior a 12 metros de comprimento, 18% estão na categoria entre 12 e 24 metros, e 3% são embarcações com mais de 24 metros. No que diz respeito aos barcos sem motor, as informações sobre o tamanho representam 52% dos dados. Desse total, 99% são embarcações com menos de 12 metros, e apenas 1% que pertencem à categoria entre 12 e 24 metros.

Diante desses dados, percebe-se que a maior parte da frota pesqueira mundial é composta por embarcações de pequeno porte, com menos de 12 metros de comprimento. Ao se analisar o tamanho das embarcações por continente/região, o Relatório FAO/ONU (2024) apresenta os seguintes resultados: em 2022, 89% das embarcações da Oceania eram de pequeno porte; de forma semelhante, na América Latina e Caribe, na Europa e na África essa proporção

superava 80%. Na Ásia, 77% da frota enquadrava-se nessa categoria, enquanto na América do Norte apenas metade era formada por barcos pequenos. Em contrapartida, a porcentagem de embarcações de grande porte (com mais de 24 metros de comprimento e geralmente associadas a arqueação bruta superior a 100 toneladas) foi mais elevada na América do Norte e na Oceania (ambas com 6%), seguida pela Europa (5%), Ásia (3%) e, por fim, América Latina e Caribe e África (ambas com 1%).

2.3 EMPREGOS E EMPRESAS NO SETOR PESQUEIRO MUNDIAL

Outro aspecto relacionado à pesca mundial refere-se aos empregos gerados pelo setor pesqueiro. De acordo com dados do Relatório da Pesca e Aquicultura FAO/ONU 2024, estima-se que em 2022, 61,8 milhões de pessoas trabalharam no setor primário da pesca e aquicultura comercial. O subsetor da aquicultura representou 36% deste total, e o de pesca de captura 54%. A maioria dos empregos estão na Ásia, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4- empregados no setor primário da pesca e aquicultura em 2022, por continentes/regiões (em porcentagem)



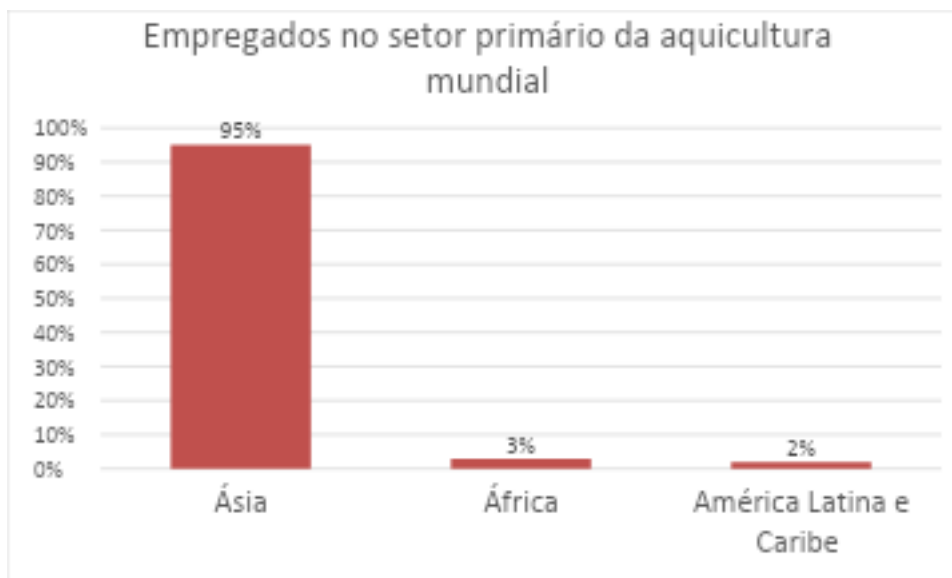
Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024.

Considerada separadamente, a aquicultura empregou cerca de 22 milhões de pessoas em todo o mundo no ano de 2022. Desse total, a Ásia respondeu por 95% do total de trabalhadores, seguida por África (3%) e América Latina e Caribe (2%), como ilustra o Gráfico 5.

Por outro lado, na pesca de captura, houve a participação de, aproximadamente, 33,3 milhões de pessoas. Novamente, o continente asiático respondeu pela maior parte dos

trabalhadores, cerca de 77% da força de trabalho, seguido por outros continentes, conforme o Gráfico 6.

Gráfico 5- empregados no setor primário da aquicultura em 2022, por continentes/regiões (em porcentagem)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024.

Deve-se ressaltar que América do Norte, Europa e Oceania contribuíram, cada um, com 1% ou menos dos trabalhadores de pesca

Gráfico 6- empregados no setor primário da pesca em 2022, por continentes/regiões (em porcentagem)



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024.

Ainda segundo o Relatório da Pesca e Aquicultura FAO/ONU 2024, houve um aumento do número de trabalhadores da pesca nas últimas três décadas. O total de empregos na pesca e na aquicultura aumentou gradualmente de 41,3 milhões em 1995 para um máximo estimado de 63,1 milhões em 2018.

No entanto, esse aumento não foi igual em todas as regiões. Entre 1995 e 2022, o continente africano registrou o maior aumento de mão de obra envolvida na pesca e aquicultura com cerca de 91%, na Ásia houve aumento de 49% e, na América Latina e Caribe, 44%. Por outro lado, registrou-se diminuição dos empregos na pesca na Europa, América do Norte e na Oceania, com índices de 32%, 26% e 20% respectivamente, conforme a Tabela 7.

Tabela 07 — Total de empregos no setor primário na pesca e aquicultura por continentes/regiões entre 1995 e 2022 (milhões de pessoas)

Continente/região	1995	2000	2010	2020	2022 (continuação)
Aquicultura	11 169	15 912	21 879	22 151	22 086
África	152	241	498	608	648
Ásia	10 561	15 124	20 866	21 039	20 900
Europa	106	110	106	102	102
América Latina e Caribe	330	415	390	380	413
América do Norte	11	11	10	11	11
Oceania	9	10	9	10	12
Pesca continental	11 530	15 601	16 682	18 640	17 935
África	1 547	2 418	3 067	3 144	3 133
Ásia	9 667	12 762	13 210	15 153	14 451
Europa	46	40	36	37	32
América Latina e Caribe	262	375	365	301	313
América do Norte	7	6	4	3	3
Oceania	1	1	1	1	1
Pesca marinha	11 631	13 472	15 228	15 698	15 685
África	1 317	1 602	1 944	2 084	2 155
Ásia	8 653	10 278	11 339	11 678	11 535
Europa	322	241	197	180	175
América Latina e Caribe	946	1 086	1 452	1 495	1 516
América do Norte	313	188	216	181	226
Oceania	80	77	80	79	78
Pesca e aquicultura	41 250	51 735	60 755	62 829	61 815
África	3 209	4 462	5 717	6 042	6 141
Ásia	35 465	44 579	52 066	53 911	52 695
Europa	554	477	401	385	379

Pesca e aquicultura	41 250	51 735	60 755	62 829	61 815 (conclusão)
América Latina e Caribe	1 576	1 923	2 246	2 202	2 265
América do Norte	331	205	234	199	244
Oceania	114	89	90	91	91

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024.

Deve-se destacar que somente na Ásia a aquicultura responde por um índice maior de empregos (40%), quando comparado a outras regiões. Na Europa esse total é de 25%. Já a pesca marítima é o subsetor com maior número de empregos na América do Norte (93%), Oceania (85%), América Latina e Caribe (67%) e Europa (45%). Já a pesca continental (interior) é o subsetor com maior número de empregos na África (51%) e representa mais de 25% do emprego no setor na Ásia.

Dessa forma, o continente asiático é responsável pela maior parte dos empregos no setor primário da pesca e da aquicultura. Além disso, dos dez maiores grupos empresariais no setor de pescados, conforme a quadro 1, metade deles são de países asiáticos.

Quadro 1- As dez maiores companhias de pescados do mundo -2022

Empresas	Localização da matriz
1. Maruha Nichiro	Japão
2- Nippon Suisan Kaisha (Nissui)	Japão
3-Thai Union Group	Tailândia
4- Mowi (Colheita Marinha)	Noruega
5-Mitsubishi Corporation	Japão
6- Dongwon Enterprise	Coreia do Sul
7-Red Chamber Group	Estados Unidos
8-Skretting	Holanda
9-Trident Seafoods	Estados Unidos
10- Austevoll Frutos do Mar	Noruega

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Ficha informativa da indústria pesqueira global 2022: As 10 maiores empresas pesqueiras do mundo. Disponível em : <https://blog.bizvibe.com/blog/largest-fishing-companies-wordwide> . Acesso em 23 de fev. 2025

Dessas companhias, apenas a Nippon Suisan Kaisha (Nissui) possui filial no Brasil, que atua na importação e exportação de produtos do mar. A filial é a Nordsee Comercial Importadora e Exportadora Ltda, localizada na cidade de São Paulo.

Além do Brasil, a Nippon Suisan tem filiais em outros países da América do Sul, como Peru e Chile, que são, respectivamente, o 3º e o 10º maiores produtores de pescados do mundo, conforme o Relatório FAO/ONU 2024.

O Peru também é sede da Sakana del Peru AS, que pertence ao Grupo Maruha Nichiro. No Chile está localizada a Mowi Chile, pertencente ao Grupo norueguês Mowi. O Chile, também, é sede da Cermaq Chile, empresa especializada na produção e cultivo de salmão, que é propriedade do grupo Mitsubishi Corporation. A empresa Galapesca S.A, companhia especializada no processamento de atum, pertencente ao grupo sul coreano Dongwon Enterprise, está localizada em Guayaquil, no Equador. Por fim, o grupo holandês Skretting, especializando em nutrição animal, possui filiais no Chile e no Equador. No Chile é especializada na produção de insumos para o cultivo de salmão. E no Equador fornece produtos necessários ao cultivo de camarão e tilápia.

No Brasil, há também plantas industriais do Grupo Espanhol Calvo, companhia global no setor de alimentação, e detentor das marcas brasileiras Gomes da Costa e 88. O Grupo Calvo iniciou suas atividades no setor de conserva de pescados em 1940, em Carballo, Espanha. Em 2004 o Calvo adquiriu a Gomes da Costa, fábrica de conservas, fundada por imigrantes portugueses em São Gonçalo, Rio de Janeiro, na década de 1950, e instalada em Itajaí, Santa Catarina, desde 1998. Atualmente, a Gomes da Costa mudou de nome para Grupo Nauterra.

2.4 COMÉRCIO MUNDIAL DE PESCADOS

De acordo o relatório da FAO/ONU: o Estado Mundial da Pesca e Aquicultura 2024, em 2022, o valor do comércio mundial de pescados chegou a US\$ 195 bilhões, envolvendo mais de 230 países e territórios. A China é o maior exportador, seguida pela Noruega e pelo Vietnã, enquanto os Estados Unidos, China e a União Europeia são os principais destinos de importação de pescados.

Segundo esse relatório, desde 1976, a Ásia tem experimentado maior ritmo de crescimento anual no valor nas exportações de pescados, seguida pela África, Europa, as Américas e a Oceania. Em 2022, a Europa e a Ásia mantiveram suas posições como principais continentes exportadores de pescados, representando 37% e 35% do valor total das exportações, respectivamente. Foram seguidos pela América Latina e o Caribe, com 15%, a América do Norte (7%), a África (4%) e a Oceania (2%).

Os países de alta e média renda contribuíram com, praticamente, metade do valor total das exportações de animais aquáticos em 2022. Da mesma forma, esses países foram o destino de mais de 80% do valor das exportações mundiais de pescado.

O Gráfico 7 apresenta os dez maiores países exportadores de pescados em 2022.

A China é o maior produtor e exportador de pescados. De acordo com o Relatório FAO/ONU, 2024, em 2022 as exportações de pescado chinesas atingiram um valor de mais de US\$ 23 bilhões. As principais espécies exportadas são a tilápia, a polaca do Alasca (Figura 4), cavala (Figura 5), atum (Figura 6), camarão e polvo.

Gráfico 07- Os dez maiores exportadores de pescados em 2022



Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024

Figura 4- polaca do Alasca



Fonte: Alaska Seafood Marketing Institute, 2024. Disponível em: <https://genuinapolacadoalasca.com.br/> Acesso em: 11 maio 2025.

Figura 5- cavala



Fonte: WWF, 2025. Disponível em: <https://guiapescado.wwf.pt/species/cavala-2/> Acesso em: 11 maio 2025.

Figura 6- atum



Fonte: GAMA COMERCIO, 2025. Disponível em: <https://gamafishing.com.br/blog/melhores-lugares-para-pescar-atum-no-brasil/> Acesso em: 11 maio 2025.

Já a Noruega, o segundo maior exportador de pescados, em 2022, atingindo cerca de US\$ 15,5 bilhões, exporta, principalmente, salmão do atlântico (Figura 7), bacalhau (Figura 8), arenque (Figura 9), cavala, alguns peixes de cultivo e pequenas espécies pelágicas (de mar aberto). A Noruega se distingue da China, pois é especializada na produção de salmão.

Figura 7- salmão do atlântico



Fonte: Centralfishes, 2015. Disponível em: <https://www.centralfishes.com.br/portfolio-view/salmao/>. Acesso em: 11 maio 2025.

Figura 8- bacalhau

Fonte: Terra da gente, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2022/04/13/voce-sabia-que-o-bacalhau-nao-e-um-unico-peixe.shtml> Acesso em: 11 maio 2025

Figura 9- arenque

Fonte: iStock, 2025. Disponível em: <https://www.istockphoto.com/br/foto/arenque-gm476808391-35463180> Acesso em: 11 maio 2025

O Vietnã, terceiro maior exportador, alcançou um total de US\$ 11, 2 bilhões com os pescados exportados, principalmente para os Estados Unidos, China e Japão. As principais espécies exportadas pelo país são: camarão de cativeiro e panga (Figura 10). Aliás, o Vietnã é o segundo maior exportador de pescados para o Brasil, atrás apenas do Chile.

Figura 10- panga

Fonte: Escola de Veterinária-UFMG, 2025. Disponível em: <https://vet.ufmg.br/clipping/o-peixe-panga-e-seguro-ou-nao/> Acesso em: 11 maio 2025

Seguindo o Vietnã, destaca-se Equador, como um dos principais exportadores de pescados mundial. De acordo com o Relatório FAO/ONU, 2024, em 2022, o total das exportações de pescados equatorianas atingiu cerca de US\$ 10,1 bilhões de dólares, impulsionadas, principalmente, pelas vendas de camarão de cultivo. Ainda, segundo esse relatório da ONU, em 2022, o Equador tornou-se o maior exportador de camarão do mundo, à frente da Índia e do Vietnã. Os principais mercados do camarão equatoriano são Estados Unidos e a Europa. No entanto, nos últimos anos, a China tem se colocado como principal destino das exportações do país, contribuindo com 43% do total das importações totais do país.

Já no Chile destaca-se o cultivo de salmão do atlântico, salmão prateado (Figura 11) e truta arco-íris (Figura 12). As exportações chilenas atingiram cerca de US\$ 8,5 bilhões no ano de 2022, com destaque para o salmão, com alto valor comercial.

Figura 11- salmão prateado



Fonte: Alaska Seafood, 2024. Disponível em: <https://genuinapolacadoalasca.com.br/salmaa-prateado/> Acesso em: 11 maio 2025

Figura 12- truta arco-íris



Fonte: Pesca PT, 2024. Disponível em: <https://www.pesca-pt.com/peixe-rio/truta-arco-iris> Acesso em: 11 maio 2025

A carne do salmão tem uma coloração avermelhada. De acordo com Ferreira; Zamith; Abrantes (2014), no salmão selvagem essa cor é adquirida ao longo do tempo como resultado

de sua dieta, rica em camarões e outros pequenos crustáceos que possuem, naturalmente, a astaxantina (ATX), um pigmento carotenóide. Como o salmão não consegue eliminar esse pigmento sua carne adquire essa coloração rosada. No entanto, a maior parte do salmão cultivado no mundo é de cativeiro. Dessa forma, o pigmento sintético é incluído na refeição dos animais.

Na Índia, que ocupa a sexta posição entre os maiores exportadores de pescados, destacam-se as exportações de camarões, que responderam por 70% do total. O valor exportado pela Índia em 2022 atingiu US\$ 7,9 bilhões.

A Rússia ocupa a 7ª posição entre os maiores exportadores, com cerca de US\$ 7,4 bilhões exportados em 2022; destaca-se na produção da polaca do Alasca, bacalhau, caranguejo (Figura 13) e salmão. De acordo com Leme (2023), o caranguejo gigante ou King Crab, como é popularmente conhecido, é encontrado nas profundidades dos mares frios da região do Atlântico Norte, com destaque para a Noruega e o Alasca, inclusive sua pescaria é considerada de alto risco para os pescadores profissionais, que precisam permanecer durante longos períodos nas embarcações em busca do animal. Ele apresenta uma carne mais macia, suave e mais clara que a das outras espécies, em um tom muito próximo ao branco. Além disso, seu sabor também é diferente do caranguejo nativo dos mangues brasileiros e do siri, o que o torna uma iguaria.

Figura 13 - Caranguejo do Alasca



Fonte: Locoporvino, 2017. Disponível em: <https://www.locoporvino.com/blog/os-famosos-caranguejos-gigantes-do-alaska> Acesso em: 12 maio 2025

A Holanda, oitava colocada, possui uma indústria de pesca forte, com mais de 600 mil toneladas em exportações, trazendo dinamismo para a economia do país. Os peixes congelados como a cavala e o arenque são seus principais produtos exportados, conforme figuras 5 e 9. De acordo com o Relatório FAO/ONU- 2024, em 2022 o valor total das exportações de pescados holandeses atingiu mais de US\$ 6 bilhões.

O Canadá é um grande exportador de pescados. Em 2022 exportou cerca de US\$ 5 bilhões, para mais de 130 países. No entanto, o principal comprador de seus pescados são os Estados Unidos. De acordo com dados do Tradeimex (2025), o Canadá foi o maior exportador de peixes para os Estados Unidos em 2023, com exportações de US\$ 3,14 bilhões.

A Espanha, ocupando a décima posição entre os maiores exportadores, no ano de 2022, exporta principalmente sardinha, o atum, o bacalhau e a cavala. São mais de 500 mil toneladas de exportações totais, movimentando cerca de US\$ 5 bilhões ao ano.

Além desses dez países, destaca-se também o grupo formado pela União Europeia, que além da Espanha, Noruega e Holanda possui outros países com grande volume de exportação de pescados. De acordo com dados do Relatório FAO/ONU - 2024, em 2022, o bloco europeu foi responsável pela exportação de US\$ 39,8 bilhões e mais de 80% desse valor foi comercializado dentro do próprio bloco.

Já entre os maiores importadores destacam-se os Estados Unidos, que é o maior importador, individualmente, de pescados do mundo. Segundo o Relatório FAO/ONU 2024, em 2022 o valor total das exportações norte-americanas alcançou US\$ 32,1 bilhões, o que representa 16% do valor das importações mundiais de pescados. Mas, o maior mercado de importação de pescados continua sendo a União Europeia. Ainda segundo o Relatório da ONU, em 2022, o mercado europeu importou US\$ 33,2 bilhões em pescados de outros países fora do bloco. Dentro do bloco, as importações entre os países movimentaram US\$ 62,7 bilhões, em 2022. O Gráfico 8 apresenta os dez maiores importadores de pescados do mesmo ano.

De acordo com o Relatório FAO/ONU - 2024, os Estados Unidos importaram, principalmente, camarão (26%), salmão (22%) e atum (8%), em 2022. Os principais países que exportaram aos Estados Unidos foram: Canadá (13%); Chile (12%); Índia (10%); Indonésia (9%) e Vietnã (7%). Os quais representaram 51% do valor das importações norte-americanas de pescados. Aliás, o Chile ultrapassou a Índia e se tornou o segundo maior fornecedor de produtos aquáticos de origem animal aos Estados Unidos.

A China é o segundo país que mais importou pescados no mundo em 2022, cerca de US\$ 22,5 bilhões, que corresponde a 12% do total. Os principais países que forneceram pescados à China foram o Equador, a Rússia e o Vietnã. Camarão, bacalhau, lagostas e os caranguejos constituíram 51% do valor das importações de pescados chinesas.

Gráfico 08- Os dez maiores importadores de pescados em 2022

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Relatório FAO/ONU 2024

O Japão, terceiro maior importador de pescados em 2022, atingiu um valor de US\$ 15,1 bilhões importados, o que equivale a 8% das importações de pescados mundiais. A produção pesqueira japonesa caiu, drasticamente, nos últimos anos, e o valor das importações de pescados aumentou, acentuadamente. De acordo com notícias de Xiamen Caharbor (2024), o valor total das importações de produtos do mar pelo Japão atingiu 2,1 bilhões de ienes (R\$ 82.359.060) em 2022, excedendo em muito o valor da produção nacional. Dessa forma, apesar do valor total das importações ter diminuído cerca de 2,7% em termos anuais em 2023, ainda permanece num máximo de 2 bilhões de ienes (R\$ 78.437.200). Em relação aos peixes importados, os três mais valiosos são o salmão/truta (278 mil milhões de ienes), o bonito/atum (232 mil milhões de ienes) e o camarão (221 mil milhões de ienes). O Japão importa principalmente enguias (Figura 14) e lulas (Figura 15) da China, e salmão e truta do Chile.

Já o Brasil não está entre os maiores exportadores de pescados. Segundo dados do Painel de Pescados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), 2024, o Brasil exportou cerca de 64,6 mil toneladas de pescado, um aumento de 7,7% em relação a 2023. O valor das exportações atingiu US\$ 396 milhões. A tilápia é a principal espécie exportada, com mais de 10 mil toneladas exportadas, mas também se destaca a corvina e o atum. Ainda segundo os dados desse painel, os Estados Unidos são o principal destino do pescado brasileiro, absorvendo mais de 46% do volume total exportado e respondendo por 56,5% da receita gerada pelo setor. De acordo com Carvalho (2019), a balança comercial de pescados brasileira é negativa desde 2006. “Os produtos importados que entram no Brasil têm o preço abaixo da média do produto

nacional, o que faz com que os empresários brasileiros do ramo tenham dificuldade de manter seus produtos com preços competitivos” (Carvalho, 2019, p 62).

Figura 14- enguia



Fonte: BBC News, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63829113> Acesso em: 20 maio 2025.

Figura 15- lula



Fonte: Ciência Viva, 2025. Disponível em: https://www.cienciaviva.pt/peixes/home/index.asp?acao=showpeixe&id_especie=26&idioma=pt Acesso em: 12 maio 2025

Por fim, em relação às importações de pescados brasileiras, segundo dados do Painel de Pescados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), de 2023, o Brasil importou 270 mil toneladas de pescado, uma redução de 9,88% no volume quando comparado com 2022. O valor das importações atingiu US\$ 1,4 bilhões. As três principais espécies importadas foram o salmão, a truta, o pangá e o bacalhau. O Chile manteve sua posição de liderança como maior fornecedor, respondendo por 58,8% do valor total importado pelo Brasil.

2.4.5 O milionário comércio de pescados japoneses

A população japonesa é uma das maiores consumidoras de pescados do mundo (5º maior), com cerca de 46 kg/per capita anual, segundo dados do Relatório FAO/ONU 2024. O consumo de peixes cru, também chamados de sashimi, é, segundo Rocha e Shimoda (2014, p. 108), “a representação de um prato típico japonês que preserva o gosto pelo estado natural do alimento”. Além do sashimi, o sushi, uma combinação de arroz temperado com frutos do mar, muito apreciado na culinária japonesa por ser considerado uma alimentação saudável com o uso de ingredientes naturais, com baixos índices de gordura. Aliás, a ingestão de alimentos saudáveis é uma das características da culinária japonesa. Segundo Demétrio *et al.* (2009, p. 1), “a dieta tradicional japonesa é o principal fator pela longevidade encontrada naquele país. O Japão é um dos países com o maior número de centenários”.

Outro aspecto da culinária japonesa refere-se à apresentação dos pratos.

A gastronomia japonesa oferece capricho e imaginação à apresentação das refeições, com sua culinária cheia de cores e texturas e a delicadeza que envolve o seu prato; os japoneses prezam pelo sabor e pela pureza de cada ingrediente. Por isso é comum a adoção de métodos de cocção menos intensos, preservando assim o sabor natural de cada ingrediente. (Demétrio *et al.* 2009, p. 2).

Os hábitos alimentares japoneses estão relacionados às questões filosóficas e religiosas. De acordo com Rocha e Shimoda (2014),

o acervo gastronômico japonês também teve como determinante as práticas religiosas, em sua relação com o estilo de vida Zen, que vem ao encontro da filosofia que prega a harmonia entre o homem e a natureza e as escolhas alimentares na busca da preservação e de uma composição espiritual. (Rocha; Shimoda, 2014, p. 109).

Os principais peixes consumidos no Japão, segundo CoisasdoJapão (2025), são o Salmão (*Sake, Shake*, em japonês); o atum (*Maguro*); carapau (*Aji*) (Figura 16); o saury-do-pacífico (*Sanma*) (Figura 17); cavalinha (*Saba*); enguia de água doce (*Unagi*); bonito (*Katsuo*), pargo (*Tai*) (Figura 18)

Figura 16- carapau



Fonte: Guia WWF para consumo de pescado, 2025. Disponível em: <https://guiapescado.wwf.pt/species/carapau/> Acesso em: 20 maio 2025

Figura 17- saury-do-pacífico



Fonte: 123RF, 2025. Disponível em: https://br.123rf.com/photo_47174983_pacific-saury.html Acesso em: 20 maio 2025.

Figura 18- pargo



Fonte: Centrafishes Pescados, 2015. Disponível em: <https://www.centrafishes.com.br/portfolio-view/pargo/> Acesso em: 20 maio 2025

A maior parte desses pescados são comercializados em grandes mercados que, inclusive, são conhecidos, mundialmente, pelo leilão de grandes exemplares de peixes. O mercado de peixes Toyosu (Figura 19), em Tóquio, é conhecido por sediar leilões milionários de grandes peixes, conforme a notícia a seguir:

Um atum-rabilho do tamanho de uma motocicleta foi vendido por cerca de 207 milhões de ienes (o equivalente a US\$ 1,3 milhão) no mercado de peixes mais prestigiado do Japão, estabelecendo o segundo maior preço já registrado durante o leilão de ano novo, que ocorreu em 5 de janeiro. O Onodera Group reivindicou o peixe de 276 quilos com seu lance de um milhão de dólares. A venda marca o segundo maior preço desde que o mercado atacadista de frutos do mar, considerado o maior do mundo, começou a coletar dados em 1999, segundo a agência de notícias japonesa Kyodo O lance mais alto já registrado é de 333,6 milhões de ienes (equivalente a US\$ 3,1 milhões) por um atum de 278 quilos em 2019 (Lau, 2025).

Figura 19- Mercado Toyosu



Fonte: Triadvisor, 2025. Disponível em:
https://www.tripadvisor.com.br/AttractionProductReview-g14129578-d20282224-Tuna_Auction_Tokyo_s_Fish_Market_Walk_Tour_in_Toyosu_Tsukiji-Shimbashi_Minato_To.html Acesso em: 20 maio 2025

Além do Mercado Toyosu, há também o Mercado de Peixes de Tsukiji, também em Tóquio, e o Mercado de Peixes de Nagahama, localizado na província de Shiga, mais ao sul de Tóquio.

De acordo com Lau (2025), vendedores de todo o país colocam seus melhores pescados em leilão, todas as manhãs, semanalmente, mas o prestigiado leilão de ano novo possui um significado especial para os compradores que disputam a honra de arrematar o primeiro lote do ano que se inicia.

3. PANORAMA DA PESCA: BRASIL

De acordo com o Relatório FAO/ONU 2024, o Brasil já foi considerado o país com maior potencial para o desenvolvimento da pesca e aquicultura. Conforme os dados de 2022, o país ocupa a 29ª posição na pesca de captura marinha, com um total de 655 mil toneladas. Além disso, o Brasil é o 13º na produção de peixes em cativeiro, e é o 8º na produção de peixes de água doce. Segundo a FAO, desde 2014 não há estatística pesqueira oficial no Brasil e os dados são obtidos por levantamentos realizados por algumas instituições e seus parceiros.

Segundo dados da Comissão de Agricultura (CRA) do Senado de 2023, o produto interno bruto (PIB) da pesca e da aquicultura brasileiras é de cerca de R\$ 25 bilhões.

Enquanto o consumo per capita anual foi estimado em 20,7 kg, no ano de 2022, segundo o Relatório da FAO/ONU 2024, no Brasil, o consumo de peixe chega a 10,5 kg por habitante, conforme dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE de 2018. Apesar do consumo per capita do nosso país ainda ser baixo quando comparada à média mundial, houve um aumento significativo ao longo dos últimos anos. Ainda, conforme a Pesquisa de Orçamento Familiar/IBGE, em 2020, o consumo era de 10,1 kg. O pico foi atingido em 2014, com 11,9 kg. Já em 2012, o consumo foi 10,7 kg; e em 2002, 6,7 kg, representando um aumento de 7,6% desde 1996, quando iniciou a aferição desses dados.

Em relação ao consumo per capita no Brasil, a Tabela 8 apresenta o consumo de todas as unidades da federação. O estado do Amazonas lidera o ranking nacional com um consumo per capita de 14,0 kg, por outro lado, o Paraná é o que tem menor consumo per capita de peixe, cerca de 0,86 kg.

Tabela 08 - Consumo per capita de pescados por unidades da federação

Unidades da federação	Consumo per capita (kg) (continuação)
Amazonas	14
Amapá	13,6
Pará	11,14
Maranhão	11,06
Acre	9,55
Piauí	4,75
Sergipe	4,58
Alagoas	3,75

Unidades da federação	Consumo per capita (kg) (conclusão)
Ceará	3,5
Roraima	3,47
Pernambuco	3,01
Paraíba	2,8
Rio Grande do Norte	2,65
Distrito Federal	2,46
Rondônia	2,37
Bahia	2,34
Rio de Janeiro	1,74
São Paulo	1,44
Mato Grosso	1,30
Santa Catarina	1,27
Goiás	1,24
Espirito Santo	1,12
Rio Grande do Sul	1,08
Mato Grosso	1,02
Minas Gerais	0,92
Paraná	0,86

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados Pesquisa de Orçamento Familiar — IBGE/2018

Assim, os estados da região Norte e Nordeste lideram o ranking do consumo per capita; no entanto, não são os maiores produtores de peixe de origem marinha e nem de cultivo. Aliás, o Estado de Santa Catarina, que lidera o ranking de maior produtor de pescados de origem marinha e também do maior número de empregos na indústria pesqueira, possui um baixo consumo per capita de peixe. O Paraná, em último no ranking do consumo, é o maior produtor de peixe cultivado do Brasil, com destaque para a produção de tilápia.

3.1 TRABALHADORES DA PESCA BRASILEIRA

O Brasil possui um grande número pescadores registrados. Segundo o recente levantamento do Painel de Consultas do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SISRGP), do MPA, o Brasil conta neste momento com 1.035.478 pescadores profissionais ativos, no setor

primário, todos devidamente licenciados. Desse total, 507.896 são mulheres – o que representa 49% de participação feminina no ofício.

O estado do Maranhão se destaca como líder em números de pescadores, contando com 267.626 pescadores. A unidade federativa com o menor número de pescadores é o Distrito Federal, com somente 323. Goiás (2.166) e Mato Grosso do Sul (5.360) completam a lista dos três menores, conforme a Tabela 9.

Tabela 09 — Número de pescadores registrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira no Brasil em 2023

Unidades federativas	total
Maranhão	267.626
Pará	208.411
Bahia	116.989
Amazonas	79.961
Piauí	50.218
São Paulo	27.990
Sergipe	27.319
Espírito Santo	24.618
Paraíba	23.814
Ceará	22.720
Santa Catarina	21.454
Minas Gerais	20.528
Pernambuco	17.928
Amapá	15.741
Rio Grande do Sul	14.743
Alagoas	14.639
Rio Grande do Norte	14.238
Rio de Janeiro	12.377
Acre	10.319
Paraná	8.526
Rondônia	7.623
Tocantins	7.133
Mato Grosso	6.959
Roraima	5.644
Mato Grosso do Sul	5.360
Goiás	2.166
Distrito Federal	323
Total	1.035.478

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do MPA, 2023

Dessa forma, constata-se que as regiões Norte e Nordeste, possuem o maior número de pescadores registrados. De acordo com Silva e Neto (2015, p. 189), “a pesca de pequena escala no Brasil está concentrada nas regiões Norte e Nordeste (72,4% dos pescadores) ”.

Já no setor secundário, o Brasil possui mais de 48 mil trabalhadores, conforme a Tabela 10. Esses trabalhadores estão empregados em 345 estabelecimentos, registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) e localizados, praticamente, em todas as unidades federativas do Brasil, à exceção do Acre, do Maranhão e de Roraima, conforme Mapa 2.

Tabela 10- Número de empregos no setor pesqueiro (setor secundário) no Brasil, por estados-ano 2023

Estados	número de empregos
Santa Catarina	12.374
São Paulo	5.441
Ceará	5.217
Paraná	4.152
Rio Grande do Norte	4.116
Pará	3.049
Rio de Janeiro	2.099
Pernambuco	1.867
Bahia	1.714
Minas Gerais	1.662
Rio Grande do Sul	1.217
Mato Grosso do Sul	937
Espirito Santo	695
Mato Grosso	585
Goiás	542
Paraíba	522
Piauí	487
Amazonas	430
Alagoas	338
Rondônia	327
Tocantins	273
Maranhão	217
Sergipe	195
Roraima	110
Amapá	61
Acre	45
total	48.672

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Observatório FIESC, 2023.

O estado de Santa Catarina lidera esse ranking, com mais de 12 mil empregos, 25,33% do total.

De acordo com o Mapa 2, Santa Catarina possui o maior número estabelecimentos de registrados (67). Seguidos por São Paulo (47), Paraná (37) e Minas Gerais (33). Essas unidades atuam em diferentes etapas de produção, desde a captura, resfriamento e comercialização, até a conserva e enlatamento. Desse modo, percebe-se uma grande verticalização da produção.

No entanto, ainda há muito para avançar na produção de pescados, em comparação com outros países do mundo. Além dos problemas relacionados à disponibilidade dos cardumes, afinal muitas espécies estão com os estoques comprometidos, há também a questão natural, já que as águas tropicais são menos piscosas do que as águas temperadas. Por fim, destacam-se também os obstáculos institucionais, como a ausência de políticas de gestão pesqueira ou a sua criação em descompasso com a realidade das comunidades pesqueiras, além da carência de dados estatísticos e da instabilidade institucional, já que a pesca esteve vinculada a diferentes ministérios ao longo dos últimos anos. Em 2015, o Ministério da Pesca foi extinto, após mais de dez anos de atividade, sendo recriado em 2023.

A falta de dados estatísticos é apenas uma face da fragilidade institucional do setor. A última estatística oficial realizada em nível nacional foi no ano de 2011, quando ainda existia o Ministério da Pesca e Aquicultura. Os dados são importantes, por exemplo, para a implantação de políticas públicas e para o enfrentamento dos problemas relacionados ao setor, como o manejo e a preservação das espécies, programas que garantam o sustento das famílias que vivem desta atividade, como o seguro-defeso, entre outras demandas.

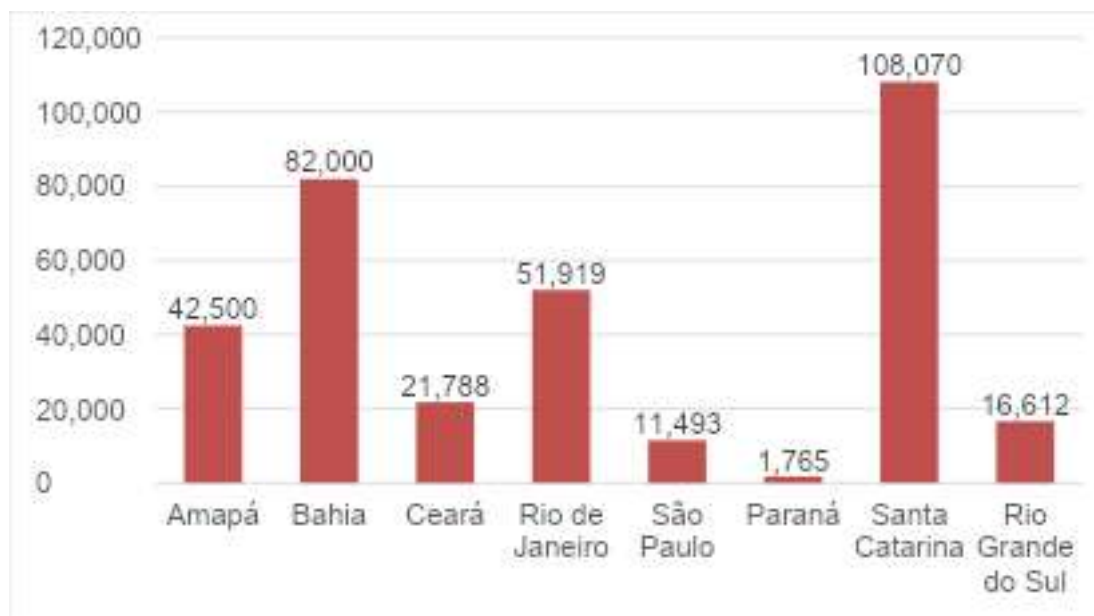
Sem estatísticas sobre a produção pesqueira no país, coube aos estados, através de suas secretarias de pesca e também aos Laboratórios de Pesquisa sobre a pesca de algumas universidades — como a UNIVALI, aqui em Santa Catarina —, sistematizar os dados regionais e locais. Nesse sentido, deve-se destacar o Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira na Bacia de Santos — PMAP/BS. O IBAMA determinou, como parte do processo de licenciamento ambiental para atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural realizadas pela PETROBRAS no polo pré-sal da Bacia de Santos, o monitoramento da atividade pesqueira no litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, sistematizada em uma série de dados estatísticos da produção pesqueira, relatórios técnicos e informativos, estudos e diagnósticos socioambientais.

Mapa 2-Número de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) no setor de pescados no Brasil



Apesar da falta de dados, o Gráfico 9 apresenta informações da pesca de captura marinha dos estados litorâneos brasileiros entre os anos 2011 até 2023.

Gráfico 9- Produção nacional da pesca extrativa marinha de alguns estados do litoral brasileiro*



Fontes: Boletim Estatístico da Pesca Marinha do Sul do Rio Grande do Sul, 2018; SEAGRI-BA, 2019; Relatórios Semestrais e Finais do PMAP-SP, 2021; FUNDAPEG- PR, 2023; FIPERJ-RJ ,2023; PMAP/SC, 2023; SEPAQ-AP, 2024.

*Devido à falta de boletim estatístico nacional desde 2011, os dados desse Gráfico foram coletados de apenas alguns estados, que possuem dados estatísticos sobre a produção pesqueira, no período entre 2018 até 2023.

Assim, apesar de possuir mais de 7 mil quilômetros de litoral e uma grande quantidade de águas interiores, a pesca brasileira ainda precisa avançar. Embora os esforços do Ministério da Pesca e Aquicultura para fortalecer o setor, a gestão conjunta da pesca ainda enfrenta desafios devido à morosidade e divergências de posicionamento entre os órgãos envolvidos (MPA, ICMBio e IBAMA).

3.2 FROTA PESQUEIRA BRASILEIRA

De acordo com o MPA (2023) a frota pesqueira brasileira conta com 24.740 embarcações (ano 2023). Desse total, 92% são formados por barcos de pequeno porte, usados pelos pescadores artesanais, com até 12 metros (Figuras 20 e 21). Esse panorama segue o padrão mundial, já que a maior parte da frota pesqueira global é formada por barcos de pequeno porte.

Figura 20- embarcação frota artesanal com até 12 metros com convés



Fonte: imagem do autor, 26/05/2025.

Figura 21- embarcação frota artesanal com até 12 metros sem convés



Fonte: imagem do autor, 26/05/2025.

A frota artesanal é responsável pela maior parte das capturas de pescados no Brasil. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2020, a produção total de pescado no Brasil foi de cerca de 729 mil toneladas, sendo 45% provenientes da pesca industrial e 55% da pesca artesanal. No entanto, a frota industrial tem maior capacidade de captura, individual. Uma embarcação da pesca artesanal, com até 12 metros de comprimento, possui uma capacidade de até 10 toneladas. Por outro lado, as embarcações da frota industrial, como os barcos traineiras de 19 a 32 metros, possuem capacidade de cerca de 50 toneladas por captura, conforme Figura 22.

Figura 22- embarcações da frota industrial (19 a 32 metros)



Fonte: SINDIPI, 2021. Disponível em: <http://sinaval.org.br/2021/08/um-panorama-da-frota-pesqueira-industrial-no-brasil/> Acesso em: 20 maio 2025.

De acordo com Bento (2021), a frota pesqueira nacional, tanto a artesanal quanto a industrial é, predominantemente, de barcos de madeira e com pouca tecnologia empregada. Dessa forma, o nível tecnológico das embarcações pesqueiras é um ponto crítico para o setor da pesca industrial, sendo que a frota atual está, completamente, defasada. A falta de inovação tecnológica e equipamentos mais eficientes resulta, a longo prazo, em altos custos de operação e redução da produtividade em todo o setor.

Segundo o mesmo autor, quando comparamos a frota pesqueira industrial com a de países vizinhos como a Argentina, Chile e Peru, verifica-se que a frota brasileira se encontra muito atrasada no desenvolvimento de pesqueiros eficientes e lucrativos. Inclusive, a grande maioria das embarcações em operação na costa brasileira foram construídas na década de 80 e 90, muitas delas ainda em madeira.

Para Bento (2021), “uma das grandes barreiras para a modernização do setor pesqueiro é a falta de investimento em pesquisa por maior eficiência e ainda o alto custo de construção e reparo da embarcação”. Mas, segundo ele, o cenário deve mudar com a construção de embarcações do tipo barco-fábrica. “Seguindo uma tendência global, as novas embarcações com fábricas a bordo terão a capacidade de realizar a captura do pescado, processá-lo e embalá-lo em câmaras frigoríficas, realizando a descarga do produto já pronto para transporte ao comércio” (Bento, 2021).

Em Navegantes, Santa Catarina, o armador e empreendedor Senhor Manoel Cordeiro foi o pioneiro no Brasil no projeto de construção de um barco-fábrica, o qual foi batizado com o nome de Cordeiro de Deus (Figura 23).

Figura 23- barco-fábrica Cordeiro de Deus



Fonte: UNGARETTI (2023). Grande, saboroso e raro: catarinense constrói barco-indústria para pesca do camarão-carabineiro. Disponível em: [https://nautica.com.br/grande-saboroso-e-raro- catarinense-constroi-barco-industria-para-pesca-do-camarao-carabineiro/](https://nautica.com.br/grande-saboroso-e-raro- Catarinense-constroi-barco-industria-para-pesca-do-camarao-carabineiro/) Acesso em: 22 maio 2025

Segundo Laps (2023), Manoel começou a trabalhar como pescador embarcado aos 16 anos e aos 25 anos se tornou mestre de um pesqueiro de cação-anjo. Ainda segundo o autor,

em 2002, juntando suas economias e contando com a ajuda do pai e do irmão, montou e equipou um barco diferenciado, com porão refrigerado e revestido de inox e equipamento hidráulico para içamento, com a finalidade de capturar e processar o peixe-sapo. (Laps, 2023)

Portanto, a construção desse barco foi a origem do que seria, anos mais tarde, o primeiro barco-fábrica do Brasil.

Os primeiros passos para o projeto do novo barco começaram em 2016, e a construção, que demandou 110 toneladas de aço, começou no ano seguinte. A ideia inicial era que o barco fosse dedicado à pesca do peixe-sapo, somando esforços à outra embarcação. Porém, em 2018, a Europa suspendeu a importação de peixes do Brasil, o que causou enorme prejuízo a Cordeiro. O armador buscou uma alternativa de pesca de profundidade para seguir adiante com o projeto, e foi assim que chegou ao camarão-carabineiro, o que exigiu uma série de adaptações ao projeto. (Laps, 2023).

De acordo com Ungaretti (2023), a captura do camarão-carabineiro (Figura 24) ocorre em águas profundas, mas não havia autorização para esse tipo de pesca no Brasil, pois o país

não possuía tecnologia para esse tipo de pescaria. Foi aí que o armador e empresário Manoel Cordeiro resolveu fazer um barco, com casco de aço, a partir de um projeto que adquiriu na Irlanda, próprio para navegar em mares distantes e capturar o camarão-carabineiro, ou camarão vermelho. Os principais locais de pesca ficam em águas próximas a Cabo Frio, no Rio de Janeiro, São Sebastião, em São Paulo, em toda a Costa do Paraná e entre Itajaí e Florianópolis, sempre em profundidades que variam de 400 metros a até um quilômetro.

Segundo Laps (2023), toda a produção do barco é entregue para a Frescatto Company, que distribui o crustáceo para restaurantes de todo o País, além de exportar o produto para a Europa e Estados Unidos. Segundo Dias (2023) o camarão carabineiro é considerado uma iguaria gastronômica e seu valor por atingir R\$ 300,00 o quilo.

Figura 24- camarão-carabineiro



Fonte: G1, 2023. Camarão-carabineiro é vendido por mais de R\$300 e é queridinho do momento. Disponível em: <https://receitas.globo.com/blog/curiosidades-e-gastronomia/camarao-carabineiro-e-vendido-por-mais-de-r300-e-e-queridinho-do-momento.ghtml> Acesso em: 21 maio 2025

Para melhorar o nível técnico das embarcações de pesca, há o programa Profrota, instituído pelo governo federal em 2004, através do MPA, que consiste em linhas de crédito para melhoria da frota. De acordo com a FNTTAA (2017), o programa foi criado

para financiamentos visando a aquisição, construção, conversão, modernização, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre estoques sobreexplotados, proporcionar a eficiência e sustentabilidade da frota pesqueira costeira e continental, promover o máximo aproveitamento das capturas, aumentar a produção pesqueira nacional, utilizar estoques pesqueiros na Zona Econômica Exclusiva brasileira e em águas internacionais, consolidar a frota pesqueira oceânica nacional e melhorar a qualidade do pescado produzido no Brasil. (FNTTAA, 2017).

A fonte desses financiamentos é o Fundo da Marinha Mercante, conforme o Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste e do Norte, instituídos pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O Profrota é uma linha de crédito voltada aos pequenos pescadores e está inserida no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que concede linhas de crédito diferenciadas aos pequenos produtores.

O Plano Safra 2024/2025 destinou R\$ 76 bilhões em crédito para o Pronaf.

Há um projeto de lei na câmara dos deputados que inclui os pescadores artesanais e aquicultores familiares entre os beneficiários das linhas de crédito disponibilizadas pelo Plano Safra 2024/2025. Segundo a Agência Câmara de Notícias (2025), o Projeto de Lei 4643/24 estabelece uma linha de crédito para aquisição e reforma de barcos, bem como para a compra de insumos necessários à prática da atividade pesqueira. Assim, cada pescador terá o limite de crédito para custeio de R\$ 80 mil e para investimento de R\$ 200 mil, além de incentivos como juros mais baratos (3% ao ano).

No entanto, há uma grande dificuldade de acesso dos pequenos pescadores, aos recursos dessas linhas de créditos, devido às burocracias para acessar esses créditos. A sazonalidade dos recursos dificulta bastante o pagamento do empréstimo, além disso, os pescadores não têm garantias hipotecárias para oferecer às instituições financeiras credoras.

Na verdade, desde a implantação da SUDEPE, na década de 1960, voltada à expansão industrial do setor pesqueiro, por meio da concessão de incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo governo brasileiro, a pesca artesanal ficou relegada a segundo plano no processo de modernização do setor.

Segundo Capellesso; Cazella (2013, p. 283),

Para a pesca artesanal restou encontrar nos sistemas informais de financiamento as possibilidades de viabilizar a modernização técnica. Isso se deu, fundamentalmente, por meio do reforço de relações com os tradicionais comerciantes locais, que cumprem o papel de atravessadores, comprando e revendendo o pescado. (Capellesso; Cazella, 2013, p. 283)

Essa relação entre pescador e atravessador é evidente nas comunidades pesqueiras artesanais. “Disso decorre o compromisso de entrega do pescado a preços fixados pelo atravessador, que atua a montante e a jusante no processo de pesca, gerando um diferencial de poder a favor desse agente” (Capellesso; Cazella, 2013, p. 283).

Já na frota industrial, vinculada às grandes empresas e armadores de pesca os recursos necessários à ampliação da frota faz parte dos investimentos em capitais fixos.

3.3 AQUICULTURA BRASILEIRA

O Brasil não é, ainda, um país de grande destaque no cenário mundial da produção aquícola. Segundo o Relatório FAO/ONU 2024, o Brasil ocupa a 13ª na produção de peixes em cativeiro.

No entanto, de acordo com dados do Anuário Peixe Br da Piscicultura 2025, a produção brasileira de peixes de cultivo atingiu 968.745 toneladas em 2024. Esse resultado representa aumento de 9,21% em relação ao ano anterior (887.029 t), o que demonstra a expansão da piscicultura nacional nos últimos anos.

Conforme os dados desse anuário, a tilápia (Figura 25) é o peixe mais cultivado no País, com mais de 662.230 mil toneladas (68,35% do total). O Brasil já é o quarto maior produtor mundial da espécie. Além da tilápia, destaca-se o cultivo do tambaqui (Figura 26) e do camarão, da espécie *Litopenaeus vannamei* (Figura 27).

Figura 25- tilápia



Fonte: Criação de peixes, 2025. Produção de tilápia está em alta; saiba como entrar na atividade <https://www.criacaodepeixes.com.br/producao-de-tilapia-esta-em-alta-saiba-como-entrar-na-atividade> Acesso em: 20 mar. 2025.

Figura 26- tambaqui



Fonte: CPT, 2025. Peixes de água doce do Brasil: Tambaqui (*Colossoma macropomum*). Disponível em: <https://www.cpt.com.br/artigos/peixes-de-agua-doce-do-brasil-tambaqui-colossoma-macropomum> Acesso em: 20 mar. 2025

Figura 27- camarão



Fonte: G1 Rondônia, 2015. Cultivo de camarão em água doce será tema de curso, em Porto Velho. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/01/cultivo-de-camarao-em-agua-doce-sera-tema-de-curso-em-porto-velho.html> Acesso em: 20 maio 2025

Figura 28- cultivo de camarão (carcinicultura)



Fonte: Agência Tambor, 2024. Denúncia! Camarão em cativeiro traz rastro de destruição. Disponível em: <https://agenciatambor.net.br/meio-ambiente/denuncia-camarao-em-cativeiro-traz-rastro-de-destruicao/> Acesso em: 20 maio 2025.

O Paraná é o líder na piscicultura brasileira, atingindo 250.315 toneladas (25,8%). Desse total, 245.115 toneladas são de tilápia. Já o Ceará lidera no cultivo de camarão (carcinicultura, Figura 28), com mais de 120 mil toneladas.

De acordo com Ximenes (2021),

a carcinicultura (camarão) tem a segunda maior produção nacional, mas há uma diferença importante em comparação com a tilapicultura, é que mesmo com a queda da produção de camarão nesse período (2016-2019), o valor da produção aumentou 7,12%, devido ao maior valor de mercado do camarão. (Ximenes, 2021, p. 4 e 5).

Em relação à participação das unidades da federação na piscicultura, além do Paraná, destacam-se São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rondônia, como os cinco maiores produtores. Além desses cinco principais produtores de peixe de cultivo, a Tabela 11 apresenta o cultivo de peixes nas demais unidades federativas do Brasil, em 2024.

Segundo dados do ANUÁRIO 2025 Peixe BR da Piscicultura, o crescimento da produção de peixes de cultivo em 2024 foi o maior nos dez anos de levantamento da Associação Brasileira da Piscicultura. A entidade iniciou a pesquisa em 2015, quando o país produzia 638.000 toneladas, nesse período, o avanço foi de 51,8%.

Além do cultivo de peixes e camarões, a aquicultura brasileira destaca-se também na produção de moluscos (ostras, mexilhões e vieiras). De acordo com dados da Facisc (2025, p. 151), “Florianópolis se destaca como líder absoluto na produção nacional, sendo responsável por cerca de 40% do total do país”.

Tabela 11- Produção de peixes de cultivo por unidade da federação- ano de 2024

Estados	total em toneladas (t)
Paraná	250.315
São Paulo	93.200
Minas Gerais	72.800
Santa Catarina	59.100
Rondônia	56.900
Maranhão	54.500
Mato Grosso	44.520
Mato Grosso do Sul	40.500
Bahia	36.450
Pernambuco	35.700
Goiás	30.730
Pará	25.420
Rio Grande do Sul	24.400
Piauí	22.300
Roraima	23.100

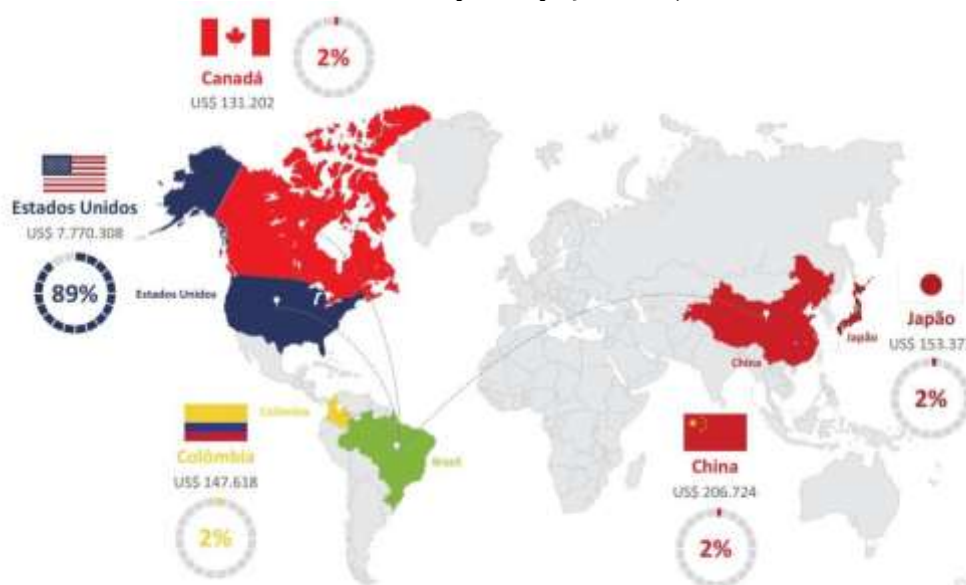
Espirito Santo	20.410
Tocantins	18.100
Amazonas	15.300
Ceará	12.150
Alagoas	10.900
Rio Grande do Norte	4.400
Paraíba	4.180
Sergipe	3.900
Acre	3.270
Rio de Janeiro	2.970
Distrito federal	2.130
Amapá	1.100
Total	968.745

FONTE: Organizado pelo autor com base em dados do ANUÁRIO 2025 Peixe BR da Piscicultura.

Outro aspecto que evidencia a expansão da piscicultura no Brasil refere-se às exportações de peixes cultivados. De acordo com dados do Anuário 2025, em 2024, houve um salto de 102% do volume total exportado, chegando a 13.792 toneladas, sendo que em 2023 foram exportadas 6.815 toneladas. Em termos de valores, em 2024 foi exportado US\$ 59 milhões, ou seja, 138% a mais do que em 2023, quando foi exportado um total de US\$ 24,75 milhões.

Ainda, segundo dados do Anuário a tilápia é a principal espécie exportada, com um volume de 12.463 (90,3%) e um valor exportado de US\$ 55,65 milhões. O principal comprador de peixes de cultivo do Brasil são os Estados Unidos, com US\$ 52,2 milhões (89% do total). Longe, em segundo lugar, ficou a China, Japão, Colômbia e Canadá, conforme Figura 29. Deve-se destacar que, em 2020, o Brasil era o oitavo maior fornecedor de tilápia para os EUA, e em 2024, assumiu a quarta posição. São exportados principalmente filés frescos e peixes inteiros congelados.

Figura 29- Principais destinos das exportações brasileiras da piscicultura em 2023 (em US\$ e % da participação total)



Fonte: Portal do Agronegócio, 2024. Exportações brasileiras de peixe crescem significativamente no primeiro trimestre de 2024. Disponível em:

https://www.portaldoagronegocio.com.br/pecuaria/aquicultura-e-pesca/noticias/exportacoes-brasileiras-de-peixe-crescem-significativamente-no-primeiro-trimestre-de-2024#google_vignette

Acesso em: 20 maio 2025

Já em termos de importações de piscicultura, segundo o Anuário da Piscicultura 2025, o Brasil importou 173.087 mil toneladas de peixes de cultivo, em 2024, um total de US\$ 1,05 bilhões. As principais espécies importadas são o salmão e o panga. O Brasil importa, principalmente, salmão chileno e panga da China. Em 2024 o Brasil importou 120.564 toneladas (70%) de salmão, no valor de US\$ 909, 26 milhões, 87% do valor total importado. Em segundo lugar, ficaram as importações de panga, da China, com 50.550 mil toneladas (29%), no valor de US\$ 136,63 (13%).

No entanto, embora o cenário para a expansão da aquicultura brasileira seja otimista, de acordo com o pesquisador da Embrapa Eric Routledge, ainda existem desafios a serem enfrentados. Para começar, o Brasil possui espécies nativas com grande potencial de cultivo, porém, nenhuma delas possui informações científicas e tecnológicas que permitam a estruturação da cadeia produtiva. Sendo assim é necessário gerar conhecimento e tecnologia para o setor. A tilápia, por exemplo, é uma espécie exótica. Segundo a Engepesca (2017), a tilápia é oriunda da África e do Oriente Médio, ela foi introduzida em solo brasileiro nos anos 60. “Hoje, o setor produtivo praticamente faz milagre na criação de peixes nativos, já que as espécies brasileiras ainda estão sendo domesticadas, não passaram por nenhum melhoramento

genético e são criadas com técnicas e protocolos improvisados de peixes exóticos” (Routledge, 2022, p. 2).

Outro desafio para a piscicultura brasileira é a sustentabilidade no cultivo dos peixes. Para Routledge (2022), “a adoção de tecnologias que poupem terra, água, trabalho e demais insumos é tendência irreversível para a competitividade da aquicultura brasileira hoje e no futuro”. Diante disso, ele aponta que são necessários novos modelos de produção.

Tais modelos compreendem tecnologias como sistemas fechados de recirculação de água com geração de pouco ou nenhum efluente para o meio ambiente e rações de alto desempenho que atendam adequadamente às exigências nutricionais das espécies. Adicionalmente, investimentos em genética — hoje praticamente limitados e restritos a tilápia — tendem a se ampliar para peixes nativos com potencial de mercado, a exemplo de tambaqui e de pirarucu. (Routledge, 2022, p. 2).

Há também a questão do abate. De acordo com o pesquisador da Embrapa, Leandro Kanamaru Franco de Lima (2023),

durante o abate, os peixes precisam ser submetidos a procedimentos operacionais muito bem definidos e que causem sua correta insensibilização tornando o processo mais humanitário. A utilização da tradicional termonarcose, que representa o uso de água e gelo para a realização do abate industrial do pescado brasileiro começa a ser questionado quanto à sua capacidade de garantir o bem-estar animal. (Lima, 2023).

Além disso, Lima (2023), destaca outros desafios como diminuição do desperdício no processamento de pescados, dessa forma, “diminuir o desperdício, gerar menos resíduos e aumentar a rentabilidade do setor são pilares para o sucesso da atividade no cenário atual” (Lima, 2023).

Por fim, ele destaca a questão dos riscos sanitários do pescado. O peixe é produzido em viveiros de terra e tanques-rede instalados em reservatórios de água que ficam expostos à contaminação ambiental de variadas fontes, como fezes de animais ou pela introdução de alimentos e rações contaminadas

Apesar disso, a aquicultura é uma atividade bastante importante na oferta de peixes no Brasil, afinal, não está sujeita às mesmas instabilidades da pesca de captura. Segundo o Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, a produção de peixes “se encaixa perfeitamente nas diretrizes do governo federal de combate à fome, erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento socioambiental sustentável.” (Anuário Piscicultura, 2025, p. 27).

4. ATIVIDADE PESQUEIRA EM SANTA CATARINA: UM ESFORÇO DE SÍNTESE

De acordo com Secretaria de Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (2021), o estado é o maior polo pesqueiro de origem marinha do Brasil. Segundo a Agência Senado Notícias (2023), o município de Itajaí é o maior polo pesqueiro e de transformação de pescados do Brasil, sendo responsável por 55% do mercado nacional de pesca.

A produção da indústria de pescados catarinense é destaque nacional. De acordo com dados da Facisc (2025), Santa Catarina é líder no Valor de Transformação Industrial (VTI), em 2022, de produtos de pescado, com R\$ 1,4 bilhões. Assim, conforme os dados da Facisc (2025),

Santa Catarina é líder nacional na manufatura de pescados, respondendo por 44% da produção total. O estado também se destaca na fabricação de produtos sofisticados, como peixes congelados e conservas, um segmento que tem registrado um crescimento significativo nos últimos anos. (Facisc, 2025, p. 92).

Na última década Santa Catarina manteve a liderança na indústria de pescados, com destaque para a fabricação de conservas de peixes no Vale do Itajaí.

As indústrias de pesca estão localizadas, predominantemente, às margens da foz do Rio Itajaí-Açú, entre os municípios de Itajaí e Navegantes. Tal localização é um facilitador para estas indústrias, já que os seus barcos desembarcam os pescados no cais da própria indústria (Figura 30). Os pescados são descarregados em esteiras (Figura 31) que levam a matéria-prima diretamente às unidades de beneficiamento. Isto permite que em pouco tempo o pescado seja eviscerado e transformado. Todo esse processo caracteriza uma forte verticalização da produção das indústrias pesqueiras, desde a captura, o beneficiamento até a comercialização. Além da proximidade do rio, as indústrias estão próximas da Rodovia BR-101, que corta os municípios de Itajaí e Navegantes, possibilitando o escoamento da produção, via terrestre, para os grandes centros consumidores.

Figura 30- Indústria e o cais de desembarque pesqueiro- Foz do Rio Itajaí-Açú



Fonte: A história conturbada da primeira grande empresa de navegantes. Disponível em: <https://jornalnosbairros.com.br/wp/2023/11/a-historia-conturbada-da-primeira-grande-empresa-de-navegantes/> Acesso em: 22 maio 2025

No entanto, esse processo nem sempre foi assim. Houve um tempo em que os barcos pesqueiros nem motor possuíam. Sendo assim, o presente capítulo propõe analisar a origem e a evolução do setor pesqueiro catarinense.

Figura 31- esteira para desembarque de pescados



Fonte: Pulsar imagens, 2025. Pesca industrial - desembarque de sardinha lage em terminal pesqueiro para indústria de sardinha enlatada, 2018. Disponível em: <https://www.pulsarimagens.com.br/foto/Pesca-industrial---desembarque-de-sardinha-lage-em-terminal-pesqueiro-para-ind> Acesso em: 20 maio 2025

4.1. FUNDAMENTOS FÍSICO-NATURAIS DA PESCA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O litoral catarinense possui uma extensão de 531 quilômetros e está situado entre os paralelos 25°57'18" e 29° 21'07" de latitude sul, conforme o Mapa 3.

De acordo com Ledo (1983), o litoral catarinense é dividido em três unidades: litoral norte, litoral central e litoral sul, conforme a Figura 32

No litoral norte as principais unidades fisiográficas que se destacam são

a Baía de São Francisco e a Barra do Rio Itapocu limitando uma extensa planície de terrenos cristalinos cobertos com deposições de sedimentos finos de origem flúvio-marinho, sujeita a periódicas intrusões de água salgada e ocupada por sistemas de manguezais (Ledo, 1983, p. 95).

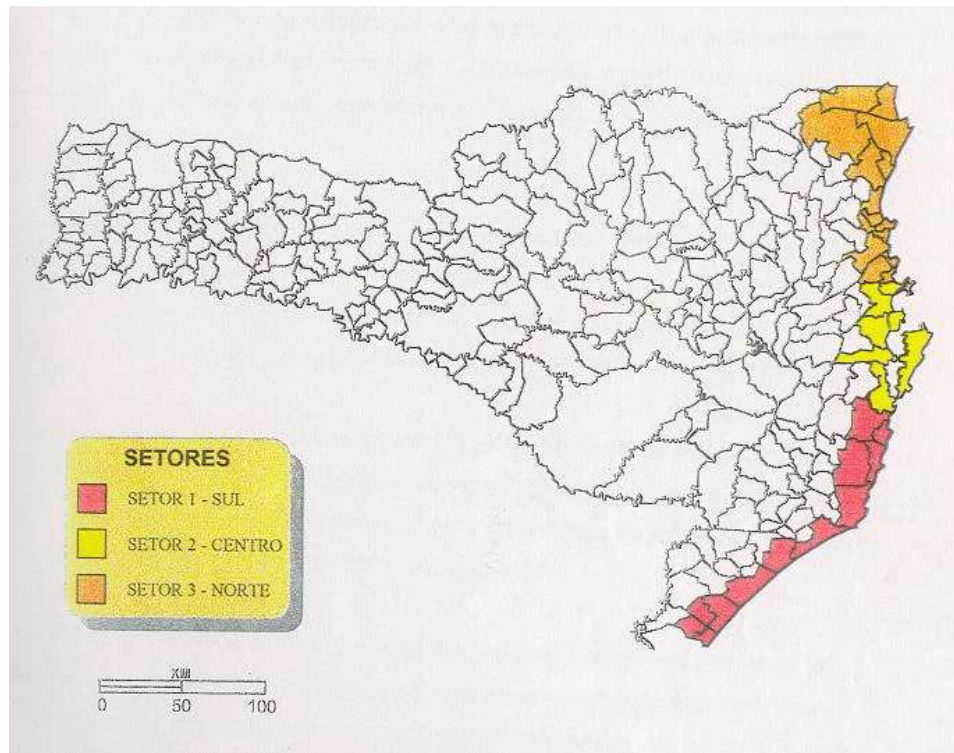
Já no litoral central,

A costa é bastante irregular com esporões cristalinos, e com solos podzólicos cobertos pela mata fluvial atlântica que se estende até a beira do mar; uma outra característica é a presença de numerosas ilhas e ilhotas entre as quais destaca-se a Ilha de Santa Catarina com a presença de duas lagoas, sendo que uma sofre influência marinha. (Ledo, 1983, p. 95).

Mapa 3- litoral de Santa Catarina



Figura 32- Estado de Santa Catarina (Municípios Litorâneos)



Fonte: Pereira, 2003.

Na parte central do litoral catarinense verifica-se ainda a presença de

arcos praias protegidos das ondas e com fundos de areias finas, limitados por costões de estrutura granítico-gneissica; e zonas baixas e estreitas com deposições de substrato lodoso, em especial nas embocaduras dos rios Itajaí-Açu, Tijucas, Biguaçu; Massiambu, e Camboriú, favorecendo sua ocupação pelo mangue (Ledo, 1983, p. 95).

No litoral sul, que se estende entre o Cabo de Santa Marta e o Rio Mampituba, “a costa é pouco acidentada, destacando-se somente os blocos do relevo cristalino do cabo já mencionado e do Morro dos Conventos” (Ledo, 1983, p. 95).

Outra característica do litoral sul é a existência de “praias extensas com dunas altas, de areia fina e cobertas parcialmente pela vegetação; ocorre também aqui o limite de distribuição dos manguezais” (Ledo, 1983, p. 96).

Por fim, no litoral sul destaca-se a presença de inúmeras lagoas

Que em forma de rosário acompanham 252 km de margem costeira, incluindo as lagoas do Ribeirão, Garopaba, Ibiraquera, Doce, Mirim-Imaruí-Santo Antônio, Garopaba do Sul, Camacho, Urussanga Velha, Faxinal, Esteves, Mãe Luzia Caverá e do Sombrio, entre outras (Ledo, 1983, p. 96)

Segundo Ledo (1983, p. 96), “as lagoas de Ibiraquera, o sistema Mirim-Imaruí-Santo Antônio, a de Garopaba do Sul, do Camacho e de Urussanga Velha estão em contato com o mar; as outras, entretanto, constituem reservas de água doce”.

A presença de todas estas feições ao longo do litoral favorece o aparecimento e o desenvolvimento de recursos vivos (peixes, crustáceos e moluscos) de interesse econômico. Para Ledo (1983, p. 98),

as características ecológicas descritas para a área costeira, em especial pela presença dos sistemas de lagoas costeiras em conexão com o mar e dos manguezais os quais em seu conjunto ocupam aproximadamente 50.000 há, favorecem o estabelecimento e desenvolvimento de populações de animais que incluem migrantes catadrômicos¹ que são explorados pela pesca artesanal. Os recursos vivos de interesse econômico englobam espécies de peixes, crustáceos e moluscos (Ledo, 1983, p. 98).

Neste sentido, Monteiro (1958, p. 132) destaca que na costa catarinense “a presença de baías, enseadas, estuários, ao lado de praias e bancos arenosos, proporcionam ambientes muito propícios à prática da pesca costeira”. Ele acrescenta que é nesta parte do litoral brasileiro que “a plataforma continental se apresenta em seu trecho mais largo” (Monteiro, 1958, p. 132). Por isso, “pelas condições de iluminação e abundância de plâncton, a zona de pesca por excelência, oferece, assim, amplas possibilidades a pesca do largo” (Monteiro, 1958, p. 132). Com profundidades de até 200 metros, a extensa plataforma permite a presença de grandes quantidades de pescados. Afinal, conforme assinala Lago (1961), a penetração de luz solar torna-se extremamente difícil a partir de 200 metros de profundidade e com isso há uma

redução da vida vegetal e microrgânica animal conjunto que constitui o complexo denominado plâncton. Os vegetais microrgânicos necessitam de estímulos fóticos para a elaboração da fotossíntese, de modo que se desenvolvem melhor em ambientes franqueados à luz solar. Os seres animais e vegetais que compõem o plâncton e demais vegetais e organismos animais menores que integram a flora e fauna fixadas no fundo do mar constituem a fonte alimentar das espécies maiores, aquelas que se prestam à exploração econômica. (Lago, 1961, p. 131).

Ao analisar a pesca nas regiões Sudeste e Sul, Diegues (1983) compara a extensão da plataforma continental de diferentes regiões do Brasil à disponibilidade de cardumes e à possibilidade de exploração econômica destes.

Para Diegues (1983, p. 108), “no litoral Sudeste-Sul as condições físicas favorecem o aparecimento de grandes concentrações de pescado tais como a sardinha, o camarão, a merluza, a pescada, etc. Tais espécies são passíveis de exploração em larga escala”.

Em relação à Região Norte, Diegues (1983, p. 109), assinala que “possui alta produtividade primária causada pela foz do Amazonas, mas a topografia do fundo é irregular, dificultando as operações com redes de arrasto de fundo”.

¹ Peixes catadrômicos: são aqueles que migram do rio (água doce) para o mar para desovarem. Peixe Anádromo ou catádromo. In: <https://guiadapesca.com.br/peixe-anadromo-ou-catadromo/> Acesso em: 20 abr. 2024

Já o litoral do Nordeste “apresenta uma produtividade relativamente baixa. A plataforma continental é estreita, de fundo irregular constituído por corais, permitindo o arrasto em somente 20% da área” (Diegues, 1983, p. 110-11).

No tocante à Região Sudeste, esta “possui uma plataforma continental mais larga, com fundo em areia e lama, o que favoreceu a técnica do arrasto” (Diegues, 1983, p. 111).

E por fim, “a Região Sul possui também uma plataforma continental larga e plana propiciando o uso de técnicas de arrasto de fundo” (Diegues, 1983, p. 111).

Para Suguio (1982, p. 152),

as condições físicas do fundo, das diversas áreas da plataforma continental, ao longo da costa brasileira, e as condições oceanográficas, determinam a qualidade e a quantidade de recursos pesqueiros, bem como limitam regionalmente o uso de determinado tipo de embarcação e hábito de pesca. Por exemplo, na região nordeste, onde além da plataforma continental ser estreita, o fundo é rochoso e coralino, fica impedido o uso de redes que operam em arrastos e em contato direto com o fundo; nessa condição, a pesca é feita com uso de linha os espinhéis, para a captura de peixes que vivem na região. Já na região norte (plataforma continental do Amapá, foz do Amazonas e Pará) os barcos camaroneiros operam com redes de arrasto, pois o fundo é de declive suave e recoberto de sedimentos e oferece substrato ambiental para o camarão. As regiões centro-sul e sul são as mais favorecidas, porque contam com a plataforma continental mais ampla que a do nordeste, sem formações rochosas ou coralinas que impeçam a operação pesqueira com rede de arrasto, na quase totalidade da sua área, além das condições oceanográficas serem favoráveis para a existência da fauna de peixes e de outros animais, mais rica que a das outras regiões. Nessa área, a frota pesqueira industrializada, que constitui 80% da frota nacional, opera e atende à maioria da demanda da indústria pesqueira, que nos últimos anos se desenvolveu rapidamente (Suguio, 1982, p. 152).

Segundo Diegues (1983), as condições naturais da região Sudeste e Sul, aliadas aos processos econômicos, como foi o caso do desenvolvimento industrial, possibilitaram a acumulação de capital no setor pesqueiro, através da implantação de grandes indústrias da pesca e portos pesqueiros localizados ao longo do litoral Sudeste e Sul.

Cerca de 80% das indústrias pesqueiras estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Muitas das empresas recentemente criadas no Norte e Nordeste têm capitais de grupos econômicos pesqueiros das Regiões Sudeste e Sul (Diegues, 1983, p. 111).

Além da extensa plataforma continental, outras condições, como relacionadas “à temperatura das águas, à salinidade, à direção das correntes, terão de ser consideradas (...) para não considerarmos outras questões que se prendem a mercados, investimentos financeiros, mão de obra qualificada, etc.” (Lago, 1961, p. 133).

Outra importante característica geográfica do litoral catarinense refere-se à existência de abrigos naturais, como baías, lagunas e enseadas, os quais possibilitam a reprodução e o crescimento seguro de muitas espécies.

Para Lago (1961, p. 129),

lagoas costeiras como a da Conceição (inserida no interior da ilha de Santa Catarina) e a reentrância longitudinal da Laguna-Imaruí (...), possibilitam a exploração de tipos determinados de pescado, como o do camarão, espécie que necessita de ambientes de tranquilidade de desova (Lago, 1961, p. 129).

Para Diegues (1983), o espaço litorâneo constituído principalmente pelos ecossistemas estuarinos (laguna, foz de rios, baías, enseadas) é um local “abrigado contra as intempéries do mar de fora e explorado pelo pequeno pescador através de canoas a remo ou pequenas embarcações motorizadas e armadilhas fixas” (Diegues, 1983, p. 114).

Em relação à presença dos sistemas estuarinos, Diegues (1983), assinala que estes locais recebem

um aporte rico em matéria orgânica da drenagem continental e do próprio mangue, e estando em comunicação com o oceano através do movimento das marés, constituem viveiros naturais de inúmeras espécies de pescado (crustáceos, moluscos e peixes) que aí vivem ou passam parte do seu ciclo de vida, retornando depois ao mar aberto. (Diegues, 1983, p. 114 e 116).

A existência de desembocaduras de rios acarreta no encaminhamento de nutrientes para os organismos marinhos. Segundo Lago (1961, p. 133), “sua presença é importantíssima, já que carregam substâncias fertilizadoras das águas, possibilitando consequentemente maior proliferação da vida vegetal e animal”.

De acordo com Ledo (1983, p. 97), no litoral de Santa Catarina “as descargas fluviais são relativamente baixas oscilando entre os 25 m³/s e 220m³/s na principal bacia do litoral, onde atinge valores máximos de 600m³/s no Rio Itajaí-Açu”. Só para fazer uma comparação, segundo Silva *et al.* (2005, p. 146), a descarga do Rio Amazonas varia entre 180.000m³/s e 220.000m³/s

Outro aspecto oceanográfico a ser considerado no desenvolvimento dos cardumes é a salinidade. Segundo Ledo (1983, p. 97), a costa catarinense

é banhada pela corrente do Brasil: suas águas subtropicais apresentam um teor de salinidade elevado, entre os 34,5‰ e os 36‰, temperaturas entre 18°C e 24° C. Esporadicamente são detectadas massas de água com temperaturas mais baixas, de 10°C a 15°C, devidas ao deslocamento da zona de convergência subtropical, cuja localização muda entre os 35° e 40° de L.S, conforme as estações do ano (Ledo, 1983, p. 97).

Segundo Coimbra (2013, p. 12) “o encontro da corrente fria e produtiva das Malvinas com a corrente brasileira possibilita que ocorram fenômenos de convergência e ressurgência das águas no que resulta daí significativo estoque de recursos pesqueiros de expressão”.

Ademais, a localização geográfica do litoral catarinense também contribui para a presença de cardumes, afinal “as grandes zonas de pesca se situam em áreas de latitudes médias” (Lago, 1961, p. 133).

A relação entre temperatura da água e ocorrência de cardumes foi destacada por Darkenwald e Jones (1959): “Em nenhum lugar de baixa latitude houve um desenvolvimento da pesca comercial em escala comparável ao alcançado nas águas mais frias das latitudes médias” (Darkenwald; Jones, 1959, p. 54).

Para comprovar assertiva de Darkenwald e Jones (1959), apresenta-se a Tabela 12, com dados extraídos do relatório “A situação da pesca e da aquicultura mundial em 2024” da FAO/ONU, a qual ilustra as principais áreas de pesca de captura marinha do mundo.

Tabela 12- Principais áreas de pesca de captura marinha do mundo 2024 (em milhões de toneladas)

Áreas de captura	1980	1990	2000	2010	2019	2020	2021	2022	%
Áreas temperadas	41 237	42 073	39 162	37 913	36 355	35 331	35 241	34 498	43,3
Áreas tropicais	12 997	18 142	22 070	25 131	26 877	25 761	26 028	26 820	33,6
Áreas de afloramento	17 371	21 451	20 216	16 486	16 604	16 736	18 625	17 954	22,5
Áreas do Ártico e da Antártida	481	191	141	268	389	477	391	437	0,5
Total	72 086	81 858	81 589	79 797	80 225	78 305	80 286	79 709	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados extraídos do relatório “A situação da pesca e da aquicultura mundial em 2024 FAO/ONU.

De acordo com Darkenwald e Jones (1959), muitas são as causas prováveis que dificultam o desenvolvimento de grandes pescarias comerciais nas baixas latitudes. Em primeiro lugar, acredita-se que os plânctons são menos abundantes nos mares tropicais. Isto está relacionado a presença, em águas mais quentes, de bactérias desnitrificantes que destroem matérias orgânicas. Nas baixas latitudes, em águas mais frias, os plânctons são mais abundantes e, por isso, servem de alimentos, para inúmeras espécies de pescados.

Em relação à abundância de pescados, Darkenwald e Jones (1959) destacam que embora as causas citadas anteriormente para explicar as diferenças de quantidade de pescados entre os mares tropicais e os mares das regiões mais frias não sejam consenso entre os pesquisadores, pode-se afirmar, no entanto, em relação aos mares tropicais, “que haja menos peixes de cada espécie e não há dúvida de que as espécies utilizáveis são menos numerosas” (Darkenwald; Jones, 1959, p. 54).

Outra questão físico-natural a ser considerada na dinâmica das águas oceânicas e, logo, na captura de pescados, é a ocorrência dos ventos. Segundo Ledo (1983, p. 96), a faixa costeira catarinense

está sujeita a variabilidade dos ventos com respeito tanto a direção quanto à intensidade: os ventos do quadrante N, NE e NO predominam em especial durante a primavera e o verão; no outono e no inverno, entretanto, os ventos sopram do quadrante S, SE, SO com rajadas atingindo velocidade de até 75-80 km/h, e excepcionalmente maiores (Ledo, 1983, p. 96).

Para Lago (1961, p. 134), “a relação entre as condições climáticas e a pesca é verificada quando se investiga a orientação e frequência das correntes marinhas em função da influência dos ventos dominantes”.

De acordo com Monteiro (1958),

observa-se pela predominância dos ventos de NE no verão e de SW no inverno (...). Entretanto, a variabilidade é característico, especialmente ao longo da costa catarinense. Esta irregularidade de direção dos ventos reflete, de certo modo, a complexidade que lhe é dada pela Frente Polar. Ventos variados e às vezes fortes constituem, inegavelmente, um embaraço a atividade pesqueira, especialmente quando ela se limita a processos primitivos. Durante o inverno, estação onde são mais frequentes os ventos frios do sul, durante os avanços da massa polar, o problema é mais sério. Mas apesar das condições do tempo serem mais desfavoráveis, é justamente o inverno a estação mais propícia para a pesca. As águas superficiais no inverno, ao longo da costa meridional do Brasil, ficam compreendidas entre as isotermas de 20°C e 15°C (contra 26°C e 23°C no verão) além de uma certa tendência das águas mais frias, vindas do sul, aderirem à costa. Este fato, influiu na migração de algumas espécies mais cotadas (a tainha, por exemplo) que acompanham o fluxo de águas mais frias para o norte, implica em maior atividade pesqueira (Monteiro, 1958, p. 132).

Desta forma, além das condições climático-oceanográficas que interferem nas águas do litoral catarinense, a presença de diferentes ecossistemas costeiros ao longo da faixa litorânea, como manguezais, baías, enseadas, estuários são essenciais para a reprodução das espécies marinhas nos mares catarinenses.

Segundo Moraes (2011, p. 3) “dentre os ambientes costeiros, os estuários são fundamentais em pelo menos uma fase do ciclo de vida de diversas espécies de peixes, muitas das quais são recursos marinhos explorados pela pesca costeira e oceânica”.

Em geral, os estuários são dominados por poucas espécies que suportam a alta variabilidade do ambiente, especialmente aquelas promovidas pela salinidade, e que encontram nestes ecossistemas as condições favoráveis para o desenvolvimento dos juvenis e para a reprodução (alta oferta de alimento, proteção contra a predação, e refúgio às condições ambientais adversas) (Moraes, 2011, p. 3).

Ao estudar os aspectos físicos relacionados com a pesca no litoral de Santa Catarina, Lago (1961, p. 129) conclui que “os aspectos da morfologia litorânea, de modo geral, são favoráveis à instalação de núcleos populacionais, sobretudo, porque são numerosos os abrigos naturais necessários a diversos tipos de pescados econômicos”.

Nesse sentido, verifica-se que algumas características da geografia litorânea são essenciais para a reprodução e disponibilidade dos recursos marinhos.

Isso, sem dúvida, facilitou a prática da pesca no litoral catarinense. Para Lago (1961), “o pescador parece ter-se habituado ao fato de que não é preciso ir ao mar: ‘o peixe vem sempre’, afirmou-nos um deles, quando inquirimos sobre a vantagem de se pescar em alto mar” (Lago, 1961, p. 129).

Em alguns períodos do ano, como no inverno, ainda hoje se verifica a aproximação dos cardumes nas praias, como é o caso das tainhas. Mas, a maior parte das capturas atuais é realizada distante da costa, na chamada pesca ao largo.

4.2 GÊNESE E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA E DA INDÚSTRIA DE PESCA NO LITORAL CATARINENSE A PARTIR DO SÉCULO XVII

Muito antes das primeiras incursões de povoamento português nesta parte do território brasileiro, a extração de recursos marinhos já era efetuada pelos povos originários, que aqui viviam, como meio de se alimentarem. Segundo Beck (2007, p. 80), “a coleta de moluscos constituía prática bastante difundida entre os grupos indígenas brasileiros, que habitavam o litoral ou suas proximidades”.

Dessa forma, “no litoral Meridional do Brasil, tal prática, em tempos pré-históricos, ficou registrada pelos sambaquis. Estes erguem-se junto à costa, por todo o litoral, ocorrendo por vezes em grande número [...]” (Beck, 2007, p. 80).

De acordo com Rohr (1977, p. 77) “o homem do Pântano do Sul foi exímio pescador. Milhares de litros de ossadas de peixes, aí estão a comprová-lo”. O Pântano da Sul é um bairro localizado no extremo sul da Ilha de Santa Catarina e com forte presença da pesca artesanal.

Lago (1961) assinala que em alguns trechos do litoral, como em Laguna e às margens de lagoas costeiras, encontram-se depósitos resultantes de restos de moluscos e crustáceos, os quais são chamados por muitos autores como sambaquis.

A existência dos “sambaquis”, (tendo sido comprovada a intervenção humana em sua formação), esporádicos ornatos da topografia costeira, reflete a importância dos recursos alimentares do mar para a sobrevivência de grupos humanos em estágio cultural recuado que, todavia, deixaram traços preservados ainda pelos pescadores atuais. (Lago, 1961, p. 141).

Dessa forma, ao longo do litoral observa-se a utilização de utensílios de pesca que são heranças culturais dos antigos habitantes do litoral. “O puçá, largamente utilizado pelos

pescadores catarinenses, especificamente para a pesca do camarão, é expressão daquela cultura”. (Lago, 1961, p. 141).

Após este resgate da importância desempenhada pela atividade pesqueira no modo de vida dos primeiros habitantes do litoral catarinense, parte-se para a ocupação do território a partir do século XVII, com a chegada dos vicentistas no litoral catarinense quando surgiram os primeiros povoados, como São Francisco do Sul, Desterro e Laguna. De acordo com Viana (1973), para povoar Santa Catarina.

O vicentista Francisco Dias Velho parte de Santos, levando a mulher, dois filhos, duas filhas, quinhentos índios domesticados, um homem branco com mulher e três filhos, e dois padres jesuítas. O mesmo acontece com o povoador de Laguna, Francisco Brito Peixoto. Brito Peixoto funda ali, com auxílio do seu pai, uma povoação, com grande dispêndio da sua fazenda, levando também muitos escravos, mantimentos e materiais. (Viana, 1973, p. 84).

De acordo com Vieira e Pereira (2009), os vicentistas estabeleceram algumas fazendas de lavoura, originárias a partir das sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa. Segundo Lago (1961), nessas fazendas, produziam-se cana-de-açúcar, algodão e mandioca, como é o caso de São Francisco do Sul.

No caso de Laguna, a localidade desempenhou papel importante como fornecedora de alimento para as tropas militares encarregadas da defesa da Colônia do Sacramento². Além de desenvolverem atividades ligadas ao cultivo da terra, os povoadores vindos de São Vicente tinham na atividade pesqueira um recurso complementar de subsistência (Lago, 1961).

Mas, foi com a chegada dos imigrantes açorianos e madeirenses, em meados do século XVIII, que a pesca assume um importante papel no modo de produzir dos habitantes do litoral catarinense. De acordo com Beck (1983, p. 53), as pequenas localidades litorâneas desenvolveram uma tecnologia simples, adaptando algumas técnicas e instrumentos trazidos dos Açores e incorporando outras, já praticadas pelos grupos indígenas.

A economia açoriana era caracterizada em uma estrutura agrária de pequena propriedade. Entre os principais produtos,

Destaca-se o cultivo de mandioca, cuja produção de farinha constituiu-se no principal produto de exportação [...], além de algodão, óleo de baleia, melado, aguardente, feijão, milho, arroz, etc (Campos, 1991, p. 26).

Este modo de produzir dos pequenos produtores, “propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua autossuficiência e um excedente exportável” (Campos, 1991, p. 26).

² Criada em 1680 no extremo sul do território colonial, hoje território do Uruguai, a qual se constituía numa base militar, na margem esquerda do Prata, em frente a Buenos Aires. (SILVA, 1992, p. 30).

Desta forma, Silva (1992) destaca que a produção dos pequenos produtores não se destinava apenas à subsistência, já que um pequeno excedente se voltava à troca. Nesse sentido,

Internamente, o processo de trabalho de pescadores realizava-se de forma coletiva, ou seja, trabalhavam em forma de camaradagem, e os agricultores à base do trabalho familiar, cuja capacidade ociosa, trocavam ao longo do litoral em forma de escambo, no sentido de adquirir outros valores de uso. (Silva, 1992, p. 71).

Além dos produtos citados acima, o pequeno produtor açoriano desenvolvia também, em sua propriedade,

importante atividade de produção manufatureira, como engenhos de açúcar, de farinha, alambiques, confecção de roupas em teares próprios, produção de móveis, louças de barro, ferramentas utensílios caseiros, etc., o que reduzia substancialmente a relação de consumo do campo para com a cidade (Campos, 1991, p. 26).

Havia, no dizer de Silva (1992), certa sazonalidade no modo de produzir destes habitantes do litoral, de modo que nos períodos de abundância de pescados, se dedicavam às atividades de extração dos recursos do mar, por outro lado, nos momentos de escassez de pescados se voltavam aos trabalhos ligados ao cultivo da terra. Por este motivo, Lago, 1961 destaca a questão da “impraticabilidade do exclusivismo da pesca” (Lago, 1961, p. 124).

Dessa maneira, “a pesca, realizada na praia pelo grupo de companheiros, era somente uma das atividades exercidas pelos membros das comunidades dos pescadores sitiadas do litoral catarinense” (Diegues, 1983, p. 123).

Neste período, entre os fins do século XVIII e início do século XIX, os pequenos produtores pescadores e agricultores, açorianos, também trabalhavam, na pesca da baleia, principalmente entre os meses de julho e outubro.

A partir de 1754, o litoral catarinense passa a abastecer os capitais comerciais portugueses com produtos derivados da baleia. De acordo com Silva (1992), em 1756, inicia-se o recrutamento de alguns pescadores para o trabalho na manufatura baleeira.

Segundo Silva (1992),

Ao lado das atividades de pequenos produtores mercantis tem-se, a partir de meados do século XVIII, o estabelecimento de um modo de produção escravista destinado a transformar os derivados da baleia, produzindo valores de troca destinados ao comércio internacional. Nestas condições, emerge a área catarinense para beneficiar os derivados da baleia (...). (Silva, 1992, p. 46-47).

Entre os derivados extraídos da baleia, destaca-se o óleo, que era uma espécie de “petróleo” no século XVIII e XIX, utilizado na construção civil, na conservação da madeira, na iluminação e nas mais diversas manufaturas como lubrificantes. (Bastos, 2000, p. 128-129).

A exploração baleeira no litoral catarinense permitiu grandes ganhos aos capitais comerciais portugueses que realizavam a intermediação comercial do produto na Europa (Silva, 1992).

De acordo com Silva (1992), a manufatura baleeira unificou as áreas catarinense, paulista e fluminense e as integrou a armações da Bahia, “o que, seguramente, evidencia a presença de um monopólio de grande vulto situado no litoral brasileiro” (Silva, 1992, p. 47).

Dessa forma, os pequenos produtores serviam, basicamente a duas funções: “atender aos imperativos da burguesia mercantil com força de trabalho, e abastecer a nascente Desterro, que principalmente exportava o excedente para o Brasil Colônia” (Silva, 1992, p. 73).

Assim, além dos produtos derivados da baleia, os pequenos produtores passam a abastecer os capitais comerciais portugueses com gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca e o peixe salgado, conforme destaca a Tabela 13

Tabela 13- Gêneros exportados na Ilha de Santa Catarina séculos XVIII e XIX

PRODUTOS	SÃO MIGUEL 1796	DESTERRO 1796	DESTERRO 1810	DESTERRO 1820
Farinha de mandioca	20.000 alqueires ³	28.333 alqueires	71.487 alqueires	142.415 alqueires
Arroz	2.037 alqueires	3.815 alqueires	36.632 alqueires	6.385 alqueires
Milho	1.216 alqueires	1.822 alqueires	1.702 alqueires	16.841 alqueires
Feijão	1.098 alqueires	1.585 alqueires	6.872 alqueires	6.161 alqueires
Aguardente	3.570 alqueires	35 alqueires	25.287 alqueires	78.214 alqueires
Melado	446 alqueires	1 pipa, 30 barris e 41 potes	7.407 arrobas	10.111 medidas
Açúcar	486 arrobas	662 arrobas	1.224 arrobas	346 quintais ⁴
Algodão	254 arrobas	-	832 arrobas	80 quintais
Café	9 arrobas	-	13.208 arrobas	846 quintais
Peixe seco	-	-	5.039 milheiros	296 milheiro

³ 1 alqueire corresponde a cerca de 13 litros, ou entre 11 e 15 kg.

⁴ Antiga medida de peso que correspondia a 58,328 kg. Disponível em: <http://www.cidadedesaopaulo.com/sp/infouteis/pesos-e-medidas> . Acesso em: 11 jun. de 2024.

Peixe salgado	-	-	4.166 arrobas	330 quintais
---------------	---	---	---------------	--------------

Fonte: elaborado pelo autor a parti de Silva (1992, p. 68).

Aliás, devido à inexistência de eletricidade no Brasil, a técnica do salgamento era essencial para a conservação dos pescados. De acordo com Giulietti e Assumpção (1995), somente em 1772 é regulamentada a exportação de sal para o Brasil, para conservar o pescado aqui capturado. “Em 18 de maio de 1798, é concedido alvará dando liberdade de construir e armar navios para a pesca e transformação de peixe em toda a costa” (Giulietti e Assumpção, 1995, p. 96).

Segundo Saint-Hilaire (1936), a partir do Rio de Janeiro, em nenhuma outra parte do Brasil, à exceção de São Paulo, havia lojas com produtos tão diversificados como em Santa Catarina. “Os negociantes fazem as suas compras na capital do Brasil e a rapidez da viagem permite-lhes ter nos seus estabelecimentos mercadorias sempre novas” (Saint-Hilaire, 1936, p. 158). Segundo Saint-Hilaire, em 1820, os principais produtos exportados eram farinha de mandioca, arroz, azeite de baleia, cal, feijão, milho, melado, madeira, couro, louças de barro, peixes salgados, tecidos de linho, tecidos de cânhamo e algodão.

Desta forma, a virada entre século XVIII e o início do século XIX é caracterizada pela ascensão da pequena produção mercantil açoriana e, de acordo com Bastos (2000), é nesse momento que se configura a primeira fase de urbanização da Ilha de Santa Catarina, à época cidade de Nossa Senhora do Desterro e adjacências, quando a produção de gêneros agrícolas e pesqueiros passa ser exportada para outras partes do Brasil. De acordo com o autor, “o Rio de Janeiro constituiu-se na maior praça importadora dos produtos produzidos, mas esses excedentes exportáveis chegavam desde o Recife ao Norte até Montevidéu ao sul ”. (Bastos, 2000, p. 129).

Em relação à dinamicidade de Desterro nos fins do século XVIII, Peluso Júnior (1991) descreve que

Em 1796, a população da capital era de 3.757 habitantes, dos quais 2.652 brancos, 110 forros e 995 escravos, mais 1.027 militares(...) O porto, nesse ano, recebera 116 navios, provenientes de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Goitacazes, Parati, Ilha Grande, São Sebastião, Paranaguá, Rio de São Francisco, Laguna, Rio Grande, Santos, Biscaia (...). A exportação era variada: farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, favas aguardente, melado, açúcar, gravatá, barba de baleia, tabuado, betas de dimbé, peixe seco, azeite de peixe, cebolas, couro, cal, telhas, tijolos, etc. (p. 323-324).

Na virada do século XVIII para o século XIX pode-se afirmar que “Desterro vivia do comércio, fornecendo bens e serviços à população dos arredores, tanto da Ilha como do

continente, e exportando, para outros portos, os produtos da sua região” (Peluso Júnior, 1991, p. 326).

Nesse período, cabia aos pequenos produtores alimentar a população urbana em crescimento, combinando uma pequena agricultura à atividade pesqueira.

No entanto, no início do século XIX, o aprofundamento da crise do sistema colonial, quando França e Inglaterra passam a disputar o controle político e econômico do território mundial, vai impactar a formação social brasileira e, por consequência, a formação litorânea catarinense.

A Revolução Industrial Inglesa trouxe profundas mudanças nas relações entre os países europeus. A França exigiu que as nações europeias realizassem um bloqueio econômico aos produtos ingleses. Em Portugal aprofunda-se a crise, afinal sua relação comercial com a Inglaterra fica comprometida, provocando a diminuição das suas exportações e o aumento do déficit na balança comercial, isso sem falar das invasões francesas ao seu território. Portugal alia-se aos britânicos, que exigem a abertura dos portos ao comércio mundial. É nesse contexto que a família real portuguesa se transfere para o Brasil.

Com isso, há a “intensificação da transferência dos capitais mercantis portugueses para o Brasil” (Silva, 1992, p. 76). De acordo com Rangel (1981),

Essa classe, embora oriunda de uma classe hegemônica, era uma força nascente. Esses comerciantes, quase todos estrangeiros, mas cuja presença assinala o que há de novo e característico na sociedade brasileira da época, estavam ainda politicamente despreparados para o exercício do poder (Rangel, 1981, p. 18).

Formava-se assim, segundo Rangel (1981), a primeira dualidade brasileira, uma combinação de modos de produção estabelecida no contexto da fase recessiva do primeiro ciclo de Kondratieff (1815-1848); era assim constituída: no polo interno, combinava-se o escravismo (internamente) e o feudalismo (externamente); no polo externo, combinava-se o capitalismo mercantil (internamente) e o nascente capitalismo industrial (externamente). De acordo com Rangel (1981), da porteira para dentro a fazenda era escravista, mas da porteira para fora era feudal.

Em termos de formação social brasileira, ocorre a independência política do Brasil (1822). Além disso, nesse período recessivo da economia mundial, ocorre uma queda prolongada do comércio exterior brasileiro e, para fazer frente a isso, o Brasil é forçado a iniciar um processo de substituição natural de importações.

Nesse momento, de acordo com Rangel (1981), há uma

diversificação da atividade produtiva no interior da fazenda de escravos, vale dizer, nas condições da economia natural, onde o poder de competição da indústria

capitalista do centro dinâmico chegava mais enfraquecido do que se limitado por uma forte tarifa aduaneira. A fazenda de escravos cresceu em escala e se tornou menos agrícola, na medida em que realocava seus recursos internos (inclusive, mas não apenas, mão-de-obra), orientando parte deles para atividades não agrícolas, classificáveis como construção e indústria de transformação, sem falar em certos serviços. Ao tornar-se mais autárquica, tornava-se mais autossuficiente, menos dependente do comércio exterior, a economia nacional como um todo. (Rangel, 1981, p. 21).

Em termos da formação litorânea catarinense, há, no período, uma diminuição considerável no número de baleias capturadas. De acordo com Silva (1992), ocorre uma “evasão de capitais comerciais concessionários da exploração baleeira no interior das armações, cujos capitais vinham sofrendo os prejuízos da recessão econômica” (Silva, 1992, p. 78).

Diante da crise, os fazendeiros, senhores de escravos, transferem-se das proximidades da praia e estabelecem suas fazendas em novas áreas e dedicam-se a outras produções, como arroz, café, banana e farinha de mandioca. Com isso, buscavam se ajustar aos imperativos da recessão econômica mundial, “produzindo valores de troca destinados ao comércio nacional” (Silva, 1992, p. 78).

Desse modo, confirma-se a assertiva de Rangel de que a fase B do primeiro Kondratiev “suscitou um movimento de substituição de importações, cuja manifestação dominante foi a diversificação da produção, nas unidades produtivas básicas da época, isto é, as fazendas de escravos (...)” (Rangel, 2005, p. 264).

Todavia, a fazenda de escravos que havia respondido bem à fase recessiva do segundo Kondratiev passou a enfrentar algumas contradições internas, “precisamente em função do crescimento das forças produtivas que viabilizou” (Rangel, 2005, p. 672). Segundo Rangel (2005), tais contradições, acabaram conduzindo ao fim dessas unidades escravistas e às da primeira dualidade ao inaugurar a fase A do segundo Kondratiev.

Assim, a partir de meados do século XIX, tem início uma nova fase de expansão da economia mundial, correspondente à fase “a” do segundo Ciclo de Kondratieff (1847-1873). Nesse contexto, aprofunda-se a divisão internacional do trabalho e ocorre a reincorporação de diversos países periféricos ao sistema internacional, tanto pelo fornecimento de matérias-primas quanto pela atuação como mercados consumidores dos produtos oriundos dos países centrais.

Dessa forma, com a repressão ao tráfico negreiro e por meio da lei brasileira de extinção do tráfico de 1850, estabelecia-se uma das condições para o fim da escravidão, já que a outra era a lei de terras, em que todas as terras devolutas passaram a ter dono.

Para Rangel (2005, p. 673),

a absorção de todas as terras devolutas de interesse agrícola pelos fazendeiros, criando a condição *nulle terre sans seigneur* (nenhuma terra sem senhor), abria outra solução, a saber, a conversão do escravo em servo de gleba, permitindo a dispensa parcial da

violência direta, na medida em que o servo está interessado no resultado do próprio trabalho e, em consequência, é um trabalhador capaz de uma produtividade maior que a do escravo.

Com isso, segundo Rangel (2005), criavam-se as condições para o advento da segunda dualidade brasileira. No polo interno, verificava-se a combinação entre feudalismo (lado interno) e capitalismo mercantil (lado externo); já no polo externo, articulavam-se o capitalismo mercantil (lado interno) e o capitalismo industrial (lado externo). Sobre essa base econômica consolidava-se a aliança política entre a burguesia comerciante (sócio majoritário) e os fazendeiros, latifundiários de perfil feudal (sócio minoritário).

Com a expansão da economia mundial, há a ampliação do comércio exterior, com a melhoria dos termos de intercâmbio do Brasil. Assim, em termos de formação social do litoral catarinense, enquanto os latifundiários,

através de suas produções diversificadas, ingressavam no mercado internacional, os pequenos produtores tinham a incumbência, via produção diversificada, de alimentar o espaço urbano desterrense, cuja burguesia comercial, ali estabelecida abastecia com o excedente não só a nação brasileira, como também exportava para os países latinos, notadamente para as cidades de Montevidéu e Buenos Aires. (Silva, 1992, p. 91).

A Tabela 14 apresenta os totais de farinha de mandioca exportados, no final do século XIX, para a Argentina e Uruguai.

Tabela 14- Exportação de farinha de mandioca em 1875-1876

Destino	Unidade	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
		1º semestre	1º semestre	2º semestre	2º semestre
Uruguai	kg	1.356.547	124:737\$728	256.285	23:394186
Argentina	kg	399.052	35:345\$769	502.596	54:581\$925
Total		399.052	160:083\$497	758.881	77:970111

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Dutra Santos (1994)

É a partir desse período que a antiga Desterro assume novas funções e “passava assumir cada vez mais a condição de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa” (Bastos, 2000, p. 130), caracterizando, assim, a segunda fase de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Os produtos importados atendiam as recém-instaladas colônias de alemães e italianos.

É neste novo contexto que os comerciantes açorianos foram substituídos por comerciantes de origem alemã, merecendo destaque Hoepcke, Wendhausen, Mayer, Born, Müller, etc, que ofereciam grande variedade de artigos nunca antes comercializados na praça desterrense. (Bastos, 2000, p. 130).

De acordo com Bastos (2000, p. 130), “pode-se considerar que a função portuária, comercial e administrativa desempenhou papéis fundamentais no crescimento da cidade criando-se, portanto, toda uma infraestrutura urbana”. Afinal, com o aumento do fluxo pessoas envolvidas com a função comercial, era necessária a criação de uma série de serviços para atendimento das necessidades dessa população.

Ainda, neste período de expansão da economia mundial (1847-1873), houve, segundo Silva (1992), “a possibilidade histórica de arrendamento das fazendas aos pequenos produtores, em especial, pescadores-lavradores” (Silva, 1992, p. 90). Eles arrendavam engenhos e terras para produzir farinha de mandioca e açúcar. Parte dos produtos eram destinados aos latifundiários e parte ficava para o pequeno produtor, na seguinte proporção: “em cada três sacos produzidos, dois destinavam-se ao latifundiário e um, ao produtor-trabalhador” (Silva, 1992, p 90). Esse processo criou uma possibilidade de poupança entre os pequenos produtores.

Os pequenos produtores comercializavam um pequeno excedente nas ruas estreitas do centro de Desterro. Na prática eram estes pequenos produtores agricultores e pescadores que abasteciam o mercado de Desterro, enquanto a burguesia comercial estava incumbida no comércio de importação e exportação dos produtos oriundos das fazendas dos senhores de escravos.

Já no final do século XIX, inicia-se uma nova fase recessiva da economia mundial, era a fase B do Segundo Kondratiev (1873-1896). Nos países centrais este período culmina com a invenção dos motores elétricos e a combustão, configurando-se na Segunda Revolução Industrial.

Em nível de formação social brasileira, ocorre um novo movimento de substituição artesanal de importações, desta vez, nas cidades, não mais nas fazendas de escravos, afinal, em termos institucionais, é neste período que ocorre a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) e estabelece-se, segundo Rangel (1981), um novo pacto de poder, entre a classe dos comerciantes e a nova classe dos latifundiários feudais.

Dessa forma, segundo Rangel (1981), houve a “substituição de importações através do desenvolvimento de atividades artesanais de transformação e construção civil” (Rangel, 1981, p. 25). De acordo com Rangel (1981), essa pequena produção de mercadorias, sob o comando do capitalismo mercantil, foi “uma preparação para a industrialização substitutiva de importações, que mais tarde, na fase recessiva do terceiro Kondratiev, empreenderíamos” (Rangel, 2005, p. 676).

Em termos de formação social do litoral catarinense, a recessão mundial provocou a diminuição das exportações de madeiras, que haviam impulsionado a produção dos latifúndios no período de anterior, de expansão. Além disso, segundo Silva (1992), a descoberta da eletricidade, nos países centrais, através da Segunda Revolução Industrial, fez com que diminuísse, sensivelmente, a necessidade de importação do óleo extraído das baleias.

Nesse momento de recessão da economia mundial, coube aos pequenos produtores, pescadores e lavradores, a diversificação da capacidade produtiva ao longo do litoral catarinense, que realizariam o comércio com a capital. Além disso, abre-se outra possibilidade de comércio para eles através da articulação com as recentes colônias agrícolas de imigrantes europeus. Comercializavam peixe seco, farinha de mandioca e “retornavam com outras mercadorias complementares ao bem-estar de seus familiares: querosene, carne seca, etc.” (Silva, 1992, p. 97).

Dessa forma, nesse período recessivo, foram os pequenos produtores pescadores que estavam em condições de participar do processo substituidor de importações, fornecendo matérias-primas para as fábricas de conserva instaladas em Cabo Frio (RJ) e Rio Grande (RS). Segundo Martins (2002), ocorreu um aumento das exportações de pescado para o Nordeste brasileiro e, em Rio Grande, fundaram-se duas fábricas de conservas de pescado, a Cunha Amaral S/A Indústria e Comércio (1876) e a Indústria de Alimentos Leal Santos (1889).

Antes da instalação das primeiras unidades de beneficiamento de pescados no litoral catarinense, os pequenos produtores comerciantes do litoral forneciam pescados às fábricas de conservas localizadas ao longo do litoral brasileiro. Segundo Silva (1992, p. 126), “exportavam a mercadoria principalmente para o Rio Grande do Sul, embora também exportassem para a Bahia, São Paulo, Paraná e outras unidades da federação”.

O processo comprova a afirmação de Rangel (2005) ao destacar que

A eficácia da substituição de importações media-se, naturalmente, em termos da parcela de insumos que pudessem ser supridos pela economia nacional, isto é, na medida em que as novas indústrias se pudessem apoiar na preexistente economia nacional, onde a produção industrial era ainda uma exceção, muito particularmente no que diz respeito aos bens de produção. (Rangel, 2005, p. 680).

É neste contexto que alguns pequenos produtores conseguem, através da ampliação do mercado consumidor, a obtenção de poupanças e o investimento na melhoria dos equipamentos de produção, como novas embarcações. Assim, verifica-se uma certa “concentração de renda na alçada destes produtores mais aquinhoados que emergem com capitais semimanufatureiros, sob a forma de pequenas salgas” (Silva, 1992, p. 99), ao longo do litoral catarinense.

A partir de 1896, abre-se um novo período de expansão da economia mundial. É, segundo Rangel (1981), a fase A do terceiro Ciclo de Kondratiev que se estende até o início da década de 1920. Em termos de economia brasileira, o período, segundo Rangel (2005, p. 676), “associa-se ao surto cafeeiro, a máxima manifestação do dinamismo do latifúndio, encarnado no polo interno do sistema”.

Em termo de formação social local, ocorre uma intensificação da diferenciação no interior das semimanufaturas de pescados. Até então estas unidades forneciam matérias-primas apenas para o mercado interno. No entanto, com a expansão do comércio exterior, as unidades instaladas em Cabo Frio e no Rio de Janeiro passam a reexportar o total da produção para a “Alemanha, Inglaterra, Portugal, Argentina, entre outros países” (Silva, 1992, p. 100).

Entre 1901 e 1905, houve um aumento da exportação de camarão seco, conforme a Tabela 15. O principal destino das exportações era para a América do Sul, notadamente o Uruguai. Mas, também, países europeus, como Alemanha, Itália, Portugal e França. A maior parte da produção era proveniente dos Estados do Pará, Santa Catarina, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Tabela 15- Exportação geral de camarões secos- de 1901 a 1905

Ano	Quantidade em kg
1901	4.343
1902	3.528
1903	2.559
1904	1.578
1905	11.106

Fonte: IBGE (1986)

De acordo com anuário estatístico do IBGE (1986), da série Estatísticas Retrospectivas, (originalmente publicado em 1909), o Brasil possuía 14 estabelecimentos especializados na conserva de carne e peixe, conforme a Tabela 16.

Tabela 16- Indústria de conservas de carne e peixe – 1909

Municípios/UF	Empresa	Número de trabalhadores
Antonina/PR	Bruno Baer	08

Cabo Frio/RJ	Leger & Palmer	08
	Terra e Marques	05
	Augusto Lourenço Cunha	08
	Antônio José Costa G. Periquito	06
Mendes/RJ	Ricardo Renger	03
Pelotas/RS	Leite Nunes e Irmão	130
	MC Coll & Cia	45
	Estabelecimento Paredão	32
Rio Grande/RS	José Francisco Costa	20
	Rosa Junior	30
	Leal Santos & Cia	150
	Tulio Martins Freitas	30
São Paulo/SP	Diogo José Silva	31

Fonte: organizado pelo autor com base em dados do IBGE (1986).

Assim, o pescado assumia uma grande importância como fonte alimentar. No litoral catarinense, enquanto os capitais semimanufatureiros (salgas), abasteciam as colônias alemães e italianas e o mercado do Rio de Janeiro, de onde os pescados eram exportados para outros países, os pequenos pescadores, localizados ao longo da orla catarinense, abasteciam o mercado em expansão da capital Desterro.

Este período foi marcado também pela Primeira Guerra Mundial, que, segundo Rangel (2005),

refletiu sobre nossa economia sob a forma de uma aguda crise comercial, que teve o efeito de induzir, um enérgico, posto que temporário, esforço artesanal de substituição de importações, antecipando o longo recesso, isto é, a Grande Depressão Mundial, já na fase B do terceiro Kondratiev, que nos traria a terceira dualidade, a Segunda República e a passagem a formas industriais de substituição de importações (Rangel, 2005, p. 676).

O período recessivo da economia mundial verificado após 1920 (fase B do terceiro Ciclo de Kondratiev), provocou um novo processo substituidor de importações, desta vez, sob o comando das nascentes unidades industriais.

De acordo com Singer (1994), para a maioria dos países,

a crise mundial acarretou a ruína do único setor adiantado de suas economias, que era o de mercado externo. Mas, alguns deles, entre os quais o Brasil, puderam também praticar a substituição de importações, começando a se industrializar a sério. (Singer, 1994, p. 108-109).

Segundo Rangel (2005), a Grande Depressão e a Segunda Guerra assinalam a passagem da fase B do terceiro ciclo longo. Com isso,

o velho arranjo (pelo qual, pela intermediação do capitalismo mercantil interno, o capitalismo industrial do centro dinâmico fazia sentir sua presença, como mercado para os nossos produtos de exportação e fonte dos nossos produtos de importação), revelou-se inteiramente privado de perspectivas. (Rangel, 2005, p. 677).

Assim, estruturava-se uma nova combinação de modos de produção, isto é, a terceira dualidade, na formação social brasileira, a saber: no polo interno, a combinação do feudalismo (lado interno) e o capitalismo mercantil (lado externo); no polo externo combinava-se o capitalismo industrial (lado interno) e o capitalismo financeiro (lado externo). Sob esta base econômica assentava-se a aliança política entre os fazendeiros comerciantes (sócio maior), como representantes do polo interno, e a burguesia industrial (sócio menor), como representantes do polo externo.

De acordo com Rangel (2005, p. 679), “esses industriais nascentes, na origem, não se julgavam como tais, mas comerciantes (...), que em vez de comprarem e venderem, simplesmente, compravam insumos e vendiam produtos”.

Aliás, segundo Rangel (2005) “abria-se a possibilidade de que uma parcela crescente de insumos, com que sintetizavam os produtos, viesse a ser comprada dentro do país, para juntar-se aos insumos importados” (Rangel, 2005, p. 679). Dessa forma, estava estruturada a substituição de importações da terceira dualidade.

O primeiro setor industrial do Brasil foi o têxtil. Fazendo com que o edifício industrial tenha seguido, segundo Rangel (2005, p. 692), “uma ordem por assim dizer inversa”, isto é, das indústrias de bens de consumo para as indústrias de bens de equipamentos.

Assim, a industrialização brasileira nascia pelas indústrias leves. Todavia, isto não significa que não possuísse indústrias de equipamentos (Departamento I), mas que, de acordo com Rangel (2005), assumiam um caráter pré-industrial.

Segundo Singer (1994), desde o fim do século XIX,

indústrias leves, como a de tecidos e de alimentos, se multiplicaram na Rússia, na Índia, na China, no México e no Brasil. Mas esse processo só toma impulso maior a partir de 1930, por efeito da crise mundial que perdura até o começo da 2ª Guerra Mundial (Singer, 1994, p. 108).

Além do setor têxtil, o setor de alimentos desempenhou importante papel no processo de substituição de importações. Nele, inscreve-se a atividade pesqueira, que a partir desse período emerge em forma de unidades industriais ao longo do litoral brasileiro, produzindo peixe enlatado (conserva).

De acordo com Diegues (1983), já na década de 1930, destaca-se o estabelecimento de indústrias enlatadoras de sardinha em São Gonçalo (1934) no Rio de Janeiro; as empresas que se dedicavam à salga da sardinha, no litoral Sul de São Paulo; as fábricas de conservas estabelecidas nas cidades de Rio Grande e Pelotas (RS), a Pescados Norte do Brasil, fundada em 1930, na Paraíba; e a fábrica de conservas Cearense (1936).

Em relação à formação social e espacial do litoral catarinense, o movimento de substituição industrial de importações, ocorrido na década de 1930, fez com as unidades semimanufatureiras de beneficiamento de pescados do litoral aumentassem, consideravelmente, as suas rendas. Algumas, inclusive, ascenderam à condição de capitais manufatureiros, embora utilizassem tecnologias de processamento bastante simples. Segundo Lago (1961, p. 170), as “indústrias de conserva de pescados são tecnicamente precárias e pequenas”.

No entanto, a substituição industrial de importações significou a mudanças de alguns processos de beneficiamento. Assim, diferentemente da substituição de importações anterior, onde os pescados eram apenas salgados, agora os industriais compram o pescado, “fresco ou semipreparado; industrializam-no enlatando-o, em azeite, em salmoura, pelo processo de pensamento, por defumação, etc”. (Lago, 1961, p. 170).

Dessa forma, o processo de industrialização no setor pesqueiro provocou mudanças nas relações de produção e de trabalho. Desse modo, amplia-se a divisão do trabalho no interior das pequenas fábricas. Afinal, com o aumento da demanda pelos produtos beneficiados, fazia-se necessário uma nova organização da forma de produzir. Para Marx (2008),

em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência, são elas destacadas uma das outras, são elas destacadas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes. Essa repartição accidental de tarefas repete-se, revela suas vantagens peculiares e ossifica-se, progressivamente, em divisão sistemática do trabalho. (Marx, 2008, p. 392)

Assim, aprofunda-se a divisão do trabalho tanto no processo de beneficiamento de pescados quanto no processo de captura. De acordo com Silva (1992), os tripulantes das embarcações possuem ofícios específicos:

patrão-proeiro, chumbreiro, motorista, marinheiros, cozinheiros e puxadores de redes. Ao mestre-proeiro competia visualizar os cardumes e observar o rumo que a embarcação deveria tomar; ao motorista, dirigir a embarcação; ao cozinheiro, o preparo da alimentação; ao chumbreiro, o manejo do chumbo da rede; os marinheiros e puxadores de rede exerciam a tarefa de cercamento em torno dos cardumes. (Silva, 1992, p. 120).

A divisão do trabalho manifesta-se também na tarefa de confeccionar as redes de pesca, afinal, segundo Silva (1992, p. 122), “a confecção da rede em sua totalidade era possível num curto espaço de tempo, com a combinação dos diversos trabalhos espacialmente dissociados”.

Assim, para Marx (2008), a divisão manufatureira do trabalho é caracterizada por “não produzir o trabalhador parcial nenhuma mercadoria. Só o produto coletivo dos trabalhadores parciais se transforma em mercadorias”. (Marx, 2008, p. 410).

Os pequenos produtores até então independentes passam a ficar subordinados aos donos dos barcos e aos donos das fábricas nascentes. Nesse sentido, Marx (2008, p. 411) destaca que “a nova divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence”.

Dessa forma, os pequenos capitais mercantis, em forma de salgas, que até a década de 1940 capturavam os peixes e realizavam o beneficiamento, passam a ser incorporados por unidades maiores, em um processo de centralização de capitais. Com isso, as pequenas unidades manufatureiras reduzem-se, significativamente. Segundo Silva (1992), em 1946 havia 20 unidades manufatureiras em Governador Celso Ramos (Ganchos); em 1948, 12; em 1950, 9; e entre 1952 e 1955, apenas 7, sendo que algumas faliram e outras foram incorporadas por capitais maiores.

Após 1945, inicia-se um novo período expansivo da economia mundial, caracterizando a fase A do Quarto Ciclo de Kondratiev. No entanto, mesmo com a expansão da economia e a melhoria do comércio internacional, o processo de industrialização por substituição de importações, iniciado na fase recessiva, manteve-se em crescimento.

De acordo com Singer (1994),

a industrialização por substituição de importações foi intensificada pela crise de 1930, mas continuou mesmo depois que a crise foi superada. Quando o comércio internacional se restabeleceu, após a 2ª Grande Guerra, o Estado passou a proteger a indústria nacional contra a competição dos países industrializados (...) (Singer, 1994, p. 109).

Esse movimento favorável permitiu a expansão da produção e comercialização de pescados e fez com que “alguns dos capitais manufatureiros acumulassem recursos e investissem em instrumentos de trabalho, como os barcos-traineiras movidos a motores à gasolina e a óleo diesel, posteriormente” (Silva, 1992, p. 121). Eram os avanços da Segunda Revolução Industrial, incorporados ao setor pesqueiro.

Assim, segundo Marx (2008),

crescendo o capital variável, aumenta necessariamente o capital constante; ampliando-se as condições comuns de produção, tais como construções, fornos, etc., tem de aumentar principalmente a quantidade matérias-primas, e mais rapidamente que o número de trabalhadores empregados. (Marx, 2008, p. 414).

Até a década de 1940, o Brasil produzia, principalmente, sardinha. No entanto, pescados como o bacalhau, bastante apreciado pelos brasileiros, era importado, principalmente de países europeus e da América do Norte.

Antes da Segunda Guerra “o Brasil era o maior importador de peixe salgado da América do Sul e suas entradas de bacalhau atingiram 25.000 toneladas” (Lebret; Sauvée, 1950, p. 206).

Todavia, antes mesmo da guerra, algumas fábricas começaram a ser instaladas.

Hoje, são cerca de vinte na região do Rio de Janeiro, cerca de dez no Rio Grande do Sul, duas em São Paulo e uma em Recife. A sua produção, que não se refere apenas à enlatados esterilizados mais ainda salgados teria atingido mais de 11.000 toneladas em 1941. (Lebret; Sauvée, 1950, p. 206).

No contexto de início da Segunda Guerra, os habituais vendedores de bacalhau, como Noruega, Grã-Bretanha e Canadá, suspenderam suas exportações. Diante disso, o Brasil precisou substituir suas importações e aumentar a sua produção, que era insuficiente para abastecer o mercado interno.

Com isso,

A corvina, um peixe de águas tropicais, era procurada para substituir o bacalhau; a fabricação nacional de conservas de sardinhas forneceu um produto substituto para conservas de sardinhas portuguesas, cuja importação, no entanto, nunca foi completamente interrompida. E a partir de 1942, houve ainda a disponibilidade de um contingente de conserva de sardinhas brasileiras que passaram a ser exportados para outros países da América do Sul. (Lebret; Sauvée, 1950, p. 207).

Diante dessas circunstâncias, a produção pesqueira “passou de 53.500 toneladas em 1939 para 68.000 toneladas em 1942. Assim, o Brasil tornou-se o maior produtor de peixes da América latina (...)” (Lebret; Sauvée, 1950, p. 207).

A partir da década de 1950, verifica-se, ao longo do litoral catarinense “uma tendência à concentração de indústrias de pesca em zonas do norte do Estado que se expandem em função da crescente demanda de mercados paulistas e paranaenses” (Lago, 1958, p. 134). Todavia,

As indústrias derivadas da pesca são ainda incipientes, tecnicamente, mas já constituem importantes elementos da economia catarinense, haja visto o crescimento que se verifica na exportação dos produtos semitransformados (em salmoura, congelados, salgados, em pasta, em óleos, etc). (Santa Catarina, 1958, p. 134).

De acordo com Silva (1992),

a industrialização no setor pesqueiro tinha, nas águas do litoral meridional brasileiro, especialmente em Santa Catarina, a sua grande possibilidade, visto que nela havia a presença de grandes cardumes e, sobretudo, disponibilidade de pescadores. (Silva, 1992, p. 113).

Em 1958, já existiam inúmeras indústrias de transformação de pescado no litoral catarinense, conforme a Tabela 17, embora utilizassem pouca tecnologia.

Tabela 17- Indústrias de pescados e derivados em Santa Catarina, 1959.

Indústrias	Município	Produtos
Firma Luís Remor	Laguna	Exportação de camarão
Pedone Indústria de conserva	Laguna	salgamento e enlatamento de camarão
Firma João Cristiano	Laguna	Compra e revenda de camarão
Indústria de óleo de baleia	Imbituba	Extração de óleo de baleia
Salga de Garopaba	Garopaba (pertencia ao município de Palhoça)	Salgamento de pescados
Indústria de pescado japonesa “Chinen”	Porto Belo	Sardinha enlatada
Cia de Pesca Krauser	Penha	Conserva de camarão e sardinha
Indústria Wildner	São Francisco do Sul	Conserva de camarão e palmito

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Lago (1961).

A Krause (Figura 33) começou quando Eugênio Krause, comerciante alemão, de São Bento do Sul, instalou uma pequena salga beneficiando camarão cozido e salgado, em 1948, no município de Penha. Logo foi ganhando mercado, especialmente no nordeste brasileiro. Mas a produção ainda era fraca, pois as embarcações pesqueiras não eram motorizadas. Diante de tais desafios, segundo Navegantes (2013), Eugênio Krauser desenvolveu, junto a Metalúrgica Stol, de Joinville, um prático motor de explosão adequado para lanchas e canoas. O motor revolucionou o setor pesqueiro de camarão no Brasil.

Figura 33- Fábrica da Krause, década de 1960



Fonte: História da Krause. Disponível em https://www.facebook.com/historiapescakrause/?locale=pt_BR Acesso em: 04 fev. 2025.

De acordo com Diegues (1983), a Krause,

além de possuir uma frota de mais de 12 barcos grandes, foi até 1974 a firma catarinense que mais incentivos recebeu da SUDEPE. Essa empresa, inicialmente de caráter familiar, agia sobretudo na compra do camarão do pequeno pescador, financiando-lhe inclusive a aquisição de redes e outros equipamentos de pesca. (Diegues, 1983, p. 127-128)

Outra fábrica de conserva que iniciou suas atividades no litoral norte catarinense foi a Wildner. De acordo com Thiago (2016), a fábrica Wildner iniciou suas atividades em 1910, com o imigrante austríaco e comerciante Friedrich Wildner, na Vila da Glória, município de São Francisco do Sul, com a produção de camarão ao molho enlatado (Figura 33). Além do camarão, enlatavam sardinha e palmito. Ainda segundo Thiago (2016), em 1969 abriram uma fábrica de sardinha em lata em Biguaçu, que virou a matriz, onde hoje está localizada a Marina Pier 33. Além dessa unidade, foi aberta uma unidade em Florianópolis, na Praia do Matadeiro, e outra no Estreito, abaixo da Ponte Hercílio Luz.

Figura 34- rótulo de camarão enlatado da Indústria Wildner



Fonte: Thiago, 2016.

Conforme Thiago (2016), a Wildner utilizava somente camarão fresco, com casca, logo, não podia contar com o camarão salgado fornecido pelas pequenas salgas — já que o tipo em salmoura, que era a especialidade da fábrica, necessitava do camarão com casca. A firma possuía apenas seis operários efetivos e, no período da grande safra, o movimento exigia mais de vinte descascadeiras (mulheres que descascavam camarão).

Ainda no norte catarinense, destaca-se a Cia Hemmer, fábrica de conservas de Blumenau, que no final da década de 1950, foi para o município de Penha dedicar-se à conserva de peixes. “Dos peixes, o que lhe é mais compensador é a sardinha (...), A empresa enfrenta seu problema principal que é a irregularidade do fornecimento do pescado” (Lago, 1961, p. 198).

A Cia Hemmer era destaque na fabricação de conservas de legumes em Blumenau. De acordo com Mamigonian (1965, p. 404), “Heinrich Hemmer, pequeno colono, começou a produção de chucrute em sua casa, mas, em 1925, estabeleceu uma pequena fábrica de alimentos em conserva. A Cia. Hemmer Ind. e Com. tem 50 operários”. Tal a importância da companhia que seus produtos alcançavam o mercado exterior. Segundo Mamigonian (1965, p. 495), “as conservas alimentares Hemmer iam aos Estados Unidos, ao Líbano, à Argentina”.

Já no sul catarinense destaca-se a implantação da Indústria Pedone & Irmão (Figura 35). De acordo com Guedes (2021, p. 2), “em meados da década de 1930 instalou-se na Laguna, vinda do Rio Grande do Sul, a Indústria Pedone & Irmão, de propriedade de Francisco Pedone. Ela já existia no vizinho estado, mas trocou de ramo ao aqui se instalar e a de lá fechar”. A fábrica passou a produzir doces enlatados, palmito em conserva, mas o principal produto passou a ser o camarão seco salgado, conforme Figura 36.

Os processos de beneficiamento eram simples, com a utilização, principalmente, do sal, para conservar os pescados, afinal ainda não existiam equipamentos de refrigeração e tampouco eletricidade na maioria das cidades catarinenses. A instalação de redes de distribuição elétricas somente inicia em 1955 com a inauguração da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), empresa estatal catarinense responsável pela geração, transmissão, comercialização e distribuição de eletricidade. Em 1963, a Usina Garcia foi inaugurada no município de Angelina, sendo o primeiro empreendimento da Celesc na geração de energia elétrica. A inauguração da Celesc fazia parte do Plano de Metas (PLAMEG), do Governo Celso Ramos (1961-1965), que estabelecia uma série de medidas para promover o desenvolvimento econômico e social catarinense.

Figura 35- Fábrica da Pedone & Irmão



Fonte: Guedes, 2021.

Figura 36- anúncio dos produtos da Pedone & Irmão



Fonte: Guedes, 2021.

Em relação à refrigeração, a primeira geladeira em funcionamento no Brasil foi fabricada em Brusque, no Vale do Itajaí, em 1947, à base de querosene. Segundo Rocha (1997), o filho de imigrantes alemães Rudolfo Stutzer, que era chofer do Consul Carlos Renaux, em Brusque, que o sugeriu abrir alguma coisa para melhorar sua situação econômica. Foi aí que Stutzer recebeu um empréstimo do Consul Renaux para abrir uma oficina. Stutzer conheceu Guilherme Holderegger, que trabalhava na Metalúrgica Raimann, e o convidou para trabalhar na oficina. Em 1945, iniciam o conserto de geladeiras à base de querosene, “quando resolveram fabricar uma, copiando da Electrolux (sueca)” (Rocha, 1997, p. 66). No entanto, o impulso da futura fábrica de refrigeração Consul foi dado pelo comerciante de Joinville, Wittich Freitag, que adquiriu uma geladeira daqueles fabricantes e sugeriu que eles instalassem a fábrica em sua cidade, “em vista do mercado consumidor e facilidade na obtenção de matéria-prima (na região havia mais ferramentas, parafusos, etc, além da White Martins)”. (Rocha, 1997, p. 67).

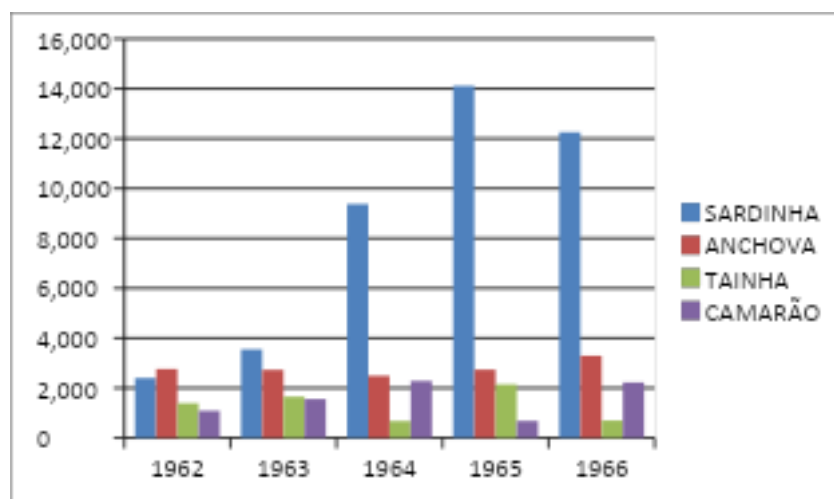
Antes da criação das primeiras geladeiras, destaca-se a implantação da fábrica de gelo de Carl Hoepcke, em 1903, em Florianópolis. De acordo com Coutinho (1916),

Após inaugurar a fábrica de pregos e pontas, comentários sobre as dificuldades para obtenção de gelo para o transporte de frutos do mar e para gelar bebidas ganharam força no porto da cidade, e a partir daí inicia-se o novo empreendimento Hoepcke: uma fábrica de gelo. Assim, em 1903, se concretiza o novo projeto, buscando suprir o comércio de bebidas e o condicionamento de cargas transportadas pelos navios. (Coutinho, 2016, p. 17).

Com a chegada dos refrigeradores, houve uma melhora significativa na conservação dos pescados, já que são extremamente perecíveis. Dessa forma, a refrigeração aumentou o tempo de armazenamento dos pescados, com isso, as fábricas poderiam estocar boa parte dos insumos e dos produtos já beneficiados, além da oferta de gelo utilizado nos porões de algumas embarcações, permitindo o aumento do tempo de permanência no mar.

As principais espécies beneficiadas nas fábricas eram a sardinha e o camarão. O Gráfico 10 apresenta a produção anual das espécies mais importantes de pescado capturados em Santa Catarina entre 1962 e 1966. Observa-se a importância da captura de sardinha no litoral catarinense, a qual se constitui em importante insumo para as fábricas de conserva.

Gráfico 10- Produção anual das principais espécies em Santa Catarina entre 1962-1966 (em toneladas)



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do CODESUL, 1968.

O processo de industrialização do setor pesqueiro ganhou impulso com a criação da SUDEPE, no início da década de 1960. A SUDEPE foi responsável por implementar medidas para fomentar a pesca industrial brasileira, através da concessão de incentivos fiscais às empresas de pesca. Assim, o Estado brasileiro toma para si a responsabilidade de industrializar a pesca.

Ao implantar a SUDEPE, em 1962, o Presidente João Goulart pretendia que esta superintendência “conseguisse gerenciar recursos públicos para racionalizar o setor pesqueiro, com eficiência na produção, no estoque e na comercialização dos produtos” (Silva, 2015, p. 260). Inclusive, no ano de 1962, foi finalizado o Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro.

As políticas de incentivos fiscais concedidos à ampliação da produção pesqueira industrial via SUDEPE e Código de Pesca faziam parte de um plano mais amplo, que era expandir a produção de proteína animal nos países em desenvolvimento, para suprir a demanda de alimentos devido ao aumento da população mundial. Inclusive, na década de 1960, os técnicos da FAO, a partir de estudos realizados, identificaram

o incremento da produção pesqueira no mundo durante a década de 1960, que praticamente duplicou de 30 para 60 milhões de toneladas. Esse incremento na produção foi identificado pela FAO com resultado do aumento do esforço de pesca.

Este por sua vez, deu-se em virtude das políticas de subsídios ao setor pesqueiro, especialmente nos países desenvolvidos. (SILVA, 2015, p. 257)

Diante disto, “a FAO propôs, a partir do final dos anos 1960, a redução dos subsídios públicos às empresas de pesca em países desenvolvidos, orientação que não foi bem recebida pelos correspondentes governos” (Silva, 2015, p. 259).

Todavia,

para os países em desenvolvimento, a FAO considerou aceitável e compreensível o uso de técnicas de subsídios. Era também difícil estabelecer proibições e restrições à pesca na década de 1960, quando o crescimento populacional mundial era acelerado e, portanto, a demanda alimentar exercia grande pressão sobre as economias (Silva, 2015, p. 259).

Neste sentido,

a criação da SUDEPE no Brasil como forma de elaborar e implementar a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca foi justificada exatamente pelo incremento da demanda alimentar. A pesca, sob tal perspectiva, era compreendida como importante fonte de riqueza nacional. (Silva, 2015, p. 259).

Em Santa Catarina, as fábricas de conserva enfrentavam inúmeras dificuldades técnicas. Por isso, segundo Lago (1961), era necessário a adoção de medidas por parte do Estado para melhorar a capacidade de produção das unidades de beneficiamento. E, afirma:

Por ora, somos levados a afirmar que a intervenção dos poderes públicos se faz necessária para amparar pequenas indústrias em formação. Algumas salgas, como a de Garopaba, poderiam ser facilmente ampliadas, caso houvesse maior financiamento aos salgadores locais. (Lago, 1961, p. 170-171).

Nesse período, o governador de Santa Catarina, Celso Ramos implantou o Departamento Estadual de Caça e Pesca, através da Lei nº 3.003 de 29 de dezembro de 1961, que tinha entre suas finalidades: prestar assistência creditícia aos pescadores e estaleiros que objetivem a ampliação da frota pesqueira (Santa Catarina, 1961).

De acordo com Silva (1992), dentro deste contexto de expansão da atividade pesqueira Catarinense, técnicos da FAO, da SUDEPE e do Departamento de Caça e Pesca realizaram visitas às fábricas localizadas no nosso litoral a fim de detectar pontos de estrangulamento no processo de capturas e de transformação dos pescados.

Em mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, em 1963, o então governador Celso Ramos refere-se, por exemplo, à pesca da sardinha:

A pesca da sardinha é de grande importância econômica, para nosso Estado, porém existem vários fatores que prejudicam a sua captura no mar: a) não se pesca em noites claras; b) os barcos não estão equipados para localizar cardumes que não estejam na superfície; c) as redes empregadas são obsoletas; d) a maior parte das embarcações possuem um raio de ação muito pequeno; e) as redes de emalhar usadas atualmente são na maioria de algodão e para a pesca de peixes muito junto à costa. (Silva, 1992, p. 138-139).

Por isso era necessário uma série de ajustes para aumentar cada vez mais a captura de pescados, como melhorar as embarcações, aprimorar os métodos de localização dos cardumes.

Dessa forma, constatou-se que a pesca catarinense precisava superar inúmeros obstáculos para alcançar o desenvolvimento em escala industrial.

Assim, o papel da SUDEPE e do Código da Pesca de 1967, ao prestar assistência técnica e financeira aos empresários da pesca, foi fundamental para ampliar a produção das fábricas de pescados catarinenses.

De acordo com Silva (2015),

os esforços estatais empreendidos através da SUDEPE declaradamente em prol da modernização da atividade pesqueira no Brasil, tinham como o objetivo o incremento da produção industrial no setor. Para realizar tal desiderato, o modelo de gestão adotado foi o de subsídios estatais às empresas pesqueiras. A razão principal publicamente indicada para a atuação estatal no desenvolvimento da pesca era a notória baixa mecanização do setor, bem como o incipiente treinamento técnico dos pescadores em geral. Essas duas razões associadas, apontadas como causa da baixa produtividade do setor, faziam da pesca insuficiente para fazer frente à crescente demanda alimentar nacional. (Silva, 2015, p. 229).

Algumas indústrias pesqueiras catarinenses foram contempladas com os recursos federais. Segundo Pinheiro (2023), a primeira empresa catarinense que teve o projeto aprovado para receber recursos federais foi a Sociedade Industrial Pesqueira (SIP), de Navegantes, fundada em 1965. Quando ela foi fundada tinha um capital de 40.000,00 (cruzeiros novos), aumentando para 567.000,00, em novembro de 1967. Em 1968, o capital da empresa chegou a 2.120.000,00 (cruzeiros novos). No entanto, devido a vários problemas administrativos, inclusive a falta de frota própria, a empresa entrou em falência em 1972.

Outra empresa que recebeu recursos federais foi a Krauser, de Penha. De acordo com Borges (2008), ela foi a que mais recebeu incentivos, até 1974, concedidos pela SUDEPE. A Krauser comprava camarão do pequeno pescador e, para garantir o fornecimento de matéria-prima, financiava a aquisição de redes e equipamentos de pesca aos pescadores (Borges, 2008). Segundo Borges (2008),

além da Krauser, também a Sopesca, a Tripalli, a Ensol, a Navepesca, a Kowalski, Itasul, a José Vasques Martinez, a David Gregório Neto, a Sul Atlântico, a Qualker, a Serpa, a Mipesca, a Tripalli e Delmar, entre outras, foram beneficiadas por políticas estatais de grande envergadura. (Borges, 2009, p. 1)

O desenvolvimento da indústria pesqueira catarinense foi destacado em 1965, no relatório de produção pesqueira de Santa Catarina, afirmando que

É preciso possibilitar os meios para que os pescadores possam renovar suas embarcações e equipamentos, pois que o desenvolvimento da indústria de pescado de

Santa Catarina está exigindo maiores quantidades de matéria prima de melhor qualidade e a preços competitivos. (SUDEPE/CPP, 1965)

As novas medidas de incentivos fiscais provocaram também a aquisição de novos equipamentos de captura. Para Bastos (2000, p. 134) “a introdução da maquinaria tipo sonda, sonar e ‘Power Block’ que substituem a força de trabalho no interior da grande unidade são apenas desdobramentos da incorporação das relações capitalistas na pesca”.

Para Silva (1992, p. 144),

a absorção desses maquinários no interior das unidades manufatureiras, bem como embarcações motorizadas, tarrafas com fio de nylon, etc., no interior da pequena produção mercantil, são evidências que marcam a culminância desta transição, além de expressar a relevância de suas articulações ao modo de produção dominante (...)

O *power block* é uma espécie de roldana acoplada a um guincho que serve para içar redes de arrasto e de cerco em barcos da frota industrial (Figura 37)

Figura 37- *Power block* para barcos de pesca



Fonte: Nautic Expo, 2025. Disponível em:

<https://www.nauticexpo.com/pt/prod/th-company/product-199041-570008.html>

Acesso em: 20 maio 2025.

Nas embarcações da frota artesanal, há um equipamento semelhante ao *power block* da frota industrial, com a mesma função, ou seja, içar as redes para o convés das embarcações conforme a Figura 38.

Figura 38- Guincho *Power block* instalado em barco da frota artesanal



Fonte: elaborado pelo autor, 09 out. 2022.

Todas essas mudanças no setor pesqueiro inserem-se no processo de expansão industrial brasileiro, iniciado na década de 1930. De acordo com Bastos (2001), é nesse período que se dá a “inserção da capital catarinense no contexto do capitalismo industrial brasileiro e catarinense que ocorre com mais vigor a partir da segunda metade dos anos 50 e transforma radicalmente a cidade” (Bastos, 2001, p. 128).

O resultado destas políticas de subsídios foi o incremento da produção pesqueira catarinense, conforme destaca o relatório da produção pesqueira do ano de 1964:

O ano de 1964 assinalou mais uma etapa no desenvolvimento das atividades pesqueiras em Santa Catarina registrando um acentuado incremento no volume das operações extrativas que totalizaram uma quantidade de 17.350 toneladas de pescado com um aumento de mais de 5.000 toneladas em relação à obtida em 1963. (...)

A maior produção de pescado pertenceu aos barcos da pesca que capturaram mais de 10.000 toneladas contra quase 7.000 toneladas produzidas pela pesca artesanal, passando assim a ser a frota de pesca a principal produtora de pescado, empregando 48 embarcações, totalizando 913 toneladas de capacidade de carga e operando com 490 pescadores profissionais. (SUDEPE/CPP, 1965).

O Gráfico 11 ilustra o aumento significativo na produção de pescados entre a década de 1960 e o ano de 1980, em Santa Catarina.

**Gráfico 11- Desembarque controlado de pescado em Santa Catarina no período de 1962 a 1980
(em toneladas)**



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Anuário Estatístico 1987 e Informe sobre os desembarques controlados de pescado no Estado de Santa Catarina, nos anos de 1988 a 1992.

Todavia, as políticas de expansão da pesca industrial, via SUDEPE, trouxeram também um pacote de regras sanitárias exigidas a qualquer unidade de transformação de pescados. Tais exigências geraram graves impactos, como o encerramento das atividades de unidades que não foram contempladas com os incentivos e, que por isso, não conseguiram fazer os melhoramentos técnicos necessários para acompanhar o novo ritmo de produção industrial e seu respectivo ordenamento sanitário.

Em Santa Catarina, inúmeras unidades de beneficiamento, na forma de salgas, foram fechadas, através da nova política de higienização.

Para tanto, desencadearam um amplo processo de fiscalização, cujo órgão, o SIPAMA- Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas do Ministério da Agricultura- passou a fechar, direta ou indiretamente, as pequenas empresas que não se enquadrassem nos padrões estabelecidos pelo Estado (Silva, 1992, p. 164).

Desse modo, com a criação dessas medidas “evidencia-se, nitidamente, o processo de favorecimento aos capitais industriais, à medida que se reprimia o processo produtivo destas pequenas unidades manufatureiras” (Silva, 1992, p. 164). Inclusive, fazendo com que muitas unidades fossem incorporadas por indústrias mais capitalizadas.

Todo o esquema montado para industrializar o setor pesqueiro teve, “nos financiamentos fornecidos pelo Estado, uma das poderosas alavancas do seu desenvolvimento” (Silva, 1992, p. 153).

Consequentemente, a discrepância entre a pesca artesanal e a pesca industrial ficou ainda mais evidente diante desses benefícios concedidos à pesca industrial.

Na década de 1980, a participação da pesca industrial respondia por mais de 70% do total de capturas. Segundo Beck (1983),

em 1980 (dados SUDEPE) a pesca industrial em Santa Catarina contribuiu com a porcentagem respeitável de 79,4% do total de quilos desembarcados, correspondendo à pesca artesanal os restantes 20,6% de quilos; contudo, do montante comercializado 56,4% foram a pesca industrial e a significativa porcentagem de 43,6% para a pesca artesanal. (BECK, 1983, p. 61-62).

Ainda hoje verifica-se essa diferença de captura entre a pesca artesanal e a pesca industrial. O papel desempenhado pela pesca industrial, ou empresarial capitalista, no total de capturas ainda é superior ao da pesca artesanal. Segundos dados do PMAP-SC, em 2023 foram desembarcadas 146.100 toneladas de pescado, sendo 55,77% (81.493 t) da pesca industrial e 44,23% (64.601 t) provenientes da pesca artesanal.

A Tabela 18 ilustra claramente a diferença de capturas entre a frota artesanal e a frota industrial no Estado de Santa Catarina entre os anos de 1990 e 2012.

Tabela 18- Desembarques por frota da produção controlada em Santa Catarina, no período de 1990 a 2012 (em kg)

ANO	INDUSTRIAL	ARTESANAL	TOTAL (cont.)
1990	64.500.937	9.240.542	73.741.479
1991	80.867.401	6.015.215	86.882.616
1992	77.413.106	6.627.380	84.040.486
1993	97.694.440	5.907.667	103.602.107
1994	115.313.722	8.298.148	123.611.870
1995	75.182.059	6.049.081	81.231.140
1996	95.589.687	7.958.804	103.548.491
1997	118.278.634	9.045.396	127.324.030
1998	123.674.707	9.445.036	133.119.743
1999	76.523.182	3.533.135	80.056.317
2000	71.041.835	6.967.165	78.009.000
2001	110.618.720	7.537.500	118.156.220
2002	110.044.938	8.077.000	118.121.938
2003	106.891.891	8.687.500	115.579.391
2004	104.756.484	8.788.000	113.544.484
2005	106.382.407	9.259.500	115.641.907
2006	117.681.384	10.064.000	127.745.384
2007	138.034.040	10.968.000	149.002.040
ANO	INDUSTRIAL	ARTESANAL	TOTAL (conclusão)
2008	134.356.115	9.769.885	144.126.000
2009	136.189.336	12.717.664	148.907.000

2010	113.925.531	34.981.389	148.906.500
2011	121.960.111		
2012	157.223.395		

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Boletim Estatístico da Pesca Industrial de Santa Catarina — Ano 2012.

Portanto, verifica-se que a partir da década de 1960, como resultado principalmente das políticas públicas de incentivos fiscais promovidas pelo governo federal, inicia-se um forte processo de industrialização do setor pesqueiro catarinense.

Tal era a representatividade da indústria pesqueira, que de acordo com Martins (2011, p. 95), “as avaliações da década de 1970 indicavam que as indústrias pesqueiras brasileiras possuíam, naquele período, padrão tecnológico compatível com o apresentado em outros países”.

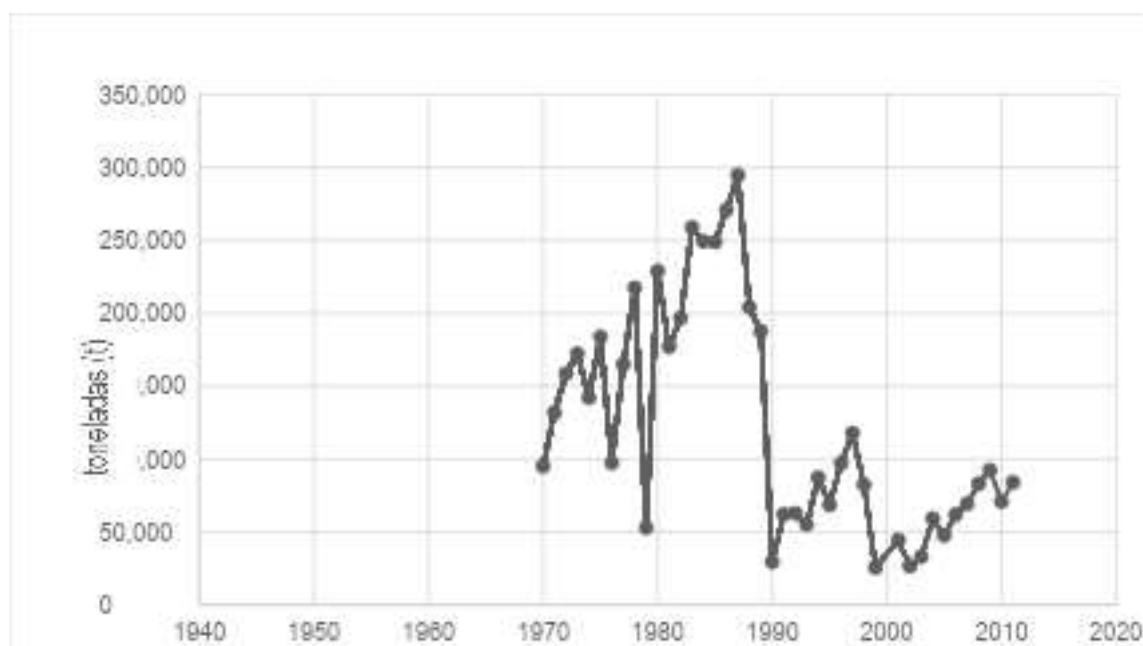
A partir de meados da década de 1970, inicia-se um novo período recessivo da economia mundial, é a chamada fase B do Quarto Kondratiev (após 1973). No setor pesqueiro, a crise inicia-se no final da década de 1980.

O primeiro sinal dessa crise é o desmonte institucional do setor, com a extinção da SUDEPE, em 1989, e sua incorporação pelo novo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), uma autarquia federal. O foco do Ibama passou a ser o ordenamento pesqueiro, através do aumento das medidas de fiscalização, devido à diminuição nas capturas de algumas espécies, como a sardinha, alvo da pesca excessiva pela frota industrial.

A diminuição nas capturas de sardinha, principal espécie capturada pela frota industrial, é evidenciada pelo Gráfico 12, que apresenta uma série histórica da diminuição das capturas entre os anos de 1970 de 2011. Ao longo da década de 1970 e 1980 ocorreu um aumento significativo nas capturas de sardinha no país, à exceção do ano de 1979, quando o total capturado alcançou cerca de 53 mil toneladas. No entanto, a partir do início da década de 1990 houve uma diminuição acentuada no volume das capturas.

Além da pesca excessiva, a adoção de políticas neoliberais, promovendo a abertura da economia brasileira através de câmbio favorável aos produtos importados, também provocou impactos no setor pesqueiro. Os pescados importados passaram a ocupar espaço no mercado brasileiro. Algumas indústrias de pescados não suportaram a concorrência e acabaram fechando as portas.

É nesse período que são fechadas algumas indústrias de pesca instaladas no município do Rio Grande, e também o momento em que inicia o processo de diversificação do pescado enlatado no Brasil e intensificação das capturas de atuns e afins (Martins, 2011, p. 97)

Gráfico 12- Captura de sardinha no Brasil 1970-2011

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Boletins Estatísticos do ICMBio.

Outra consequência desse processo foi o início de um período de fusões e aquisições de grandes indústrias de processamento de pescados por capitais internacionais.

A Gomes da Costa, uma grande indústria de pescados enlatados, originalmente do Rio de Janeiro, que chegou a Itajaí em 1998, foi incorporada pelo grupo espanhol Grupo Calvo a partir de 2004. Segundo Gomes da Costa (2025),

A empresa cresceu rapidamente, tornando-se conceituada no mercado brasileiro. Em 1998 inaugurou a fábrica de Itajaí (Santa Catarina), considerada o maior complexo de captura, recepção e processamento de pescado da América Latina. A partir de 2004, a liderança da Gomes da Costa se consolida com a associação ao grupo espanhol Calvo, uma das cinco maiores empresas do segmento no mundo. A Gomes da Costa passou a contar com uma imensa estrutura de processamento, distribuição e comercialização, além de uma frota com 11 navios de última geração.

A presença da Gomes da Costa em Itajaí tem grande impacto no setor de processamento de pescados catarinense. Segundo Catucci (2016),

A companhia representa 55% do total de faturamento do grupo espanhol Grupo Calvo. É o maior complexo de recepção e processamento de pescados da América Latina e a maior fábrica de sardinhas do mundo: produz diariamente mais de 2 milhões de latas e gera mais de 2 mil empregos diretos e 7,5 mil indiretos.

Além da Gomes da Costa, destaca-se também a Indústria de Conservas de Peixe Coqueiro, fundada em 1937, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, que atuava no setor de conservas de pescado. De acordo com Mundo das marcas (2006), em 1973, a Coqueiro foi incorporada pela Quaker do Brasil. Em 1982, inaugurou em Itajaí, Santa Catarina, um

entreposto de recepção, congelamento e armazenamento de pescado, aumentando assim sua capacidade de produção.

No final de 2011, a Coqueiro foi adquirida pela Camil Alimentos, empresa fundada em 1963 como uma Cooperativa Agrícola Mista e mais conhecida por comercializar arroz e feijão, conforme a notícia a seguir:

A Camil Alimentos anunciou nesta quinta-feira (13) a compra da Coqueiro, até então de propriedade da PepsiCo. A operação, de valor não divulgado, inclui a marca e as duas fábricas de processamento de pescados da Coqueiro em São Gonçalo (RJ) e Itajaí (SC) e a incorporação dos seus cerca de 1.500 funcionários. (G1, 2011)

Ainda no ano de 2011, segundo a Abras (2011), a Leardini Pescados, empresa familiar sediada em Navegantes (SC), especializada na venda de alimentos como camarão, merluza e pratos prontos, adquiriu a também catarinense Cavalo Marinho, uma das maiores fornecedoras de mexilhão do país, sediada em Palhoça (SC).

Além das fusões e aquisições, algumas grandes empresas pediram, e ainda estão, em recuperação judicial, como a Leardini Pescados, desde 2014 e a Pesqueira Pioneira da Costa, desde 2015.

De acordo com Seafood Brasil (2015), para o presidente da Leardini, senhor Attilio Leardini, a alta do dólar foi um dos principais motivos do pedido de recuperação judicial. Segundo ele “em uma empresa na qual as importações respondem por 65% do mix de pescado processado na indústria, a influência do dólar é fundamental” (Seafood Brasil, 2015).

A fusão mais recente de empresas pesqueiras ocorreu em 2024. Segundo O Globo (2024), a empresa de pescados Frescatto Company, fundada em 1944 no Rio de Janeiro, por imigrantes italianos, e a Prime Seafood, maior exportadora brasileira no segmento, anunciaram uma fusão em março de 2024. Juntas, as duas companhias faturaram R\$ 1,6 bilhão em 2023. A projeção é atingir um faturamento de R\$ 3 bilhões em 2025, e, caso as expectativas se concretizem, a Frescatto se tornará a maior empresa de pescados da América Latina.

Além desses processos de fusões, aquisições, recuperações judiciais, o setor pesqueiro ainda enfrenta instabilidades jurídicas e institucionais, com a extinção e recriação de ministérios, sucessivas migrações da pasta da pesca entre diferentes secretarias.

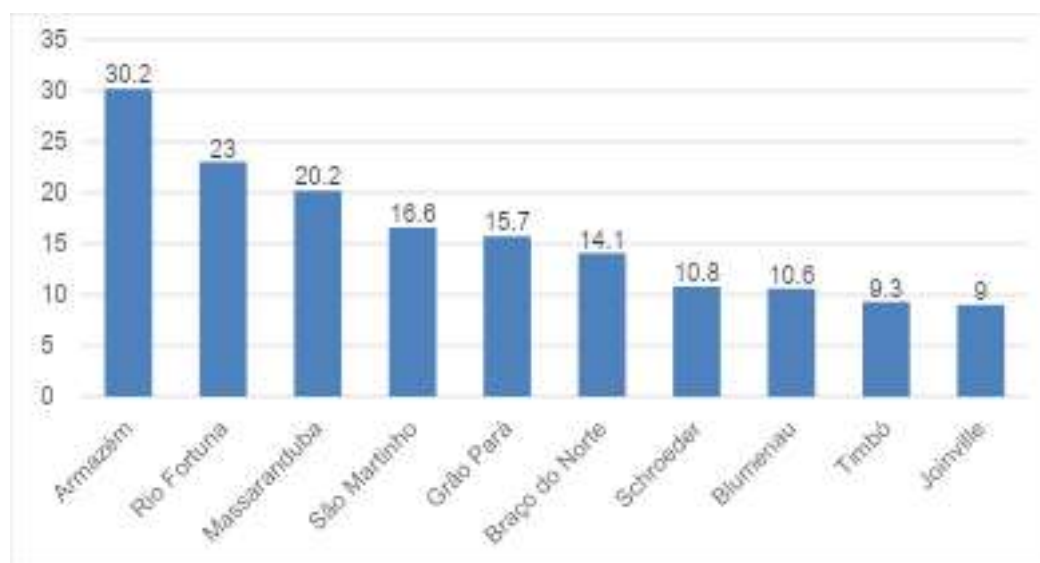
4.3 AQUICULTURA CATARINENSE

De acordo com dados do Anuário 2025 Peixe BR da Piscicultura, Santa Catarina é o terceiro maior produtor de peixes cultivados, com 59.100 toneladas, em 2024. As principais espécies cultivadas são as tilápia e as trutas.

Segundo os dados da Facisc (2025), o município de Armazém (2.842,97 toneladas), no Sul do Estado, é o maior produtor de tilápia, seguido por Rio Fortuna (2.132), também na região Sul, depois vem Massaranduba (2.064), no Norte do estado, seguidos por São Martinho (1.605) e Grão Pará (1.307), também no sul do estado.

Em relação aos valores da produção, o Gráfico 13 apresenta o valor gerado na produção de tilápia nos dez municípios catarinenses com a maior produção, no ano de 2023, em milhões de reais.

Gráfico 13- Os dez maiores produtores de tilápia de Santa Catarina em valor de produção - 2023
(em milhões de reais)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Facisc, 2025.

Além da produção de tilápia, destaca-se, também, na piscicultura catarinense, o cultivo de truta (Figura 39). Segundo dados da Facisc (2025), a produção de trutas em Santa Catarina está concentrada na região Serrana, com 50% da produção e no Vale do Itajaí, com 25%, e o destaque são os municípios de Painel e Taió.

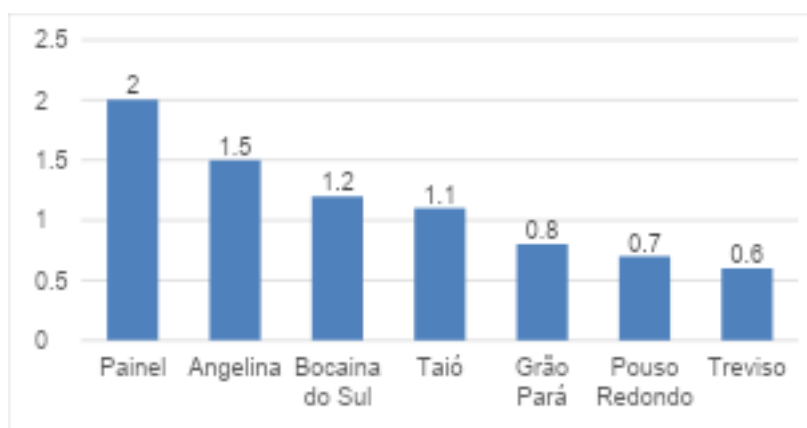
A truta é considerada um pescado nobre, de água doce e rico em ômega-3, e tem ganhado espaço na piscicultura do estado, devido às condições climáticas favoráveis à sua criação, já que é uma espécie adaptada ao frio.

Figura 39- truta

Fonte: Coisasdaroca, 2022. Truta, um dos peixes mais consumidos nas regiões mais frias. Disponível em: <https://www.coisasdaroca.com/animais/truta.html>
Acesso em: 20 maio 2025.

Em relação aos valores da produção, o Gráfico 14 apresenta o valor gerado na produção de truta, nos sete municípios catarinenses com a maior produção, no ano de 2023, em milhões de reais.

**Gráfico 14- Os sete municípios com maior valor de produção de truta em Santa Catarina-2023
(em milhões de reais)**



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de Facisc, 2025.

Além da piscicultura, destaca-se na aquicultura catarinense o cultivo de moluscos bivalves, isto é, formados por duas conchas, como as ostras (Figura 40), os mexilhões (41) e as vieiras (Figura 42), que são cultivados em grandes fazendas marinhas (Figuras 43 A e B).

Figura 40- ostra



Fonte: Nutrição4h, 2022. Ostras: pesquisas ajudam a conhecer um pouco mais sobre esse molusco tão apreciado na gastronomia. Disponível em: <https://nutricao.t4h.com.br/noticias/ostras-pesquisas-ajudam-a-conhecer-um-pouco-mais-sobre-esse-molusco-tao-apreciado-na-gastronomia/> Acesso em: 25 maio 2025.

Figura 41- mexilhões



Fonte: Segredos do Mundo, 2021. O que é mexilhão – Habitat, principais características e benefícios à saúde. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/o-que-e-mexilhao/> Acesso em: 22 maio 2025

Figura 42- vieiras



Fonte: Globo Rural, 2016. Como criar vieiras. Disponível em: <https://globorural.globo.com/vida-na-fazenda/como-criar/noticia/2016/07/como-criar-vieiras.html> Acesso em: 22 maio 2025.

Figura 43 A- fazendas de criação de moluscos (boias)



Fonte: Engepesca 2017. Maricultura um mercado aberto cheio de oportunidades e expansão. Disponível em: <https://engepesca.com.br/post/maricultura-um-mercado-aberto-cheio-de-oportunidades-e-expansao> Acesso em: 22 maio 2025

Figura 43 B- fazendas de criação de moluscos (lanternas)

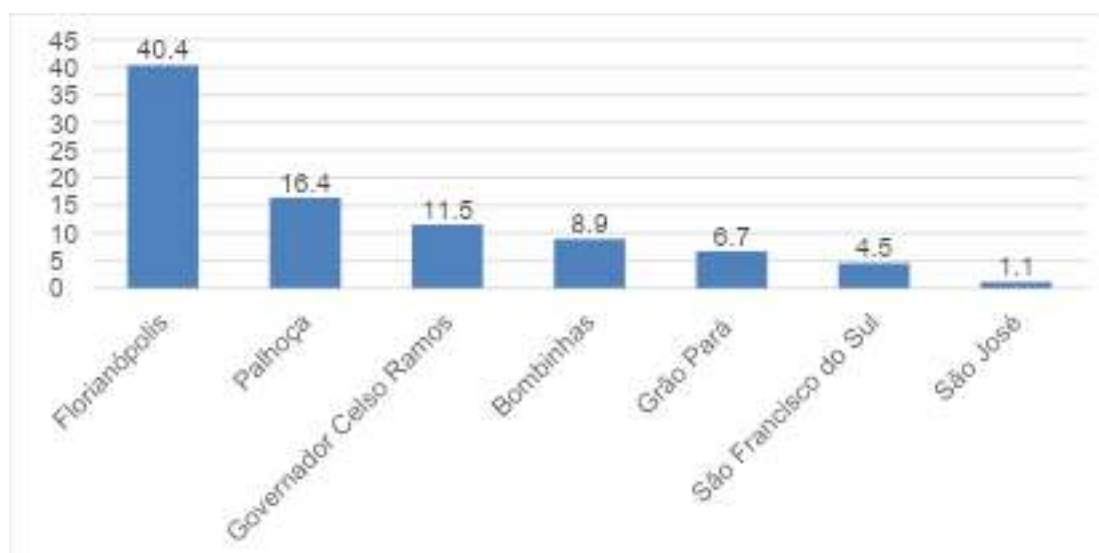


Fonte: De olho na ilha, 2014. Cultivo de ostras e mexilhões está liberado em quase toda Santa Catarina. Disponível em: <https://www.deolhonailha.com.br/florianopolis/noticias/cultivo-de-ostras-e-mexilhoes-esta-liberado-em-quase-toda-santa-catarina/> Acesso em: 22 maio 2025

De acordo com dados da FACISC (2025), em 2023, a produção catarinense de ostras, vieiras e mexilhões atingiu um recorde, com Santa Catarina mantendo-se como o maior produtor nacional desses moluscos bivalves, com uma produção de 10 mil toneladas. A produção concentra-se, principalmente, na Grande Florianópolis (77%) e no Vale do Itajaí (18%). “Florianópolis se destaca como líder absoluto na produção nacional, sendo responsável por cerca de 40% do total do país” (FACISC, 2025, p. 151).

Em relação aos valores da produção, o Gráfico 15 apresenta o valor gerado na produção desses moluscos bivalves nos sete municípios catarinenses com a maior produção, no ano de 2023, em milhões de reais.

Gráfico 15- Os sete municípios com maior valor de produção de truta em Santa Catarina-2023
(em milhões de reais)



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de FACISC, 2025.

De acordo com a Secretaria da Aquicultura e Pesca, a aquicultura catarinense encerrou o ano de 2024 com avanços significativos, mas reforça que é necessário seguir promovendo o desenvolvimento sustentável do setor em 2025.

Da mesma forma que na aquicultura brasileira, a aquicultura catarinense ainda precisa superar alguns desafios, como a sustentabilidade de produção tanto do ponto de vista socioambiental quanto às questões ligadas ao bem-estar animal. É fundamental diminuir os desperdícios e os riscos sanitários. Aliás, em relação aos riscos sanitários destaca-se no cultivo de moluscos o problema das toxinas, causadas por microalgas que afetam a produção e a segurança alimentar. De acordo com Canal Rural (2024),

Santa Catarina suspendeu a retirada, o consumo e a comercialização de ostras, mexilhões, vieiras e berbigões cultivados nas comunidades de Zimbros e Canto Grande, no município de Bombinhas, e nas praias do Forte e Sambaqui, em Florianópolis. Conforme nota divulgada pela Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado, a medida se justifica pela detecção da ficotoxina ácido okadaixo, presente em níveis acima do limite permitido. (Canal Rural, 2024).

5 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONAMENTO DA PESCA NO LITORAL CATARINENSE

De acordo com o Observatório Agro Catarinense, da Epagri, em 2023, desembarcaram em Santa Catarina 146 mil toneladas de pescado, volume que coloca o Estado como o maior do país nessa área. Conforme as informações publicadas, a pesca artesanal é responsável por 44,2% dessa produção e a pesca industrial, por 55,8%.

Os principais pontos de desembarque da pesca artesanal são Florianópolis, Laguna e Governador Celso Ramos. Já o desembarque da frota industrial ocorre, predominantemente, em Itajaí e Navegantes.

5.1 PESCA ARTESANAL: NÚMERO DE PESCADORES, PRODUÇÃO POR MUNICÍPIOS, PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS, RELAÇÕES DE TRABALHO.

De acordo com a Epagri (2022), há cerca de 42 mil pescadores artesanais, que atuam em 35 municípios ao longo da costa.

De acordo com dados do PMAP, 2023/2024, a produção total de pescados em Santa Catarina foi de 146.100 toneladas, em 2023. A pesca artesanal registrou um desembarque de 64.601 toneladas, o que corresponde a 44,23% do total, enquanto a produção total da pesca industrial foi de 81.498,3 toneladas, 55,7% do total.

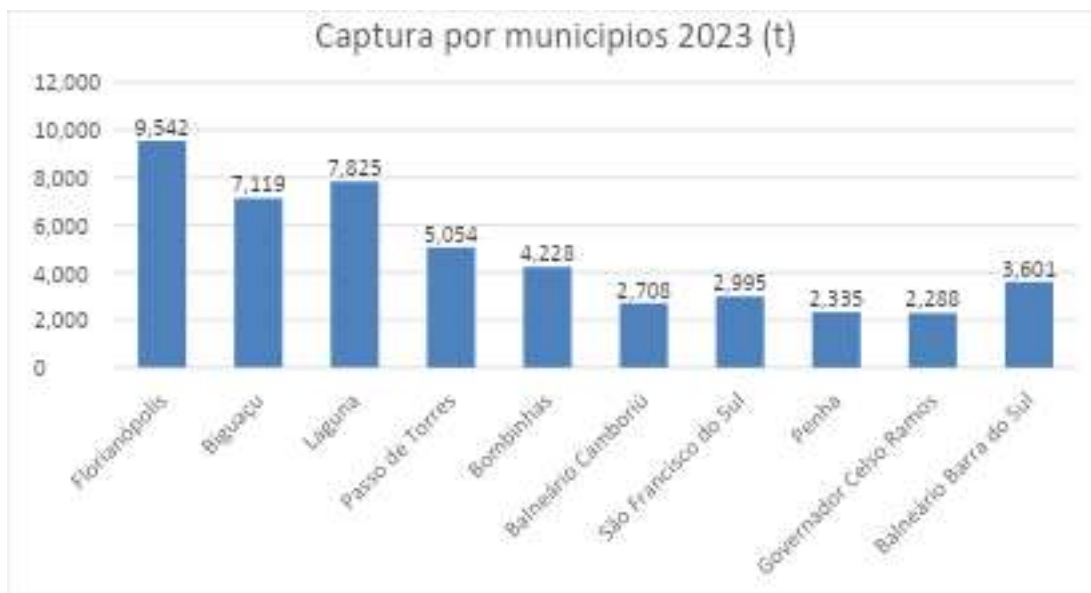
Segundo dados do Relatório PMAP (2023), na pesca artesanal os municípios de Florianópolis, Biguaçu, Laguna, Passo de Torres, Bombinhas, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul, Balneário Camboriú, Penha e Governador Celso Ramos, lideraram as capturas, com um total de 47.695 toneladas, 73,83% do total, conforme o Gráfico 16.

Analisando semestralmente, Florianópolis, Biguaçu e Laguna lideraram as descargas da pesca artesanal, no primeiro semestre de 2023, totalizando, conjuntamente, 11.471,2 t (34,9%) do total descarregado no estado, no semestre. Além desses municípios, destacam-se também, Balneário Camboriú e Balneário Barra do Sul.

Já no segundo semestre de 2023, Florianópolis e Laguna lideraram as descargas da pesca artesanal, com um total de 9.980,7 toneladas, correspondendo a 31,4% do total descarregado pela pesca artesanal no estado. Além deles, destacam-se os municípios de Biguaçu, Passo de Torres, Bombinhas e Balneário Barra do Sul, os quais registraram valores acima de 5% do total

O Gráfico 16 apresenta o volume total de pescados capturados pela pesca artesanal, por municípios, no ano de 2023.

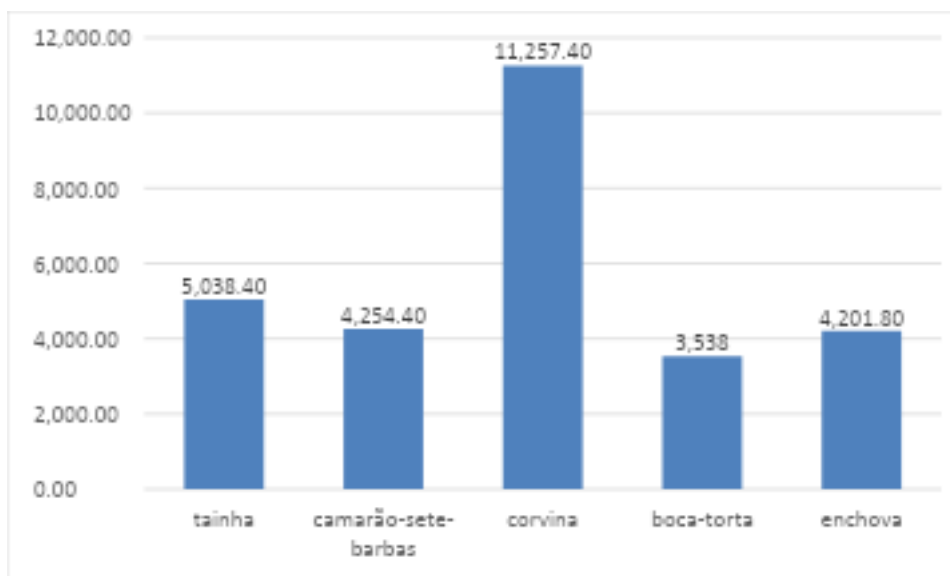
Gráfico 16- Pesca artesanal: captura por municípios 2023 (em toneladas)



Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Relatório PMAP, 2023/2024.

As principais categorias de pescados capturadas pela pesca artesanal, no ano de 2023 foram a corvina (Figura 44), a tainha (Figura 45) e o camarão-sete-barbas (Figura 46), conforme a Gráfico 17.

Gráfico 17- Principais espécies capturadas pela pesca artesanal no ano de 2023 (em toneladas)



Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Relatório PMAP, 2023/2024.

Figura 44: Corvina (*Micropogonias furnieri*)



Fonte: Klimanaturali, 2011. Disponível em: <http://www.klimanaturali.org/2011/05/corvina-micropogonias-furnieri.html>
Acesso em: 25 maio 2022

Figura 45: Tainha (*Mugil liza*)



Fonte: Como criar tainha, 2018. Disponível em: <https://globorural.globo.com/vida-na-fazenda/noticia/2018/08/como-criar-tainha.html> Acesso em: 25 maio 2022

Figura 46- Camarão 7 Barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*)



Fonte: Camarão 7 Barbas. Disponível em: <https://mercadoocna.com.br/hotsite/jefferson/camarao-7-barbas> Acesso em: 25 maio 2022

Outra questão relacionada à pesca artesanal refere-se às relações de trabalho. Diferentemente da pesca industrial embarcada, onde há o predomínio das relações de trabalho assalariadas, na pesca artesanal o pagamento da força de trabalho ocorre em partes, a chamada partilha. Dessa forma, mensalmente, ou após a safra de determinada espécie, o dono do barco, também chamado de patrão⁵, “faz a conta”, como eles dizem, ou seja, paga-se a força de trabalho dos pescadores. Em primeiro lugar, sobre o valor bruto total retira-se as despesas, em seguida, divide-se o valor em duas partes, uma do patrão, dono do barco e dos equipamentos de captura, e a outra parte é dividida entre os pescadores tripulantes.

Na pesca da corvina, por exemplo, a despesa de cada saída para o mar é de aproximadamente R\$ 600,00, com combustível e alimentação. Em um mês, após 10 saídas e capturando um total de 3 toneladas, com o valor do quilo sendo pago a 10,00 pelo atravessador, o valor bruto é de aproximadamente R\$ 30.000,00. Tirando-se R\$ 6.000 de despesas, resta um valor líquido de R\$ 24.000, o qual é dividido em duas partes de R\$ 12.000, sendo uma para o patrão e a outra dividida em 4 partes de R\$ 3000,00 para cada tripulante.

Na pesca da tainha a despesa é ainda maior. Diferente da pesca de outras espécies, na pesca de tainha os pescadores permanecem mais de um dia no mar, em busca dos cardumes. Com isso, as despesas incluem uma maior quantidade de combustível, alimentação e gelo nos porões, para armazenar os peixes à medida que são capturados.

Ainda na pesca artesanal, há embarcações maiores que ficam um longo período no mar, cerca de um mês. Nesse caso, os patrões, donos dessas embarcações, realizam a partilha, também em partes, mas levando em conta a função desempenhada por cada tripulante. Desse modo, do valor bruto, retiram-se as despesas e o restante divide-se entre os tripulantes da seguinte maneira: o mestre, patrão, recebe duas partes; o cozinheiro ganha 1,5 parte; o gelador, responsável pelo resfriamento dos peixes no porão do barco, recebe 1 parte e mais $\frac{1}{4}$ de parte; o motorista também ganha 1 e $\frac{1}{4}$; e os demais tripulantes recebem 1 parte.

Nesse caso, na pesca da corvina, uma embarcação desse tipo tem uma despesa de cerca de R\$ 50 mil. Considerando uma captura mensal de 20 toneladas, há um faturamento bruto de R\$ 200 mil. Retirando a despesa de 50 mil, resta um valor líquido de 150 mil que deverá ser dividido dez partes, de R\$ 15 mil, na seguinte proporção: o mestre fica com R\$ 30 mil (duas partes), o cozinheiro com R\$ 22,5 mil (1,5 partes); o gelador e o motorista receberão R\$ 18.750 mil (1 parte e mais $\frac{1}{4}$) e os demais (cinco) tripulantes do convés receberão uma parte de R\$ 15

⁵ Todas as informações descritas a seguir foram concedidas pelo senhor Delermundo Vieira (Mazinho), dono do barco “Galeão do Canal”, da Barra da Lagoa, nos dias 25 e 26 de maio de 2025.

mil. Todavia, esse rendimento é muito variável, pois é necessário levar em conta a instabilidade das capturas.

Outro aspecto relacionado à organização da pesca artesanal são as colônias de pescadores, entidades que prestam assistência de saúde, previdenciária e judicial, quando necessário.

5.1.1 Pesca artesanal: as colônias de pescadores

As colônias de pescadores são a principal entidade representativa dos pescadores artesanais.

Muitas colônias enfrentam uma série de dificuldades, como a precariedade da estrutura física, falta de pessoal, pois muitas vezes o próprio órgão central, a Federação de Pescadores, responsável por coordenar essas entidades, não possui recursos para o desempenho de suas atividades. Tudo isso contribui para a continuidade desse quadro precário da organização de inúmeras Colônias de Pescadores. (Galvão, 1971). Deve-se assinalar que apesar do passar dos anos, muitas colônias ainda enfrentam problemas semelhantes.

Além disso, as colônias ainda enfrentam problemas políticos. De acordo com o relatório “A pesca no Estado de Santa Catarina em 1971” organizado pela Equipe de Planejamento da extinta ACARPESC, as colônias de pescadores catarinenses são marcadas pela desorganização. “As eleições irregulares, a falta de espírito comunitário e entrosamento nos homens afeitos aos trabalhos do mar, a irresponsabilidade, salvo raríssimas exceções, na administração, foram às responsáveis pelo quase desmazelo imperante”. (Galvão, 1971, p. 100).

Apesar de se passarem mais de cinco décadas, muitas colônias ainda enfrentam problemas semelhantes. Em algumas colônias, o pequeno número de associados, ou mesmo o não pagamento da mensalidade dos que já são associados, compromete a estrutura financeira da colônia.

Por outro lado, existem colônias de pescadores no litoral catarinense que atuam ativamente na representação dos pescadores artesanais. Na colônia de pescadores Z-14, localizada no município de Laguna, no sul de Santa Catarina, que representa mais de 1700 pescadores, os associados possuem sede própria, onde dispõem de assistência jurídica, e inclusive contam com assistência odontológica, demonstrando a importância da entidade para os pescadores artesanais da região.

Atualmente, existem 38 colônias de pesca implantadas no Estado. Destas, 34 estão localizadas ao longo do litoral, conforme a Tabela 19 e o Mapa 4.

As colônias de pescadores atuam como mediadoras nas seguintes atribuições: a inscrição dos pescadores no Registro Geral da Pesca (RGP), o registro no Instituto Nacional de Previdência Social, encaminhamento de pedidos de seguro-defeso, assistência jurídica aos pescadores, entre outras demandas.

Tabela 19- Colônias de Pescadores do litoral catarinense

COLÔNIA	LOCALIDADE	NÚMERO DE ASSOCIADOS
Z-1	Itapoá	400
Z-2	São Francisco do Sul	2000
Z-3	Barra do Sul	380
Z-4	Barra Velha	114
*Z-5	Penha	
Z-6	Navegantes	80
Z-7	Balneário Camburiú	250
*Z-8	Porto Belo	
*Z-10	Governador Celso Ramos	
Z-11	Florianópolis	900
Z-12	Garopaba	600
Z-13	Imbituba	670
Z-14	Laguna	1700
*Z-15	Palhoça	
*Z-16	Araranguá	
Z-17	Imaruí	500
*Z-18	Passo de Torres	
*Z-19	Itapema	
Z-20	Balneário Gaivotas	300
Z-21	Jaguaruna	195
Z-22	Bombinhas	300
Z-23	Biguaçu	180
Z-24	Balneário Arroio do Silva	400
*Z-25	Tijucas	
Z-26	Piçarras	50
Z-27	São João do Sul	160
Z-28	São José	250
Z-30	Garuva	30
Z-31	Araquari	180
Z-32	Joinville	150
Z-33	Balneário Rincão	800
Z-36	Itajaí	
Z-37	Pescaria Brava	
Z-39	Sombrio	

Fonte: Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina — FEPESC. Dados de março de 2020.
Elaborado pelo autor. * Sem dados disponíveis

Mapa 4- Colônias de pescadores do litoral catarinense



Fonte: Elaborado por Felipe Armani. Dados da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, 2019.

Muitas colônias relatam dificuldades em relação à inscrição dos pescadores no RGP. Inclusive, a Secretaria da Pesca, que atualmente faz parte do Ministério da Pecuária e Agricultura, responsável pela emissão do registro, restringiu o credenciamento de novos pescadores. Dessa forma, os pescadores recebem apenas um número de protocolo provisório para exercer a função, o que acaba dificultando o acesso aos direitos da categoria, como o seguro-defeso.

Percebe-se que apesar das diferenças entre as colônias, como o número de pescadores associados, os diferentes ambientes onde os pescadores atuam, as dificuldades enfrentadas, as colônias de pescadores constituem-se em importantes entidades de classe, as quais representam os pescadores artesanais. Afinal, eles trabalham de forma autônoma, não são assalariados e por isso, teriam grandes entraves para acessarem os direitos que lhe são próprios.

5.2 PESCA INDUSTRIAL: UNIDADES INDUSTRIAIS, PRODUÇÃO POR MUNICÍPIOS E PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS

A pesca industrial desempenha uma função importante ao fornecer matéria-prima para as indústrias de processamento de pescados localizadas ao longo do litoral, conforme a Tabela 20.

Tabela 20 -unidades de transformação de pescados em Santa Catarina registradas no serviço de inspeção federal- 2024

Município	Número de unidades
Itajaí	11
Navegantes	07
Penha	05
Biguaçu	03
Gov. Celso ramos	03
Laguna	03
Porto belo	03
Piçarras	03
Palhoça	02
Florianópolis	02
Antônio Carlos	01
Camboriú	01
Chapecó	01

Garuva	01
Ilhota	01
Jaguaruna	01
Tijucas	01
Lages	01
Total	50

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF), MAPA, 2024.

O parque industrial pesqueiro catarinense é considerado o maior do Brasil.

São 200 mil toneladas de pescado por ano (a maior parte de Itajaí, Navegantes e Porto Belo) e a responsabilidade por cerca de 25% do total de pescado brasileiro, conforme os dados mais atualizados do governo federal (Pereira, 2016).

De acordo com NSC (2022), o município de Itajaí é responsável por 55% do mercado nacional de pesca.

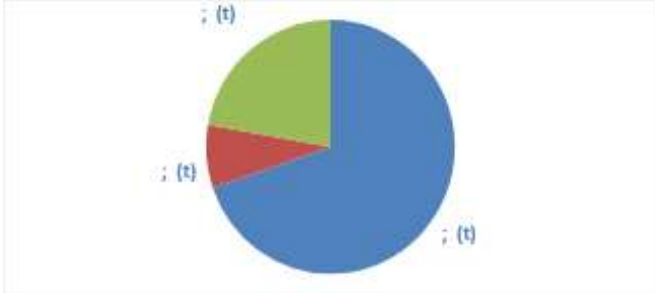
Segundo dados da FIESC (2018), Santa Catarina concentra mais de 30% dos empregos diretos do setor pesqueiro nacional. A maioria dos postos está concentrada no processamento de pescados, que emprega aproximadamente 64% dos trabalhadores ligados à pesca. Os postos de trabalho concentram-se principalmente em Navegantes, Itajaí e Porto Belo.

O Mapa 5 apresenta a distribuição, por municípios e por categorias, dessas unidades de transformação de pescados registradas no serviço de inspeção federal (SIF), em 2024.

Além dessas unidades, há também os entrepostos frigoríficos que não realizam processo de transformação dos pescados, apenas de armazenamento, em grandes câmaras frias, que, embora precisem do registro no serviço de inspeção federal (SIF), não são consideradas unidades de transformação, por isso não estão na tabela.

Os municípios de Itajaí e Navegantes foram responsáveis por 92% da produção industrial, no ano de 2023, conforme o Gráfico 18.

Gráfico 18- Pesca industrial: captura por município 2023 (em toneladas)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PMAP, 2023.

Mapa 5- Empresas de pescados de Santa Catarina registradas no SIF-2024



De acordo com Relatório do PMAP, 2023, foi registrado o desembarque de 81.493,3 toneladas, pela frota industrial catarinense. Os principais portos de desembarque pesca industrial são Itajaí e Navegantes, mas também há desembarque registrado em Porto Belo e no Porto Pesqueiro de Laguna, conforme o Mapa 6.

Considerando a sazonalidade da pesca, segundo dados do PMAP (2023), no primeiro semestre do ano de 2023, as principais categorias de pescados capturadas pela pesca industrial foram a sardinha-verdadeira (Figura 47), com um volume de 18.895,5 toneladas e o bonito-listrado (Figura 48), com 13.731 toneladas. Juntos, essas duas categorias responderam por 73, 1 % da frota industrial, conforme o Gráfico 19.

Figura 47: Sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*)



Fonte: Sardinha-verdadeira será alvo de monitoramento. In: <https://globorural.globo.com/Noticias/Criacao/Peixe/noticia/2020/06/sardinha-verdadeira-sera-alvo-de-monitoramento.html>

Mapa 6- Portos de desembarque da pesca industrial

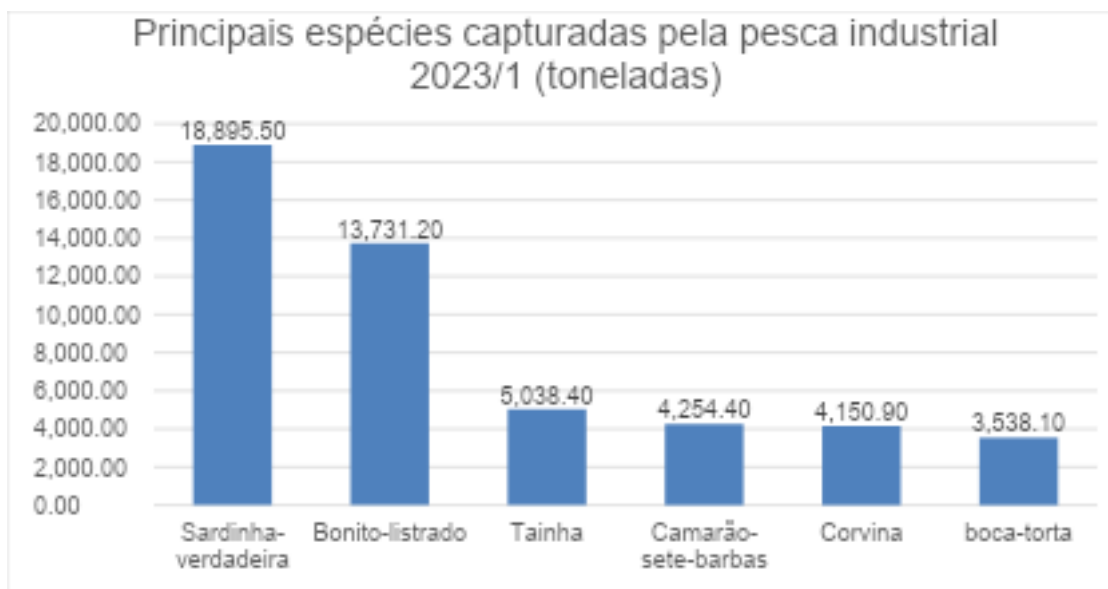


Figura 48: bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*).



Fonte: Funbio, 2020. Bonito-listrado em biografia. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/bonito-listrado-em-biografia/> Acesso em: 25 maio 2024.

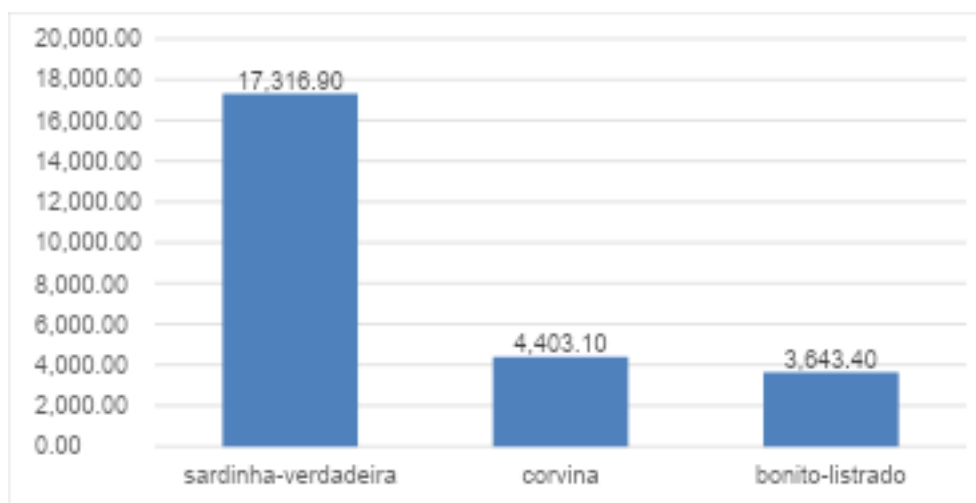
Gráfico 19- Principais espécies capturadas pela pesca industrial no primeiro semestre de 2023 (em toneladas)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PMAP, 2023/2024

Segundo dados do PMAP (2024), no segundo semestre do ano de 2023, os maiores volumes capturados corresponderam à sardinha-verdadeira com 17.316,9 toneladas (46,9%); a corvina, com 4.403,1 toneladas (11,9%); e o bonito-listrado, com 3.643,4 toneladas (9,9%), conforme o Gráfico 20.

Gráfico 20- Principais espécies capturadas pela pesca industrial no segundo semestre de 2023 (em toneladas)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PMAP, 2024.

O bonito-listrado é um tipo de atum, capturado através do petrecho de pesca de linha e vara com isca-viva (Figura 49). É considerado uma das cinco espécies mais importantes na produção pesqueira mundial.

Figura 49: Pesca de bonito-listrado



Fonte: Funbio, 2020. Bonito-listrado em biografia. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/bonito-listrado-em-biografia/> Acesso em: 25 maio 2024.

A sardinha e o atum constituem-se nos principais tipos de pescados utilizadas como matéria prima nas indústrias de enlatamento de pescados. De acordo com Diarinho (2022), a Gomes da Costa, empresa líder no segmento de pescados enlatados, mantém, em Itajaí, a maior

fábrica de sardinhas em lata do mundo, com uma produção diária de 2 milhões de unidades, como já mencionado.

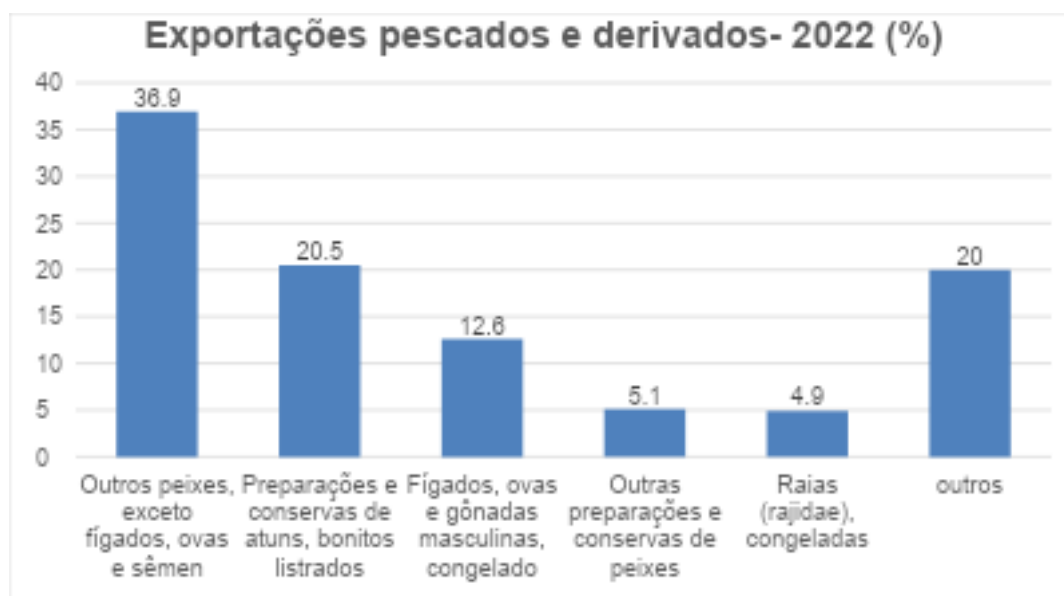
5.2.1 Pesca industrial: exportações e importações

Por fim, em relação à participação do setor pesqueiro nas exportações catarinenses, os produtos do mar ainda representam uma pequena parcela do total exportado. De acordo com FIESC (2023), as exportações de peixes congelados, exceto filés, representam 0,22% do total das exportações, totalizando US\$ 2.597.666. Já os peixes frescos, exceto os filés, correspondem a 0,02%, com um valor de US\$ 246.441. Os moluscos têm uma participação de 0,01%, com US\$ 164.469. O valor total exportado em 2022 foi de 40,5 milhões de dólares.

Em 2022, segundo o boletim FIESC (2023), os principais destinos das exportações de pescados catarinenses são os Estados Unidos (25,3%), a Argentina (21,6%), Taiwan (13%), Coreia do Sul (6,8 %), Uruguai (5,6%).

O Gráfico 21 apresenta a participação, em porcentagem, dos principais pescados e derivados, exportados em 2022.

Gráfico 21- Principais categorias de pescados e derivados exportados por Santa Catarina em 2022 (em porcentagem)



Deve-se destacar que desde o mês de janeiro de 2018, o Brasil suspendeu o envio destes produtos aos países da União Europeia.

A suspensão foi uma decisão do Ministério da Agricultura brasileiro, em resposta a um relatório da União Europeia que alertava para inadequação do Brasil às regras impostas para o envio de pescado aos países que integram o bloco. Era uma tentativa

de evitar um embargo unilateral — frustrada, já que o embargo veio em maio, em meio a um impasse que envolvia a exportação de frango. Ao bloquear a entrada das aves, alegando ineficiência no controle sanitário brasileiro, a União Europeia também informou ao Brasil que não aceitaria mais o pescado — o que tornou mais difícil reverter a situação. (Spautz, 2019)

Entre os produtos que eram exportados, destaca-se a ova de tainha, muito consumida em países europeus. Devido à suspensão, em Itajaí, de onde a maior parte do pescado catarinense é exportado,

as câmaras frias estão abarrotadas de ovas de tainha que não foram vendidas por falta de mercado. São perto de 200 toneladas da iguaria, que poderiam ter sido enviadas a países como Itália e Espanha, grandes consumidores da ova brasileira (Spautz, 2019).

Além da ova de tainha, o peixe-sapo também é um dos produtos com grande aceitação no mercado europeu, mas também está com as exportações suspensas. Diante do embargo, a alternativa foi tentar o mercado nacional, porém tal opção não logrou sucesso. “Com pouca entrada no Brasil, onde é pouco consumido, o peixe-sapo foi vendido a R\$ 5 o quilo. Na Europa, o preço é quatro vezes maior” (Spautz, 2019).

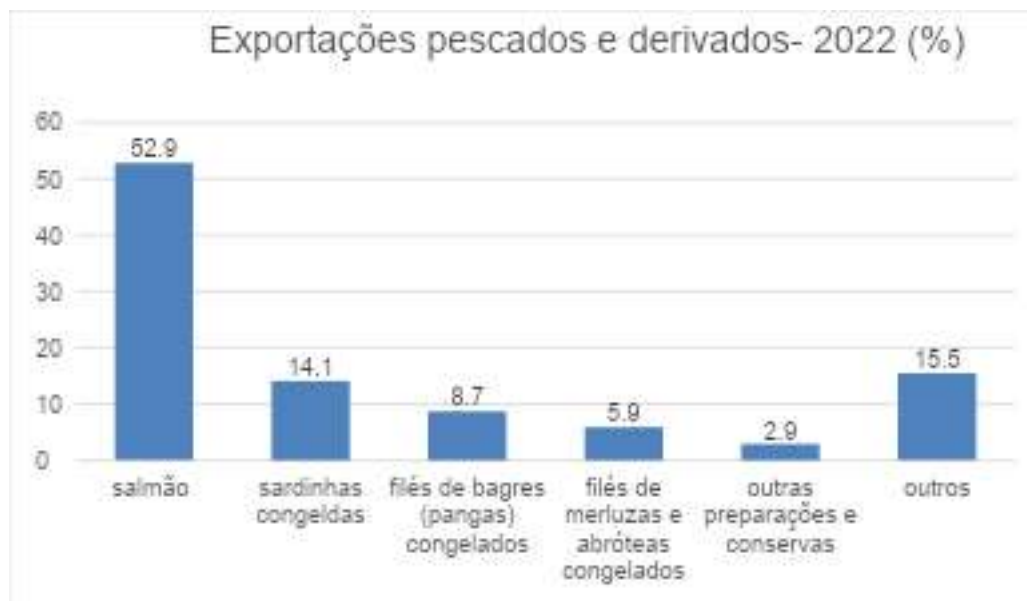
Diante disto,

o fim do embargo da União Europeia é uma das prioridades do novo secretário nacional de Aquicultura e Pesca, Jorge Seif Júnior. Armador de pesca de Itajaí, ele conhece o problema de perto e tem sido procurado pelos empresários catarinenses que pedem solução. Seif tem afirmado que o caso será tratado em conjunto com outras secretarias ligadas ao Ministério da Agricultura, ao qual a pasta está atrelada (Spautz, 2019).

Por outro lado, de acordo com o boletim FIESC (2023), o valor total das importações de pescados em 2022 atingiu US\$ 405, 4 milhões. As importações são oriundas, principalmente, do Chile (59,4%), Marrocos (10,8%), Vietnã (8,7%), Argentina (6,0%) e Omã (3,4%).

As principais categorias de pescados importados são apresentadas no Gráfico 22.

Gráfico 22- Principais categorias de pescados e derivados importados por Santa Catarina em 2022 (em porcentagem)



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados da Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Pesca, 2023.

Dessa forma, a balança comercial de pescados em Santa Catarina opera em déficit de US\$ 364,8 milhões. Apesar de toda a representatividade no cenário nacional, o setor pesqueiro catarinense enfrenta desafios semelhantes ao nacional. Instabilidade jurídica e institucional é o principal deles.

Em janeiro de 2023, com o início do novo governo Lula, o Ministério da Pesca e Aquicultura foi criado novamente, desta vez sob o comando do deputado pernambucano André de Paula. A recriação do Ministério significa um importante suporte institucional para atender às demandas do setor pesqueiro. Além disso, em nível estadual há a Secretaria de Pesca e Aquicultura, sob o comando do deputado estadual licenciado Tiago Frigo (PL).

5.3 FROTAS E APARELHOS DE PESCA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Até o início da década de 1960 a pesca era realizada com embarcações com baixo nível técnico. Dessa forma, em relação aos equipamentos de pesca,

O problema principal, todavia, reside no custo elevado do equipamento, pois as redes e outros utensílios, mesmo que elaborados localmente, necessitam de matérias-primas, em geral provenientes de estados distantes. Tais matérias-primas sofrem, via de regra, aumento de preço em índices superiores aos que ocorrem com o pescado. (Lago, 1961, p. 175)

Assim, o insignificante progresso observado nos equipamentos de pesca, até meados do século XX, estava relacionado à baixa rentabilidade da produção pesqueira, que impedia investimentos em instrumentais melhores. Para Lago (1961, p. 177)

Além das dificuldades ligadas aos utensílios acrescenta-se a da aquisição dos meios de deslocamento, isto é, as embarcações, cujo ônus torna-se proibitivo em relação aos parcos proventos da atividade, sobretudo quando temos em conta a maioria dos seus participantes.

O uso de embarcações simples significava que a exploração da pesca não poderia ultrapassar os limites da costa.

A pesca se restringe aos ambientes intralagunares e às enseadas de pequena profundidade e bem abrigadas ou mesmo às praias que não sejam fundas de trechos recortados. A obtenção do pescado quase não obriga o pescador a deslocar-se para longe da terra. O peixe vem ao pescador. (LAGO, 1961, p. 129)

A Tabela 21 apresenta os tipos de embarcações existentes no ano de 1956, em alguns municípios do litoral catarinense.

Tabela 21 - Número de embarcações por município- Ano de 1956
Tipos de embarcações

MUNICÍPIOS	Canoa Bordada	Canoa Comum	Canoa borda-lisa	Baleeira	Bateira	Batelão	Barco a motor
Florianópolis	248		150	520	50	82	2
Palhoça	5		51	52			
Biguaçu	28		50	200	4		
Imaruí		2350		5		680	
Laguna	22	500		15		35	
Araranguá	4	130					
São Francisco	81	600				5	1
Camboriú	18	18	10	16	32		
Itajaí		66		118	15	5	2

Fonte: Organizado pelo autor com base em Lago (1961).

Os principais tipos de embarcações utilizados neste período eram a canoa bordada (Figura 50), a canoa comum, a canoa borda-lisa (Figura 51), a baleeira (Figura 52), a bateira (Figura 53), o batelão, e poucos exemplares de barcos a motor.

Figura 50- Canoa bordada ou de voga



Fonte: Nd,2018. Canoas centenárias de um pau só inspiram documentário na Grande Florianópolis.

Disponível em:

<https://ndmais.com.br/cultura/canoas-centenarias-de-um-pau-so-inspiram-documentario-na-grande-florianopolis/> Acesso em: 20 out. 2022

Figura 51- canoa borda-lisa



Fonte: Canoas do litoral central de Santa Catarina, 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Canoas-do-litoral-central-de-Santa-Catarina-A-canoa-de-borda-lisa-B-canoa_fig16_335843341 Acesso em: 20 out. 2022

Figura 52- baleeira



Fonte: Baleeiras de Itapocorói, 2019. Disponível em: <https://pt->

[facebook.com/baleeirasdeitapocoroi/photos/pcb.606540339840592/606540246507268/?type=3&theater](https://pt-facebook.com/baleeirasdeitapocoroi/photos/pcb.606540339840592/606540246507268/?type=3&theater) Acesso em: 20 out. 2022

Figura 53- bateira



Fonte: Fotografias, 2013. Barco Bateira 1. Disponível em: <https://mauriciojosehoffmann.wordpress.com/2013/08/02/barco-bateira-1/> Acesso em: 20 out. 2022

Algumas dessas embarcações são utilizadas ainda hoje em determinadas modalidades da pesca artesanal, como é o caso do arrasto de praia para captura de tainhas realizado através da canoa bordada ou de voga, conforme a Figura 54

Figura 54- canoas utilizadas para arrasto de praia na captura de tainhas



Fonte: Tamar, 2021. Pescando tainhas e conservando as tartarugas marinhas em Santa Catarina. Disponível em: <https://www.tamar.org.br/noticia1.php?cod=976> Acesso em: 20 out. 2022.

Em geral, eram embarcações muito simples e com um raio de atuação bastante restrito, afinal, adquirir os equipamentos pesqueiros era uma conquista distante para a maioria dos pescadores, devido aos altos custos.

As baleeiras, por exemplo, principalmente construídas em Ribeirão da Ilha, no município de Florianópolis, atingiam o preço (em 1960) de 65 mil cruzeiros, sem motor, usualmente comprado em Joinville. Este, em 1960, oscilava entre 30 mil e 40 mil cruzeiros, para respectivamente os de 22 e 26 cavalos. Em suma, a baleeira equipada com motor atinge o preço de 100 mil cruzeiros, no mínimo. (LAGO, 1961, p. 178).

Nessa época, entre fins da década de 1950 e início 1960, a possibilidade de aquisição de equipamentos somente era possível à medida que os pescadores eram “financiados” pelas próprias indústrias de conserva, afinal, não havia linhas de crédito do governo, algo que só ocorreu a partir de 1967, com a criação do Código de Pesca.

Algumas indústrias como a antiga Krause, especializada em conserva do camarão, localizada no município de Penha, “financia aos pescadores locais a compra de equipamento (rede e embarcação)”. (Lago, 1961, p. 197).

Além da Krause, a antiga Companhia Hemmer, de Blumenau, que instalou em Penha, no final da década de 1950, uma unidade de conservas de peixe e camarão, “também auxilia os pescadores, financiando -lhes as despesas para compra do material de pesca” (Lago, 1961, p. 198).

No entanto, a partir da criação da SUDEPE e a implementação dos incentivos fiscais, via Código de Pesca de 1967, as empresas passaram a investir na aquisição de novos equipamentos e na melhoria da frota.

Na década de 1970, havia 48 empresas de pesca registradas, dispondo de uma ampla frota de barcos pesqueiros, conforme Tabela 22.

Tabela 22- Composição da frota segundo as empresas e tipo dos barcos- setembro de 1972

EMPRESAS	CAMARONEIROS	TRAINEIRAS	OUTROS	TOTAL
KRAUSE	13	1	2	16
INTERPESCA	15	-	-	15
PESCANOVA S/A	9	4	-	13
SOCAM S/A	9	-	-	9
INDUPESCA S/A	8	-	-	8
CIBRADEPE S/A	6	1	-	7
PEPESCA S/A	7	-	-	7
SANTA MARTA S/A	6	-	-	6
CONSAL S/A	-	1	4	5
FEMEPE LTDA	-	4	-	4
J.N. SOUZA LTDA	-	3	1	4
JOSÉ V. MARTINEZ	-	4	-	4
PESQ.PIONEIRA DA COSTA	-	4	-	4

EMPRESAS	CAMARONEIROS	TRAINEIRAS	OUTROS	TOTAL (CONCLUSÃO)
SUL ATLÂNTICO S/A	2	1	-	3
SULBRAS S/A	1	2	-	3
IRMÃOS SÓPESCA LTDA	-	3	-	3
CIA. OCEÂNICA	-	3	-	3
INFRISA S/A	-	3	-	3
WILDNER S/A	-	3	-	3
PESCAMAR	-	1	2	3
M.E. DOS SANTOS	2	-	-	2
BAIA MAR S/A	2	-	-	2
IPESCA S/A	2	-	-	2
MIPECA	-	2	-	2
AMÉRICA	-	2	-	2
A.WEISS LTDA	-	2	-	2
NAPESCA	-	2	-	2
V. DE SANTANA	-	2	-	2
PEGAN S/A	-	2	-	2
PESQUEIRA OCEÂNICA	-	2	-	2
FERREIRA MARTINS LTDA	-	2	-	2
FLORESTAL S/A	-	2	-	2
ICOPECA S/A	1	-	-	1
VENTO NORTE S/A	1	-	-	1
CODIPECA SUL S/A	1	-	-	1
ABILIO DE SOUZA	-	1	-	1
SARPESCA	-	1	-	1
IND. COM. PESC. AUGUSTINHO	-	1	-	1
DAVID DOS SANTOS	-	1	-	1
DAVID GREGÓRIO	-	1	-	1
SIBA LTDA	-	1	-	1
ERNESTO NAUCK	-	1	-	1
INDÚSTRIA GANCHOS	-	1	-	1
INCAPE	-	1	-	1
COSTA LTDA	-	1	-	1
GARBELOTO E MELO LTDA	-	1	-	1
CIA PESCA DAKAR	-	1	-	1
IRMÃOS SOARES	-	1	-	1
TOTAL:48	85	69	9	163

Fonte: Acordo Governo do Estado SC/SUDEPE/BRDE/SUDESUL-Pesquisa direta.

Comissão de Coordenação do Acordo nº 02/72. Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul.
Superintendência de Desenvolvimento da Pesca. Governo do Estado de Santa Catarina. Banco Regional de
Desenvolvimento do Extremo Sul. Estudos da Frota e Indústria Pesqueira de Santa Catarina, maio de 1973.

Desse grupo de empresas, a Cia Krause, de Penha, que recebeu a maior quantidade de incentivos fiscais, possuía a maior frota pesqueira. Dessas empresas, permanecem em atividades apenas: a Femepe, de Navegantes, adquirida pela Camil, em 2011; a Pioneira da Costa, de Porto Belo, em recuperação judicial desde 2015; Sul Atlântico, de Itajaí; a Sulbras, Governador Celso Ramos; Mipisca (Rio de Janeiro) e David Gregório Neto (Itajaí).

5.3.1 Pesca artesanal: frota e aparelhos

Além destas embarcações, os pescadores artesanais dispõem, atualmente, de embarcações melhores, mais seguras, inclusive para navegar em águas mais longínquas e logo, por períodos mais longos. Para isso, os barcos possuem uma estrutura chamada de casaria (Figura 55), utilizada para abrigar o comandante, ou melhor, o mestre do barco. No interior da casaria, há a cabine do mestre (Figura 56) uma cozinha compacta (Figura 57) e beliches (Figura 58) para os tripulantes. Estes barcos (Figura 59), possuem entre 12 e 14 metros de comprimento e contam com porão e gelo onde são armazenados os pescados capturados.

Figura 55- casaria de barco: frota artesanal



Fonte: imagem do autor, 09/10/2022

Figura 56- cabine do mestre: frota artesanal



Fonte: imagem do autor, 09/10/2022

Figura 57- cozinha compacta: frota artesanal



Fonte: imagem do autor, 09/10/2022

Figura 58- beliches de barco da frota artesanal



Fonte: imagem do autor, 09/10/2022

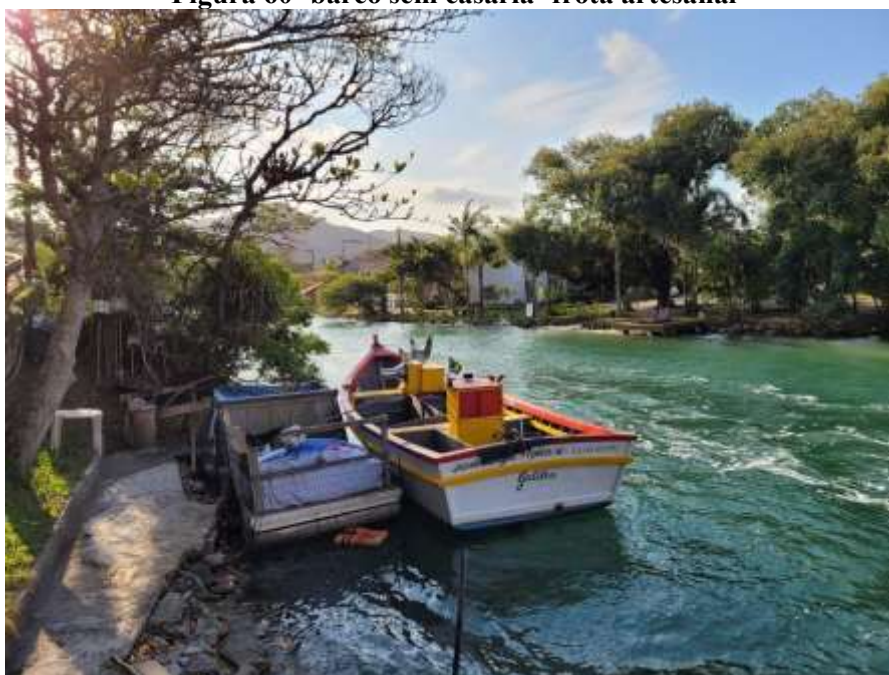
Figura 59- barco com casaria- frota artesanal



Fonte: Pescadores artesanais são beneficiados com serviço gratuito na carreira municipal. Disponível em: <https://www.navegantes.sc.gov.br/noticia/11798/pescadores-artesanaais-sao-beneficiados-com-servico-gratuito-na-carrera-municipal> Acesso em: 20 out. 2022

No entanto, ainda é muito alto o custo de aquisição desse tipo de embarcação, em torno de R\$ 200 mil. Por isso, os barcos sem casaria (Figura 60) predominam entre os pescadores artesanais do litoral catarinense.

Figura 60- barco sem casaria- frota artesanal



Fonte: imagem do autor, 09/10/2022

Os principais aparelhos de pesca utilizados pela frota artesanal são as redes de emalhe, seguidas pelo arrasto duplo, traineira e aviãozinho.

De acordo com dados do PMAP (2020, p. 45),

O monitoramento da pesca artesanal registrou o emprego de 24 categorias de aparelhos de pesca no triênio 2017-2019. As redes de emalhe, grupo que agrega 14 diferentes combinações de redes e métodos de pesca, contribuíram com cerca de 50% da produção artesanal do Estado, acumulando 74 mil toneladas no período. Também se destacaram as descargas de arrasto duplo, com 19,1% da produção acumulada no período, do cerco traineira, com 5,7%, e do aviãozinho, com 5,1% do total.

O Gráfico 23 apresenta o total de captura descarregada por aparelho de pesca artesanal em 2023.

As redes de emalhe são utilizadas principalmente na captura da corvina, principal espécie capturada pela pesca artesanal. Destaca-se também o arrasto duplo, na captura do

camarão-sete-barbas. Por fim, o emalhe anilhado, na captura de tainha. Deve-se destacar que estes três aparelhos são responsáveis por mais de 63,7% das capturas da pesca artesanal.

Gráfico 23- Pesca artesanal: captura por aparelhos de pesca 2023



Fonte: PMAP, 2023. Elaborado pelo autor

A seguir, são apresentados os principais aparelhos utilizados pela pesca industrial, conforme os dados do PMAP, 2020.

5.3.2 Pesca industrial: frota e aparelhos

Atualmente, segundo dados SINDIPI (2021), o Estado de Santa Catarina conta com uma frota de cerca de 700 embarcações industriais e mais de 50 mil pescadores.

De acordo com os dados do PMAP/SC (2023), os principais aparelhos de captura utilizados pela frota industrial são: cerco traineira (Figura 61), vara e isca-viva (Figura 62) e arrasto de parelha (Figura 63).

Figura 61- pesca de cerco (traineira)

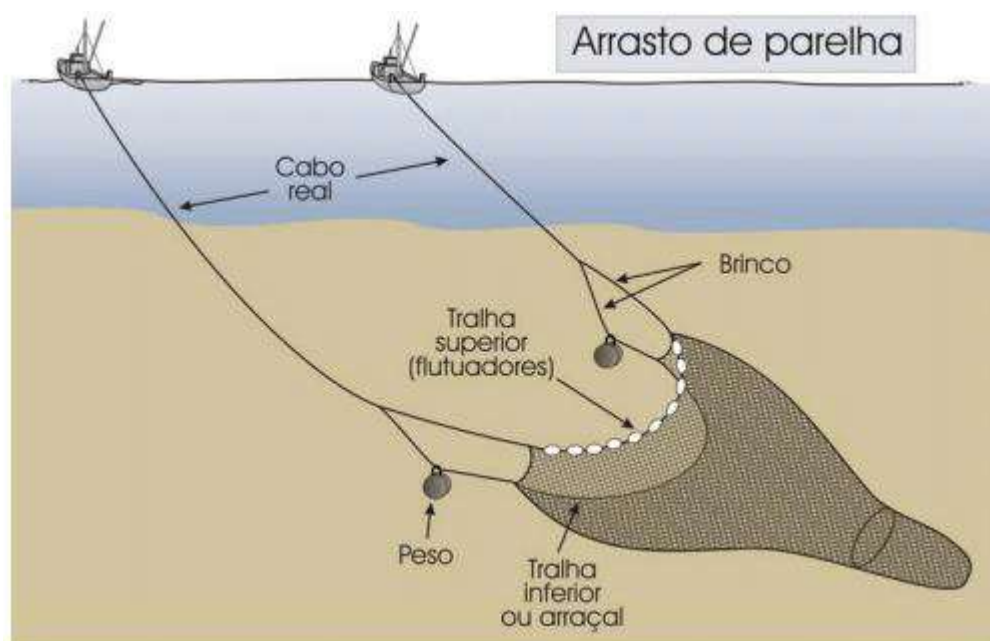


Fonte: Relatório da União Europeia que banuiu pescado brasileiro cita contaminação com metais pesados e condições sanitárias impróprias. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2019/02/03/relatorio-da-uniao-europeia-que-baniu-pescado-brasileiro-cita-contaminacao-com-metais-pesados-e-condicoes-sanitarias-improprias/> Acesso em: 20 out. 2022

Figura 62- vara e isca-viva

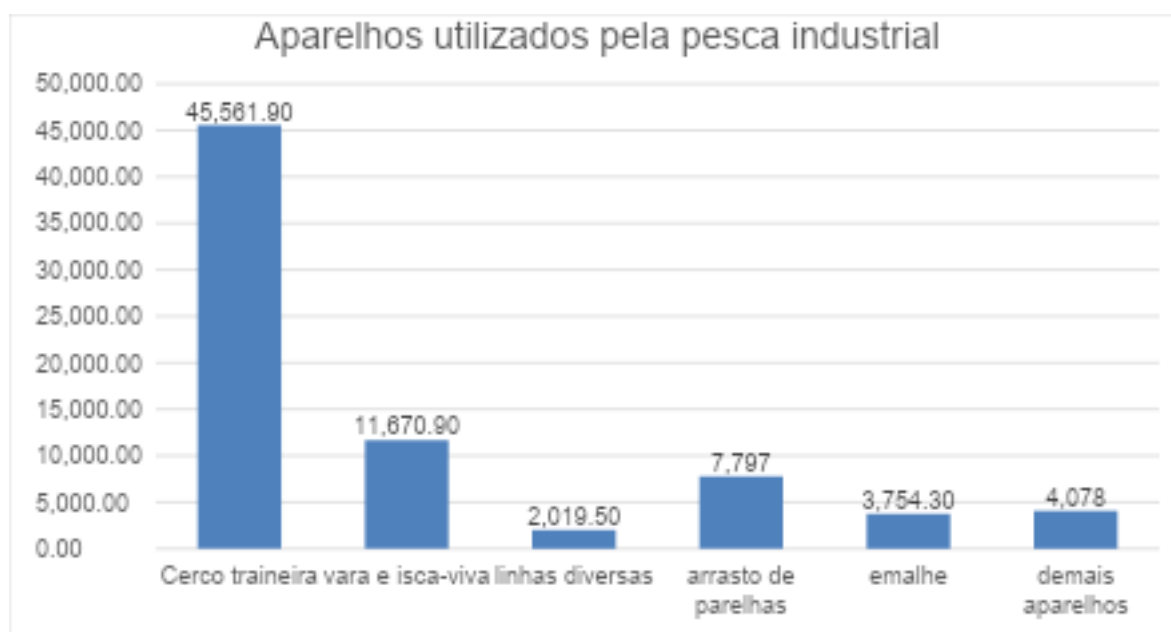


Fonte: SINDIPI, 2021. Modalidade: Linha vara e isca viva. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/modalidade-linha-vara-e-isca-viva> Acesso em: 20 out. 2022

Figura 63- arrasto de parelha

Fonte: Operação de pesca em parelha com rede de arrasto, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Operacao-de-pesca-em-parelha-com-rede-de-arrasto-Fonte-Fischer-Haimovici_fig2_333405206 Acesso em: 20 out. 2022

Esses três aparelhos são responsáveis por cerca de 80% do total de capturas da frota industrial, conforme o Gráfico 24.

Gráfico 24- Captura descarregada por aparelho de pesca do setor industrial (2023)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do PMAP , 2023/2024

Nota-se, portanto, que o cerco traineira respondeu com um total de 45.561,90 toneladas descarregadas em 2023. A principal espécie capturada com este tipo de aparelho é a sardinha. Em segundo lugar destaca-se as capturas através de vara e isca-viva utilizada na captura do bonito-listrado. Esta modalidade de pesca alcançou um total de 11.670,90 toneladas descarregadas em 2023. As redes de arrasto de parelha foram responsáveis pela captura de 7.797 toneladas, sendo a pescada a principal espécie capturada por este aparelho. Dessa forma, esses três aparelhos são responsáveis por cerca de 80% do volume total capturado pela pesca industrial.

De acordo com SINDIPI (2021), no cerco traineira a operação de pesca inicia com a localização do cardume através de instrumentos como o sonar e também da experiência do mestre (responsável pela observação de sinais que possam indicar a presença de cardumes de peixes no entorno da zona de pesca). Após a localização do cardume, um bote auxiliar, denominado de “panga” ou “caíco” (Figura 64), é lançado ao mar pela embarcação principal detendo uma das extremidades da rede de pesca. Enquanto o caíco permanece parado, a embarcação principal realiza o cerco do cardume, liberando a rede pela popa (parte traseira do barco) (Figura 65). Após o cerco formado, inicia-se o fechamento do fundo da rede (Figura 66). Para isso, um cabo (carregadeira) que percorre anilhas situadas no fundo da rede é recolhido pelo guincho de convés. A rede fechada forma uma bolsa, impedindo a fuga do cardume. Conforme a rede é recolhida a bolsa reduz seu tamanho, até o momento adequado para despesca, quando o pescado é descarregado no porão do barco.

Figura 64- panga ou caíco



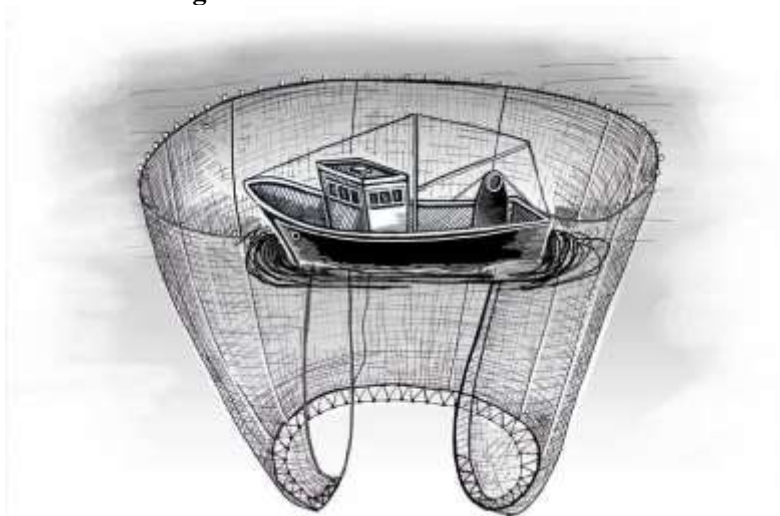
Fonte: traineira estrela do mar viii embarcando o caíco pra sair pro mar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0r36LBm1CA> Acesso em: 20 maio 2025.

Figura 65- cerco de traineira



Fonte: Oceana Brasil, 2016. Você já viu uma traineira por aí? Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1032057793569218&id=711189698989364&set=a.711813352260332> Acesso em: 20 maio 2025.

Figura 66- traineira fechando o cerco



Fonte: Sesimbra é Peixe. Disponível em: <https://sesimbraepeixe.pt/?p=59> Acesso em: 20 maio 2025.

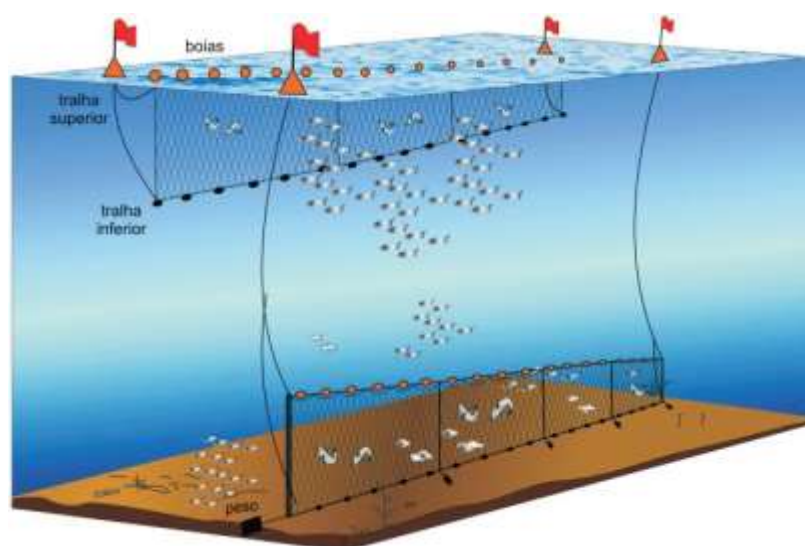
A pesca de linha e vara com isca-viva, segundo o SINDIPI (2021), foi introduzida no Brasil em 1979 por pescadores emigrados de Cabo Verde. A principal espécie capturada é o bonito-listrado. Nesta modalidade de pesca, a isca é capturada através do cerco. Quando o cardume é avistado, o barco aproxima-se e inicia-se o lançamento de pequenas quantidades de isca retiradas dos tanques de popa, ao mesmo tempo em que jatos de água são lançados sobre o cardume. À borda do barco, vários pescadores munidos de vara com linha e anzol, as lançam

em cima do cardume e em seguida, puxam-nas para bordo. Esses anzóis não possuem farpas, facilitando assim o escape do peixe quando cai no convés da embarcação.

Por fim, o arrasto de parelha é realizado por duas embarcações que operam com velocidade e distância semelhantes entre si. As principais espécies capturadas são: castanha, corvina, maria-mole, pescadas em geral, abrótea, cabrinha, linguados, betara, namorado e lula.

Além desses aparelhos, a frota industrial também utiliza outras artes de pesca, como as redes de emalhe (Figura 67), o arrasto duplo, o arrasto simples, o espinhel de fundo, a pesca de espinhel (*long line*) e o pote.

Figura 67- emalhe (fundo e superfície)



Fonte: Mar sem fim, 2021. Pesca incidental, mais uma indecência nos oceanos. Disponível em:

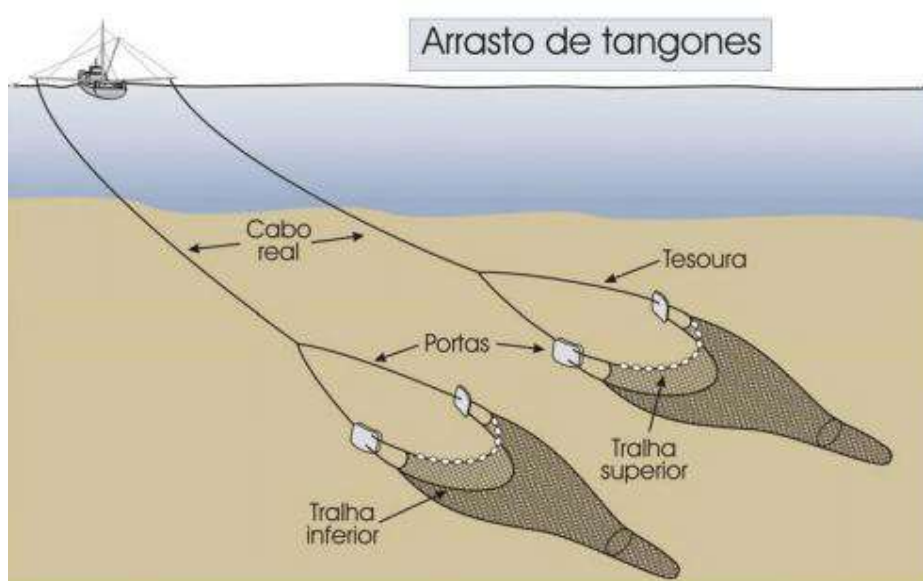
<https://marsemfim.com.br/pesca-incidental-mais-uma-indecencia-nos-oceanos/> Acesso em: 20 out. 2022

De acordo com SINDIPI (2021), as redes utilizadas na modalidade de emalhe prendem os peixes pela cabeça, fendas branquiais ou nadadeiras e são formadas por um conjunto de panos retangulares unidos entre si, com comprimento, altura e tamanho de malha e coeficiente de emalhe de acordo com a espécie-alvo a ser capturada. Existem dois tipos de rede de emalhar: de superfície e de fundo. No emalhe de superfície a rede não é fundeada e fica à deriva da embarcação. Já no emalhe de fundo ou de meia água, a rede fica fundeada e sinalizada por boias durante a operação de pesca. As principais espécies capturadas pelo emalhe de superfície eram espécies de cações e pelo emalhe de fundo eram a corvina e o peixe-sapo.

Outra modalidade bastante utilizada é o arrasto, que aliás é alvo de muitas discussões nas políticas de ordenamento pesqueiro, afinal, é considerada bastante predatória, pois captura

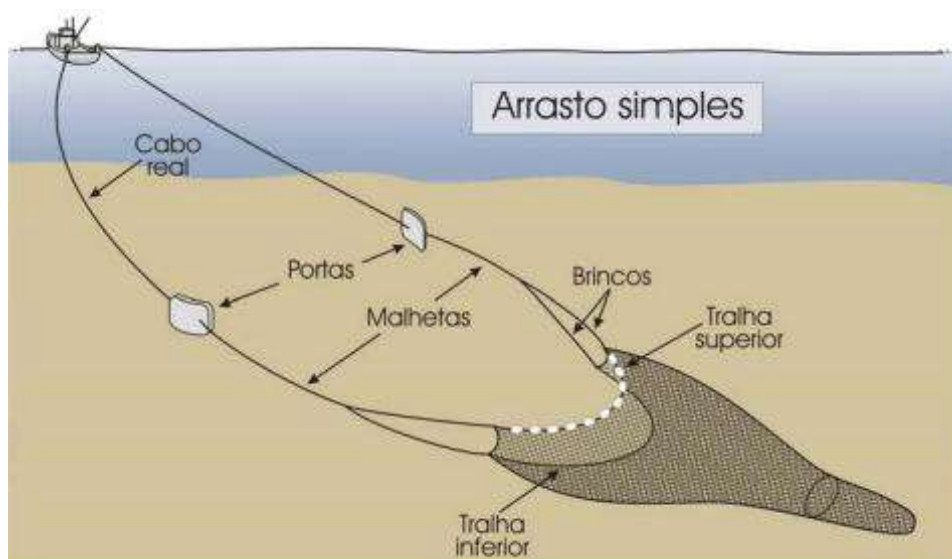
indistintamente várias espécies, sendo que algumas acabam sendo descartadas. Segundo o SINDIPI (2021), a frota industrial de arrasto é responsável por aproximadamente 1/3 de todo o volume de pescados capturados na região Sudeste e Sul do Brasil. Mais de 2/3 dessa frota é composta por barcos de arrasto duplo (Figura 68), seguidas por embarcações de parelha e em menor quantidade de arrasto simples (Figura 69)

Figura 68- arrasto duplo, de portas ou de tangones



Fonte: Operação de pesca de tangones com rede de arrasto, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Operacao-de-pesca-de-tangones-com-rede-de-arrasto-Fonte-Fischer-Haimovici_fig3_333405206 Acesso em: 20 out. 2022

Figura 69 - arrasto simples

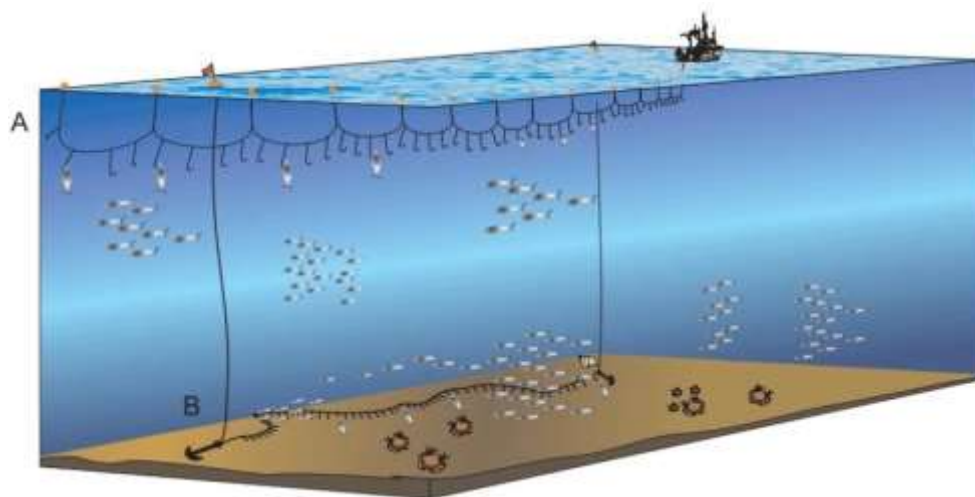


Fonte: Operação de pesca simples com rede de arrasto, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Operacao-de-pesca-simples-com-rede-de-arrasto-Fonte-Fischer-Haimovici_fig1_333405206 Acesso em: 20 out. 2022

Na modalidade arrasto simples as espécies-alvo são os peixes demersais como linguados, abrótea, cabrinha, corvina, castanha, pescadas, maria-mole e lula. Já no arrasto duplo as principais espécies-alvo são os camarões (rosa, branco, cristalino, sete-barbas, vermelho e ferrinho), e peixes demersais. É o método de arrasto mais comum no Brasil.

O espinhel é um aparelho de pesca que utiliza iscas para atrair os peixes. Segundo SINDIPI (2021), o espinhel é constituído de vários anzóis. Existem dois tipos de espinhéis: de superfície, que é deixado à deriva sustentado por boias, e o de fundo, que permanece fixo ao fundo com emprego de âncoras. O Espinhel de superfície captura principalmente os atuns, o dourado e o espadarte; já o espinhel de fundo captura principalmente o peixe-batata, o cherne-verdadeiro e o namorado (Figura 70).

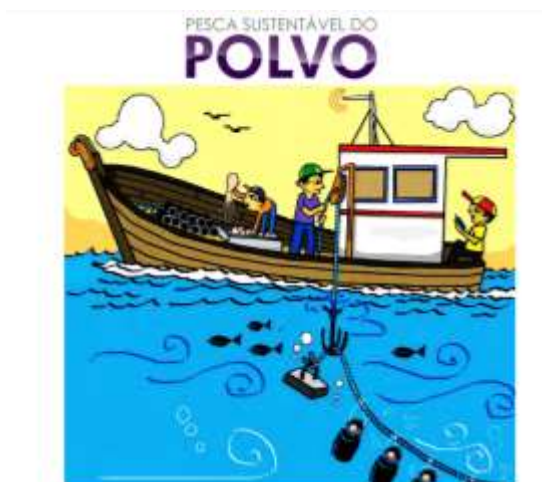
Figura 70- espinhel de superfície (A) e espinhel de fundo (B)



Fonte: Operação de pesca com espinhel de superfície (A) e espinhel de fundo (B), 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-5-Operacao-de-pesca-com-espinhel-de-superficie-A-e-espinhel-de-fundo-B_fig5_333405206 Acesso em: 20 out. 2022

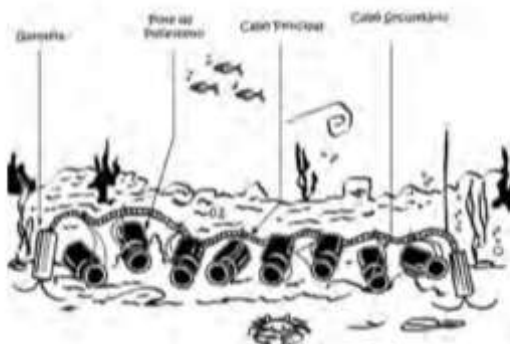
Há um tipo de aparelho, denominado pote, que é usado na captura de polvo. A pesca de potes consiste em uma linha principal, na qual se amarram os potes por meio de alças de cabo (Figura 71-A). Um conjunto é constituído por cerca de 250 potes formando um espinhel com cerca de 2.500 metros que é lançado com pesos para mantê-lo no fundo (Figura 71-B) Os potes são recolhidos, alguns contendo o polvo (Figura 71-C), no mínimo, dois dias após serem lançados ao mar.

Figura 71 A- Pesca de potes



Fonte: Trombeta *et al.* Pesca Sustentável do Polvo, 2011. Disponível em: <http://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/pesca-sustentavel-do-polvo/> Acesso em: 20 maio 2025.

Figura 71 B- potes para a captura do polvo



Fonte: Trombeta *et al.* Pesca Sustentável do Polvo, 2011. Disponível em: <http://editora.iabs.org.br/site/index.php/portfolio-items/pesca-sustentavel-do-polvo/> Acesso em: 20 maio 2025.

Figura 71 C- potes com polvo



Fonte: Pesca ilegal de polvo é flagrada no litoral de São Paulo, 25/10/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/10/pesca-ilegal->

[de-polvos-e-flagrada-em-area-de-conservacao-do-litoral-de-sp-veja-video.shtml](#) Acesso em: 20 maio 2025

Na pesca industrial, as embarcações são divididas de acordo com os aparelhos utilizados. Há os barcos de arrasto (simples, duplos e parelha), emalhe, cerco traineira e o barcos especializados em pesca de linha e vara com isca-viva.

As embarcações de arrasto duplo ou tangones são utilizadas na captura de camarão. São comumente chamados de “camaroeiros”, conforme a Figura 72

Figura 72- barco de arrasto duplo ou arrasto de portas



Fonte: Proposta para alteração da data do Defeso do Camarão. In: <https://www.seafoodbrasil.com.br/proposta-para-alteracao-da-data-do-defeso-do-camarao>

Outro tipo de embarcação bastante comum, tanto na pesca industrial, quanto na pesca artesanal, são os barcos que atuam na modalidade de emalhe. A pescaria de rede de emalhe ocorre em toda costa brasileira, sendo realizada tanto por embarcações artesanais quanto industriais (Figura 73); essas últimas com autonomia para permanecer até 30 dias no mar.

Figura 73- barco de emalhe



Fonte: SINDIPI, 2021. Modalidade de cerco. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/modalidade-cerco>

Acesso em: 22 out. 2022.

Além dos barcos de emalhe, destaca-se na pesca industrial a frota responsável pelo maior volume capturado, que são barcos-traineiras, Figura 74. As embarcações de cerco/traineira são de grande porte, entre 19 e 32 metros de comprimento, equipadas com modernos instrumentos de navegação e detecção de cardumes, como os sonares, e tripulação média de 18 homens.

Figura 74- barco traineira



Fonte: SINDIPI, 2021. Modalidade de cerco. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/modalidade-cerco>

Acesso em: 22 out. 2022.

6. MEDIDAS INSTITUCIONAIS PARA REGULAMENTAR A PESCA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA.

A primeira medida implementada pelo governo republicano no Brasil para regulamentar a pesca foi a criação da Inspetoria de Pesca, pelo então presidente Hermes da Fonseca, com o Decreto nº 9.672 de 17 de julho de 1912. A finalidade da Inspetoria de Pesca era “estudar e divulgar os recursos naturais das águas brasileiras, desenvolvê-los tanto quanto possível e regular a sua utilização” (Brasil, 1912).

Na lei orçamentaria nº 2.544 de 4 de janeiro de 1912, havia a previsão de orçamento para desenvolver a pesca brasileira, conforme o artigo a seguir:

Art. 73 Fica o Governo autorizado a desenvolver a indústria da pesca, instituindo uma inspetoria superintendida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A Inspetoria de Pesca promoverá a animação da aludida indústria: pela organização de cooperativas entre os pescadores; (Brasil, 1912).

As cooperativas descritas na lei referiam-se às chamadas colônias de pescadores que tinham por objetivo principal nacionalizar a pesca no Brasil. Inclusive a Lei nº 2.544 de 1912, “nacionalizou completamente a exploração pesqueira nas águas brasileiras, indicando definitivamente o interesse estatal neste setor econômico” (Silva, 2015, p. 216).

De acordo com Silva (2015, p. 216), “foi tal inspetoria que determinou a criação das Colônias de Pescadores, organizando e controlando a atividade pesqueira em todo o território nacional”, conforme o artigo a seguir:

Art. 53. De acordo com os recursos que forem decretados pelo Congresso Nacional e com os regulamentos especiais que forem expedidos pelo Governo, serão criados, nos lugares mais convenientes, colônias de pescadores, postos de piscicultura, portos de pesca e frigoríficos. (Brasil, 1912).

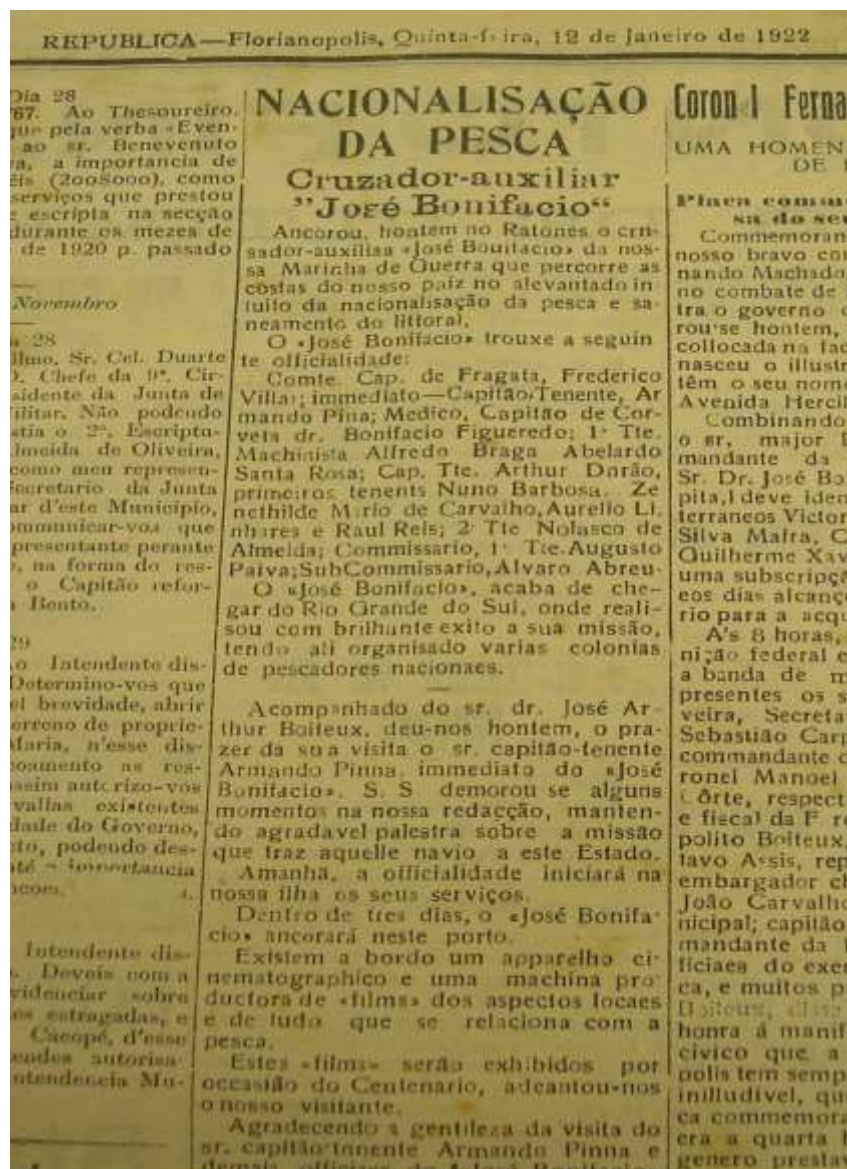
Em vista disso, partiu do Rio de Janeiro, em 1919, uma expedição sob o comando do Capitão Frederico Villar, denominada “Missão do Cruzador José Bonifácio”, com as seguintes finalidades: nacionalização da pesca no Brasil, organização dos serviços de pesca, pesquisas oceanográficas, e saneamento do litoral brasileiro. Segundo Cyrino e Trigueiro (2017), entre 1919 e 1921, a expedição chefiada por Frederico Villar criou mais de 800 colônias de pescadores ao longo do litoral. Além disso, desempenhou importante papel na nacionalização da pesca no litoral brasileiro, criando também cerca de 1.200 escolas nas quais chegaram a ser matriculados 100.257 pescadores.

A passagem da expedição José Bonifácio por Santa Catarina para a implantação das colônias de Pescadores em janeiro de 1922 (Figura 75), está registrada no trecho a seguir:

Em 12 de janeiro de 1922 aportou em Florianópolis, vindo do Rio Grande do Sul, o Cruzador-Auxiliar José Bonifácio, com o fim de organizar os pescadores em Colônias

de Pesca e estas sendo ligadas a Confederação das Colônias Cooperativas dos Pescadores do Estado de Santa Catarina. (FEPESC, 2021)

Figura 75- Artigo de Jornal que relata a presença da expedição do Cruzador José Bonifácio em Santa Catarina no ano de 1922



Fonte: Jornal República, 12 de janeiro de 1922. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Naquela época foram estabelecidas 33 Colônias de Pescadores, ao longo de alguns municípios do litoral catarinense, conforme a Figura 76.

Figura 76- Colônias de pescadores fundadas em Santa Catarina em 1922



Fonte: Diário vespertino O Estadão. Ano VII, n.2275. Florianópolis, sábado 21 de janeiro de 1922. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Além da questão de organização e controle da pesca nacional, a Inspetoria de Pesca concedia alguns benefícios aos pescadores, conforme os artigos seguintes:

Art. 69. Aos pescadores, individualmente, e as empresas, companhias e associações de pesca, constituídas ou que se venham a constituir de acordo com a legislação vigente, e depois da inscrição feita no competente registro das estações, são assegurados os seguintes favores:

- a) concessão de terrenos de marinha e terrenos públicos, por aforamento, nas costas e nas ilhas, para fundação de estabelecimentos de pesca;
- b) direito de desapropriação, por utilidade pública, dos terrenos necessários à edificação de estaleiros, parques e depósitos de salga e frigoríficos;
- c) redução dos direitos de importação a 8 % do valor, nos termos da lei da receita de 1912 e do regulamento n. 8.592, de 8 de março de 1911, no que forem aplicáveis, para os seguintes objetos: embarcações a vapor ou a vela, destinadas exclusivamente a pesca, pelas suas instalações e característicos; aparelhos de pesca e material próprio para o reparo dos mesmos; maquinismos e material preciso para a instalação dos serviços de preparo, salga e conserva do pescado, inclusive os acessórios e aprestos para o acondicionamento do peixe conservado; combustível para funcionamento de barcos e demais instalações atinentes a indústria da pesca.

Esta redução vigorará pelo prazo de cinco anos a contar da data da concessão;

- d) licença, isenta de qualquer contribuição federal, para instalações de viveiros em quaisquer pontos da costa ou das lagoas;

Art. 70. Além dos favores a que se refere o artigo anterior, aos pescadores, individualmente, serão concedidos os seguintes:

- a) matrícula gratuita nas escolas de pesca, para si e seus filhos;
- b) preferência para os cargos da inspetoria que lhes forem acessíveis;
- c) localização nas colônias de pescadores que forem criadas nos termos do art. 53;
- d) fornecimento de aparelhos, pequenas embarcações e instrumentos de pesca, mediante pagamento a prestações, de acordo com os recursos para tal fim concedidos pelo Congresso (Brasil, 1912).

Na alínea C, do artigo 69 verifica-se a concessão de tarifas reduzidas de importações de equipamentos pesqueiros para desenvolver a indústria de pesca nacional, afinal nesse período o Brasil não fabricava tais equipamentos.

Por outro lado, os pescadores e as empresas do setor deveriam apresentar dados mensais da produção, conforme destaca o artigo 71:

- a) submeter à aprovação do Governo as tabelas de pescado fresco, seco, salgado ou de conserva, segundo suas categorias e qualidades, e de todos os produtos da pesca que constituam objeto de seu comércio. A aprovação das tabelas e qualquer modificação que elas tenham de sofrer ficam dependentes de estudo e informação da Inspetoria de Pesca.

- b) contribuir anualmente com 1 % do lucro líquido de seu comércio para os asilos de órfãos de pescadores que forem fundados sob a proteção da Inspetoria de Pesca.

- c) fornecer estatística mensal do movimento do peixe fresco, salgado, seco ou conservado, nas suas sedes e sucursais, quando as haja, discriminando a qualidade, peso, quantidade e valor;

- d) admitir de preferência em suas embarcações o pessoal habilitado pelas escolas de pesca oficiais ou subvencionadas e contribuir com uma quota anual para as despesas de fiscalização do contrato. (Brasil, 1912).

O Decreto nº 9.672 de 1912 ainda estabelecia a transferência gradual da responsabilidade pelos registros dos pescadores, do Ministério da Marinha para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (artigo 58), e que essa matrícula dos profissionais da pesca seria feita gratuitamente, mediante ao pedido verbal do interessado (artigo 62).

De acordo com Paiva (2004, p. 48), “a Inspetoria de Pesca foi a primeira instituição pública brasileira que centralizou, no âmbito do Governo Federal, a administração de nossas pescarias, completando a tendência que vinha se mostrando desde o Império”.

Após a criação da Inspetoria de Pesca, a próxima medida para regulamentar a pesca no Brasil foi na década de 1930, pelo presidente Getúlio Vargas, quando sancionou, em 02 de janeiro de 1934, o Decreto nº 23.672, que criava o Código de Caça e Pesca. A partir de então, todos os serviços ligados à atividade pesqueira ficariam subordinados ao Ministério da Agricultura. E ainda, acrescentou, no artigo segundo, a divisão da pesca em duas modalidades: pesca marítima e pesca interior. Em relação à permissão para o exercício da pesca e funções relacionadas, o artigo sétimo restringia estas atividades aos brasileiros, conforme descrito a seguir: “Art. 7º Somente aos brasileiros é facultado o exercício e exploração da pesca e indústrias correlatas”. (Brasil, 1934), evidenciando a proteção ao desenvolvimento da indústria nacional.

Outra questão abordada no Código de Caça e Pesca referia-se à matrícula dos pescadores, conforme destaca o artigo a seguir:

Art. 11. A matrícula do pescador é gratuita e será concedida pela repartição competente.

§ 1º São competentes para conceder matrícula de pescadores as Capitânicas dos Portos, as Delegacias das Capitânicas dos Portos, as Agências das Capitânicas dos Portos, e outras repartições do Ministério da Marinha que tenham essas atribuições enquanto não se instalarem as Delegacias e Agências de Pesca do Ministério da Agricultura (Brasil, 1934).

O Código de Pesca reforça a importância da organização dos pescadores em colônias de pesca. Conforme o artigo 12, “Todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da Colônia em cuja zona reside” (Brasil, 1934). Com isso os pescadores ganham legitimidade na medida em que são registrados e legalizados em suas práticas profissionais. Dessa forma, as Colônias de Pescadores se colocam como a principal associação de classe dos pescadores brasileiros, sendo que cada estado possui suas respectivas colônias.

No entanto, o Código de Pesca estabelece algumas normas para a formação de uma colônia de pescadores, conforme o artigo seguinte:

Art.13 Colônia Cooperativa de Pescadores é todo agrupamento constituído, no mínimo por cem pessoas que legalmente exerçam a profissão de pescador.

Parágrafo único. As Colônias Cooperativas de Pescadores serão designadas pelo prefixo "Z" seguido do número de ordem que lhes couber e terão suas zonas estabelecidas pelo diretor do Serviço de Caça e Pesca. (Brasil, 1934).

A Colônia de Pescadores de Florianópolis é denominada Z-11. Assim, toda embarcação registrada nessa colônia deve conter o número correspondente, conforme a Figura 77.

Figura 77- Embarcação da frota artesanal da Colônia Z-11.



Fonte: Autor, 09 set. 2022.

Cada estado do Brasil corresponde a uma Federação de Colônias Cooperativas de Pescadores, e as diferentes Federações dos estados relacionam-se à Confederação das Cooperativas dos Pescadores do Brasil.

Outra questão contemplada no Código de Caça e Pesca de 1934 diz respeito à organização pelos estados e municípios de seus serviços de fiscalização de caça e pesca, conforme o artigo a seguir:

Art. 163. a execução das medidas de fiscalização da caça e da pesca, constantes deste Código, será mantida, em todo território nacional, por delegados, guardas ou vigias, nomeados ou designados pelo Governo da União.

Parágrafo único. Os Governos dos Estados e Municípios organizarão um serviço de fiscalização de caça e pesca nos seus territórios, na conformidade do dispositivo deste Código e das instruções gerais das autoridades da União, e cooperação com estas no sentido de assegurar a fiel observância das leis de caça e pesca. (Brasil, 1934).

De acordo com as instruções do Código de Caça e Pesca foi aprovado, na esfera federal, o Decreto-Lei nº 1.159, de 15 de março de 1939, que estabelecia a execução, pelos estados da

União, das leis, regulamentos e demais disposições federais sobre caça e pesca, constituindo-se em um importante instrumento para a organização institucional da atividade pesqueira nos estados brasileiros.

Nesse sentido, caberia aos governos estaduais, respeitando a legislação federal, regulamentar a caça e a pesca em seus territórios. No Estado de Santa Catarina, o Governador Irineu Bornhausen sancionou a Lei nº 527 em 04 de setembro de 1951, a qual referendou o acordo celebrado entre a União e o Estado e dispôs sobre a execução do Serviço de Caça e Pesca, através da criação da Diretoria de Caça e Pesca, em 1951.

De acordo com o artigo terceiro da referida lei são competências da Diretoria de Caça e Pesca:

- a) executar, em todo o território do Estado, as leis, regulamentos e demais disposições federais sobre a Caça e Pesca;
- b) organizar e gerir escolas profissionais de Pesca, cuja criação propuser, para a formação profissional de pescadores, e preparo de pessoal para as indústrias derivadas da Pesca. (SANTA CATARINA, 1951).

Ainda na década de 1930, em pleno processo de industrialização brasileiro, foi aprovado o Decreto-Lei nº 291, de 23 de fevereiro de 1938 que regulamentava sobre a pesca e indústrias derivadas, além de outras providências, como a concessão de créditos, voltados ao desenvolvimento do setor pesqueiro. Conforme o artigo seguinte:

Art. 1º Fica instituída uma taxa, denominada "Expansão da Pesca", destinada a desenvolver a pesca e indústrias derivadas, a amparar a classe dos pescadores e a ampliar o Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, reajustando-o às necessidades do país. (Brasil, 1938).

Com isso, o objetivo era fomentar a atividade pesqueira no país, através da proteção dos produtos de pesca nacionais, conforme os artigos a seguir:

- Art. 2º A taxa "Expansão da Pesca" recairá sobre os produtos industriais da pesca, procedentes do estrangeiro.
- Parágrafo único.* Essa taxa será cobrada, juntamente com os despachos alfandegários, à razão de \$300 (trezentos réis) por quilo líquido de mercadoria.
- Art. 3º Para efeitos de cobrança da taxa Expansão da Pesca, são considerados como produtos industriais da pesca todos os artigos alimentares ou não, cuja matéria prima animal tenha origem aquática, qualquer que seja o processo de fabricação ou de conservação (Brasil, 1938).

Em consequência, o valor arrecado era revertido para fomentar a pesca brasileira. Segundo Silva (2015),

o montante arrecadado era revertido em favor do Ministério da Agricultura, com a finalidade de prestar assistência social aos pescadores. Um exemplo de atividade cujo financiamento era possível com os recursos da taxa de expansão da pesca foi a instalação das Escolas de Pesca e a reforma das sedes das Colônias de Pescadores. (Silva, 2015, p. 265).

O Decreto-Lei nº 291, de 1938, estabeleceu, também, a criação de uma linha de crédito para os pescadores, conforme o artigo Art.11: “Fica criada a Caixa de Crédito para pescadores e armadores de pesca, a qual funcionará com os recursos provenientes da taxa de leiloeiro. Segundo Silva (2015, p. 265), “esta taxa correspondia ao montante de 5 % (cinco por cento) sobre o valor bruto das vendas, cobrado dos pescadores pela comercialização do pescado nos Entrepósitos Federais”.

De acordo com o artigo treze, do Decreto 292, a finalidade da Caixa de Crédito era:

- a)Aquisição de material de pesca, gelo e combustíveis;
- b)Aquisição de motores, acessórios e embarcações;
- c)Montagem de pequenas indústrias de pesca e aproveitamento de subprodutos;
- d)Montagem de pequenos frigoríficos. (Brasil, 1938)

Desta forma, segundo Silva (2015),

Esses recursos eram destinados à aquisição de materiais de pesca, motores, embarcações, além de servirem à montagem de pequenas indústrias e frigoríficos. Era a primeira modalidade de incentivo creditício às empresas pesqueiras que começavam a operar em território nacional (Silva, 2015, p. 265).

Por fim, para Silvia (2015, p. 265), “o Decreto nº 291 de 1938 pode ser considerado como a primeira norma nacional de caráter, a um só tempo, protecionista e de estímulo creditício ao setor pesqueiro”.

Em 1938 foi aprovada o Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938, que instituía o Código de Pesca, regulamentando apenas questão da pesca — afinal a Lei de 1934 também incluía a caça.

Nesse período, a gestão pública da pesca brasileira coube à Diretoria de Caça e Pesca vinculada ao Ministério da Agricultura. “Essa diretoria era responsável pela produção de relatórios estatísticos, controlando o desembarque e incentivando a exportação de pescados nacionais” (Silva, 2015, p. 218).

O Decreto-Lei nº 794/38 alterou o número mínimo necessário para se constituir uma Colônia Cooperativa de Pescadores, passando de cem, para cento e cinquenta pescadores, na nova lei (Brasil, 1938). Outra questão alterada refere-se à forma de pagamento das mensalidades para as colônias. Com o novo decreto, os pescadores passam contribuir trimestralmente, e não mais mensalmente.

Além disso, o decreto-Lei nº 794 ainda criou o Conselho de Pesca, conforme destaca o artigo a seguir:

Art. 69. O Conselho de Pesca, que por este ato fica criado, terá sede no Rio de Janeiro e compor-se-á de sete membros, indicados pelo Ministro da Agricultura e nomeados pelo Presidente da República (BRASIL, 1938).

O conselho estaria subordinado ao Ministério da Agricultura e entre suas competências destacam-se:

- a) Propor ao Ministro da Agricultura qualquer emenda ou alteração dos dispositivos do presente Código;
- b) Emitir parecer sobre os assuntos de relevância que o Serviço de Caça e Pesca tenha de resolver, nos que lhes forem solicitados pelo Governo e aqueles enumerados por este Código;
- c) Patrocinar os congressos de pesca;
- d) Instituir prêmios de animação à pesca, à piscicultura e às indústrias correlatas, de acordo com o Ministro da Agricultura;
- e) Organizar seu regimento interno. (Brasil, 1938).

O Código da Pesca, de 1938, também estabeleceu uma série de medidas para fomentar a pesca no país, como a criação de entrepostos de pesca, conforme destacam os seguintes artigos:

- Art. 90. O Governo Federal providenciará para a criação de Entrepostos de Pesca nas principais cidades litorâneas ou ribeirinhas do País.
- Art. 91. O pescado a ser manipulado nas fábricas ou recolhido aos frigoríficos e destinado à exportação fica dispensado de passar pelos entrepostos.
- § 1º Essa isenção será dada às fábricas e frigoríficos devidamente registrados e autorizados pelo Serviço de Caça e Pesca, cabendo-lhes fornecer ao mesmo a relação semanal das entradas e saídas. (Brasil, 1938).

A organização dos pescadores em cooperativas foi novamente objeto de regulamentação, com o Decreto-Lei nº 5.030, de 04 de dezembro de 1942, que criou a Comissão Executiva da Pesca (CEP). A finalidade desta Comissão era organizar cooperativamente a indústria da pesca, no Brasil (Brasil, 1942). Entre as principais atribuições da comissão destacam-se:

- Art. 2º. São atribuições da C.E.P.
- a) prover-se de todos os elementos necessários à produção, transporte, conservação e transformação do pescado;
- b) instituir escolas de alfabetização e de pesca e cursos para ensino técnico-profissional de industrialização do pescado;
- c) instalar, nos centros produtores, entrepostos, de acordo com o decreto-lei nº 3.045, de 12 de fevereiro de 1941;
- d) manter serviços médicos-cirúrgicos, farmacêutico e odontológico, por meio de policlínicas, ambulatórios e hospitais;
- e) organizar cooperativas de pescadores, de acordo com a lei vigente, cabendo-lhe a prerrogativa de determinar sua área de ação, designar e destituir, durante 3 anos, as diretorias das mesmas;
- f) fazer o comércio do pescado ou delegá-lo, total ou parcialmente, às cooperativas constituídas na forma da letra e deste artigo, ou às existentes que se queiram subordinar às normas deste dispositivo;
- g) executar as atribuições do Conselho Nacional de Pesca, previstas na legislação em vigor;
- h) admitir e dispensar o pessoal necessário para execução de suas atribuições;
- i) financiar, através de órgãos apropriados a ela subordinados, ou por intermédio de cooperativas, pessoas ou instituições dedicadas à pesca ou indústrias correlatas. (Brasil, 1942).

Deve-se ressaltar, conforme Silva (2015), que as medidas adotadas pelos governos até então para fomentar a pesca, como a Caixa de Crédito e Diretoria de Caça e Pesca, “foi muito

mais uma medida assistencial do que necessariamente de fomento econômico” (Silva 2015, p. 218). No mesmo sentido, Silva (2015), destaca que

Esses recursos públicos eram investidos sem a perspectiva de um planejamento econômico estratégico para o setor. Como os recursos eram destinados sem a projeção de utilização, muito foi direcionado a outras despesas que não o investimento na atividade produtiva. Ademais, a taxa de inadimplência dos pescadores era significativa (SILVA, 2015, p. 218).

Somente durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) que a gestão da pesca no Brasil foi incluída em um plano estratégico de desenvolvimento (Silva, 2015). “A partir de então, a pesca figurou entre as atividades produtivas destinatárias de incentivos governamentais sob a modalidade de projetos empresariais” (Silva, 2015, p. 219). A pesca foi incluída no rol de atividades financiáveis por instituições financeiras oficiais e, assim, “a gestão pesqueira e o Direito Econômico da Pesca passaram a ser vinculados ao próprio planejamento nacional” (Silva, 2015, p. 219).

O que faltava ainda era a criação de uma instituição que coordenasse todos os incentivos destinados à pesca. Nesse sentido, é que anos mais tarde seria implantada a SUDEPE.

O antecessor da SUDEPE, foi o Conselho de Desenvolvimento da Pesca — Codepe, criado através do Decreto nº 50.872, de 28 de junho de 1961, no governo do presidente Jânio Quadros.

O Codepe, o qual era diretamente subordinado ao Presidente da República, possuía entre as finalidades:

- a) estudar e propor as diretrizes da política nacional da pesca;
- b) elaborar, em colaboração com os órgãos competentes, os programas de formação de técnicos e profissionais da pesca e das indústrias correlatas;
- c) estudar a localização e promover junto às entidades competentes a construção de portos, estaleiros, frigoríficos, fábrica, escolas, etc., relacionados com a pesca, diretamente ou mediante convênio ou contrato;
- d) informar o Presidente da República sobre as concessões pleiteadas por nacionais ou estrangeiros para a exploração dos produtos de origem aquática, em qualquer dos seus aspectos;
- e) promover diretamente ou por meio dos organismos oficiais ou particulares as pesquisas técnicas e econômicas que visem à racionalização das atividades ligadas à pesca e a exploração dos recursos de origem aquática;
- f) colaborar com os órgãos estaduais, municipais, paraestatais e privados, por intermédio de convênios, objetivando a necessária unidade de ação no que concerne aos problemas da pesca;
- g) promover a assistência social ao pessoal da pesca e das indústrias e comércio correlatos, e de outras indústrias de exploração de recursos de origem aquática, por intermédio das entidades oficiais competentes ou privadas que a isso se prontificar;
- h) proporcionar facilidades para o registro de fábricas, rótulos, etc. e para tripular, operar e movimentar barcos de pesca, mediante recomendações aos órgãos competentes para que simplifiquem as exigências regulamentares;
- i) estudar as facilidades a serem concedidas à indústria nacional de construção de barcos de pesca e à indústria pesqueira, cujo desenvolvimento ou implantação seja julgado de interesse para a melhoria das condições da pesca;

- j) recomendar aos órgãos competentes a concessão de possíveis prioridades, subvenções e isenções fiscais, indicadas como indispensáveis para a implantação ou o desenvolvimento das indústrias pesqueiras ou construções de barcos de pesca, consideradas de real interesse para a política nacional da pesca;
- l) promover os meios de assistências técnica e financeira a novas indústrias, criadas dentro dos objetivos referidos no item anterior (Brasil, 1961).

A implantação da SUDEPE no ano seguinte veio para cumprir algumas propostas estabelecidas pelo Codepe.

Dessa forma, em 1962 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE, através da Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962, que pode ser considerada como a mais importante medida institucional de gestão da pesca no país. Em seu artigo segundo a presente lei define como competências desta autarquia federal:

- I- elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP) e promover a sua execução;
- II- prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos de pesca;
- III- realizar estudos, em caráter, permanente, que visem à atualização das leis aplicáveis à pesca ou aos recursos pesqueiros, propondo as providências convenientes;
- IV- aplicar no que couber, o Código de Pesca e a legislação das atividades ligadas à pesca ou aos recursos pesqueiros;
- V- pronunciar-se sobre pedidos de financiamentos destinados à pesca formulados a entidade oficiais de crédito;
- VI- coordenar programas de assistência técnica nacional ou estrangeira;
- VII- assistir aos pescadores na solução de seus problemas econômico-sociais. (Brasil, 1962)

Segundo Silva (2015, p. 230), o presidente João Goulart assim discursou ao criar a SUDEPE:

indicava que incluir a pesca entre os setores estratégicos para o desenvolvimento representava superar o déficit de fornecimento de alimento nas cidades. De fato, nessa época, a distribuição de alimentos era uma preocupação indicada nos relatórios das equipes econômicas como um verdadeiro ponto de estrangulamento da economia nacional. (Silva, 2015, p. 230)

Em 1966, já durante o governo militar, do presidente Humberto Castello Branco, foi aprovado o Decreto nº 58.696, de 22 de junho, que fixava medidas de incentivo ao desenvolvimento da pesca. Entre as medidas regulamentadas, destaca-se a que considerava a pesca como indústria de base, conforme o artigo a seguir:

Art. 1º Para os efeitos deste decreto, define-se como "Indústria da pesca", sendo consequentemente declarada "Indústria de base", e exercício de atividades de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização dos seres animais ou vegetais que tenham na água seu meio natural ou mais frequente de vida, com o objetivo de transferir esses produtos a terceiros (BRASIL, 1966).

A partir disso, a pesca entrou no rol de atividades financiáveis pelo BNDES, abrindo-se, assim, o maior precedente da história republicana brasileira, para incentivar a indústria pesqueira nacional, conforme destaca o artigo a seguir

Art. 10. Os órgãos competentes examinarão, com urgência, as medidas de tratamento preferencial que possam ser concedidas às pessoas jurídicas que se dediquem à indústria da pesca, à comercialização e ao transporte específico de pescado, para estimular essas atividades, no que se relaciona com operações junto às instituições oficiais de crédito, inclusive redesconto, com os controles e gravames de natureza cambial e de comércio exterior

Parágrafo único. Os benefícios a que se refere esse artigo só poderão ser concedidos àquelas cujas solicitações tenham merecido a aprovação da SUDEPE, tendo em vista o interesse da política de pesca. (Brasil, 1966).

Ainda na década de 1960, foi aprovado o Decreto- Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que criou o Código de Pesca, o qual regulamentou inúmeras questões do setor pesqueiro, principalmente a política governamental de estímulos fiscais para a pesca, conforme destaca o artigo seguinte:

Art. 73 É concedida, até o exercício de 1972, isenção do imposto de importação, do imposto de produtos industrializados, bem como de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para a importação de embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e respectivos sobressalentes, ferramentas dispositivos e petrechos para a pesca, quando importados por pessoas jurídicas de acordo com projetos que forem aprovados pela SUDEPE na forma das disposições regulamentares. (Brasil, 1967).

O novo Código de Pesca normatizou outros tipos de pesca, além da pesca comercial, incluiu a pesca desportiva e a científica, conforme o artigo a seguir:

Art. 2º. A pesca pode efetuar-se com fins comerciais, desportivos ou científicos;
 § 1º Pesca comercial é a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.
 § 2º Pesca desportiva é a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial;
 § 3º Pesca científica é a exercida unicamente com fins de pesquisas por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim (Brasil, 1967).

As isenções de impostos concedidas aos empreendimentos pesqueiros foram regulamentadas, conforme a descrição dos artigos a seguir.

Art. 80 Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, gozarão até o exercício financeiro de 1972, de isenção do Imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

Art. 81 Todas as pessoas jurídicas registradas no país poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais, até o exercício financeiro de 1972, o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor, do imposto devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras que a SUDEPE declare, para fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da pesca no país. (Brasil, 1967).

Dessa forma, as empresas encaminhavam à SUDEPE projetos de melhoramento de suas atividades o que incluía a compra de equipamentos, embarcações, redes, com vistas à ampliação da produção. A SUDEPE avaliava os projetos como aptos ou não para receber os incentivos fiscais. Essa avaliação era pouco criteriosa, afinal, para a SUDEPE, que representava o governo federal no setor pesqueiro, o que interessava era o aumento da produção, e a criação de mais indústrias de pescado ao longo do território nacional.

O Decreto 58.696, de 1966, regulamentava os critérios utilizados nas análises da SUDEPE, conforme evidencia o artigo a seguir:

Art. 11. Só poderão beneficiar-se dos estímulos e incentivos previstos neste decreto as pessoas jurídicas que tenham os seus projetos aprovados pela SUDEPE, de acordo com normas e instruções a serem baixadas para esse fim.

Parágrafo único. Na hipótese da apresentação de projetos semelhantes, simultaneamente ou que estejam em fase de exame, deverão ser considerados, para efeito de seleção, entre outros os seguintes fatores:

- a) apresentem maiores elementos de convicção de sua rápida e efetiva execução;
- b) contribuam para estimular o fortalecimento do empresário nacional e a disseminação do capital das empresas;
- c) contribuam para atenuar as disparidades regionais do nível de desenvolvimento;
- d) contribuam para o aperfeiçoamento e a disseminação da técnica, da pesquisa e da experimentação no País;
- e) impliquem na aplicação, com melhoria de produtividade de unidades já existentes, em vez da implantação de novas unidades, salvo quando as condições do mercado indiquem a necessidade de ampliar ou fortalecer a concorrência;
- f) dispensem ou exijam em menos grau o apoio governamental por via de financiamento, investimento ou garantia;
- g) deem preferência à aquisição de equipamentos nacionais. (Brasil, 1966).

No Estado de Santa Catarina várias indústrias de pesca receberam incentivos, entre elas destacam-se: a Cia Krause, de Penha; a Sopesca, de Itajaí; a José Vasques Martinez, de Itajaí; David Gregório, de Itajaí; a Sul Atlântico, Itajaí; e a Mipesca (Penha).

No entanto, a aprovação desmedida de projetos de empreendimentos pesqueiros pela SUDEPE foi criticada pelo Deputado Federal catarinense Dib Cherem, representante da Arena, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 1976:

Lembramo-nos da magnífica legislação que o primeiro Governo Revolucionário deixou em nosso país, a do ex- Presidente Humberto de Alencar Castello Branco- o Decreto Lei nº 221, de fevereiro de 1967- que concedia estímulos fiscais ao setor da pesca e implantava o Código Nacional da Pesca. Posteriormente, no Governo do Presidente Médici, sob os aplausos do Congresso Nacional, S. Ex.^a, num ato dos mais patrióticos, ampliou o mar territorial brasileiro para 200 milhas, medida que tinha sido adotada por vários países sul-americanos para preservar suas riquezas continentais. (...) O Decreto- Lei nº 221, a que há pouco fizemos referência, e que introduz o sistema de incentivos fiscais no setor da pesca, lamentavelmente não foi aplicado de forma conveniente. A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, à época, não estava devidamente estruturada material e tecnicamente para o exame dos projetos levados à sua decisão. Ocorreu, logo em seguida, que o setor foi levado à industrialização, com a construção de grandes complexos estruturais na costa brasileira, mas lamentavelmente, verificou-se a falta de matéria-prima. E hoje, para tristeza nossa, ao longo do litoral de Santa Catarina e, possivelmente, de todo o Brasil, é comum constatar-se a existência de imensos complexos imobiliários erguidos para servirem à

indústria da pesca e abandonados à própria sorte. Vi com meus próprios olhos, em Santa Catarina, um desses complexos sendo utilizados por uma fábrica de móveis. Senhor Presidente, nobres senhores Deputados, houve e há um descompasso entre a captura, que é a arte de pescar com a introdução de novas técnicas, a industrialização e a comercialização. Além do mais, em pronunciamento feito no dia 24 de maio de 1971, alertávamos o Governo da União para o fascínio que poderia surgir entre os tomadores dos incentivos fiscais. Aparentemente era fácil obter recursos das pessoas jurídicas, sem juros, sem correção monetária e com prazos longos. Mas, com a finalidade de atrair os recursos dos incentivos fiscais para a pesca, surgiram os intermediários, cuja corretagem (...) chegava, às vezes, a mais de 20%. Por outro lado, empresas pouco habilitadas e sem qualquer tradição no ramo ingressavam no setor, mais procurando tirar partido dos incentivos fiscais do que injetar tecnologia numa área que merece a maior seriedade, porque poderia substituir ou, como disse, subsidiar, em grande parte, a agricultura em nosso país. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1976, p. 3-5).

Para corrigir as distorções no emprego dos incentivos fiscais, o governo brasileiro criou em 1974 o Fundo de Investimento Setorial para a Pesca (Fiset/Pesca) através do Decreto-Lei nº 1.376 com a finalidade de controlar a alocação dos recursos de forma mais centralizada, assim evitaria possíveis desvios para aplicações em negócios diferentes daqueles planejados pela SUDEPE. Mas, de acordo com Abdallah e Bacha (1999), essas medidas não foram suficientes para impedir o uso indevido dos recursos federais destinados à pesca.

O Código de Pesca, de 1967, regulamentou também a criação de cooperativas de pesca, a construção de postos e entrepostos de pesca, onde seriam comercializados os pescados, conforme o artigo a seguir:

Art.91. O Poder Público estimulará e providenciará:

- a) a criação de cooperativas de pesca nos núcleos pesqueiros, ou junto às atuais Colônias de Pescadores;
- b) a criação de postos e entrepostos de pesca nas principais cidades litorâneas ou ribeirinhas (Brasil, 1967).

O código de pesca de 1967 instituiu o Registro Geral da Pesca (RGP), conforme assinala o artigo 93: “Fica instituído o Registro Geral da Pesca, sob a responsabilidade da SUDEPE” (Brasil, 1967).

O Registro Geral da pesca é concedido ainda hoje a pescadores profissionais, artesanais ou industriais. Conforme o estabelecido na Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009, no artigo 24, pescador profissional é “Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira”; além disso, o profissional, “bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP” (Brasil, 2009). Desse modo, o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, estabelece as categorias de pescadores, as quais serão concedidas a licença, conforme o artigo a seguir:

Art. 2º São categorias de inscrição no RGP:

- I - pescador e pescadora profissional artesanal - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em

regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte;

II – pescador e pescadora profissional industrial - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais, na condição de empregado ou empregada ou em regime de parceria por cotas-partes em embarcação de pesca com qualquer arqueação bruta;

III - armador e armadora de pesca - pessoa física ou jurídica que apresta embarcação própria ou de terceiros para ser utilizada na atividade pesqueira, pondo-a ou não a operar por sua conta;

IV - embarcação de pesca - aquela pertencente a pessoa física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, que opera, com exclusividade, em uma ou mais das seguintes atividades:

- a) pesca;
- b) aquicultura;
- c) conservação do pescado;
- d) processamento do pescado;
- e) transporte do pescado; e
- f) pesquisa de recursos pesqueiros;

V - pescador amador ou esportivo e pescadora amadora ou esportiva - pessoa física, brasileira ou estrangeira, que pratica a pesca com finalidade de lazer ou desporto, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, sem fins comerciais;

VI - aquicultor e aquicultora - pessoa física ou jurídica que exerce a aquicultura com fins comerciais;

VII - empresa pesqueira - pessoa jurídica, constituída de acordo com a legislação, que se dedica, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira (Brasil, 2015)

Os procedimentos para requerer a concessão da Licença de Pescador Profissional são regulamentados pela Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012. De acordo, com o artigo segundo, entende-se por:

I - Pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica;

II - Pescador Profissional na Pesca Artesanal: aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com Arqueação Bruta (AB) menor ou igual a 20 (vinte);

III - Pescador Profissional na Pesca Industrial: aquele que, na condição de empregado, exerce a atividade de pesca profissional em embarcação de pesca com qualquer AB. (Brasil, 2012)

Por fim, o Código de Pesca de 1967, ao conceder inúmeros subsídios, provocou um aumento considerável na produção pesqueira do país. Entre 1967 e 1974, a atividade pesqueira recebeu R\$ 793,49 milhões (a preços de agosto de 1994) de incentivos fiscais, o equivalente a um volume anual de R\$ 99,19 milhões. Esses estímulos permitiram um aumento significativo na produção nacional de pescados, que em 1967 era de 429.422 toneladas, alcançando em 1974 mais de 815 mil toneladas. No entanto, a maior parte desses recursos, cerca de 70%, foi investida na indústria e captura de pescados, deixando praticamente de lado as pesquisas e levantamento de dados acerca dos estoques pesqueiros (Abdallah; Bacha, 1999).

Para desenvolver a indústria pesqueira do Brasil, a SUDEPE, iniciou a elaboração de uma série de planos para a expansão da pesca nacional. Para isso, houve a elaboração de quatro planos: I Pndp- 1963, na administração do almirante Paulo de Castro Moreira da Silva; II Pndp- 1969, na gestão do vice-almirante Antônio Maria Nunes de Souza; III Pndp- 1975/1979; e o IV Pndp- com previsão de execução entre 1980-1985.

Em uma breve análise de cada um dos planos pode-se afirmar que apenas o III PNPD conseguiu alcançar efetivamente os objetivos traçados.

O primeiro Pndp,

constitui, inegavelmente, meticoloso trabalho de planejamento em nível de pré-viabilidade, onde estão arroladas análises e medidas destinadas a melhoria do abastecimento, exportação, valorização do pescador, e pré-investimentos.

A falta de estrutura administrativa que pudesse operacionalizar o plano viria impedir a sua implantação, ainda que parte de seu conteúdo servisse de base para o preparo do II Plano em 1969, por ocasião da gestão do Vice- Almirante Antônio Maria Nunes de Souza.(SUDEPE, 1975, p. 1)

O segundo Pndp foi

Elaborado já em plena maturação das técnicas de programação e partindo da fundamentação técnica estabelecida pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro no Brasil (PDP), oriundo de Convênio com o Fundo das Nações Unidas-(FAO/MA- SUDEPE), estabelecido em 1966, o II Plano apresenta maiores identificações com o plano diretor, o que se aproxima das modernas técnicas de planejamento, não só pela presença de informações estatísticas básicas, mas também por apresentar projeções preliminares e fixação de metas globais de crescimento. Novamente, a falta de uma estrutura operacional, aliada a instabilidade administrativa da SUDEPE, impediu sua integral implantação que deveria se processar através da preparação dos projetos setoriais, ainda que suas principais ideias tenham servido de base para alguns dos programas ora em execução, pela autarquia, como o Sistema de Estatísticas Pesqueiras, e o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCAT) (SUDEPE, 1975, p. 2).

A própria SUDEPE reconhecia a pouca credibilidade da população com os planos. “É sabida a pouca crença da opinião pública em relação aos novos documentos de planejamento” (SUDEPE, 1975, p. 3).

Neste contexto, emerge o III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, consciente de suas deficiências e das dificuldades para a sua implementação procura, no entanto, corrigir este descompasso ao estar montado num sentido eminentemente prático e voltado inteiramente à ação executiva, procurando definir os objetivos gerais e específicos, as metas setoriais, com a indicação de projetos e subprojetos de alta prioridade dentro de cada programa e, finalmente, procurando garantir a existência de meios para realizar o que programou.(SUDEPE, 1975, p. 3).

A execução do Pndp III, junto com os programas de incentivos fiscais, via Código da Pesca, de 1967, foram fundamentais para o incremento da indústria pesqueira nacional.

Por fim, o quarto Pndp, previsto para ser executado entre os anos de 1980-1985, que tinha os seguintes objetivos: aumentar a oferta e o consumo interno de pescados; ampliar a oferta de

pescados para o mercado externo; melhorar o sistema de comercialização e de distribuição do pescado; aumentar a oferta de emprego e melhorar o nível de vida da mão de obra dedicada à pesca; explorar e explorar novos recursos pesqueiros que possam atender aos mercados consumidores sem a necessidade de grandes deslocamentos físicos, contribuindo assim para a economia de combustível; preservar os recursos hídricos e hidróbios, sem o que será impossível manter a produção nos níveis atuais ou incrementá-la ao nível desejado; consolidar, desburocratizar e fortalecer a ação governamental do setor pesqueiro; o objetivo síntese para o setor pesqueiro é desenvolver a atividade pesqueira de forma que ela contribua efetivamente para suprir as carências de proteína animal da população brasileira (SUDEPE, 1979).

Para executar o Pndp IV

ficou definido que seriam utilizados os recursos alocados do orçamento, o crédito captado em instituições financeiras no país e os financiamentos externos. Na modalidade de financiamento externo, foi assinado, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um empréstimo de US\$ 65 milhões, com contrapartida do mesmo valor aportada pelo governo brasileiro, totalizando US\$ 130 milhões (Goularti Filho, 2017, p. 401).

Devido aos convênios estabelecidos com o BID, o Pndp IV ficou conhecido como Programa de Desenvolvimento Pesqueiro BID/SUDEPE

No entanto, as inúmeras medidas implantadas para desenvolver a pesca brasileira, principalmente a criação da SUDEPE, acabaram reforçando o abismo entre a pesca artesanal e industrial, na medida em que aprovavam projetos voltados, principalmente para os empreendimentos pesqueiros, como foi o caso da política de incentivos fiscais. De acordo com Beck (1983)

Com o advento da política de incentivos fiscais, implantada pelo governo, nos anos finais da década de 1960, objetivando uma maior produtividade no setor pesqueiro, houve uma “marginalização” deliberada no que concerne à atividade de pesca artesanal. Esta “marginalização” encontra sua expressão máxima na política governamental que passa a considerar esta área do setor de produção pesqueira como sendo de dinamismo incipiente para a rotatividade de capitais. (Beck, 1983, p. 61)

A política de incentivos fiscais, iniciada em fins da década de 1960, “transferiu para a área industrial, já existente, o mínimo de riscos, segurança e certa estabilidade” (Beck, 1983, p. 61).

O problema é que os benefícios concedidos via SUDEPE e Código da Pesca não alcançaram integralmente o setor pesqueiro. De acordo com Beck (1983, p. 61), “sem dúvida que foi conferido um grande incentivo às pessoas inseridas no ramo de atividade pesqueira, mas às pessoas jurídicas e, não aos trabalhadores autônomos, pessoas físicas enquanto produtores autônomos artesanais”.

Afinal, segundo Silva (2015, p. 371),

os critérios de captação de recursos por parte das empresas pesqueiras estabelecidos pelo Código de Pesca de 1967, bem como os de investimento via Fiset/ Pesca a partir de 1974, foi completamente vedado o acesso dos pescadores artesanais às linhas de fomento.

Desse modo, como as medidas formuladas pela SUDEPE pretendiam fomentar a indústria pesqueira, para acessar os recursos era necessário a elaboração de projetos, como também uma garantia por parte dos pescadores,

o que só era possível por pessoas jurídicas legalmente constituídas. Com isso, estavam completamente excluídos da concorrência pelos recursos provenientes de incentivos fiscais e do próprio Fiset/ Pesca os pescadores artesanais. (Silva, 2015, p. 371).

No entanto, de acordo com Silva (2015)

apesar da completa ausência de estímulos à pesca artesanal e das dificuldades estatísticas, esta modalidade continuou participando do volume de produção pesqueira por todo o período de vigência dos incentivos via SUDEPE, chegando a responder por mais de 60% do total produzido em 1975. (Silva, 2015, p. 371).

Para diminuir as distorções entre os investimentos concedidos a pesca industrial e a pesca artesanal foi criado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), em 1973,

por meio de um convênio realizado entre a SUDEPE, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). O objetivo do Pescart era dar mais assistência financeira e social aos pescadores artesanais e a seus familiares, por meio do fortalecimento do associativismo e integração de programas assistenciais. As ações do Pescart eram realizadas por meio da extensão pesqueira em parceria com as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (Ematers). Os recursos eram provenientes da SUDEPE e do Incra e repassados às Ematers. Eram realizados cursos de qualificação, financiada a compra de motores para barcos e dado apoio à construção de sedes das cooperativas (Goularti Filho, 2017, p. 398).

No caso de Santa Catarina foi criada, em 06 de janeiro de 1968, a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc), uma entidade vinculada à Secretaria de Agricultura e do abastecimento que tinha como objetivo principal:

a execução de um programa de assistência técnica, econômica e social aos profissionais da pesca, visando elevar a produtividade de seu trabalho, melhorar suas condições de vida e promover o desenvolvimento e o progresso das comunidades pesqueiras do Estado. (Santos, 2001, p. 98).

A Acarpesc surgiu no contexto do Plano de Metas (Plameg), do Governo Celso Ramos (1961-1965).

De acordo com o Plameg (1962, p. 10) “a aplicação maciça dos recursos atingiu os diversos setores que compõem as metas básicas do Plano (79,53%): o Homem, o Meio e a Expansão Econômica”. A Lei n. 2.772, de 21 de julho de 1961, que instituiu o Plano de Metas do Governo Estadual, estabeleceu para o exercício de 1962 investimentos na ordem de Cr\$ 2.782.000.000,00.

O Plameg projetava investimentos da ordem de mais de 2 bilhões de cruzeiros. Dessa forma, segundo dados do Relatório Plameg, de 1962, planejava-se investir em inúmeras áreas, como a educação, por meio da construção de novas escolas rurais; a saúde pública, com a construção de novos hospitais, como o Hospital dos Servidores (atual Celso Ramos), o Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, e a Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis; o sistema de esgoto, com obras como o novo reservatório de Lages e a barragem do Rio do Peixe; a inauguração da Celesc, com o estabelecimento de um Plano de Eletrificação Rural; a construção da nova linha de transmissão Joinville–Jaraguá; a nova usina termelétrica de Joinville; novas usinas em Faxinal dos Guedes e no Rio Caveiras, em Lages, entre outras. Houve também investimentos em rodovias, como a implantação do trecho Rio do Sul–Lontras, o asfaltamento do trecho da Rodovia Porto União–São Francisco, a construção da Rodovia Itajaí–Curitibanos, Urussanga–Criciúma, São Bento–Corupá, além de várias pontes. Por fim, o Plameg contemplava investimentos no setor agropecuário, por meio da assistência técnica direta aos agricultores, como foi o caso da criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), prestando serviços de extensão rural. O Plameg, por intermédio da Acaresc, mantinha um acordo com o Banco de Desenvolvimento do Estado, “objetivando promover o Crédito Rural Orientado aos pequenos e médios produtores. Este tipo de crédito se caracteriza pela desburocratização, prazo adequado e supervisão técnica da aplicação do recurso” (PLAMEG, 1962, p. 71). Além da Acaresc, voltada ao setor rural, foi criada a Acarpesc, para atender às demandas do setor pesqueiro.

Em relação às ações da ACARPESC, junto aos pescadores e às comunidades pesqueiras, destacam-se alguns resultados alcançados, como melhoramento dos equipamentos de pesca, de acordo com a Tabela 23. Além disto, houve também projetos voltados à construção de estruturas para o beneficiamento e conservação dos pescados, conforme a Tabela 24.

Tabela 23- Resultados alcançados pelas ações da ACARPESC entre 1975 e 1979 - Equipamentos de pesca.

RESULTADOS ALCANÇADOS	1975	1976	1977	1978	TOTAL
Introdução de motores diesel em substituição aos motores de gasolina.	405	339	165	105	1014
Introdução de redes passivas e ativas de emalhar, enroscar e cercar.	738	1015	968	1358	4079
Introdução de espinhéis finos e grossos.	04	93	24	37	158
Conservação de embarcações de pesca com reformas e pinturas orientadas	96	144	20	29	289
Ampliação e reparo dos aparelhos de captura (redes) orientados.	11	55	19	-	85

Conjuntos “Eixo-tunel-hélice” instalados nas embarcações.	11	87	27	25	150
Conjunto de redutores e reversores instalados nos motores diesel.	37	21	-	-	58
Equipagem de barcos com aparelhos de navegação e detecção de cardumes.	09	07	05	05	26
Construção e reforma de galpões para abrigo dos equipamentos e materiais de pesca.	-	4	8	8	20

Fonte: ACARPESC, 1979. Adaptado pelo autor

Tabela 24- Resultados alcançados pelas ações da ACARPESC entre 1975 e 1979- Instalações infraestruturais

RESULTADOS ALCANÇADOS	1975	1976	1977	1978	TOTAL
Instalação de caixas isotérmicas nas embarcações para conservação do pescado.	20	53	-	17	90
Introdução do freezer para conservação do pescado nas comunidades pesqueiras.	4	7	-	5	16
Instalação de balcões frigoríficos nas peixarias.	-	1	-	2	3
Instalação de câmaras frigoríficas em comunidades de pesca.	2	4	-	1	7
Introdução de veículos com carroceria isotérmica para o transporte de pescado	1	4	-	2	7
Instalação de peixarias.	2	1	-	1	4
Melhoramento das condições higiênico-sanitárias das salgas.	1	4	-	2	7
Orientação sobre a importância da conservação do pescado.	1	20	-	-	21
Técnica de manipulação do pescado implantado.	1	1	-	-	2
Salgas construídas	3	-	-	1	4
Introdução de caixas plásticas para acondicionamento do pescado durante o transporte.	-	-	-	12	12

Fonte: ACARPESC, 1979.

Apesar de todos os projetos desenvolvidos pela Acarpesc, junto às comunidades pesqueiras para desenvolver a produção, as capturas da frota artesanal permaneceram muito inferiores às da pesca industrial, afinal, a capacidade de captura dos equipamentos da frota industrial são superiores aos da frota artesanal, com equipamentos precisos, tipo sonar, as capturas são mais eficientes.

Outro aspecto a ser considerado ao longo da década de 1960-1970, refere-se ao papel que o setor pesqueiro desempenhou, não apenas ao incrementar a produção alimentar, mas “ (...) ao relevante papel das empresas pesqueiras no controle estratégico das áreas marinhas” (Silva, 2015, p. 230).

De acordo com Silva (2015),

a soberania sobre os mares é uma das razões do interesse estratégico e investimento público para o desenvolvimento técnico da pesca a partir da fundação da SUDEPE,

especialmente com a alteração institucional promovida pelos governos militares no Brasil. Nesse contexto, é possível compreender a relevância conferida à pesca marítima, sobretudo de modelo industrial. A autonomia das embarcações industriais permitia a circulação e ocupação das águas oceânicas cada vez mais afastadas da costa, assegurando o domínio nacional. O que, futuramente, poderia dar fundamento ao alargamento da faixa considerada zona econômica exclusiva (ZEE). (Silva, 2015, p. 230).

A ampliação do mar territorial brasileiro ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, conforme o artigo a seguir:

Art. 1º O mar territorial do Brasil abrange uma faixa de 200 (duzentas) milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha do baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro adotada como referência nas cartas náuticas brasileiras. (Brasil, 1970)

Em relação à pesca, o referido decreto destaca que

Art. 4º O Governo brasileiro regulamentará a pesca, tendo em vista o aproveitamento nacional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial, bem como as atividades de pesquisa e exploração.

§ 1º. Os regulamentos poderão fixar zonas em que a pesca seja exclusivamente reservada a embarcações brasileiras.

§ 2º. Nas zonas do mar territorial que ficarem abertas à pesca por embarcações estrangeiras, só poderão estas exercer suas atividades quando devidamente pelo registradas e mediante obrigação de respeitarem a regulamentação brasileira.

§ 3º. Poderão ser definidos por acordos internacionais, em princípio na base da reciprocidade, regimes especiais de pesca, pesquisa e exploração no mar territorial. (Brasil, 1970).

Atualmente, não apenas a definição do mar territorial brasileiro, como também os conceitos de zona econômica exclusiva e plataforma continental estão de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada pelo Brasil em 10 de dezembro de 1982 e, posteriormente, ratificada em 22 de dezembro de 1988.

De acordo com Souza (1999),

Nos termos da CNUDM (arts. 2 e 3), a soberania do Estado costeiro sobre o seu território e suas águas interiores estende-se a uma faixa de mar adjacente - mar territorial - com dimensão de até 12 milhas marítimas (1 m.m.= 1.852 metros) a partir das linhas de base. No mar territorial, o Estado costeiro exerce soberania ou controle pleno sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente, bem como sobre leito e o subsolo deste mar. O mar territorial brasileiro de 200 m.m. - instituído pelo Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970 – passou a ser de 12 m.m., com a vigência da Lei nº 8.617 de 1993. (Souza, 1999, p. 1-2)

Já a zona econômica exclusiva, é definida na CNUDM, conforme a Lei 99.165, de 1990, da seguinte forma:

Art.55- Regime jurídico específico da zona econômica exclusiva

A zona econômica exclusiva é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico estabelecido na presente Parte, segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da presente Convenção.

Art. 57- Largura da zona econômica exclusiva A zona econômica exclusiva não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial. (Brasil, 1990)

Ainda, segundo a Lei de 1990, na ZEE, o estado costeiro tem:

direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos. (Brasil, 1990, Art. 56)

Portanto, o alcance da frota industrial permitiria o controle de águas marítimas cada vez mais distantes, o que se constituiu como uma das principais justificativas, mas não a única, para o grande aporte de recursos para a frota industrial brasileira. Segundo Silva (2015)

por essa via de raciocínio, pode-se compreender o desestímulo à pesca artesanal e ribeirinha, muito embora fosse a modalidade mais produtiva em número bruto de pescado. Além do mais, a produção pesqueira artesanal destinada à captura de espécies costeiras, lacustres e fluviais, era, sobretudo, destinada ao abastecimento do mercado interno. Assim, a pesca de modalidade artesanal seria a mais adequada como modelo produtivo para a superação da crise de abastecimento nacional. Apesar desses indicadores, o estímulo estatal por via de subsídios operou no fortalecimento de empresas pesqueiras, a fim de industrializar a produção do setor. (Silva, 2015, p. 230).

Todavia, todos os estímulos concedidos pelo governo brasileiro a fim de ampliar a produção nacional de pescados acabaram culminado com outro problema, a pesca excessiva, de modo que os cardumes praticamente não conseguiam se renovar no mesmo ritmo das capturas.

Tremel (1999) assinala sobre a necessidade de mecanismos que regulem as capturas de pescados como certas restrições quanto ao tipo de aparelho usado, épocas de defeso, enfim, uma ação mais efetiva por parte do governo brasileiro para garantir a continuidade da atividade, e, principalmente, a sobrevivência de muitas famílias brasileiras que dependem da pesca.

A década de 1980 traz uma série de avanços e recuos na atividade pesqueira. Por um lado, como resultado do Pndp III,

a década começa com uma estrutura física mais equipada, com doze entrepostos, quinze postos de recepção de pescado, cinco terminais pesqueiros (Fortaleza, Recife, Laguna, Rio Grande, Santos e Rio de Janeiro) e 340 empresas responsáveis por refrigeração, congelamento, salga, enlatados, defumados e produção de farinha-óleo. Os entrepostos eram administrados pela Empresa Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), que havia assumido sua gestão desde 1975, função antes destinada à SUDEPE. Com relação à estrutura portuária, nas cidades portuárias em que não havia nenhuma estrutura para embarque e desembarque do pescado, a SUDEPE comprometeu-se em construir um terminal pesqueiro (Goularti Filho, 2017, p. 399).

Por outro lado, além do processo de redemocratização do país, iniciado em 1985, a desaceleração econômica e instabilidade monetária do Brasil, agravada por uma grande

inflação, acabou gerando impactos no setor pesqueiro, como o caso de corte de orçamento para as autarquias federais, como a SUDEPE.

Diante desta situação, a extinção da SUDEPE era só uma questão de tempo. Assim, ela foi extinta, em 1989, através da Lei no 7.735, de 22 de fevereiro. Foram extintas também a Superintendência da Borracha (Sudhevea), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (Ibdf) e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Todos os órgãos extintos foram incorporados pelo Ibama.

Como resultado das mudanças institucionais ocorridas no setor pesqueiro, verificou-se que a partir de 1986 houve um movimento descendente na produção de pescados no país. A situação só foi revertida no início dos anos 2000, conforme o Gráfico 25

Gráfico 25- Produção de pescados no Brasil (captura e cultivo) 1962-2020



Fonte: Organizado pelo autor a partir de dados do ICMBio/ Cepsul: Estatística por ano. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/acervo-digital/37-download/estatistica/111-estatistica.html>

Mesmo que se considere as oscilações na captura de pescados com um processo natural, os volumes capturados em 1992 e 1993, pouco mais de 400 mil toneladas, representaram uma queda significativa. Aliás, desde o ano de 1967 as capturas não alcançavam a cifra das 400 mil toneladas.

O desmonte institucional foi resultado de um programa de diminuição do papel do Estado na economia brasileira, através das políticas neoliberais.

Para Mamigonian (2001), a abertura comercial indiscriminada promovida pelo governo brasileiro no início da década de 1990 e a equivocada diminuição do papel do Estado como

regulador da economia nacional evidenciaram o lado negativo do neoliberalismo, e com isso ocasionaram graves problemas para o país como

o agravamento da dívida pública externa e interna, a ausência de política industrial e de exportações e um maciço desemprego: enquanto os EUA registravam 6,9 milhões de desempregos em 1990, cifra que aumentou para 7,4 em 1995, conseguiram uma queda do desemprego para 5,9 milhões em 1999, caindo da 2ª posição mundial em termos absolutos para 6ª, o Brasil por conta do neoliberalismo registrava 2,4 milhões de desempregados em 1990, subiu para 4,5 em 1995 e atingiu 7,7 milhões em 1999, saltando da 8ª posição mundial para a terceira. (Mamigonian, 2001, p. 22).

Com a incorporação das atribuições da SUDEPE pelo recém-implantado Ibama, muda-se o foco da gestão pesqueira que até então era o fomento da produção e passa a ser a fiscalização.

Além disso, inúmeras atividades até então realizadas pela SUDEPE ficaram comprometidas, como foi o caso do controle estatístico da produção, o qual já era bastante complicado de se realizar.

De acordo com Dias Neto (2003, p. 138) “a pesca passou a ser gerida por um órgão que considerava os recursos pesqueiros como parte dos recursos ambientais e cuja atuação estava predominantemente informada pelo interesse público”.

Os impactos na pesca foram sentidos na própria constituição Federal de 1988 que tratou a pesca de forma generalizada, em poucos artigos.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais. (Brasil, 1988)

Em 1995 foi criado o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro (Gespe), por meio do Decreto no 1.697, de 13 de novembro de 1995, subordinado à Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, ligada à Casa Civil, com o objetivo de:

I - propor à Câmara de Políticas dos Recursos Naturais a Política Nacional de Pesca e Agricultura e coordenar, a nível nacional, a implantação de suas ações;

II - propor a atualização da legislação do setor de pesca e da aquicultura;

III - implementar as diretrizes estabelecidas pela Câmara de Políticas dos Recursos Naturais relacionadas com o setor pesqueiro. (Brasil, 1995).

Além disso, é aprovado no mesmo ano o Decreto nº 1.694, de 1995, que criou o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura – SINPESQ, cujas atribuições estão definidas no artigo a seguir:

Art. 1º Fica criado o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura – SINPESQ, com o objetivo de coletar, agregar, processar, analisar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro nacional (Brasil, 1995).

Verifica-se, ao longo da década de 1990, a inexistência de medidas de fomento para o setor pesqueiro. Somado a isto, houve o fortalecimento das ações restritivas do Ibama, o que acabou gerando conflitos entre o setor pesqueiro e o Estado.

O problema foi que com a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), instalou-se, conforme Dias Neto (2003, p. 112) uma “anarquia oficializada” para o setor da pesca. Não houve uma adequação das estruturas e das funções entre Mapa e Ibama, deixando o DPA ser gerenciado por grupos ligados às grandes empresas pesqueiras.

Além disso, surgiu uma disputa institucional entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento pela gestão da pesca no país.

Conforme Dias Neto (2003),

o preenchimento dos quadros do DPA foi parcialmente realizado com funcionários do Ibama, cujo sistema de crenças políticas era alinhado com a ideologia dominante no Departamento. Ao promover a aproximação de pessoal pertencente a um mesmo grupo de coalizão, abrigando-os em um novo espaço institucional que gozava de prestígio junto às esferas de poder da República, a direção do DPA dotou o Mapa dos recursos necessários para disputar com o MMA, mas em condições privilegiadas, a gestão da pesca no país. (Dias Neto, 2003, p. 142)

Tudo isso enfraqueceu ainda mais o setor pesqueiro no país, que para piorar enfrentava uma diminuição drástica dos cardumes, resultado da pesca excessiva das décadas anteriores. Apesar das políticas de fomento da pesca terem praticamente estacionado, ao longo da década de 1990, houve, por outro lado, um avanço nas medidas de controle da pesca, pelo Ibama, para recuperação dos cardumes.

A pesca da sardinha, após uma produção recorde de 230.000t, em 1973, declinou para 32.000t, em 1990, recuperando-se, em 1997, para 117.642t. A da piramutaba, após atingir uma produção total de 28.829t, em 1977, declinou para 7.070t em 1992 e recuperou-se, em 1997, para 21.558t. A do pargo, de 7.547t, em 1977, chegou a 1.612t em 1990, recuperando-se para 6.085t em 1997, entre outras (Dias Neto, 2003, p. 139).

Dessa forma, talvez o maior avanço alcançado pelos pescadores, ao longo da década de 1990, foi a criação do seguro-desemprego, através da Lei no 8.287, de 20 de dezembro de 1991, concedido aos pescadores artesanais durante os períodos de defeso.

Somente em 2003, durante o primeiro governo do presidente Lula, com a criação da Secretaria da Pesca e Aquicultura — SEAP, a atividade pesqueira foi recolocada na agenda do país.

Com a criação da secretaria houve a elaboração de uma série de programas voltados ao fortalecimento da pesca nacional, como a ampliação da produção, o melhoramento da frota,

entre outros. Entre os principais objetivos do governo brasileiro com a criação da SEAP, elevada à condição de Ministério em 2009, conforme a Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, destacam-se o aumento da produção de forma sustentável, a ampliação da renda e do número de pessoas envolvidas na pesca, o incremento da produtividade e qualidade do pescado, o aumento do consumo de pescado no mercado brasileiro e, por fim, elevar a participação brasileira na exportação de produtos pesqueiros e aquícolas.

Para alcançar estes objetivos foram criados alguns programas, como o Programa Nacional de Financiamento e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira); o Programa Revitaliza, que tinha como objetivo a revitalização da frota pesqueira artesanal. Além destes, o Ministério investiu na reestruturação do setor, por meio de outros projetos como a construção e reforma de entrepostos e terminais pesqueiros (TPP), dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPARs) e no incentivo à criação de associações e cooperativas de produção.

Além disso, à época da criação do Ministério da Pesca, os pescadores artesanais foram incluídos no “Pronaf Mais Alimentos”, um programa de crédito do Ministério da Agricultura que “destina recursos para investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade”. (Mapa, 2019).

Ao ser implantado o Ministério da Pesca tinha entre seus objetivos, elevar o consumo de pescados no país, que estava abaixo do recomendado pela OMS, que é 12 kg por ano, por habitante.

De acordo com Martins (2014),

em 2001, a média anual de consumo de peixes no Brasil era de 6,79 quilos por habitante, conforme dados do Ministério da Pesca (MPA), mas, segundo o secretário de Infraestrutura e Fomento da Pesca e Aquicultura do MPA, Eloy Araújo, já superou 11 quilos. Hoje, o consumo no País apresenta uma média de quase 10 quilos por habitante por ano e a estimativa é que, daqui a pouco mais de dois anos, ou seja, até o final de 2015, chegaremos perto dos 12 quilos anuais por habitante, o mínimo de consumo preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (MARTINS, 2014, p. 22).

Dessa forma, o aumento do consumo de pescados, nos anos seguintes à implantação do MPA,

deve-se, em parte, ao incremento da renda do brasileiro e às ações de estímulo promovidas pelo MPA. Entre elas, destacam-se os programas Feira do Peixe (kits para o pescador ou aquicultor ofertar seus produtos diretamente ao consumidor) e Caminhão do Peixe. Outra ação é uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para elevar as compras de pescado através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. A partir de 2013, as aquisições para este nicho de mercado vão passar de quase 5 mil para 20 mil toneladas. E, como medida de longo prazo, os pescados estão sendo introduzidos nos

programas de merenda escolar visando ao estabelecimento de uma nova cultura de alimentação (MARTINS, 2014, p. 23).

Todavia, a ampliação do consumo não foi homogênea em todo o país.

De acordo com o MPA, existe uma disparidade no consumo interno. Na região Norte, por exemplo, o peixe é um elemento fundamental para a alimentação humana, e o consumo alcança a média de 30 quilos por habitante por ano. Enquanto isto, em estados com pecuária bovina forte, como o Rio Grande do Sul, o consumo de pescado é baixo. (Martins, 2014, p. 23).

Outra evidência do aumento da demanda de pescados no país está relacionada ao incremento das importações. “O país já recorre a importações de pescado para atender a 34% da procura. Em 2012, a importação foi de US\$ 1,3 bilhão em pescados como bacalhau, salmão e merluza. Dez anos antes a produção nacional” (Martins, 2014, p. 23).

Desta forma, as medidas adotadas pelo MPA resultaram no aumento do consumo per capita, como também da produção nacional de pescados.

No entanto, toda a política de fomento ao setor pesqueiro, via MPA, acabou ficando comprometida, após o ano de 2015, com a extinção do próprio Ministério da Pesca e sua incorporação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), quando a então presidente Dilma Rousseff, para enfrentar a crise econômica do país, implantou uma série de medidas, denominadas de ajuste fiscal. Segundo Farias (2015)

O Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto pela reforma ministerial, anunciada pela presidente Dilma Rousseff nesta sexta, dia 2. Esta é a principal mudança na área do agronegócio. A pesca ficará, a partir de agora, com o Ministério da Agricultura. Hélder Barbalho, ex-ministro da Pesca, ocupará a Secretaria de Portos, pasta deixada por Edinho Araújo. (Farias, 2015).

A partir de então todas as demandas do setor pesqueiro passam para a pasta do Mapa, que inclusive criou, em 2016, duas câmaras setoriais para cuidar da Pesca e da Aquicultura, conforme destaca a notícia:

Mais duas câmaras setoriais foram instaladas nesta quarta-feira (16) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa): a da Pesca e da Aquicultura. Criadas por determinação da ministra Kátia Abreu, elas reúnem representantes do governo e do setor privado para analisar o cenário das duas cadeias produtivas e propor medidas para fortalecê-las, seja no aprimoramento da legislação ou em aspectos econômicos (Mapa, 2016).

Desta forma, as duas câmaras são implantadas com os seguintes objetivos:

Os representantes da Câmara Setorial da Pesca definiram quatro temas prioritários para este ano: gestão pesqueira, processamento e indústria/infraestrutura e fomento, propostas de projetos de lei e debates sobre pendências do setor. Já os integrantes da Câmara Setorial de Aquicultura estabeleceram como prioridades estes assuntos: comercialização e competitividade, licenciamento ambiental, crédito e fomento, sanidade, difusão e geração de novas tecnologias e águas da União. (Mapa, 2016).

Por fim, de acordo com Martins (2011, p. 92), “o Estado brasileiro mantém historicamente planos e estratégias de regulação do setor pesqueiro”. Por isso, não é possível estudar a pesca sem levar em conta o papel desempenhado pelo Estado.

Durante o governo Bolsonaro (2019- 2022), a pesca nacional foi comandada pelo secretário Jorge Seif Júnior (PL), atualmente senador por Santa Catarina, filho do empresário e armador de pesca Jorge Seif.

Em 2023, o Ministério da Pesca foi recriado sob o comando de André de Paula, deputado federal pernambucano (PSD) com novas perspectivas para o setor pesqueiro, que ainda enfrenta alguns problemas institucionais, como é o caso dos conflitos nas políticas de gestão e ordenamento do setor.

Um dos problemas é a questão das cotas de captura e a proibição de pesca para determinadas espécies. De acordo com o coordenador técnico do SINDIPI senhor Luiz Carlos Matsuda, ainda falta muita pesquisa sobre a pesca brasileira. Diante disso, os órgãos responsáveis pelo ordenamento das pescarias não têm subsídios atualizados para a elaboração dos documentos reguladores. Com isso, utilizam-se de dados produzidos por ONGs internacionais, trazendo, muitas vezes, dados equivocados para a pesca brasileira. Assim, espécies que já tiveram seus estoques recuperados, continuam proibidas de serem capturadas.

Já em relação às cotas, destaca-se a Portaria Interministerial MPA/MMA 26/2025 que que limitou em 1,1 mil toneladas a quantidade de tainhas para captura por arrasto de praia no litoral catarinense durante a safra deste ano.

O problema é que a nova portaria inclui a pesca de tainha de arrasto de praia no rol das modalidades com cota, algo que somente existia para a pesca industrial e para a modalidade de emalhe anilhado, utilizada na pesca artesanal e que imita a técnica da rede traineira.

Essa mudança acabou provocando uma disputa judicial entre o governador de Santa Catarina e o governo federal. De acordo com STF mais notícias (2025), “o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), apresentou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a portaria conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente e Mudança do Clima que estabeleceu cotas para a pesca artesanal da tainha no estado”. A decisão do STF, manteve as restrições da Portaria 26/2025.

O governador catarinense recorreu à Justiça Federal que também negou o pedido de liminar ao Estado. De acordo com SC em Pauta (2025), na decisão o juiz, afirmou que “as medidas, em princípio, buscam evitar que se chegue à situação de ameaça de extinção da espécie e de proibição da sua captura, como já ocorre com outras espécies, estando em consonância

com o interesse público e com o das próprias comunidades tradicionais, presentes e futuras”. (SC em Pauta, 2025).

Todas essas situações evidenciam um antigo problema do setor pesqueiro, que é conflito de gestão no setor. Enquanto isso não acabar, o setor permanece em um clima de instabilidade jurídica e institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca catarinense desempenhou e continua desempenhando um papel relevante no estado de Santa Catarina ao fornecer alimento, principalmente para as comunidades pesqueiras localizadas ao longo do litoral, mas também ao fornecer matéria-prima para o maior polo de processamento de pescados da América Latina, localizado nos municípios de Itajaí e Navegantes.

A cadeia produtiva da pesca emprega milhares de trabalhadores. Um quarto de todos os empregos no setor secundário da pesca estão em Santa Catarina. O estado lidera esse ranking, com mais de 12 mil empregos, 25,33% do total. No setor primário, isto é, na captura propriamente dita, o estado possui mais de 21 mil pescadores registrados no RGP, ocupando a 11ª posição entre as 27 unidades da federação.

A frota industrial conta com mais de 600 embarcações industriais, o que corresponde a mais de 30% da frota nacional, ou seja, o maior número de barcos industriais do Brasil. Essa posição de destaque se reflete em números expressivos, com cerca de 82 mil toneladas de pescado descarregadas em 2023.

Todos esses dados evidenciam o papel relevante, principalmente, da pesca industrial catarinense. Embora essa posição de destaque tenha sido alcançada ao longo das últimas três décadas, os primeiros registros de fábricas de beneficiamento de pescados, com processos simples, datam da primeira metade do século XX, com a criação da Fábrica de Conservas Wildner, em São Francisco do Sul, mais tarde a implantação da Cia Krause, de Jaraguá do Sul, e da Cia Hemmer, de Blumenau, em Penha, também no litoral norte, para beneficiar sardinha e camarão. A maior parte dessas unidades localizavam-se no Norte do estado, mais próximas dos mercados paranaense e paulista. Também havia fábricas em Laguna, próxima do mercado gaúcho.

Além dessas unidades, existiam pequenas manufaturas em Ganchos (Governador Celso Ramos), as chamadas “salguinhas” que realizavam processos de transformação simples de salgamento, diferentemente de outras unidades já implantadas ou em implantação no norte do

estado. Com a políticas de expansão da pesca industrial no Brasil, após a década de 1960, via SUDEPE, houve um processo ostensivo de fiscalização a essas unidades, sob a responsabilidade do então SIPAMA, que passaram a fechar todas as unidades que não se adequavam às novas regras sanitárias.

No entanto, essas políticas faziam parte do novo processo de inserção da pesca nas novas relações capitalistas de produção.

Houve o fechamento das unidades que não se adequavam às novas normas sanitárias e, ao mesmo tempo, eliminavam-se alguns concorrentes do processo inicial de beneficiamento, abrindo o mercado para as novas indústrias de conserva em expansão. A criação da SUDEPE consolidou esse processo.

Todos os incentivos fiscais concedidos pelo governo brasileiro após o final da década de 1960, foram direcionados às empresas de pesca, as quais tinham que apresentar um projeto relacionada à implantação/ expansão de empreendimentos pesqueiros. Sem muitos critérios, os técnicos da SUDEPE aprovavam o projeto e a empresa contemplada passada receber os incentivos fiscais, através de abatimentos fiscais.

Até o início da década de 1960, as fábricas de pescados de Santa Catarina utilizavam-se, de técnicas de beneficiamento bastante rudimentares. A chegada de energia elétrica ocorreu após 1955, com a criação da Celesc. As unidades enviavam os pescados semipreparados para as fábricas de conservas localizadas em outras partes do litoral brasileiro, como Rio Grande, Cabo Frio, Santos Recife. Essa situação somente foi alterada após a criação da SUDEPE e o aporte de recursos, via incentivos fiscais em algumas fábricas catarinenses, como a Cia Krause, de Penha.

Os equipamentos utilizados por essas fábricas eram importados, em sua maioria. No entanto, ainda no final da década de 1960, a oficina Irmãos Fischer, de Brusque, especializada no conserto de eletrodomésticos e fabricação de pias em aço inox, observando a expansão da indústria pesqueira, passou a fabricar equipamentos, como tanques e mesas de inox para descascar camarões, além de máquinas para eviscerar sardinhas, inclusive, adequadas ao tamanho da sardinha pescada no litoral catarinense.

A expansão da pesca industrial em Itajaí e Navegantes passou a atrair empresas do setor pesqueiro. A Kowalski indústria de pescados, iniciou suas atividades com um pequeno comércio de pescados em São Francisco do Sul, na década de 1960, e transferiu-se para Itajaí, onde implantou um fábrica que ainda existe, ocupando uma grande área entre as margens do Rio Itajaí-Açú e a BR-101. Há casos de empresas de outros estados que se transferiram para Itajaí e Navegantes, como é o caso da Coqueiro e da Gomes da Costa

A Coqueiro, que tinha uma fábrica de sardinhas com conservas em São Gonçalo (RJ), criada em 1937 por um comerciante gaúcho, foi adquirida pela Quaker em 1973 e, em 1982, abriu uma fábrica em Navegantes. Em 2001, foi adquirida pela Pepsico e, por fim, desde 2011, a Camil alimentos adquiriu a Coqueiro.

A Gomes da Costa, que pertence ao grupo espanhol Calvo, desde 2004, é uma fábrica que iniciou suas atividades em 1954 no município de Niterói (RJ), implantou a fábrica em Itajaí, em 1998.

A Leardini Pescados, que iniciou suas atividades de 1988, em Navegantes, pertence a uma família de comerciantes gaúchos.

Dessa forma, embora já existissem fábricas de beneficiamento de pescados antes da criação das políticas de incentivos fiscais via aprovação de projetos pela SUDEPE, foi a partir dessas políticas que houve a expansão da indústria pesqueira brasileira e catarinense.

Apesar de todos os problemas ocasionados na aprovação desmedida de projetos de empreendimentos pesqueiros pela SUDEPE, essas políticas promoveram o desenvolvimento do parque industrial pesqueiro brasileiro, com a ampliação da frota, melhoria dos equipamentos, avanço nos processos de beneficiamento, que até a década de 1960, eram bastante simples.

No entanto, a adoção de políticas neoliberais a partir da década de 1980 também teve consequências para o setor pesqueiro, com a extinção da SUDEPE e a reestruturação institucional do setor, com a transferência sucessiva da pasta da pesca entre diferentes ministérios. Somente em 2003, no primeiro governo Lula, a pesca voltou à agenda do governo federal com a criação da SEAP, uma secretaria vinculada à Presidência da República. E, em 2009, é criado, pela primeira vez na história do país, o Ministério da Pesca e Aquicultura, que trouxe alguns programas para desenvolvimento do setor. No entanto, em 2015, o ministério foi extinto e recriado apenas em janeiro de 2023 com inúmeros desafios a serem superados.

Além de todos os desafios políticos e institucionais, a pesca extrativa ainda enfrenta a questão natural relacionada à instabilidade das capturas. Apesar de todos os avanços tecnológicos incorporados ao setor, como o uso de sonares, os equipamentos de previsões meteorológicas, a pesca ainda é uma atividade eminentemente extrativa, estreitamente ligada aos ritmos da natureza, por isso, seu estudo tem pressupostos que a diferenciam de outras atividades como os fatores naturais e a incerteza das capturas.

A aquicultura, caracterizada pelo cultivo de peixes, moluscos e crustáceos têm se constituído, nas últimas três décadas, em alternativa estável para o fornecimento de organismos aquáticos tanto para a alimentação de populações, como matéria-prima para as indústrias de

beneficiamento de pescados em geral. No entanto, as questões relacionadas ao cultivo sustentável precisam ser levadas em conta.

De acordo com o relatório FAO/ONU 2024, em 1990 a produção aquícola mundial era de pouco mais de 21 milhões de toneladas, em 2022 esse valor atingiu mais de 94 milhões de toneladas, um aumento de mais 400%, em três décadas. Nesse mesmo período, a pesca de captura oscilou entre 88,9 milhões em 1990 e 91 milhões, em 2022, menos de 2,4% de aumento.

A aquicultura catarinense é destaque nacional. Segundo dados do Anuário 2025 Peixe BR da Piscicultura, o estado é o terceiro maior produtor de peixes cultivados do Brasil, com 59.100 toneladas em 2024. As principais espécies cultivadas são as tilápias e as trutas.

Por fim, ainda na produção aquícola, destaca-se o cultivo de moluscos. Segundo dados da Facisc (2025), em 2023, a produção catarinense de ostras, vieiras e mexilhões atingiu um recorde, mantendo-se o estado como o maior produtor nacional desses moluscos bivalves, com uma produção de 10 mil toneladas, sendo que a produção se concentra, principalmente, na Grande Florianópolis (77%).

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução da Atividade Pesqueira no Brasil: 1960-1994**. Disponível em: http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n13_1999_art1.pdf . Acesso em: 23 mar. 2022.

ABRAS. Leardini compra Cavalo Marinho e entra em mexilhões, 05/05/2011. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/carnes-peixes/19976/leardini-compra-cavalo-marinho-e-entra-em-mexilhoes> Acesso em: 25 maio 2025.

ACORDO Governo do Estado SC/SUDEPE/BRDE/SUDESUL-Pesquisa direta. Comissão de Coordenação do Acordo nº 02/72. Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul. Superintendência de Desenvolvimento da Pesca. Governo do Estado de Santa Catarina. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Estudos da Frota e Indústria Pesqueira de Santa Catarina, maio de 1973.

ACARPESC. **A pesca no Estado de Santa Catarina**. Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do Estado de Santa Catarina. Serviço de Extensão de pesca: 1979.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Câmara dos Deputados. Projeto prevê crédito a pescadores no Plano Safra 2024/2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1139063-projeto-preve-credito-a-pescadores-no-plano-safra-2024-2025/> Acesso em: 20 maio 2025.

AGENCIA SENADO NOTICIAS. Sancionado título de Capital Nacional da Pesca para Itajaí (SC), 24/11/2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/24/sancionado-titulo-de-capital-nacional-da-pesca-para-itajai-sc> Acesso em: 20 maio 2025

ALVES, Ana Rosa. Falta de dados da pesca no Brasil é 'algo que nenhuma nação responsável do mundo faria', diz diretor da Oceana. **O Globo**, Cidade do Panamá, 03/03/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/noticia/2023/03/falta-de-dados-da-pesca-no-brasil-e-algo-que-nenhuma-nacao-responsavel-do-mundo-faria-diz-diretor-da-oceana.ghtml> Acesso em: 20 maio 2025

ANUÁRIO Estatístico 1987 e Informe sobre os desembarques controlados de pescado no Estado de Santa Catarina, nos anos de 1988 a 1992. https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_1994_infor_desemb_1988_1992sc.pdf Acesso em 25 out. 2024

ANUÁRIO PEIXE BR DA PISCICULTURA 2025. Disponível em: <https://www.peixebr.com.br/anuario-2024/> Acesso em 25 mar. 2025

BASTOS, José Messias. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina**. SANTOS, Maurício Aurélio dos (org.). Ensaios sobre Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BECK, Anamaria. **Comunidades pesqueiras e expansão capitalista**. In: **O mar e seus recursos ictiicos**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1983. 112p.

BECK, Anamaria. **A Variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral de Santa Catarina**. Erechim: Habilis, 2007.

BENTO, Wesley Giovanella. Um panorama da frota pesqueira industrial no Brasil, 12/08/2021. Disponível em: <http://sinaval.org.br/2021/08/um-panorama-da-frota-pesqueira-industrial-no-brasil/> Acesso em: 21 maio 2025.

BIERNATH, André. Como China superou Brasil e virou grande produtora de peixes amazônicos: BBC News Brasil, 22 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64178820> Acesso em: 11 jul. 2023.

BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA INDUSTRIAL DE SANTA CATARINA - Ano 2012. Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI. Itajaí, dezembro de 2013.

BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA MARINHA DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL - 2018. Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333405433_Boletim_Estatistico_da_Pesca_Marinha_do_Sul_do_Rio_Grande_do_Sul_-_2018_Universidade_Federal_do_Rio_Grande Acesso em: 25 maio 2025.

BORGES, Julio César Lopes. **A pesca em Santa Catarina/Brasil: Regime jurídico estrutura administrativa entre 1912 à 1989**. Chapecó: 2008. Disponível em: www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Rural/Artigo3.pdf Acesso em: 21 nov. 2018.

BORGES, Julio César Lopes. **A pesca sob o capital: conflitos socio-ambientais no litoral catarinense**. III Encontro de Economia Catarinense. Blumenau, 2009. Disponível em: <https://apec.pro.br/anais/iii-eec/anais/11-EEC%202009.PDF> Acesso em: 22 abr. 2025

BRASIL. Decreto nº 9.672, de 17 de Julho de 1912. **Cria a Inspetoria de Pesca e aprova o respectivo regulamento**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9672-17-julho-1912-524046-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934. **Aprova o Código de caça e pesca**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-norma-pe.html> Acesso em 12 abr. 2021

BRASIL. Decreto-Lei nº 291, de 23 de fevereiro de 1938. **Dispõe sobre a pesca e indústrias derivadas, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-291-23-fevereiro-1938-349710-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. **Aprova e baixa o Código de Pesca**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0794.htm .Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.159, de 15 de março de 1939. **Dispõe sobre a execução, pelos Estados da União, das leis, regulamentos e demais disposições federais sobre caça e**

pesca. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1159-15-marco-1939-349120-norma-pe.html> . Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.030, de 04 de dezembro de 1942. **Cria a Comissão Executiva da Pesca e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5030-4-dezembro-1942-415196-republicacao-67858-pe.html> . Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 50.872, de 28 de junho de 1961. **Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50872-28-junho-1961-390511-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962. **Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl10.htm Acesso em: 22 abr. 2021

BRASIL. Decreto nº 58.696, de 22 de junho de 1966. **Fixa medidas de incentivo ao desenvolvimento da pesca e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58696-22-junho-1966-399288-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-221-28-fevereiro-1967-375913-norma-1-pe.html> . Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970. **Altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1098-25-marco-1970-375405-norma-pe.html> .Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.376, de 12 de dezembro de 1974. **Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1376-12-dezembro-1974-375617-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987. **Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2404-23-dezembro-1987-366918-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 maio 2025

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. **Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17735.htm Acesso em: 10 maio 2021

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. **Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7827-27-setembro-1989-365476-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990. **Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8287.html . Acesso em: 15 maio 2021

BRASIL. Decreto nº 1.694, de 1995. **Cria o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura - SINPESQ, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1694.htm Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.697, de 1995. **Cria o Grupo-Executivo do Setor Pesqueiro - GESPE, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1697.htm . Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009. **Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012. **Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira nas categorias de Pescador Amador, Organizador de Competição de Pesca Amadora e de Embarcações utilizadas na pesca amadora, no âmbito do MPA.** Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2012/in_mpa

[_05_2012_inscricaoorgpcategoriaspescadoramador_altrd_in_02_2015.pdf](#). Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015. **Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8425.htm . Acesso em: 25 abr. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Documentação e Informação. Crise na Pesca nacional. **Discurso pronunciado na sessão de 31.08.76, pelo Deputado Dib Cherem.** Brasília: 1976.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC ed. / Ed. UFSC, 1991.

CANAL RURAL. Toxina interdita áreas de cultivo de moluscos em Santa Catarina, 25 MAR. 2024. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/diversos/toxina-interdita-areas-de-cultivo-de-moluscos-em-santa-catarina/> Acesso em: 20 maio 2025

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Os Sistemas de Financiamento na Pesca Artesanal: um estudo de caso no Litoral Centro-Sul Catarinense. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 2, p. 275-294, Abr/Jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/BfDDSpTL3dsgnTsZB4cVpvD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 maio 2025.

CARVALHO, Julia Manso Paes de. **O peixe nosso de cada dia: o circuito espacial produtivo da pesca artesanal na Ilha de Santa Catarina.** 2019. 458 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PGCN0730-T.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome : ensaio sobre os problemas de alimentação e de população.** 8. ed. rev. e aum. São Paulo: Brasiliense, 1968- V

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968. 178 p.

CATUCCI, Anaísa. Setor pesqueiro de SC se reinventa para evitar que crise chegue à mesa. **G1/SC.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/sc-que-da-certo/noticia/2016/09/setor-pesqueiro-de-sc-se-reinventa-para-evitar-que-crise-chegue-mesa.html>. Acesso em: 16 maio 2022.

COIMBRA, Renato Augusto Teixeira. **Pesca predatória.** Rio de Janeiro, 2013. 37 p. Monografia (Especialização) - Universidade Cândido Mendes. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K225024.pdf . Acesso em: 10 jun. 2022.

COISAS DO JAPÃO. Culinária japonesa: japoneses revelam quais são seus peixes preferidos, 2025. Disponível em: <https://coisasdojapao.com/2017/10/japoneses-revelam-seus-peixes-preferidos-cdj/> Acesso em 21 maio 2025.

COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO- CRA. Pesca e aquicultura no Brasil: audiência mostra potencial de crescimento. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao/2023/05/pesca-e-aquicultura-no-brasil-audiencia-mostra-potencial-de-crescimento> . Acesso em 24 fev. 2025

CODESUL- Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. A realidade pesqueira em Santa Catarina em 1968.

Coutinho, Fernanda Ribeiro. **Centro esportivo do Cais**: Proposta alternativa para o Complexo Fabril Hoepcke. Orientador Prof. Gilberto Sarkis Yunes. 2016. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Arquitetura. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Tecnológico, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202975/Caderno%20376_pdfa.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 15 jul. 2025.

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva; TRIGUEIRO, Aline. **A política pesqueira e a estratégia de modernização da pesca: considerações sobre a condução militar naval na criação das colônias de pescadores**. In: Anais do Encontro Internacional e nacional de Política Social. v. 1 n. 1 (2017): 5º Encontro Internacional de Política Social/12º Encontro Nacional de Política Social, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/issue/view/755> Acesso em: 04 out. 2022

DARKENWALD, Gordon Gerald; JONES, Clarence Fielden. **Geografia Econômica**. 3.ed. Fondo de Cultura Econômica: México-Buenos Aires, 1959.

DEMETRIO, A.A. *et al.* **Culinária Japonesa**: alimentação saudável. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/culinria-japonesa-apostila04.pdf> Acesso em: 15 maio 2025.

DIÁRIO vespertino O Estadão. Ano VII. n.2275. Florianópolis, sábado 21 de janeiro de 1922. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

DIARINHO. Itajaí é sede da maior enlatadora de pescados do Brasil, 14/06/2022. Disponível em: <https://diarinho.net/materia/635906/Itajai-e-sede-da-maior-enlatadora-de-pescados-do-Brasil> Acesso em: 20 maio 2025

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades**; leituras em sócio-antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

DIAS, Gabriella. Camarão-carabineiro é vendido por mais de R\$300 e é queridinho do momento. In: Receitas **G1**, 12/10/2023. Disponível em: <https://receitas.globo.com/blog/curiosidades-e-gastronomia/camarao-carabineiro-e-vendido-por-mais-de-r300-e-e-queridinho-do-momento.ghml> Acesso em: 21 maio 2025

DIAS NETO, J. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: Ibama, 2003. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/gestaodosrecursospesqueirosdigital.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DUTRA SANTOS, Nélvio Paulo. Algumas fontes para o estudo da economia catarinense do fim do século XIX: os relatórios da Alfândega do Desterro. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 5–17, 1994. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/140>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ENGEPESCA. Por que a tilápia ganhou tanto espaço e é hoje um dos peixes favoritos na exportação? Disponível em: <https://www.engepesca.com.br/post/por-que-a-tilapia-ganhou-tanto-espaco-e-e-hoje-um-dos-peixes-favoritos-na-exportacao>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ENGEPESCA. Conheça as tendências do mercado de exportação de peixes brasileiros, 20/01/2021. Disponível em: <https://engepesca.com.br/post/conheca-as-tendencias-do-mercado-de-exportacao-de-peixes-brasileiros>. Acesso em: 20 maio 2025.

EPAGRI. Observatório Agro Catarinense. In: Painel Interativo disponibiliza dados sobre o setor pesqueiro de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2024/08/19/painel-interativo-disponibiliza-dados-sobre-o-setor-pesqueiro-de-santa-catarina/>. Acesso em 24 mar. 2025.

EPAGRI, Notícias. Mais de 42 mil pescadores catarinenses celebram o Dia do Pescador, comemorado em 29 de junho. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/mais-de-42-mil-pescadores-catarinenses-celebram-o-dia-do-pescador-comemorado-em-29-de-junho/>. Acesso em 25 maio 2025.

FACISC. Mapa do Agro catarinense, 2025. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aa:sc:VA6C2:f8d62ca6-044b-4dd6-a0ce-aec7f5668b53>. Acesso em: 20 maio 2025.

FARIAS, Fernanda. Ministério da Pesca é extinto. Principal mudança para o setor do agronegócio é a inclusão das demandas de pescados à Agricultura. **Canal Rural**. Brasília (DF), 02 out. 2015. Disponível em: <https://canalrural.uol.com.br/noticias/ministerio-pesca-extinto-59103/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

FAO/ONU. ESTADO DE PESCA E AQUICULTURA MUNDIAL 2022. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/9df19f53-b931-4d04-acd3-58a71c6b1a5b/content/sofia/2022/fishing-fleet.html>. Acesso em: 27 nov. 2024.

FEPESC. Federação dos pescadores do estado de Santa Catarina. Histórico. Disponível em: <http://fepesc.wixsite.com/fepesc/institucional>. Acesso em: 12 jun. 2021.

FERREIRA, Micheli de Moraes; ZAMITH, Helena Pereira da Silva; ABRANTES, Shirley. Astaxantina: seu uso como corante natural alimentício. In: **Revista Instituto Adolfo Lutz**.

São Paulo, v.73, n. 1, p. 1-8, 2014. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/RIAL/article/view/33355> Acesso em: 12 maio 2025

FIESC. **Rotas Estratégicas Setoriais para a Indústria Catarinense 2022**: economia do mar. Florianópolis: FIESC, 2022

FIESC. Observatório Fiesc. Comércio Exterior. Disponível em: <https://observatorio.fiesc.com.br/paineis> Acesso em: 12 maio 2025

FIPERJ. Estatística Pesqueira do Estado do Rio de Janeiro, 2023. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). Disponível em: <http://pescarj.fundepag.br/api/uploader/19bbd04c-9d9f-42dc-887d-1db2a509a93e.pdf> Acesso em: 29 maio 2025.

FNTTAA- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins. Profrota Pesqueira, 21/02/2017. Disponível em: <https://fnttaa.org.br/aquaviarios-navegacoes/pesca/profrota-pesqueira> Acesso em: 20 maio 2025.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Natureza e Biodiversidade. Gráfico mostra quais países consomem mais ou menos peixe, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2022/11/chart-shows-countries-consume-fish-food-security/> Acesso em 11 maio 2025.

FUNDEPAG. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Paraná (PMAP-PR). Informes trimestrais 2023. Disponível em: <http://propesq-pr.fundepag.br/relatorio/30> Acesso em: 23 maio 2025

G1 ECONOMIA. Camil alimentos compra a marca de pescados Coqueiro, 13/10/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/10/camil-alimentos-compra-marca-de-pescados-coqueiro.html> Acesso em: 20 maio 2025.

G1 SC. **Maior empresa enlatadora de pescados da América Latina paralisa produção em Itajaí**, 31/10/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/maior-empresa-enlatadora-de-pescados-da-america-latina-paralisa-producao-em-itajai.ghtml> Acesso em: 30 maio 2025.

GALVÃO, Luiz Gonzaga. **A Pesca no Estado de Santa Catarina**. ACARPESC- Serviço de Extensão de Pesca, 1971.

GARATTONI, Bruno; LIMA, Eduardo Campos. Piratas chineses: a frota pesqueira que ameaça nossa biodiversidade. **Revista Super Interessante**. 15 de julho de 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/os-piratas-chineses> Acesso em 13 jul. 2023.

GIULIETTI, N; ASSUMPÇÃO, R. Indústria pesqueira no Brasil. **Agricultura em São Paulo, São Paulo**, v. 42, n. 2, p. 92-127, 1995. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ASP6-0295.pdf> Acesso em: 15 de jul. 2024.

GUEDES, Valmir. A indústria Pedone marcou época na Laguna. Blog do Valmir Guedes-Laguna. Disponível em: <https://valmirkuedes.blogspot.com/2021/07/a-industria-pedone-marcou-epoca-na.html> Acesso em: 25 maio 2025

GOMES DA COSTA. Nossa História. Disponível em: <https://gomesdacosta.com.br/nossa-historia/> Acesso em: 10 maio 2025.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas** (PPP)-Ipea, Brasília, n. 49, p. 385-412, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/763/0>. Acesso em: 13 maio 2021

GUIA Industrial FIESC, 2018.

IBAMA/CEPSUL. **Informe da Pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina de 1999**. Itajaí (SC): 2000

IBGE - Conselho Nacional de Estatística. **Anuário estatístico do Brasil - 1955**: Produção extrativa - produção de pescado por unidades da federação. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/acervo-digital/37-download/estatistica/111-estatistica.html> . Acesso em: 13 maio 2021.

IBGE. Séries Estatísticas Retrospectivas. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Indústria Extrativa. Vol. 2. Tomo 3- Indústria de Transportes, Indústria Fabril. Rio de Janeiro, 1986.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/ppm_2023_v51_br_informativo.pdf . Acesso em: 13 abr. 2025

ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Anuário Estatístico 1979. Controle de desembarque de pescados em Santa Catarina. Estatística por ano. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/SC/est_1979_producao_pesqueira.pdf Acesso em: 20 out. 2024

INSTITUTO DE PESCA. Relatórios Semestrais e Finais do PMAP-SP, 2023. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.propesq.pesca.sp.gov.br/arquivos/pagina/1810500490_240524_RTS_PMAP-SP_0124_Rev_00.pdf Acesso em: 29 maio 2025.

ITAJAÍ, maior polo pesqueiro do país. Disponível em: <http://www.sindipi.com.br/noticias/ler/525/itajai-maior-polo-pesqueiro-do-pais-se-prepara-para-a-25-edicao-da-marejada> . Acesso em: 23 mar. 2021.

ITAJAÍ o maior porto pesqueiro do Brasil. Guia de praias Santa Catarina. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/praias-sc/capa-interna,883,0,0,0,Itajai.html> Acesso em: 16 maio 2021.

JORNAL República, 12 de janeiro de 1922. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**/ IBGE, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 121-215, jan. mar 1961.

LAPS, Leo. Camarões das profundezas. FIESC, 2023. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/camaroes-das-profundeas> Acesso em: 22 maio 2025.

LAU, Chris. et. al. Atum do tamanho de uma motocicleta é leilado por mais de US\$ 1 milhão no Japão, 06/01/2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/atum-do-tamanho-de-uma-motocicleta-e-leilado-por-mais-de-us-1-milhao-no-japao/> Acesso em: 19 maio 2025.

LEBRET, Louis J. ; SAUVÉE, J. **Pesca mundial e o mercado do peixe**. Instituto Nacional de Estatística e Estudos Económicos. Estudos e documentos, série C 3, v.1. República Francesa: Ministério das Finanças e Assuntos Económicos, 1950. Disponível em: https://gallica-bnf.fr.translate.goog/ark:/12148/bpt6k64259590.texteImage?_x_tr_sl=fr&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc .

LEDO, Blanca Sierra de. A costa catarinense e a sua utilização pela pesca artesanal. **O mar e seus recursos ictiicos**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1983. 112p

LEME, Paes Lázara. King Crab: o caranguejo gigante que você não sabia que precisava experimentar. In: Jornal de Campinas, Campinas, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://jornaldecampinas.com.br/king-crab-o-caranguejo-gigante-que-voce-nao-sabia-que-precisava-experimentar/> Acesso em: 14 maio 2025.

LIMA, Leandro Kanamaru Franco de. Tendências para o futuro da aquicultura, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://www.seafoodbrasil.com.br/tendencias-para-o-futuro-da-aquicultura> Acesso em: 20 maio 2025.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, 1965. Disponível em: <https://geografiaeconomicaesocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Estudo-Geogr%C3%A1fico-das-Ind%C3%BAstrias-de-Blumenau-Armen-Mamigonian.pdf> Acesso em: 20 maio 2025

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos. Florianópolis**: Imprensa Universitária, UFSC/CFH/GCN, n.2, 2000

MAMIGONIAN, Armen. Neoliberalismo X Projeto Nacional do Mundo e no Brasil. **Revista Paranaense de Geografia**, nº 6.p. 15-23. Curitiba:2001.

MARTINS, César Augusto Avila. **Indústria da pesca no Brasil**: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado. Florianópolis, 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PGCN0286.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MARTINS, César Augusto Avila. **No trabalho dos pescadores artesanais a lagoa dos patos vive e dá vida.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (47), 1 de agosto de 2002.

MARTINS, César Augusto Avila. **O território nacional na análise da atividade pesqueira.** Cadernos Geográficos, Florianópolis, n.26, set.2011.

MARTINS, Wendel. **Potencial brasileiro.** 1º Anuário brasileiro de pesca e aquicultura. Ministério da Pesca e Aquicultura: 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 351 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Subsecretaria de Agricultura Familiar. Mais Alimentos. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>. Acesso em: 15 maio2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Ministério cria câmaras setoriais da Pesca e da Aquicultura. Órgãos são formados por representantes do governo e da iniciativa privado. Diálogo com o setor produtivo. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/ministerio-cria-camaras-setoriais-da-pesca-e-da-aquicultura>. Acesso em: 10 maio 2021.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA –MPA. Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. Dados do Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira revelam perfil da atividade, 21/11/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres> Acesso em: 20 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA –MPA. MPA estuda regras específicas para pesca artesanal. Frota pode ganhar novas exigências para o monitoramento da pescaria e das normas higiênico-sanitárias, 20/09/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/mpa-estuda-regras-especificas-para-pesca-artesanal> Acesso em: 20 fev. 2025.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Fundamentos físicos da pesca.** In: **Atlas geográfico de Santa Catarina.** Florianópolis: IBGE, Conselho Regional de Geografia, Diretório Regional de Santa Catarina, 1958.

MORAES, Leonardo Evangelista. **Dinâmica temporal e mudanças de longo prazo (1979 A 2011) na ictiofauna das zonas rasas do estuário da Lagoa dos Patos: efeitos dos fatores naturais e antrópicos.** Rio Grande, 2011. 216 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande. Instituto de Oceanografia. Programa de Pós-Oceanografia Biológica. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010168.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MUNDO DAS MARCAS. Coqueiro, 2006. Disponível em: <http://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/07/coqueiro-o-melhor-do-mar.html>. Acesso em: 20 maio2022.

NAVEGANTES, Evandro E. dos. 55 anos de história: Um dos grandes atrativos da cidade é o Parque Beto Carrero World. Redação NSC, 31 jul.2013. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/55-anos-de-historia> Acesso em: 20 nov.2024.

NEVES, Rafael. Secretário da Pesca de Bolsonaro cria regra sob medida para barco do pai lucrar mais, 25/05/2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/05/25/secretario-pesca-bolsonaro-cria-regra-para-pai-lucrar/> Acesso em: 25 maio 2022.

NSC. Itajaí é o maior porto pesqueiro do Brasil, 13/07/2022. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/itajai-e-o-maior-porto-pesqueiro-do-brasil> Acesso em: 20 maio 2025

O GLOBO. Frescatto e Prime Seafood anunciam fusão para criar gigante no setor de pescados, 16 mar. 2024. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/empresas/noticia/2024/03/frescatto-e-prime-seafood-anunciam-fusao-para-criar-gigante-no-setor-de-pescados.ghml> Acesso em: 25 maio 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (ONU/FAO). A pesca e a aquicultura são críticas para a transformação dos sistemas agroalimentares globais, 2021. Disponível em: [https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1371997/#:~:text=A%20pesca%20e%20a%20aquicultura%20t%C3%AAAm%20uma%20import%C3%A2ncia%20cr%C3%ADtica%20para,\(FAO\)%2C%20QU%20Dongyu](https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1371997/#:~:text=A%20pesca%20e%20a%20aquicultura%20t%C3%AAAm%20uma%20import%C3%A2ncia%20cr%C3%ADtica%20para,(FAO)%2C%20QU%20Dongyu) Acesso em: 27 nov. 2024

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (ONU/FAO).. Níveis de fome seguem persistentemente altos por três anos consecutivos, enquanto as crises globais se aprofundam. Relatório O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI), 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/274884-onu-ADveis-de-fome-seguem-persistentemente-altos-por-tr%C3%AAs-anos-consecutivos-enquanto-criises> Acesso em: 20 nov.2024.

PAINEL DE CONSULTAS DO SISRG (Registro Geral da Atividade Pesqueira). In: Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres> Acesso em: 20 fev; 2025.

PAINEL DE PESCADOS DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR-SISCOMEX. In: SeefoodBrasi, 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.seafoodbrasil.com.br/confira-como-foi-o-comex-brasileiro-de-pescado-de-2023> Acesso em 15 maio 2025.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Administração pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Edições: UFSC, 1991.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes**. In: Revista Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13604/12471> Acesso em: 20 abr. 2024.

PEREIRA, Victor. Setor pesqueiro catarinense sofre com falta de organização, força política e capacidade técnica. **DC**, Florianópolis, 26 jun.2016. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/06/setor-pesqueiro-catarinense-sofre-comfalta-de-organizacao-forca-politica-e-capacidade-tecnica-6207640.html> Acesso em: 20 maio 2022.

Pesquisa sobre pesca industrial consolida SC como maior produtora de pescados de origem marinha do país. Disponível em: <http://www.deolhonocampo.com.br/2014/03/pesca-industrial-santa-catarina.html> Acesso em: 23 maio 2022.

PINHEIRO, R. A história conturbada da primeira empresa de Navegantes, 21/11/2023. Disponível em: <https://jornalnosbairros.com.br/wp/2023/11/a-historia-conturbada-da-primeira-grande-empresa-de-navegantes/> Acesso em: 23 maio 2025

PMAP/SC. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina. Relatório Técnico consolidado 2017-2019, v.1. Ano de 2020. Monitoramento da atividade pesqueira. Disponível em: <http://pmapsc.acad.univali.br/sistema.html?id=597b7b77d8597d4a00e6f9c1> Acesso em: 20 set. 2022.

PMAP/SC 2023. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina. Relatório Técnico Semestral- 1º semestre 2023. Disponível em: <http://pmap-sc.acad.univali.br/api/uploader/8fc7448b-0cf5-42f1-9996-949220c50ca5.pdf> Acesso em: 20 maio 2025.

PMAP/SC 2024. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina. Relatório Técnico Semestral, 2º semestre 2023. Disponível em: <http://pmap-sc.acad.univali.br/sistema.html?id=597b7b77d8597d4a00e6f9c1> Acesso em: 20 maio 2025.

RANGEL, Ignácio. **A história da dualidade brasileira**. In: Revista de Economia Política. Vol.1, n°4, outubro-dezembro de 1981.

RANGEL, Ignácio M. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Obras reunidas. Rio de Janeiro: contraponto, 2005. 2v.

RANGEL, Ignácio M. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville (SC) : da gênese as exportações**. Florianópolis: 1997. 135 p

ROCHA, A. L. C. da; SHIMODA, A. R. B. O QUE O JAPÃO FAZ AQUI? UM OLHAR INTERDISCIPLINAR EM MEIO O PATRIMÔNIO CULTURAL ALIMENTAR DA

COZINHA JAPONESA. **Revista Prâksis**, v. 1, p. 105–110, 2014. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/779>. Acesso em: 21 maio. 2025.

ROHR, João Alfredo, Padre. **O sítio arqueológico do Pântano do Sul SC-F-10**. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura, 1977. 114 p.

ROUTLEDGE, E. **Aquicultura brasileira e o desafio da intensificação sustentável**, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br/olhares-para-2030/artigo/-/asset_publisher/SNN1QE9zUPS2/content/eric-routledge?inheritRedirect=true Acesso em: 20 abr. 2025.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem á Provincia de Santa Catharina, 1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/140/1/58%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> Acesso em: 20 fev. 2025.

SANTA CATARINA; Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: IBGE, Conselho Regional de Geografia, Diretório Regional de Santa Catarina, 1958.

SANTA CATARINA. Lei Promulgada n º527, de 04 de setembro de 1951. **Aprova acôrdo celebrado entre a União e o Estado, e dispõe sôbre a execução do Serviço de Caça e Pesca**. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1951/527_1951_Lei.html Acesso em: 08 abr.2022.

SANTA CATARINA. Lei nº 3.003, de 29 de dezembro de 1961. Cria o Departamento Estadual de Caça e Pesca (D. E. C. P.), extingue o Serviço Estadual de Caça e Pesca e dá outras providências. Disponível em: http://leis.alesec.sc.gov.br/html/1961/3003_1961_Lei.html . Acesso em: 20 abr.2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia **Atlas geográfico de Santa Catarina: diversidade da natureza**. fascículo 2. ROCHA, Isa de Oliveira (Org.) – 2.ed. – Florianópolis: Ed. da UDESC, 2016.

Santa Catarina terá plano estratégico para o desenvolvimento da maricultura. Disponível em:

<http://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/agricultura-e-pesca/santa-catarina-tera-plano-estrategico-para-o-desenvolvimento-da-maricultura> . Acesso em: 18 abr. 2022.

SANTOS, Agnaldo Hilton dos. **O papel da pesca em SC como pilar econômico e cultural no Brasil**. In: Seafood Brasil, 23/01/2025. Disponível em: <https://www.seafoodbrasil.com.br/o-papel-da-pesca-em-sc-como-pilar-economico-e-cultural-no-brasil-#:~:text=Aqui%2C%20%C3%A9%20importante%20lembrar%20que,de%20pescado%20descarregadas%20em%202023%2C> Acesso em: 05 jun. 2025.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **A fusão pesquisa agrícola-extensão rural em Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 2001. XIII,243f. Tese [doutorado] - Universidade Federal de

Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS1491-T.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n.54, 1977.

SC EM PAUTA. Justiça Federal nega liminar contra limitação da quantidade de tainha para pesca de arrasto em SC e Estado contesta, 23/05/2025. Disponível em: <https://scempauta.com.br/2025/05/23/justica-federal-nega-liminar-contralimitacao-da-quantidade-de-tainha-para-pesca-de-arrasto-em-sc/> Acesso em: 26 maio 2025.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DE SANTA CATARINA. Governo aprova repasse de R\$ 28 milhões para o fortalecimento da pesca no estado. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/governo-aprova-repasse-de-r-28-milhoes-para-o-fortalecimento-da-pesca-no-estado/> Acesso em: 21 maio 2025

SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA DO AMAPÁ- SEPAQ. Planejamento Sepaq, 2024. Disponível em: http://www.transparencia.ap.gov.br/relatorios/Planejamento_Estrategico_SEPAQ.pdf Acesso em: 24 maio 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA DA BAHIA (SEAGRI-BA). Evolução da produção e consumo de pescado na Bahia período (2014 a 2019). Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/PRODU%C3%87%C3%83O%20E%20CONSUMO%20DE%20PESCADO%20NA%20BAHIA.pdf> / Acesso em: 25 maio 2025.

SEAFOOD BRASIL. Dólar alto faz primeira vítima: Leardini entra em recuperação judicial, 11 maio 2015. Disponível em: <https://www.seafoodbrasil.com.br/dolar-alto-faz-primeira-vitima-leardini-entra-em-recuperacao-judicial> Acesso em: 26 maio 2025.

SILVA, Alex Costa da; et. al. Variação sazonal da estrutura de massas de água na plataforma continental do Amazonas e área oceânica adjacente. In: **Revista Brasileira de Geofísica**. vol.23 n.2. São Paulo Abr./Jun de 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-261X2005000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 28 out.2022.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC : ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Ed. da UFSC, 1992. 197p

SILVA, Célia Maria e. **Ciclos de Kondratieff e Pequena Produção Mercantil Pesqueira**. In Geosul, Florianópolis, v.14, n.28, p. 61-76, jul./dez.1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14850/13564> Acesso em 02 nov. 2024.

SILVA, Luclécia Cristina Moraes da; CARVALHO NETO, Moisés Felix de. **Problemas socioambientais e pesca artesanal no Nordeste do Brasil**. Revista Extramuros, v. 3, n. 2, p. 189-205, 2015, Petrolina, PE, jul. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/798/559> Acesso em: 22 maio 2025

SILVA, Vera Lúcia da. **Direito econômico da pesca no Brasil: planejamento, gestão e instituições pesqueiras nacionais (1962-2009)**. 2015. 465 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158912/337090.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 abr. 2022

SINDIPI. Atividade pesqueira movimentou economia catarinense com 700 embarcações industriais, 07/04/2021. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/atividade-pesqueira-movimentou-economia-catarinense-com-700-embarcacoes-industriais> Acesso em: 20 out. 2022.

SINDIPI. Modalidade: arrasto, 23/06/2021. Coordenadoria Técnica. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/modalidade-arrasto> Acesso em: 20 out. 2022.

SINDIPI. Modalidade: cerco, 23/06/2021. Coordenadoria Técnica. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/modalidade-cerco> Acesso em: 20 out. 2022.

SINDIPI. Modalidade: linha vara e isca viva, 23/06/2021. Coordenadoria Técnica. Disponível em: <https://www.sindipi.com.br/post/modalidade-linha-vara-e-isca-viva> Acesso em: 20 out. 2022.

SOUZA, J.M. Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental? **Revista Brasileira de Geofísica**. vol.17. n.1. São Paulo. Mar. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbg/a/wtbRDxtXkwMRLry8TKsgWYG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2024.

SPAUTZ, Dagmara. Suspensão das exportações de pescado à União Europeia completa um ano com prejuízos para SC. **NSC Total**, Florianópolis, 07 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/suspensao-das-exportacoes-de-pescado-a-uniao-europeia-completa-um-ano-com> Acesso em: 20 maio 2022

STF. Governador de Santa Catarina questiona cotas para pesca artesanal da tainha, 21/03/2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/governador-de-santa-catarina-questiona-cotas-para-pesca-artesanal-da-tainha/> Acesso em: 22 maio 2025.

SUDEPE/PPP, 1965. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE. Departamento Estadual de Caça e Pesca. Centro de Pesquisa de Pesca-PPP. **Produção Pesqueira de Santa Catarina no ano de 1964**. Boletim 1. Florianópolis- Santa Catarina- Brasil:1965. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_1964_sc_prod_pesq.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1975-1979**. Brasília: SUDEPE, 1975. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_1980_plano_Nac_desenv_pesca_1975_1979_parte_I.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1980-1985**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1979. Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_1980_iv_plano_Nac_desenv_pesca_1980_1985.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

SUGUIO, Kenitiro. Reservas e recursos do mar territorial brasileiro. In: SKINNER, Brian J. **O homem e o oceano**. São Paulo: Egard Blucher, 1982.

THIAGO, Ernesto São. Post de Ernesto São Thiago - Direito da Orla. Indústria de conservas Wildner, 03 set. 2016. Disponível em:

https://www.facebook.com/direitodaorla/posts/ind%C3%BAstria-de-conservas-wildner-na-imagem-r%C3%B3tulo-da-lata-de-camar%C3%A3o-ao-molho-produ/1788668278085755/?locale=pt_BR Acesso em: 29 maio 2025

TRADEIMEX. Os 10 principais países exportadores de peixes em 2023. Disponível em: <https://www.tradeimex.in/blogs/top-10-fish-exporter> Acesso em: 14 maio 2025

TREMEL, Ernesto. Temas relacionados à pesca marítima: pesca, novos rumos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. n. 18, ano 1999.

UNGARETTI, Gilberto. Grande, saboroso e raro: catarinense constrói barco-indústria para pesca do camarão-carabineiro, 23/12/2023. Disponível em: <https://nautica.com.br/grande-saboroso-e-raro-catarinense-constroi-barco-industria-para-pesca-do-camarao-carabineiro/> Acesso em: 22 maio 2025

UNIVALI/EMCT/LEMA. Estatística Pesqueira de Santa Catarina. Consulta On-line. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira do Estado de Santa Catarina. Laboratório de Estudos Marinhos Aplicados (LEMA), da Escola do Mar, Ciência e Tecnologia (EMCT) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). 2020. Disponível em: <http://pmap-sc.acad.univali.br/>. Acesso em: 13 jul.2022.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

VIEIRA, M. G.E.D; PEREIRA, R. M.F.A. **Latifúndio Pastoril e pequena produção mercantil: o caso do Brasil subtropical**. Versão revisada da originalmente publicada In: Geografia Econômica- Anais de geografia econômica e social. Grupo de pesquisa/CNPq. Formação Sócio-Espacial: mundo, Brasil e regiões. Florianópolis, UFSC: DGC, 2009

XIAMEN CAHARBOR. A produção pesqueira do Japão caiu drasticamente e os frutos do mar importados se tornaram a principal força no mercado, 14 ago. 2024. Disponível em: <https://pt.fisheryfood.com/news/japan-s-fishery-output-has-dropped-sharply-83316981.html> Acesso em: 15 maio 2025

APÊNDICE A- ENTREVISTA 1

Entrevista realizada com o Senhor José Francisco Kowlasky, sócio gerente da Kowlasky Comércio e Indústria de pescados Ltda, no dia 05 de agosto de 2022

1- Qual a história da sua empresa?

R: A Kowlasky começou como uma simples peixaria, chamada de “São Pedro”, em São Francisco do Sul, implantada pelo meu pai, em 1960. Anos mais tarde, ele comprou um box no mercado público de São Francisco. Mas a grande mudança ocorreu quando o meu irmão mais velho começou a trazer pescados de Itajaí para revender em São Francisco e Joinville. Não demorou muito, ele comprou um caminhão. Em seguida viemos para Itajaí, onde estamos até hoje.

2. Quais os principais produtos da empresa?

R: Tudo começa com a descarga. Temos 9 barcos com equipamento de última geração. Trabalhamos com o processamento e congelamento de pescados. No processamento os peixes são selecionados, eviscerados e congelados. Alguns são vendidos frescos, mas a maioria é congelado. Temos um túnel de congelamento com capacidade para congelar 120 toneladas de pescados ao dia. Inclusive, oferecemos serviços de congelamento estocagem para outras empresas. Nossos principais produtos são atum, cação, cavalinha, corvina, dourado do mar, meca, palombeta, sardinha, tainha.

3. Quem são os principais clientes?

R: Nossos produtos são vendidos para todo o Brasil. Além disso, exportamos para Ásia, África e Estados Unidos. A Europa, desde 2018, não está importando peixe do Brasil.

4. Quais os principais problemas enfrentados?

R: O principal problema enfrentado hoje é a logística, mas também as leis ambientais. Em relação à logística, transportar peixe em caminhão para longas distâncias, como o Nordeste ou para o Mato Grosso é muito caro. Não compensa. Uma alternativa mais em conta é o transporte de cabotagem. O problema agora é essa crise econômica no Brasil, pois ninguém quer comprar peixe. Para ter uma ideia, a maioria das fábricas de Itajaí estão com suas câmaras frias

abarrotações de peixe congelado. Ainda bem que tem as exportações para escoar parte da produção, mas não é suficiente.

Outro problema são as portarias do Ibama. Completamente erradas. O que acontece é que as regras são estabelecidas sem consultar o setor. O ICMbio estabelece as normas sem realizar estudo da pesca, inclusive, eles têm um navio de pesquisa que está atracado no porto e não faz nenhuma expedição de pesquisa, afinal estão sem recursos. Por causa disso, os técnicos utilizam conhecimentos de ONGs internacionais, que não valem para a realidade pesqueira aqui de Santa Catarina. Um exemplo é o cação. Existem vários tipos. Eles fazem uma portaria proibindo um tipo de cação. O problema é que a rede para captura desse pescado acaba pegando vários tipos. Os pescadores, com receio da fiscalização acabam descartando aquela categoria de cação proibida de captura. O problema é que eles inserem uma espécie na lista de proibição e nunca mais retiram. Eles deveriam conhecer melhor a realidade para saber se aquela espécie, que até então não poderia ser capturada, já recuperou seu estoque. Então, é necessário reformular esse modelo de gestão dos estoques pesqueiros.

Entrevista com o Senhor José Francisco Kowalsky



Foto: imagem do autor, 05/08/2022

APÊNDICE B- ENTREVISTA 2

Entrevista realizada com o Senhor Luiz Carlos Matsuda, oceanográfico e coordenador técnico do SINDIPI, no dia 05 de agosto de 2022

1. Qual é o papel do SINDIPI?

R: Somos um sindicato patronal que representa armadores e as indústrias de pesca de Itajaí e região. Representamos um total de 451 embarcações e 249 armadores; 38 indústrias com mais de 6 mil funcionários diretos. Além de Itajaí, há indústrias associadas de outros municípios como Penha, Navegantes, Porto Belo, Piçarras, Laguna, Gov. Celso Ramos, Ilhota, Itapema, Imaruí, Garuva, Barra Velha e Biguaçu. Ouvimos as demandas do setor, através de audiências na nossa sede e depois procuramos dialogar com os órgãos competentes, como Secretaria de Pesca, ligada ao MAPA, o ICMBio, e o Ibama.

2. Quais os principais problemas enfrentados pela pesca?

R: Acredito que o principal é a gestão. O processo realizado para a inclusão de espécies na lista de proibição do MAPA está equivocado. Não há pesquisas das espécies de pescados marinhos no Brasil. O ICMBio não tem estrutura para realizar uma expedição oceanográfica nos mares do Brasil. Por esse motivo, fica sem informações adequadas para realizar a gestão dos estoques pesqueiros. O que tem feito é importar uma lista de espécies em extinção, realizada pela IUCN, que vale para o mundo inteiro. Porém, muitas vezes não se leva em conta a realidade local e nacional. É uma lista muito genérica. A partir dessa lista o ICMBio encaminha ao MAPA a lista das espécies que precisam ser proibidas de capturar. Para piorar, a lista não é atualizada, ou seja, as espécies com risco de extinção permanecem definitivamente na lista. Por isso, nós da coordenadoria técnica já sugerimos, apoiados por outras instituições ligadas ao setor pesqueiro no Brasil, que o ICMBio, antes de enviar a lista de proibição ao MAPA que realize audiências com o setor, inclusive para que seja proposto um plano de manejo daquela espécie com risco de extinção, pois somente assim haveria um ordenamento adequado da pesca. Desse modo, não seria uma proibição de cima para baixo.

Entrevista realizada no SINDIPI

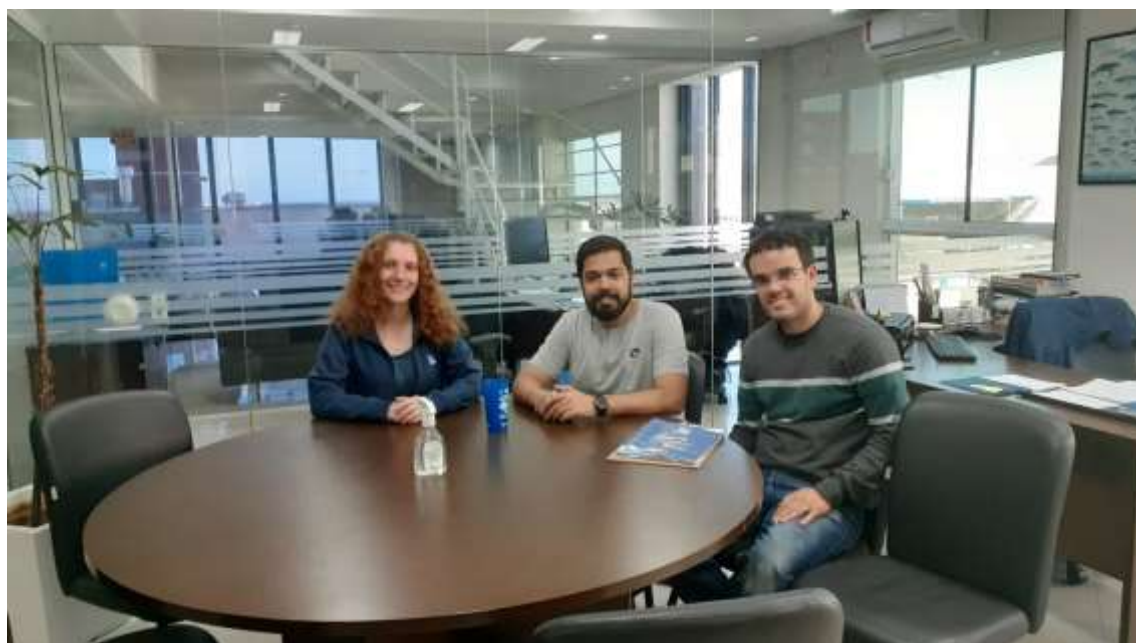


Foto: imagem do autor, 05/08/2022